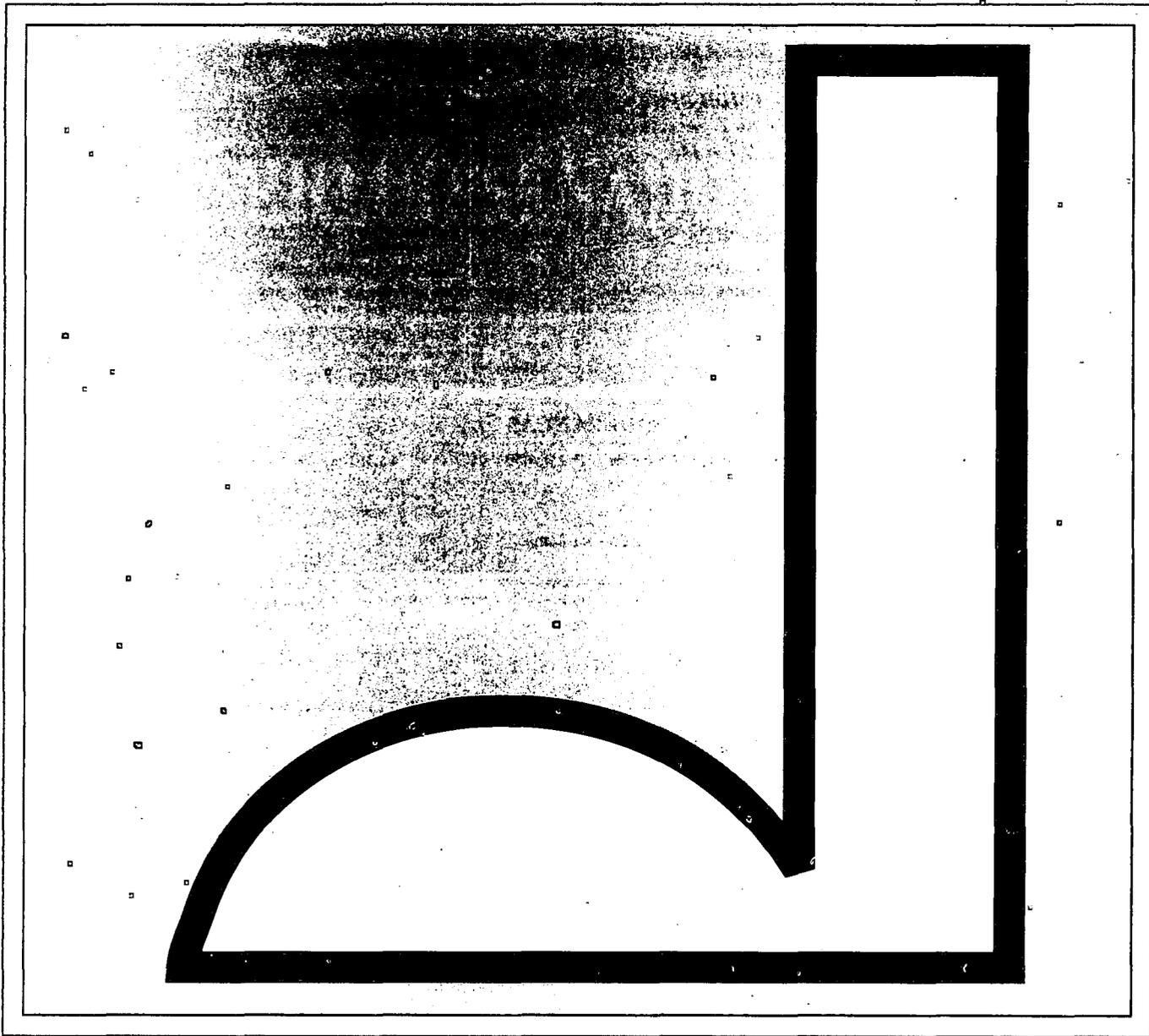


EXEMPLAR ÚNICO



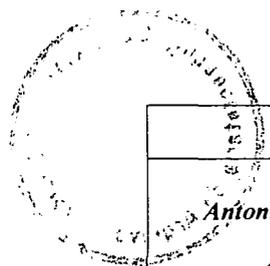
República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

001110 9/19/99



MESA

<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i></p> <p>1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i></p> <p>2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i></p> <p>1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB⁽¹⁾</i></p> <p>2º Secretário, no exercício da 1ª Secretaria <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p> <p>(1) Licenciado a partir do dia 29-4-99</p>	<p>3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i></p> <p>4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT⁽²⁾</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p> <p>(2) Licenciado a partir do dia 4-5-99</p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i></p> <p>(1) Reeleitos em 2-4-97</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i></p> <p>(2) Designação: 30-6-99</p>

LIDERANÇAS

<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Lider <i>José Roberto Arruda</i></p> <p>Vice-Líderes Vago Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p>Lider <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> Vago Vago</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p>Lider <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes Vago Vago Vago Vago Vago Vago Vago</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO – 13</p> <p>Lider <i>Marina Silva</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 13</p> <p>Lider <i>Sérgio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> Vago Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PPB – 3</p> <p>Lider <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p>Vice-Lider Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Lider <i>Paulo Hartung</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p>Lider <i>Arlindo Porto</i></p>
---	--	---

EXPEDIENTE

<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Laquigrafia</p>
--	--

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL A REALIZAR-SE NO DIA 26 DE OUTUBRO, TERÇA-FEIRA, ÀS 19 HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA À APRECIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS.

SUMÁRIO

SENADO FEDERAL

1 – RESOLUÇÃO

Nº 43, de 1999, que dispõe sobre o Pecúlio dos Servidores do Senado Federal e dos Órgãos Supervisionados. 27267

2 – ATA DA 139ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE OUTUBRO DE 1999

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Pareceres

Nºs 806 e 807, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e Comissão Diretora, respectivamente, sobre o Projeto de Resolução nº 96, de 1999 e as Emendas de Plenário, que dispõe sobre o Pecúlio dos Servidores do Senado Federal e dos Órgãos Supervisionados. 27268

2.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 610, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a retirada do

Projeto de Lei do Senado nº 244, de 1999, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a extinguir a Fundação Nacional do Índio – FUNAI e criar a Secretaria Nacional de Assuntos Indígenas na estrutura do Ministério da Justiça. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 27270

Nº 611, de 1999, de autoria do Senador Ramez Tebet, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 113, de 1999, que proíbe a criação, reprodução, importação e comércio de cães da raça Pit Bull, com o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1999, que dispõe sobre a responsabilidade civil e penal dos proprietários possuidores e criadores de cães perigo-

sos, por disporem sobre matéria correlata. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente..... 27270

2.2.3 – Comunicações da Presidência

Arquivamento do Ofício nº S/14, de 1999 (nº 47/99, na origem), do Presidente do Supremo Tribunal Federal, uma vez que o seu objetivo já foi atendido pelo Senado Federal, com a aprovação do Projeto de Resolução nº 98, de 1996, que deu origem à Resolução nº 79, de 1996, que suspendeu a execução dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 12 de junho de 1986, do art. 2º da Lei nº 7.588, de 26 de maio de 1989, bem assim do art. 10 da Lei nº 7.802, de 21 de novembro de 1989, todas do Estado de Santa Catarina (Anexado ao Projeto de Resolução nº 98, de 1996). Ao Arquivo..... 27270

Término do prazo, na última segunda-feira, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 1999, de autoria do Senador Romero Jucá, que cria selo a ser fixado nos produtos que especifica e dá outras providências, aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados..... 27270

Término do prazo, na última segunda-feira, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 1999, de autoria do Senador Freitas Neto, que dispõe sobre a criação do Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Medicinais Brasileiras, aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados..... 27270

Término de prazo, na última segunda-feira, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 1999, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação do art. 643 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados..... 27270

Término de prazo, na última segunda-feira, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 405, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que altera o inciso XIII, do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, para permitir que os profissionais nele arrolados possam optar pelo Simples. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente..... 27270

Recebimento do Aviso nº 34, de 1999, (nº 1.025/99, na origem), de 7 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da

Decisão nº 690, de 1999, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras e serviços complementares da Eclusa de Jupia, no Rio Paraná. À Comissão de Assuntos Econômicos e, em cópia, às Comissões de Fiscalização e Controle, e de Serviços de Infra-Estrutura..... 27271

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.922, em 5 de outubro de 1999, e publicada no dia 6 do mesmo mês e ano, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER, altera o art. 11 da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 27271

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.923, em 6 de outubro de 1999, e publicada no dia 7 do mesmo mês e ano, que institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 27271

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.924, em 7 de outubro de 1999, e publicada no dia 8 do mesmo mês e ano, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 27272

2.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Necessidade de vigilância do poder público sobre os serviços privatizados..... 27273

SENADOR GERALDO ALTHOFF – Apelo ao Conselho Monetário Nacional para revogação de dispositivos de resolução do Banco Central que impedem a Região Sul, e o estado de Mato Grosso do Sul, de contraírem empréstimos para investimentos no âmbito do Prodetur Sul..... 27277

SENADOR PEDRO SIMON – Comentários sobre a campanha da Ordem dos Advogados do Brasil contra a impunidade e o crime organizado... 27278

SENADOR CASILDO MALDANER – Preocupação com os prejuízos para os pequenos municípios com o cancelamento de convênio entre o Ministério da Previdência Social e a Empresa dos Correios e Telégrafos..... 27282

SENADOR TIÃO VIANA – Congratulações à nova diretoria do Conselho Federal de Medicina.. 27282

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Transcrição da carta de autoria de S.Exa. dirigida ao Sr. Kofi Annan, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas..... 27283

2.2.5 – Leitura de requerimento	
Nº 612, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, da Senadora Emilia Fernandes e do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Wilson Vargas. Aprovado , após usarem da palavra os Srs. Pedro Simon e José Fogaça, tendo o Presidente Antonio Carlos Magalhães, em nome da Mesa, se associado às homenagens prestadas.	27285
2.2.6 – Leitura de projeto	
Nº 573, de 1999, de autoria do Senador José Jorge, que altera dispositivos da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. Às Comissões de Assuntos Econômicos, e de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa.	27288
2.3 – ORDEM DO DIA	
Item 1	
Projeto de Resolução nº 96, de 1999 (apresentado pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 686, de 1999, Relator: Senador Nabor Júnior), que dispõe sobre o Pecúlio dos Servidores do Senado Federal e dos Órgãos Supervisionados. Aprovado com emendas . À Comissão Diretora para redação final.	27291
Redação final do Projeto de Resolução nº 96, de 1999 (Parecer nº 808, de 1999-CDir). Aprovada . À promulgação.	27291
Item 2	
Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 1995 (nº 2.235/91, na Casa de origem), que acrescenta parágrafos ao art. 163 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata da obrigação das empresas de manter serviços especializados em segurança e medicina do trabalho. Discussão adiada para audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do Requerimento nº 613, de 1999, tendo usado da palavra o Sr. Hugo Napoleão.	27292
Item 3	
Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1998 (nº 624/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, em Brasília, em 10 de julho de 1997. Aprovado . À Comissão Diretora para redação final.	27293
Item 4	
Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1998 (nº 625/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Emprego por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca, em Praga, em 13 de julho de 1997. Aprovado . À Comissão Diretora para redação final.	27293
Item 5	
Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 1998 (nº 633/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas, concluída em Caracas, em 1º de dezembro de 1996. Aprovado , após usar da palavra o Sr. Romeu Tuma. À Comissão Diretora para redação final.	27294
Item 6	
Requerimento nº 538, de 1999, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 68 e 88, de 1999, por regularem a mesma matéria. Aprovado . Os projetos retornam à Comissão de Assuntos Econômicos.	27295
2.3.1 – Matérias apreciadas após da Ordem do Dia	
Redações finais dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 15, 18 e 148, de 1998 (Pareceres nºs 809 a 811, de 1999-CDir). Aprovadas , nos termos dos Requerimentos nºs 614 a 616, de 1999, respectivamente. À promulgação.	27295
2.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia	
SENADOR JOSÉ SARNEY – Considerações sobre a integração e as relações comerciais entre Brasil e Argentina.	27297
O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Congratulações ao pronunciamento do Senador José Sarney.	27309
SENADOR ROMEU TUMA – Homenagem pelo falecimento, no último dia 10, do Presidente da Rede Bandeirante de Rádio e Televisão, Sr. João Jorge Saad.	27309
SENADOR PEDRO PIVA , como Líder – Associação às homenagens de pesar ao Presidente da Rede Bandeirante, Sr. João Jorge Saad, falecido no último dia 10.	27309
O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Associa-se às homenagens prestadas pelo falecimento do Presidente da Rede Bandeirante, Sr. João Jorge Saad.	27310
SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Comentários à intenção do Presidente Fernando Henrique Cardoso de propor um pacto nacional para discutir a questão da Previdência Social.	27310

2.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Análise do Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano. 27315

SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA – Considerações sobre a valorização da criança e da educação como símbolos de uma sociedade com qualidade de vida. 27316

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Análise das causas do descontentamento generalizado que assola o País. 27317

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Reflexão sobre as perspectivas da população jovem brasileira. 27320

SENADOR EDISON LOBÃO – Considerações sobre o Dia Internacional para a Proteção da Camada de Ozônio, celebrado em todo o mundo em 16 de setembro. 27322

2.3.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 27323

2.4 – ENCERRAMENTO**3 – EMENDAS**

Oferecidas ao Projeto de Lei nº 28, de 1999-CN. 27324

4 – ATA DE COMISSÃO

9ª Reunião da Comissão Mista Especial criada através do Requerimento nº 37, de

1999-CN, destinada a estudar as causas estruturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, realizada em 21 de setembro de 1999. 27379

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.195 a 2.199, de 1999. 27426

Nº 2.200, de 1999, referente ao servidor José Salo Reiman. 27431

Nº 2.201, de 1999, referente ao servidor Sussumu Ernesto Yamada. 27432

Nº 2.202, de 1999, referente ao servidor João Roberto da Cunha. 27433

Nº 2.203, de 1999, referente ao servidor Euzébio Dalvi. 27434

Nº 2.204, de 1999, referente ao servidor José Carlos Pedrosa Betônico. 27435

Nº 2.205, de 1999, referente ao servidor José Fernandes Matos da Costa. 27436

Nºs 2.206 e 2.207, de 1999, referentes à servidora Ivana Pereira Peres. 27437

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)**

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 1999

Dispõe sobre o Pecúlio dos Servidores do Senado Federal e dos Órgãos Supervisionados.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A Assembléia-Geral dos participantes é o órgão máximo de deliberação do Pecúlio dos Servidores do Senado Federal e dos Órgãos Supervisionados, criado pela Resolução nº 12, de 30 de maio de 1985.

Parágrafo único. A Assembléia-Geral deliberará por maioria absoluta dos participantes, quando se tratar de decisões que envolvam a dissolução do Pecúlio ou a destinação do seu patrimônio.

Art. 2º A Comissão de Administração do Pecúlio, a que se refere o art. 9º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 1987, convocará, no prazo de até quinze dias da publicação desta Resolução, a Assembléia-Geral para deliberar sobre as seguintes matérias:

- I – eleição da nova Comissão de Administração;
- II – eleição dos membros do Conselho Fiscal.

§ 1º A Comissão de Administração será composta por cinco integrantes do Pecúlio, e o Conselho Fiscal por três membros, participantes do Pecúlio,

sendo dois designados pela Diretoria-Geral do Senado Federal e um eleito pela Assembléia-Geral.

§ 2º Os membros da Comissão de Administração e do Conselho Fiscal não serão remunerados e assumirão suas atribuições imediatamente após a eleição, para mandato de até seis meses.

Art. 3º Em até trinta dias, a contar da eleição, a Comissão de Administração eleita apresentará à Assembléia-Geral propostas concernentes à continuidade, à transformação ou à extinção do Pecúlio.

§ 1º As propostas da Comissão de Administração indicarão os ajustes jurídicos operacionais cabíveis, os mecanismos de substituição do atual sistema de seguridade e de sua forma de gestão, a partilha dos ativos financeiros, e os procedimentos para liquidação, conforme o caso.

§ 2º Decorrido o prazo previsto no *caput* sem que a Comissão de Administração apresente proposta, o Conselho Fiscal, em três dias úteis, convocará a Assembléia-Geral para eleição de nova Comissão de Administração.

Art. 4º O benefício por óbito de participante do Pecúlio, ocorrido na fase de transição, será pago na forma estabelecida pela Resolução nº 12, de 1985, por decisão da Comissão de Administração.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de outubro de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Ata da 139ª Sessão Deliberativa Ordinária em 13 de outubro de 1999

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Nabor Júnior
Casildo Maldaner, Lúdio Coelho, Jonas Pinheiro e Ramez Tebet*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Álvaro Dias – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Emilia Fernandes – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jefferson Péres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Maria do Carmo Alves – Mauro Miranda – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romeu Tuma – Silva Júnior – Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A lista de presença acusa o comparecimento de 43 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 806, DE 1999

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Resolução nº 96, de 1999, que “dispõe sobre o Pecúlio dos Servidores do Senado Federal e dos Órgãos Supervisionados”

Relator: Edison Lobão

I – Relatório

De iniciativa da Comissão Diretora, vem à deliberação deste Plenário o projeto de resolução em epígrafe, que pretende estabelecer normas para transferência da gestão do Pecúlio do Senado Federal, criado pela Resolução nº 12, de 1985, aos seus efetivos participantes. Prevê, ainda, mecanismos para que os participantes decidam sobre a continuidade, transformação ou extinção do Pecúlio:

O referido projeto, em síntese, indica a Assembléia Geral dos participantes como órgãos máximo de deliberação do Pecúlio (art. 1º), consigna prazo para convocação da Assembléia Geral para os fins que especifica (art. 2º, **caput**), define a composição da Comissão de Administração e do Conselho Fiscal (art. 2º, § 1º), e dá diretrizes para que a Assembléia Geral delibere sobre propostas a serem apresentadas pela Comissão de Administração (art. 3º).

A proposição baseia-se em manifestações colhidas pelas entidades representativas do funcionalismo da Casa junto ao universo de participantes, e em estudos técnicos promovidos pela Diretoria-Geral do Senado, que apontam no sentido da reformulação da estrutura do Pecúlio.

Cabe registrar que não há qualquer recurso orçamentário ou financeiro da União na composição do fundo do Pecúlio.

Foram apresentadas à proposição 11 (onze) emendas de Plenário, no prazo regimental.

II – Voto

Do ponto de vista da constitucionalidade e juridicidade, não há qualquer reparo a fazer em relação ao Projeto. Ao submeter a matéria à decisão desta Casa, a Comissão Diretora exerceu a prerrogativa que lhe é assegurada pelo art. 98, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto ao mérito, dois aspectos correlatos merecem ser destacados, a saber:

1) a diretriz de transferir a gestão e definição do futuro do Pecúlio aos seus participantes afigura-se

como decorrência lógica do fato de que os recursos financeiros envolvidos foram integral e exclusivamente providos por eles, ao longo dos anos, sem qualquer aporte proveniente dos cofres públicos; e

2) como já apontaram alguns estudos técnicos, o Pecúlio, como uma espécie de seguro de vida coletivo, vêm suscitando dúvidas com relação a sua base atuarial e estrutura normativa e institucional, o que torna oportuna e conveniente a revisão de seus fundamentos.

Vale assinalar, outrossim, que a proposição sob exame não contém qualquer sinalização relativa a aspectos substantivos da gestão político-administrativa do Pecúlio, limitando-se a criar mecanismos e procedimentos voltados para seu objetivo precípuo, que é a transferência da gestão dos fundos aos legítimos interessados.

Essas considerações de mérito, que amparam nosso juízo favorável à aprovação da matéria, levam-nos às seguintes apreciações no tocante ao teor ou foco predominante das emendas oferecidas:

1) não nos parece coerente com o espírito do projeto qualquer proposta que aponte a liquidação do Pecúlio como alternativa preferível;

2) dissentimos das objeções quanto à indicação de dois membros do Conselho Fiscal pela Diretoria-Geral do Senado, por entendermos caber à Administração a co-responsabilidade pelo bom andamento dos procedimentos de transição;

3) a remuneração dos membros da Comissão da Administração e do Conselho Fiscal não se compadece com a experiência Administrativa da Casa, que sempre contou com a colaboração desinteressada de servidores em colegiados da mesma natureza.

Ainda com relação às emendas, consideramos:

1) conveniente e realista a sugestão de restringir a exigência de **quorum** de maioria absoluta para deliberação da Assembléia Geral a questões fundamentais que envolvam a dissolução ou destinação de patrimônio do Pecúlio, conforme proposto nas Emendas 1, 2 e 3;

2) adequadas as sugestões de que todos os membros da comissão de administração e do Conselho Fiscal sejam integrantes do Pecúlio, conforme proposto nas Emendas nºs 1, 4, 6 e 7;

3) pertinentes os argumentos em favor da inclusão de dispositivo concernente ao pagamento dos benefícios durante a fase de transição, conforme proposto nas Emendas nºs 1, 10 e 11.

Quanto às demais emendas, não consideramos passíveis de acolhimento, por divergência de mérito.

Em face do exposto, votamos favoravelmente à aprovação do projeto de Resolução nº 96, de 1999, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 12-CCJ

Dê-se ao parágrafo único do art. 1º do Projeto de Resolução nº 96, de 1999, a seguinte redação:

"Art. 1º.....

Parágrafo único. A Assembléia Geral deliberará por maioria absoluta dos participantes, quando se tratar de decisões que envolvam a dissolução do Pecúlio ou a destinação do seu patrimônio."

EMENDA Nº 13-CCJ

Exclua-se do § 1º do art. 2º do Projeto de Resolução nº 96, de 1999, a expressão "ou não".

EMENDA Nº 14-CCJ

Dê-se ao § 2º do art. 2º do PRS nº 96, de 1999, a seguinte redação, suprimindo-se o § 3º do mesmo artigo:

"§ 2º Os Membros da Comissão de Administração e do Conselho Fiscal não serão remunerados e assumirão suas atribuições imediatamente após a eleição, para mandato de até seis meses."

EMENDA 15-CCJ

Dê-se ao **caput** do art. 3º do PRS nº 96, de 1999, a seguinte redação:

"Art. 3º Em até trinta dias, a contar da data da eleição, a Comissão de Administração eleita apresentará à Assembléia Geral propostas concernentes à continuidade, à transformação ou à extinção do Pecúlio."

EMENDA Nº 16-CCJ

Inclua-se no Projeto de Resolução nº 96, de 1999, o seguinte art. 4º, renumerando-se o atual art. 4º para art. 5º:

"Art. 4º O benefício por óbito de participante do Pecúlio, ocorrido na fase de transição, será pago na forma estabelecida pela Resolução nº 12, de 1985, por decisão da Comissão de Administração."

Sala das Comissões, 13 de outubro de 1999. -
José Agripino, Presidente - **Edison Lobão**, Relator
 - **Roberto Requião** - **Antonio Carlos Valadares** -
Lúcio Alcântara - **Iris Rezende** - **Pedro Simon** -
Ramez Tebet - **Juvêncio da Fonseca** - **Maria do Carmo Alves** - **Francélino Pereira** - **Alcides Dias**

PARECER Nº 807, DE 1999

Da Comissão Diretora, sobre as emendas ao Projeto de Resolução nº 96, de 1999, que dispõe sobre o Pecúlio dos Servidores do Senado Federal e dos Órgãos Supervisionados.

Relator: Senador **Nabor Júnior**

Retorna à Comissão Diretora, para apreciação das emendas apresentadas na forma regimental, o Projeto de Resolução nº 96, de 1999, que dispõe sobre o Pecúlio dos Servidores do Senado Federal e dos Órgãos Supervisionados.

O Parecer emitido pela douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, dentro de sua competência específica, define as alterações passíveis de acatamento e, judiciosamente, determina as que não merecem tal aceitação.

A Comissão Diretora, considerando justas e corretas as apreciações da CCJ, acompanha sua decisão e opina pela aprovação do Projeto de Resolução em tela, nos termos do citado Parecer.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 1999 – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Nabor Júnior**, Relator – **Jonas Pinheiro** – **Casildo Maldaner** – **Lúdio Coelho**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 610, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256, a, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 244, de 1999, de minha autoria.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 1999. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 256, § 2º, inciso II, alínea b, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 611, DE 1999

Senhor Presidente,

Na forma do disposto no art. 258 do Regimento Interno, requeiro que passem a tramitar em conjunto o Projeto de Lei do Senado nº 113, de 1999 que "Proibe

a criação, reprodução, importação e comércio de cães da raça "Pit Bull" e o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1999 que "Dispõe sobre a responsabilidade civil e penal dos proprietários possuidores e criadores de cães perigosos", por disporem sobre matéria correlata.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 1999. – Senador **Ramez Tebet**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O requerimento será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item VIII, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que determinou o arquivamento do Ofício nº S/14, de 1999 (nº 47/99, na origem), do Presidente do Supremo Tribunal Federal, uma vez que o seu objeto já foi atendido pelo Senado Federal, com a aprovação do Projeto de Resolução nº 98, de 1996, que deu origem à Resolução nº 79, de 1996, que suspendeu a execução dos arts 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 12 de junho de 1986, do art. 2º da Lei nº 7.588, de 26 de maio de 1989, bem assim do art. 10 da Lei nº 7.802, de 21 de novembro de 1989, todas do Estado de Santa Catarina.

O Ofício nº S/14, de 1999, anexado ao Projeto de Resolução nº 98, de 1996, vai ao Arquivo.

Será feita a devida comunicação ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Esgotou-se, na última segunda-feira, o prazo previsto no art. 91, §3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 67, de 1999, de autoria do Senador Romero Jucá, que cria selo a ser fixado nos produtos que especifica e dá outras providências;

– Projeto de Lei do Senado nº 191, de 1999, de autoria do Senador Freitas Neto, que dispõe sobre a criação do Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Medicinais Brasileiras; e

– Projeto de Lei do Senado nº 203, de 1999, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação do art. 643 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, os projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Encerrou-se, na última segunda-feira, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 405, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão.

que altera o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, para permitir que os profissionais nele arrolados possam optar pelo SIMPLES.

Não tendo recebido emendas, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência recebeu o Aviso nº 34, de 1999, de 7 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 690, de 1999, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras e serviços complementares da Eclusa de Jupiá, no rio Paraná.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, em cópia, às Comissões de Serviço de Infra-Estrutura e de Fiscalização e Controle.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, baseado no art. 14 do Regimento Interno, gostaria de me inscrever para, no momento oportuno, fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Mesa defere a solicitação de V. Exª.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Da mesma forma que o fez Senador Casildo Maldaner, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Mesa também defere o pedido de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Senhor Presidente da República adotou em 5 de outubro de 1999 e publicou no dia 6 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 1.922, que "Cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER, altera o art. 11 da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Bello Parga

Suplentes

Francelino Pereira

PFL

Djalma Bessa Juvêncio da Fonseca
PMDB

Jáder Barbalho José Fogaça
Nabor Júnior Carlos Bezerra

PSDB
Antero Paes de Barros Luzia Toledo

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB)

Marina Silva Antonio Carlos Valadares
PPB

Leomar Quintanilha Ernandes Armorim

DEPUTADOS

Titulares **Suplentes**

PFL
Medeiros Almerinda de Carvalho
Gervásio Silva Ronaldo Vasconcellos

PMDB
Geddel Vieira Lima Milton Monti
Cezar Shirmer Fernando Diniz

PSDB
Aécio Neves Jutahi Junior

PT
José Genoíno Arlindo Chinaglia

PPB
Odelmo Leão Gerson Peres

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-10-99 – designação da Comissão Mista

Dia 14-10-99 – instalação da Comissão Mista

Até 11-10-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 20-10-99 – prazo final da Comissão Mista

Até 4-11-99 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Senhor Presidente da República adotou em 6 de outubro de 1999 e publicou no dia 7 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 1.923, que "Institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
Bernardo Cabral		José Agripinino
Edison Lobão		José Jorge
	PMDB	
Jáder Barbalho		José Fogaça
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Sérgio Machado		Osmar Dias
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB)		
Marina Silva		Antonio Carlos Valadares
	PPB	
Leomar Quintanilha		Ernandes Amorim
DEPUTADOS		
Suplente		Titulares
	PFL	
Inocência Oliveira		Abelardo Lupion
Pauderney Avelino		Aldir Cabral
	PMDB	
Geddel Vieira Lima		Milton Monti
Cezar Shirmer		Fernando Diniz
	PSDB	
Aécio Neves		Jutahy Junior
	PT	
José Genoíno		Arlindo Chinaglia
	PPB	
Odelmo Leão		Gerson Peres

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-10-99 – designação da Comissão Mista

Dia 14-10-99 – instalação da Comissão Mista

Até 12-10-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 21-10-99 – prazo final da Comissão Mista

Até 5-11-99 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Senhor Presidente da República adotou em 7 de outubro de 1999 e publicou no dia 8 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 1.924, que "Altera a legislação tributária federal e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
Hugo Napoleão		Francelino Pereira
Edison Lobão		Mozarildo Cavalcanti
	PMDB	
Jáder Barbalho		José Fogaça
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Sérgio Machado		Osmar Dias
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB)		
Marina Silva		Antonio Carlos Valadares
	PPB	
Leomar Quintanilha		Ernandes Amorim
DEPUTADOS		
Suplente		Titulares
	PFL	
Inocência Oliveira		Abelardo Lupion
Pauderney Avelino		Aldir Cabral
	PMDB	
Geddel Vieira Lima		Milton Monti
Cezar Shirmer		Fernando Diniz
	PSDB	
Aécio Neves		Jutahy Junior
	PT	
José Genoíno		Arlindo Chinaglia

PPB

Odelmo Leão

Gerson Peres

Dia 13-10-99 – designação da Comissão Mista

Dia 14-10-99 – instalação da Comissão Mista

Até 13-10-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 22-10-99- prazo final da Comissão Mista

Até 6-11-99 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Lúcio Alcântara, por 20 minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Jornal **Folha de S. Paulo** de ontem trouxe um artigo do jornalista Clóvis Rossi, reconhecidamente um dos mais competentes e responsáveis da imprensa brasileira, sob o título "O Lucro e o Público". Ele aborda a questão das privatizações a partir do desastre ferroviário que ocorreu na Inglaterra, de grandes proporções, que culminou com a perda de muitas vidas. E ele, a propósito disso, faz alguns comentários sobre o processo de privatização de uma maneira geral, e, especificamente, sobre as privatizações brasileiras.

O artigo foi publicado pela **Folha de S. Paulo**, edição de ontem, sob o título "O Lucro e o Público", do qual lerei alguns trechos para comentá-los depois.

"Deu ontem nesta **Folha**: o governo britânico vai retirar do grupo privado Rail-track a função de cuidar da segurança das linhas de trens. Motivo: suposto (ou muito real) conflito de interesses entre a busca do lucro, inerente à atividade privada, e a segurança do sistema.

No fundo, o que o governo está insinuando é que o recente desastre com pelo menos 40 mortes na centralíssima estação de Paddington, se deveu ao descuido da empresa com a segurança, motivada pela ênfase no lucro.

Não é o caso de, por isso, sair por aí gritando que o setor privado é um assassino em potencial, sempre que maneja setores que envolvam risco para o público. Afinal, as companhias aéreas são, quase todas, privadas e nem por isso dá para dizer que sacrificam a segurança dos vôos pela ânsia

de lucro (ainda que caibam, sim, inúmeras reclamações decorrentes de carência em terras e no espaço a bordo, visivelmente causadas pela busca do lucro).

O problema está mais na vigilância do setor público, o único que pode fazê-la, em nome da sociedade, e menos na propriedade do meio de produção (ou, no caso, de transporte).

Sempre que o Poder Público relaxa, a ganância do setor privado se sobrepõe a qualquer outro tipo de consideração (segurança, conforto, conveniência do usuário, necessidades sociais em geral).

Tudo leva a crer que, no Brasil, o poder público relaxou – e muito – tanto na forma de promover a privatização de atividades que eram estatais até recentemente como na vigilância sobre os novos donos.

Com uma agravante: se, no Reino Unido, onde o peso da sociedade é maior e mais presente, pôde surgir a suspeita de troca de segurança por lucro, imaginem no Brasil, onde os interesses sociais ainda são muito difusamente representados.

Sr. Presidente, aproveito esta intervenção para, lendo trecho do artigo de Clóvis Rossi, chamar a atenção para o processo de privatização das empresas estatais federais e estaduais que ainda estão por ser vendidas.

Estou convencido de que o melhor processo de privatização ainda é aquele que pulveriza o controle acionário ou, pelo menos, enseja que muitos possam adquirir ações mediante leilão e ingresso nas Bolsas, evitando a concentração da propriedade dessas empresas nas mãos de poucos, o que configura se não monopólio, pelo menos oligopólio. Isso já se pode perceber em várias atividades, cujas empresas estatais já foram vendidas. Esse processo é muito mais democrático. Foi assim que a Inglaterra vendeu as suas empresas estatais, inclusive fazendo propaganda dessa democratização do capital, transformando muitos pequenos investidores em capitalistas, acionistas e proprietários dessas empresas. No Brasil, aconteceu o contrário: as empresas foram vendidas a grupos privados poderosos, com grande tendência à formação de oligopólios, cujas conseqüências já se fazem sentir. E o nosso processo regulatório ainda não se mostrou suficientemente forte para permitir uma ação mais enérgica dessas agências encarregadas da fiscalização dessas atividades.

Chamo a atenção também para a necessidade de fortalecermos essas agências e de cobrarmos delas – nós políticos, representantes do povo e a sociedade como um todo – ações enérgicas para coibir os abusos que muitas vezes as empresas privadas praticam para maximizar seus resultados, obtendo maiores lucros em detrimento da segurança e do consumidor.

Episódios recentes ocorridos com o fornecimento, a distribuição e a geração de energia elétrica e no funcionamento do setor de telecomunicações demonstraram que as agências não agiram com rapidez e energia para coibir falhas, impedir abusos e defender os direitos do consumidor.

Na Inglaterra, onde o Governo tem apenas uma ação fiscalizadora e reguladora, pois o sistema ferroviário foi privatizado, houve uma ação imediata do Governo do Primeiro-Ministro Tony Blair após o incidente com os trens. Ele determinou imediatamente providências no sentido de detectar as causas do acidente, de punir a empresa e de fazer com que a ação do Estado garantisse condições de segurança e protegesse os interesses dos passageiros e do consumidor de uma maneira geral. O trem é quase um ícone inglês. Muitos já ouvimos falar, já lemos e alguns de nós experimentamos o sistema ferroviário inglês. Sabemos como ele é caro ao povo inglês, como há uma ligação estreita entre os ingleses e o trem, entre os ingleses e as suas ferrovias. Por isso mesmo, um dos últimos setores a ser privatizado foram os trens na Inglaterra. E esse acidente suscitou grande discussão, porque, aparentemente, para maximizar os lucros, a empresa falhou na segurança do sistema. Evidentemente, o Governo teve de agir rapidamente no sentido de punir a empresa, de coibir falhas e de exercer, enfim, essa ação reguladora.

Todos dizem que o Estado brasileiro deixará de ser um Estado empresário, que venderá as empresas – por não ser função de Estado ter empresa – e que será um Estado forte, duro, exigente e regulador. Até agora, não estamos vendo isso. Em alguns casos, a privatização aconteceu sem que estivessem estabelecidos convenientemente os mecanismos de fiscalização e de regulamentação e instaladas as agências, de maneira competente, para que fizessem isso.

O que aconteceu com o trem inglês é um alerta. Já privatizamos o sistema ferroviário. Amanhã, não vamos ter problemas aqui, repetindo o acidente da Inglaterra, cuja sociedade é muito mais consciente e exigente e onde o nível de eficiência, em princípio, é maior que o nosso.

Há muitos anos o serviço de transporte público no Brasil, nas grandes cidades, é concessão do Po-

der Público municipal. Mesmo nos maiores municípios – como Porto Alegre, Florianópolis e São Paulo –, o grau de controle que a prefeitura tem sobre o sistema, geralmente, é muito baixo e insuficiente para que ela exerça com competência essa ação reguladora e fiscalizadora.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Permitte-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Nobre Senador Lúcio Alcântara, não pude deixar de cumprimentá-lo. V. Ex^a levanta a tese de que, no Brasil, esse caso ainda é jovem. Na verdade, o País entrou numa fase de privatizações realizadas para grupos internacionais, multinacionais, com a criação, entre os grupos, de dominação em relação a privatizações. A tese de V. Ex^a de que podemos pulverizar, dando o direito a que mais participantes se insiram nesse processo, pode ser o caminho. É importante o tema que V. Ex^a traz ao debate. Na verdade, as agências são jovens no Brasil. Elas ainda não têm o seu poder de fiscalizar, de regular; não têm ainda condições de dar satisfações à sociedade. Isso não está acontecendo ainda. Há muito a desejar nesse particular. É claro que não queremos um Estado que estatize tudo. O melhor é o Estado que tenha fim em si mesmo, como alguns defendem, estatizando algumas empresas e privatizando outras. O melhor caminho não é o Estado sair fora de tudo. O neoliberalismo completo, com a privatização de todas as empresas estatais e com a economia andando por si só, não é ideal. O Estado é necessário como indutor, como regulador – e deve ter forças para isso –, para que a sociedade possa participar do processo. A questão é fundamental. A tese de V. Ex^a acerca de pulverizar, de haver pelo menos uma mínima participação da sociedade numa ou noutra empresa do nosso País, denota mais amor. Penso que é uma estratégia que a Inglaterra tem adotado, que merece reflexão. Acredito que o Governo deve levar em conta essas ponderações. Por isso, gostaria de cumprimentá-lo nesta tarde.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner. Não só eu, mas vários Senadores, apoiamos o Senador José Eduardo Dutra na sua luta – S. Ex^a foi o principal líder – para impedir a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Infelizmente fomos vencidos, e a empresa foi privatizada. Pelo menos, cheguei a dizer aqui, naquela época, que se deveria fazer uma venda pulverizada dessas ações. O que aconteceu depois, por exemplo, na siderurgia e na indústria petroquímica é

que dois ou três grupos detêm praticamente o monopólio dessas atividades. Alguns grupos são excelentes, muito competentes, mas realmente há uma tendência à formação desses oligopólios, muito perigosos para a sociedade.

No setor de energia elétrica e no das comunicações existe uma agência reguladora e fiscalizadora, mas em relação às ferrovias não existe ainda. O que se pode fazer, no Senado, na Comissão de Serviços de Infra-estrutura ou na de Assuntos Econômicos, é chamar aqui os titulares dessas agências para saber o que aconteceu desde a sua criação. Poderíamos ter informações sobre como essas empresas estão sendo operadas ou como estão operando esses serviços nas áreas de eletricidade, de telecomunicações, quais foram as multas aplicadas, se essas multas foram pagas, enfim, sobre como se estão saindo essas empresas, sobre se estão trabalhando bem, prestando bons serviços. O serviço melhorou; ou piorou?

Outro dia, um jornal de grande circulação no País publicou resultados de pesquisa, segundo os quais o povo brasileiro está decepcionado com a privatização. Na realidade, apoiavam majoritariamente a privatização, mas agora passaram para o lado oposto; rejeitam-na. Existem problemas com o pedágio, com as telecomunicações, com a energia elétrica.

Podíamos, nesse momento, já decorrido um certo prazo da implantação dessas agências, reunirmos aqui num seminário de um ou dois dias, aproveitando uma sexta-feira ou uma segunda-feira, quando não há tanta atividade no plenário, para fazermos um balanço das atividades dessas empresas. Elas estão preparadas? Têm condições, orçamento, pessoal qualificado? Estão exercitando essa fiscalização?

A partir de 1º de janeiro, Senador Pedro Simon, nós, integrantes da Comissão que está analisando a matéria sobre televisão, devemos ficar atentos às exigências a serem cumpridas pelas empresas de telecomunicações, porque são enormes. A questão de propiciar acesso a hospitais, a escolas, tudo isso vai exigir um acompanhamento muito grande. Essa lei foi muito detalhada e exigente, havia prazos rígidos a serem observados. No entanto, não serão cumpridos se não houver uma estrutura preparada e recursos humanos suficientes para executarem e fazerem cumprir a lei.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Ouço o Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Felicito V. Exª pela importância do pronunciamento. Na verda-

de, quando vi a notícia da Inglaterra, tive a mesma sensação que V. Exª. E, quando vi a notícia e os detalhes, também me perguntei: se lá aconteceu isso, o que será do Brasil no futuro? Sempre fui um cético das privatizações, da maneira como foram feitas. Como V. Exª, lutei até o fim pela não-privatização da Vale do Rio Doce – aliás, foi um crime mortal. Como V. Exª, também defendi a tese de que, se quisessem, poderiam privatizar empresas determinadas do **pool**. Que privatizassem o Porto de Vitória, a estrada do aço, a Mina de Carajás, desde que o Governo ficasse com a Vale do Rio Doce, pelo menos com a propriedade dos alvarás. Assim, o sentimento da propriedade do nosso subsolo ficaria como parte do Governo. E ela, no futuro, continuaria concedendo, vendendo as empresas, porque não precisaria monitorá-las. Esse direito a que V. Exª se refere, que hoje está nas mãos de dois ou três grupos – direito de leiloar e ganhar muito dinheiro -, poderia pertencer ao Estado. O Governo errou naquele momento, em que o dinheiro estava pouco e o valor das empresas internacionais era baixo. Tínhamos que ter esperado o melhor momento. Não estávamos com a corda no pescoço, podíamos esperar o melhor momento. Não. Não esperaram. Leiloaram. Eu sempre disse e repito agora: qualquer um de nós que vai vender uma casa ou um carro velho, primeiro faz uma reforma, faz uma pintura, dá uma arrumadinha para deixar mais ajeitado; pinta a casa, roça lá na frente, para vender a um preço melhor. No Brasil, todas as estatais que foram vendidas foram desmoralizadas primeiro, ridicularizadas: “não vale nada, não dá nada, não sei o quê”. Baixaram o preço para depois privatizar. Usaram o dinheiro do BNDES, usaram o dinheiro dos fundos de pensão, dinheiro público para comprar empresa pública para ficar privada. O mundo está mostrando a proposta que se fez aqui. E agora parece que o Governo está pensando nisto, na pulverização das ações, em vender abertamente as ações no mercado para que todo mundo seja proprietário de todo mundo. Poderia ter sido feito isso antes, naquele momento. V. Exª tem muita razão quando aborda os fatos que estão acontecendo depois. No entanto, as grandes teses que estão discutindo em Londres é que a privatização pode ter vantagens e vantagens, mas o perigo que ela traz – e seria uma das causas do tremendo desastre – é a contenção de gastos. Pensam: “tenho que dar segurança total, mas por aqui sai mais barato; então, vamos fazer mais barato”. Eles estão argumentando que, na iniciativa privada, o normal é exatamente isso. A iniciativa privada, acostumada a buscar o lucro, nem sempre coloca essa situação no seu devido lugar. Acho que o

momento é importante. V. Ex^a tem razão quando se refere ao caso das ferrovias: não há agência alguma, não há nada. Isso ficou ao deus-dará. Com relação às outras áreas, às que têm agência, sabemos algo sobre elas às vezes porque seu dirigente é uma pessoa competente. Por exemplo, o presidente da Agência Nacional do Petróleo é uma pessoa competente, uma pessoa que debate, que discute, que aparece. Eu não conheço outro membro dessa agência, tampouco sei quem são os presidentes das outras agências ligadas a essa matéria. Uma agência como essa é mais forte que um Ministério. A agência que controla as empresas de comunicação é mais importante que o Ministério das Comunicações. Quando tudo isso ficar completo, o Ministério não terá mais nada a fazer, mas a agência passará a ser um setor da maior força. O que fizemos aqui? Votamos, sem ler. Na verdade, até demos autorização, mas devia ter sido o contrário, ou seja, deveríamos ser os primeiros a fiscalizar, a analisar mais de dez vezes. No entanto, autorizamos o Presidente a fazer as indicações a seu bel-prazer. Duvido que alguém aqui, V. Ex^a ou qualquer outro Senador, consiga dar o nome de três membros de qualquer uma dessas agências. É um anonimato completo. Elas têm uma responsabilidade tremenda. Naquele episódio, tentaram aplicar-lhes uma multa, mas elas foram firmes. O Banco Central aplicou duas multas; uma delas foi a maior multa da história da América Latina, no valor de R\$2,8 bilhões para o Governo do Estado de São Paulo com relação ao antigo Banespa. Recentemente, aplicou multa de R\$400 milhões à nossa Caixa, no Governo do Estado de São Paulo. No entanto, nas agências privadas, na verdade, não vi nada até agora.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a traz contribuições importantes, inclusive recuperando a memória desse processo. É importante que tenhamos isso bem presente, porque, ao lado disso, aconteceu e vem acontecendo uma reforma administrativa que, de certa maneira, é um desmonte do Estado.

Não vou fazer apologia ao Estado que tínhamos, porque havia muitos problemas. As empresas estatais tinham problemas. Não se trata disso. Entretanto, como vamos fazer o Estado exercer esse papel regulador de defesa do consumidor e de proteção do cidadão com esses orçamentos ridículos como tem, por exemplo, o Cade? Ora, num processo desse que estamos vivendo, o Cade, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que analisa a livre concorrência, monopólio, etc., tem de ser um órgão da maior im-

portância, com recursos, meios, pessoal, tudo. A mesma coisa ocorre em relação a essas agências.

V. Ex^a diz muito bem que o próprio processo de avaliação desses nomes é culpa nossa – não vamos querer jogar a culpa em outros. Abdicamos ou não exercitamos na plenitude essa prerrogativa de examinar, perguntar, inquirir, saber quem é, de onde veio e até para onde vai.

Na Inglaterra, no início das privatizações, esse foi um dos problemas que eles experimentaram – o Senador Pedro Simon e o ex-Presidente Itamar Franco têm batido muito aqui a questão da quarentena. Pessoas que pertenciam a empresas que foram privatizadas, depois, foram trabalhar em empresas particulares. É, evidentemente, pelo menos, pouco ético esse comportamento.

É preciso, então, que esse Estado, que se diz um Estado forte, regulador, exigente, fiscalizador, se prepare para isso. Essas agências têm de ter pessoal competente, têm de ter dotação orçamentária, têm de ter estrutura e realmente fiscalizar essas atividades. Do contrário, vamos ficar numa situação de absoluta liberdade para que essas empresas ajam de maneira absolutamente insatisfatória em relação ao público, em relação à sociedade, em relação aos consumidores.

Quero concluir dizendo que aproveitemos esse acidente que aconteceu na Inglaterra para refletir melhor sobre esse processo de privatização, sobre o funcionamento dessas agências reguladoras e fiscalizadoras, para que possamos ter um Estado atuante, presente, no sentido de defender o interesse da sociedade e o interesse do consumidor.

Lembro que não fomos capazes de fiscalizar o Bateaux Mouche, na baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, a segunda cidade do País e antiga capital da República. Larga um navio com um número de pessoas acima da sua capacidade, sem salva-vidas, e acontece um desastre daquele!

Então, temos de botar as barbas de molho e nos preparar para exigir do Governo, do Poder Público, essa fiscalização e regulamentação, sob pena de, amanhã, termos problemas gravíssimos de funcionamento de todas essas empresas privadas que prestam serviços à população.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Lúcio Alcântara, V. Ex^a me permite novo aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Concedo a palavra a V. Ex^a para, depois, concluir o meu pronunciamento.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Peço desculpas pelo atrevimento. Quando fui Governador de

Estado, tinha um serviço de escuta da Assembléia Legislativa no meu gabinete. Quando eu não estava presente, um assessor meu, da mais absoluta confiança, ouvia o pronunciamento dos parlamentares. V. Ex^a não calcula como isso me ajudou. Diria que muitas coisas positivas que fiz foram baseadas nos discursos de parlamentares da Oposição, porque os do Governo vinham falar comigo. Muito do que consegui evitar devo a esses parlamentares. Com relação ao pronunciamento de V. Ex^a, penso que o Palácio do Planalto, que tem assessores nesta Casa, deveria pegar um cópia do mesmo e levá-la ao Presidente da República. Trata-se de algo tão lógico e racional, e o Governo não está fazendo absolutamente nada. Não diria a V. Ex^a para levar o seu pronunciamento, porque nunca sabemos como vamos ser recebidos, mas o Governo deveria, pelo menos, solicitar uma cópia.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Espero que este pronunciamento sirva, realmente, para chamar a atenção, e que o Governo e sua equipe considerem a seriedade do problema e adotem providências, antes que nos tenhamos de defrontar com situações muito difíceis para a sociedade, para o consumidor e para os usuários desse serviço.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Lúcio Alcântara, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lúdio Coelho, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Althoff, por permuta com o Senador Pedro Simon.

O SR. GERALDO ALTHOFF (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de agradecer ao Senador Pedro Simon, que nos deferiu a oportunidade de usar esta tribuna antes do pronunciamento de S. Ex^a.

Há, no Brasil e no mundo, um sentimento de que a informação e o lazer serão fatores predominantes no novo milênio. Entendemos que sim, a tendência do homem, cada vez mais, é procurar a informação e, tendo somente o sentimento da informação, com certeza, o lazer também passa a ser prioridade.

Dentro desse processo de lazer, gostaria de falar um pouco do turismo, que faz crescer a economia e, mais ainda, oportuniza o surgimento de novos empregos. O turismo é, no mundo de hoje, um gigantesco gerador de empregos, envolvendo enormes so-

mas de dinheiro na prestação de serviços e nos investimentos privados, que, por consequência, atrai.

Santa Catarina, o meu Estado, não é diferente disso e até poderia ser citado como um belo exemplo. Aproxima-se o verão, e principalmente as belas praias de Santa Catarina, mormente as praias da nossa Capital, Florianópolis, levam turistas não só do nosso País, mas principalmente de países próximos, da América Latina. Entretanto, em Santa Catarina, há problemas a serem solucionados a fim de que esse sentimento de lazer e turismo seja cada vez maior.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com extrema preocupação, vejo um impasse que está cerceando as boas perspectivas do Programa de Desenvolvimento do Turismo da Região Sul, o chamado Prodetur/ Sul. Esse programa não envolve somente o Estado de Santa Catarina, mas também os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul.

O coordenador do programa Prodetur-Sul é o Ministério do Esporte e Turismo e os subprogramas necessários para a sua implementação foram detalhados e discriminados, respectivamente, pelos estados interessados, dentro, logicamente, de uma visão estratégica comum do próprio sul do Brasil.

Prevê-se, com o Prodetur-Sul, um investimento da ordem de US\$ 450 milhões. Metade desses investimentos será coberta por um financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; a participação da União é de 25% e, conseqüentemente, caberá aos estados contribuir com os outros 25%, definindo os seus critérios e seus interesses de participação.

Entendemos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que é fundamental a presença do Poder Público para orientar de maneira adequada e bem conduzir o turismo. Temos exemplos no mundo todo de iniciativas no sentido de dar ao setor privado condições para oferecer e ampliar os seus investimentos e serviços. O Governo tem que cuidar, principalmente, da infra-estrutura necessária para que o turismo aconteça e também da formação da mão-de-obra, para que esse turismo seja feito com melhor qualidade.

Por isso, o Prodetur-Sul Sul prevê uma variada gama de investimentos por parte do Poder Público: em aeroportos, portos e ancoradouros; em saneamento básico – água, esgoto e tratamento de lixo –; obras viárias urbanas e rodovias; em centros de convenções, museus e centros culturais; em recuperação do patrimônio histórico; em reestruturação e fortalecimento dos órgãos estaduais que dão apoio ao setor e também o fiscalizam; em divulgação de infor-

mações turísticas por parte de cada estado; em capacitação empresarial, gerencial e de mão-de-obra e, finalmente, em conscientização da população no meio da qual é acolhido o turista.

Tudo isso está previsto no Prodetur-Sul. Tudo isso já se mostrou comprovadamente eficaz no Prodetur-Nordeste, um programa que partiu na frente, já está em execução e vem dando bons resultados. No entanto, como afirmei inicialmente, alguns empecilhos existem. Há um impasse representado pela Resolução nº 2.461/97, do Banco Central.

De que trata essa resolução? Vamos tomar como exemplo a nossa Santa Catarina. O governo estadual vem mantendo, através do nosso Governador Esperidião Amin, tratativas permanentes com o BNDES para obter financiamento da parte que lhe caberá – 25% – nos investimentos do Prodetur-Sul. O BNDES mostra-se disposto a conceder esse financiamento a Santa Catarina, mas esbarra, exatamente, nessa resolução que acabei de mencionar.

A resolução limita fortemente os financiamentos ao setor público em geral, a partir de dezembro de 1997, abrindo, no seu artigo 4º, algumas poucas exceções. Entre essas, encontra-se a que permite financiamentos do Banco do Nordeste para as contrapartidas estaduais ao empréstimo do BID no Prodetur-Nordeste. Note-se que é uma exceção justa, a considerar-se o comprovado alcance econômico e social do programa.

É claro que a Resolução nº 2.461/97 tem suas razões bem fundadas na política macroeconômica federal de disciplina monetária. Não obstante essa justificativa de caráter geral, é preciso considerar que o financiamento pretendido não só por Santa Catarina mas também por parte dos outros estados que fazem parte do Prodetur-Sul – Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul – reveste-se de componentes distintos daqueles que determinaram o contingenciamento estabelecido por aquela resolução. Trata-se, no caso, de uma contrapartida a empréstimo internacional que tem a União como tomadora e como responsável pelo programa a ser financiado.

Ora, o bloqueio normativo que representa a Resolução nº 2.461 ameaça sacrificar um projeto de sólidos fundamentos e de efeitos francamente positivos. Esses efeitos já foram comprovados na Região Nordeste e poderão ser evidenciados, agora, na nossa Região Sul, mostrando o seu grande potencial de geração de empregos. O caminho para que se desate o impasse é uma decisão do Conselho Monetário Nacional que permita aos estados obter os financiamentos pretendidos, já que lhes cabe essa contrapartida

nos termos de um empréstimo internacional garantido pelo Governo brasileiro.

Fica aqui externado esse nosso sentimento e este nosso apelo não só em nome de Santa Catarina, mas em nome, como reafirmei anteriormente, de todos os estados que haverão de se beneficiar do Prodetur-Sul – o Estado do Mato Grosso do Sul, o Estado do Paraná e o Estado do Rio Grande do Sul.

O Prodetur-Nordeste mostra a importância da realização de investimentos em infra-estrutura para o desenvolvimento do turismo. O crescimento dessa atividade poderá criar oportunidades para a melhoria da qualidade de vida da economia regional envolvida através da geração de empregos.

O Brasil ainda tem uma atividade turística menor do que as suas reais potencialidades. Nós, da Região Sul, queremos participar desse processo através do Prodetur-Sul. Sabemos que, no caso de turistas estrangeiros, turismo também significa divisas, dólares. É altamente positivo também que o turista brasileiro seja atraído para o turismo interno, deixando de gastar dólares no exterior.

Portanto, Sr. Presidente, é preciso estimular ações como as previstas no Prodetur-Sul. O financiamento do BNDES é necessário para que os estados envolvidos – e aqui falo em nome do meu estado, que quer buscar em torno de 150 milhões de dólares de financiamento junto ao BNDES com a finalidade de fazer com que a nossa Santa Catarina, a minha Santa Catarina, a Região Sul do Brasil tenha no turismo uma fonte de renda significativa e, assim, possa oferecer melhor qualidade de vida àqueles cidadãos que lá moram e que haverão de se beneficiar com essas medidas, principalmente com a diminuição do desemprego.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Com a palavra o Senador Pedro Simon, por permuta com o Senador Maguito Vilela.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, noticia a imprensa que o Dr. Reginaldo de Castro, Presidente da OAB, lançará uma nova campanha contra a impunidade no próximo dia 25.

O Conselho Federal da OAB tomou essa decisão tendo em vista a preocupação com o que chama de aumento da instituição do crime organizado em vários locais do Brasil, contra o que aconteceu no Acre, o que aconteceu no Piauí, e o que vem acontecendo em várias unidades da Federação. E a CPI, presidida

pelo Senador Ramez Tebet, vem a demonstrar que são vários os casos de unidades da Federação com envolvimento de funcionários públicos, pessoas da Brigada Militar ou do Exército, juizes, parlamentares, Poder Executivo, enfim, organizações da qual fazem parte integrantes de corporações para combater o crime, praticando violências que vão muito além de um crime de quadrilha.

Houve isso quando estourou o absurdo das fraudes nas pensões da Previdência, inclusive a advogada está até agora gozando dos capitais em Costa Rica, se não me engano, e envolveu uma infinidade de pessoas, desde o juiz, o advogado, os funcionários, enfim, toda a organização do Estado, composta de diversas entidades que executam e fiscalizam, viu-se envolvida no crime organizado para roubar e esconder.

Essa decisão da OAB é, portanto, muito importante, como também foi importante a sua atuação no momento em que a CPI buscou o **impeachment** do ex-Presidente Fernando Collor de Mello. Também não posso esquecer a atuação da ABI e da CNBB. Lembro-me que quando houve a decisão de entrar com o pedido de **impeachment**, baseado em um trabalho feito pela CPI, na hora de escolher quem assinaria o referido pedido, as propostas eram as mais variadas, mas, modéstia à parte, a minha é que foi aceita.

Defendi que deviam assinar uma pessoa e uma instituição. A primeira assinatura foi a de Barbosa Lima Sobrinho, assinando mais como cidadão do que como Presidente da ABI; a segunda assinatura foi a da OAB, representada pelo seu Presidente, pelo reconhecimento ao tremendo trabalho que a OAB desempenhou, coordenando a Campanha pela Ética na Política juntamente com a CNBB e a ABI.

Vivemos um momento de coroação e de seriedade na política deste País naqueles dois anos, onde este Congresso talvez tenha vivido a fase mais bonita da sua história, primeiro porque uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que culminou com o **impeachment** do Presidente, termina serena, tranqüila e democrática. E tenho obrigação de dizer isso: a CPI saiu porque o Sr. Collor, embora tenha cometido mil erros, não interferiu, não boicotou, não impediu o trabalho da CPI. Não sei se por vaidade ou porque nunca tenha passado pela cabeça dele, já que não estávamos buscando o **impeachment** do Presidente, mas averiguando as acusações do Sr. Pedro Collor, irmão do Presidente, contra o Sr. PC Farias, que eram muito fortes e graves. O título da CPI não foi o **impeachment** do Presidente, e sim as acusações do Sr. Pedro

Collor contra o Sr. PC Farias, que envolvia o Estado, que envolvia agentes do Estado na corrupção. Terminou aparecendo a figura do Presidente envolvido. Mas a verdade tenho que dizer: o Sr. Collor não exerceu nenhuma interferência na CPI, nenhuma pressão nos parlamentares, que, no início, na sua imensa maioria, eram contra, e terminaram, à exceção, se não me engano, de um voto, aprovando o **impeachment**.

Depois fizemos a CPI dos Anões do Orçamento, quando ficou provado que houve corrupção no Orçamento. Cortamos na carne, como se diz, e vários parlamentares foram afastados. Parecia que ali, pela primeira vez na história deste País, estávamos começando a ter vergonha na cara, estávamos fazendo aquilo que levaria o País a uma campanha de seriedade e de dignidade.

O Movimento pela Ética na Política se reunia com o Governo Federal – Betinho na Presidência e D. Mauro como Secretário-Executivo – e fazia uma campanha contra a fome. O Presidente da República criava uma comissão para investigar qualquer denúncia de corrupção envolvendo o Governo. Entregava o comando dessa comissão aos chamados notáveis da sociedade. O Sr. Emerson Kapaz, que agora saiu do PSDB e foi para o Partido Comunista para ser Prefeito de São Paulo, era uma dessas pessoas.

Pensei que vivíamos uma nova era. No entanto, Sr. Presidente, vejo agora, com profunda mágoa e profundo pesar, isso deixando de acontecer. A primeira paulada que recebi foi quando o Governo Federal impediu que se criasse a CPI dos corruptores. Ali não tinha o que se fazer. Era pegar o que já estava feito nas duas CPIs anteriores, porque a CPI da Corrupção do Orçamento possuía todos os dados sobre os corruptores e a CPI das denúncias do Pedro Collor contra o PC Farias também já incluía informações contra os corruptores.

Na primeira CPI, quando as denúncias de Pedro Collor de Mello envolveram a figura do Presidente Fernando Collor de Mello, as demais questões ficaram paralisadas. Um fato compreensível. A CPI só se envolveu com a acusação contra o Presidente e o seu conseqüente **impeachment**. O resto das provas ficou guardado.

Quando se criou a CPI dos Anões do Orçamento, foram somadas aos dados daquela Comissão as informações que haviam sobrado da CPI do **impeachment**. Os trabalhos da CPI foram se desenvolvendo e as provas foram aparecendo, até o momento em que se descobriu uma empresa em Brasília, onde havia uma montanha de papéis envolvendo fatos muito sérios. Um Parlamentar da CPI, lamentavelmente,

deu todo o material para a imprensa. E tudo foi publicado nos jornais: o que era sério e o que não era, inclusive uma lista com os nomes de Parlamentares e de pessoas pertencentes a entidades da maior seriedade que ganhavam presentes de Natal daquela empresa. Isso causou uma revolta tão grande na Câmara e no Senado que houve a determinação de acabar com a CPI imediatamente. Faltavam 20 dias, e não deram um dia a mais de prazo.

Então, tivemos que tomar uma decisão, e fui o responsável por ela. Ou investigávamos os Parlamentares, ou investigávamos as empresas corruptoras. O meu argumento ingênuo: "vamos investigar os Parlamentares, porque investigando-os e julgando-os teremos autoridade para investigar, depois, os corruptores. E vamos colocar como item número um das conclusões da CPI a criação imediata da CPI dos Corruptores."

Em 20 dias concluímos os trabalhos: cassamos 10 Parlamentares. Mas o Dr. Fernando Henrique não deixou que a minha comissão dos corruptores fosse instalada. Até vou fazer justiça. Não foi um argumento de má-fé, não foi medo; foi um argumento pragmático dessa assessoria que o cerca. Disseram: "Perdemos um ano", para eles foi perdido, "na CPI do **Impeachment**; perdemos um ano na CPI dos Anões do Orçamento. Estamos começando um novo governo e vamos começar com CPI de novo?" Assim, arquivaram o pedido.

Estamos começando por onde terminamos. A OAB, a CNBB, a ABI, as entidades estão lançando o Movimento Contra a Impunidade e Pela Ética na Política. Desta vez, os argumentos são muito mais sérios e não ouvíamos falar sobre eles naquela oportunidade: o crime organizado, as quadrilhas – não como as da máfia italiana, mas onde integrantes da organização governamental, sejam civis, militares, do Judiciário ou do Legislativo, fazem parte –, integradas por pessoas que têm a responsabilidade de agir e de fiscalizar.

Que pena que isso tenha que ser feito! Que bom que isso vai ser feito! Que pena que tenha que ser feito, porque essa já poderia ser uma página virada na história do Brasil.

Outro dia, li uma publicação em uma revista que me causou mágoa e revolta, pois afirmava que faz parte da característica do brasileiro ser corrupto, que é endêmico. O povo brasileiro, a sociedade brasileira, todos nós somos corruptos. Não acredito nisso e não aceito esse tipo de coisa.

Não aceito que se diga isso, porque não vejo no povo brasileiro sintoma de corrupção a mais do que

no americano, no australiano, no indiano ou no europeu. É verdade que somos um País onde as elites dominaram o tempo todo, e elas nunca foram muito sérias, desde que Pedro Álvares Cabral aqui chegou, pois Pero Vaz de Caminha já pedia ao Rei, na sua carta, que mandasse de volta seu sobrinho. Isso é verdade. No entanto, parece-me que o povo brasileiro tem boa índole, mas, nós, a elite governante, não tivemos autoridade para cumprir com a nossa missão e desempenhar o nosso papel.

Por isso, vejo com respeito a decisão da OAB e de seu Presidente no sentido de reunir novamente as entidades que fizeram, ontem, o Movimento pela Ética na Política e, hoje, o Movimento Contra a Impunidade. Não é possível que continuem a ocorrer casos como o do Deputado do Acre. E está provado que o primeiro e o segundo suplentes também fazem parte da mesma equipe. O Governador chegou a fazer um apelo, atendido pela Polícia Federal, com competência, diga-se de passagem, para que os envolvidos fossem transferidos para Brasília. Isso é muito sério. No Acre, no Piauí, em Alagoas e no Rio de Janeiro vemos esse tipo de ação.

É uma situação na qual ou agimos como devemos ou não sei o que vai acontecer, pois o acusado acusa o acusador e, com tantas trocas de acusações na imprensa, não se sabe onde é que está a verdade e onde é que está a mentira. É muito difícil, quase impossível, discernir o corrupto, o ladrão, o assassino real e evidente do denunciante – aquele que está acusando de coração e de alma aberta –, ou do omissivo – é muito grave, mas é muito diferente de ter participado –, ou do que ganhou comissão – não participou, mas recebeu para deixar as coisas acontecerem.

No Acre, a Procuradoria da República e a Polícia Federal agiram bem ao colocar todos os implicados num avião para Brasília, pois o envolvimento era de tal ordem que não se podia definir quem iria prender e inquirir os suspeitos.

É muito séria a decisão da OAB de criar esse movimento. E é muito séria a nossa responsabilidade, bem como a do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de dar apoio àquela instituição.

Sr. Presidente, há dois anos, patrocinei, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por duas vezes, a vinda ao Brasil dos célebres componentes, juizes e procuradores, da "Operação Mãos Limpas", da Itália, um trabalho sensacional realizado naquele país. Naquela ocasião, a máfia estava se desenvolvendo, avançando, crescendo, enfim, praticamente dominando o país. Foi então que houve um movimento integrado dos magistrados, procuradores,

delegados e da polícia que mudou o perfil da Itália. É verdade que pegaram cerca de 100 parlamentares e botaram na cadeia por serem ladrões; ex-primeiros ministros, vários ministros e até o presidente da Fiat foi parar na cadeia. Pegou-se gente graúda, juizes, muita gente, mas foi assim que mudaram o destino da Itália. Pela primeira vez, milhões e milhões de dólares voltaram para os cofres do Poder público, porque eles foram lá, prenderam os ladrões e pegaram o dinheiro de volta. Esta foi uma operação que o mundo inteiro acompanhou: a "Operação Mãos Limpas".

Não sei se não é o caso de o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República, o Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados fazerem uma reunião e tentarem, pelo menos, unir os esforços para conseguir algum objetivo.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT-DF) – Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com prazer ouço o Senador Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – O tempo de V. Ex^a está esgotado.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Senador Pedro Simon, é um papel importantíssimo o que V. Ex^a desempenha neste momento, num País em que aconselharam lá de cima a que esquecêssemos de tudo e V. Ex^a, com uma memória viva desta Casa, vem lembrar tudo o que deveria ter sido esquecido, de acordo com alguns interesses escusos a que V. Ex^a não se submeteu. Desse modo – como o tempo já está esgotado e o meu aparte, ainda que fosse de um minuto, seria longo -, gostaria apenas de dizer que antigamente muitas pessoas diziam que eu era radical, porque afirmava que o Brasil é uma "bancocracia", é dominado pelos bancos, pelo interesse dos bancos; taxas de juros, política monetária e tudo mais para favorecer banqueiros. Agora, o Sr. Everardo Maciel, Secretário da Receita Federal, acaba de afirmar que o Brasil é uma "cleptocracia" e que está caminhando para se transformar em uma "narcocracia". O domínio dos ladrões, "cleptocracia", se transformará no domínio dos narcotraficantes, numa "narcocracia". Essas expressões, muito mais duras do que às que eu usava até há pouco tempo, da "bancocracia", que continua presente, já falam tudo, resumem tudo, expressam tudo aquilo que o nosso tempo espremido não permite que nós expressemos. Meus parabéns. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Encerro obedecendo a determi-

nação do Regimento, mas é preciso registrar que o aparte do Senador Lauro Campos é muito importante. O Sr. Everardo Maciel, aquele mesma pessoa que na CPI do Sistema Financeiro nos emocionou a todos pela sua seriedade, pela sua competência e pela proposta que fez, quando afirmou que cerca de R\$800 bilhões não são arrecadados porque saem pelos vazios, pelas entrelinhas deixadas na legislação e aproveitadas pelo Sistema Financeiro e pelas grandes empresas, declara que o Brasil é um sistema que está indo da "cleptocracia" para o paraíso das drogas. Está havendo uma mistura da droga com o roubo organizado. Foi o que aconteceu na Colômbia. E o ex-Presidente da Colômbia, quando esteve presente na Comissão de Relações Exteriores, nos chamou a atenção sobre essa questão, assim como o vice-Presidente. "Abram os olhos no Brasil para que essas coisas não aconteçam". Olhem que para um Secretário da Receita dizer isso...

O nobre Senador, representante de Brasília, é considerado um radical, apesar de toda a sua fisionomia tranqüila e serena. Tem mesmo a postura de um mestre, de um professor universitário, o que ele realmente é. No entanto, S. Ex^a é considerado um radical. S. Ex^a falava em "bancocracia" e nós aceitávamos, porque é o que estamos vendo. Muda-se tudo no Brasil, mas os mesmos estão no Sistema Financeiro. Toda a política muda, muda e muda, para eles sempre terminarem por cima. Mas agora vem o Sr. Everardo Maciel e afirma que estamos mudando, que todo mundo está roubando. Quem diz é o Secretário da Receita. Então, partindo desse momento em que todo mundo rouba, o tráfico organizado irá dar as coordenadas que poderá colocar em risco a nossa Amazônia.

Agradeço a tolerância, Sr. Presidente, e volto a cumprimentar a OAB. Penso que o Presidente Fernando Henrique Cardoso teria uma atitude realmente muito significativa se ele chamasse o Presidente da OAB, conversasse com ele e, depois disso, se S. Ex^a tivesse a humildade de marcar uma reunião com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, com o Presidente da Câmara, com o Presidente do Senado e com o Procurador-Geral da República para ver que medidas podem ser tomadas para, efetivamente, enfrentarem essa questão.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Lúdio Coelho, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jonas Pinheiro, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Esta Presidência prorroga a Hora do Expediente por dez minutos para uma comunicação inadiável.

Tem a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, meus nobres colegas, recebi um ofício da Prefeita Vilsa Maria Corioletti, da Cidade de Formosa, que fica a oeste do meu Estado de Santa Catarina, quase na fronteira com a Argentina, que passo a ler:

“Cumprimentando cordialmente V. Ex^a, vimos por meio deste solicitar a interferência junto ao Ministério da Previdência quanto à renovação do convênio junto à ECT – Empresa de Correios e Telégrafos –, para o encaminhamento dos kits de benefícios aos assegurados da Previdência, uma vez que, a partir do dia 04/10/99, encerrou-se o referido convênio e a ECT – Empresa de Correios e Telégrafos – não efetua o atendimento aos beneficiários.

A administração municipal de Formosa do Sul está preocupada com seus municípios, pois os mesmos terão que se deslocar até o posto de serviços do INSS de Chapecó, numa distância de 65 (sessenta e cinco) km. Dessa forma, os segurados do Município de Formosa do Sul ficam prejudicados em seus benefícios, sendo que a maioria são pessoas carentes e com pouca formação.

Sendo o que nos apresenta no momento, aproveitamos o ensejo para manifestar nosso apreço.

Atenciosamente,

Vilsa Maria Corioletti.

Prefeita Municipal de Formosa do Sul.

Sr. Presidente, nobres colegas, trago esta preocupação em nome da prefeita desse Município que acabo de citar e em função de outras manifestações, que representam inúmeros Municípios no meu Estado e no restante do Brasil.

Esse convênio entre o Ministério da Previdência Social e a Empresa de Correios e Telégrafos existia para atender principalmente os menores Municípios, onde o INSS não tem postos de atendimento, pois os beneficiários, nas agências do Correio, encaminhavam requerimentos para aposentadoria, auxílio-maternidade, auxílio-doença, enfim, para todas as questões relacionadas à Previdência.

A partir de 04 de outubro deste ano, Sr. Presidente, esse convênio não existe mais e os moradores

de pequenos Municípios, como Formosa do Sul, para procurarem os serviços do INSS, ficam sujeitos a se deslocar até os Municípios maiores, onde existem postos de atendimento, tendo que percorrer grandes distâncias, muitas vezes em estradas precárias, dependendo de carona, de ônibus e, às vezes, não podendo voltar no mesmo dia, o que lhes ocasiona uma série de dificuldades.

Gostaria, Sr. Presidente, em nome dessa prefeita e representando uma série de Municípios do Brasil, de fazer um apelo ao Ministro da Previdência para que analisasse com carinho a possibilidade de reenaminhamento desse convênio com a ECT, porque trata-se de uma questão importante para os menos aquinhoados, para as pessoas que moram nas pequenas comunidades, nos pequenos Municípios. Essa é uma maneira de se centralizar o atendimento e vale a pena o Ministério da Previdência Social encarar com carinho e particular atenção o apelo que faço em nome dessa prefeita e, em consequência, de tantos e tantos Municípios do Brasil.

É o apelo que faço nesta oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero trazer o anúncio ao Senado Federal, com muita alegria, de que hoje nós, médicos brasileiros, estamos comemorando um momento de mudança ou de mais responsabilidade na condução da política de saúde deste País, que é a substituição da atual Diretoria do Conselho Federal de Medicina, entidade de classe superior da minha categoria profissional.

Temos, hoje, a posse do eminente médico Edson de Oliveira Andrade, que assumirá os destinos do Conselho Federal de Medicina e a política de saúde que diga respeito aos médicos brasileiros nos próximos anos, substituindo a figura marcante, e que profunda contribuição trouxe à resistência médica por uma saúde digna neste País, do professor Waldir Paiva Mesquita. Por uma intriga favorável, são dois representantes da região amazônica brasileira. O professor Waldir Paiva Mesquita foi professor da Universidade Federal do Pará e fez uma gestão com sua equipe de conselheiros, reunindo membros de todo o Brasil, que, eu diria, marcou a nossa contemporaneidade, porque tratou com profundo senso de responsabilidade e prioridade a valorização do exercício profissional médico neste País. Eu diria, também com

muita alegria, que a herança deixada por aquilo que se conquistou durante a gestão do professor Waldir Paiva Mesquita será totalmente absorvida pela atual gestão e nova diretoria do Conselho Federal de Medicina, na figura do Dr. Edson de Oliveira Andrade, tentando aumentar o desafio pela própria evolução do tempo. Hoje, às vésperas de um novo milênio e em meio a uma revolução tecnológica, o desafio de ser médico é muito maior, o desafio de preservar uma imagem de autoridade, de credibilidade, de honestidade humanista do profissional médico é muito maior, em função dos desafios da tecnologia e do conhecimento cada vez mais intenso, num menor intervalo de tempo.

Então, com imenso prazer, faço uma leitura breve do currículo do novo Presidente do Conselho Federal de Medicina, que é formado na Universidade Federal do Amazonas, na Região Norte do Brasil; Mestre em Pneumologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; advogado formado pela Universidade Federal do Amazonas; 2º Secretário do Conselho Federal de Medicina até a gestão de 1999 e Presidente do Conselho Regional de Medicina.

Três pontos são fundamentais na sua posição em relação à gestão das políticas públicas.

Quando se pergunta ao novo Presidente do Conselho Federal quais as prioridades que estão definidas para as políticas de saúde no Brasil, em relação ao Conselho Federal de Medicina, S. S^a responde:

A principal meta dessa nova gestão será a defesa intransigente da Medicina. Isso, na nossa opinião, somente se dá quando o médico tem seu papel social respeitado por meio de remuneração digna, condições de trabalho adequadas e possibilidade de crescimento científico. Isso não significa adotar qualquer tipo de postura corporativista, mas sim defender os próprios interesses da sociedade, que necessita de uma Medicina eficiente que não se concretiza sem o médico prestigiado e reconhecido.

Segunda pergunta: "Como fazer para se atingir esse objetivo?"

O Dr. Edson Andrade afirma:

É preciso abrir várias frentes de ação, que passam pela avaliação do aparelho formador médico, atualmente massacrado e poluído; pela discussão absolutamente necessária e improrrogável sobre o Sistema Único de Saúde, ideário democrático surrupiado e corrompido por projetos políticos dissociados das necessidades da popula-

ção, e por uma análise desprovida de preconceitos das novas formas de trabalho médico, formas estas muitas vezes fruto de uma consciente avaliação do profissional do momento em que vive e que conceitos antigos impediam de ver com a clareza que se faz necessária.

Última pergunta: "Como o senhor entende o papel do Conselho Federal de Medicina na defesa dos médicos e da sociedade?"

Resposta do Dr. Edson de Oliveira Andrade:

O Conselho Federal de Medicina e os Conselhos Regionais de Medicina são órgãos da sociedade mantidos exclusivamente pela classe médica, com o intuito de defender e zelar pela boa prática da Medicina em nosso País. Na medida que isso se dá, estamos defendendo tanto a sociedade quanto o bom profissional. Os Conselhos de Medicina são espécies de ponto de encontro, local marcado para essa reunião necessária entre médicos e sociedade. Sua atuação transcende, embora não dispense, as questões cartoriais corriqueiras. Os Conselhos de Medicina já são, mas precisam ser mais ainda, o local onde as demandas sociais possam ser discutidas, contestadas, aprimoradas e, após receberem o tratamento devido, possam ter o encaminhamento adequado.

Essas são manifestações do novo Presidente do Conselho Federal de Medicina, que muito há de contribuir para a recuperação da credibilidade, da dignidade e da função humanista insubstituível que tem o médico na sociedade contemporânea.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não é bem inadiável, entretanto, a bondade de V. Ex^a permite-me que encaminhe à Mesa, para publicação, a Carta que dirigi ao Sr. Kofi Annan, Secretário-Geral da ONU, sobre a pobreza no Brasil e no mundo, e a atuação dos órgãos, sobretudo financeiros americanos em relação a esse assunto agora.

Estive com o Subsecretário para Assuntos Econômicos e Sociais, Nitin Desai, que conhece bem a situação do Brasil, e pudemos discutir, com absoluta

franqueza, o que o Brasil espera dos organismos internacionais, em um encontro que durou 45 minutos, acompanhado do Embaixador do Brasil na ONU, Embaixador Gelson Fonseca, posso dizer que a ONU não resolve, mas a ONU pode encaminhar para os organismos internacionais o ponto de vista da grande maioria dos Congressistas brasileiros.

Nessa viagem que fiz, por conta própria, me levou a esse conhecimento não só na ONU, como em outros órgãos americanos, onde pude destacar a posição do Senado da República e do Congresso Nacional em relação a esse tema palpitante, que é o da erradicação da pobreza, que hoje realmente preocupa não só o nosso País, mas o mundo inteiro.

Encaminho a V. Ex^a a Carta, pedindo a sua publicação.

Muito obrigado a V. Ex^a.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

Brasília, 6 de outubro de 1999
Excelentíssimo Senhor
Doutor Kofi Annan
Secretário-Geral das Nações Unidas

Senhor Secretário-Geral

Creio ser compatível com minhas responsabilidades de presidente do Congresso Nacional brasileiro, trazer ao conhecimento de Vossa Excelência as recentes iniciativas tomadas, em meu País, com vistas a combater e erradicar o terrível flagelo da pobreza e da miséria.

Com isto, dou testemunho de uma situação insustentável contra a qual, de há, muito, se insurgem meus colegas do Parlamento. Desejo também, com este gesto, significar a admiração e o apreço que temos por Vossa Excelência, por sua ação em prol da paz e do desenvolvimento mundiais – processos nos quais o combate à pobreza desempenha papel fundamental – e pela organização que dirige, com tão extraordinário espírito público.

O Brasil de hoje, senhor Secretário-Geral, não é um país pobre, mas ainda é um país que tem muitos pobres; muitos mais do que deveria ter, se tomado em consideração seu razoável nível de renda *per capita*. Já se disse, com razão, que ainda somos, acima de tudo, um país injusto, visto que escandalosamente injusta é a nossa desigualdade em termos de distribuição de renda. Aliás, ela é muito grande e muito persistente. Daí que sejam pelo menos 40 milhões de brasileiros, algo como 25 por cento de nossa população, os que vivem abaixo dos níveis mínimos de subsistência, num desafiante quadro de fome e miséria que nossas riquezas naturais, potencial de trabalho, diversificação do setor produtivo e renda média não permitem justificar.

As causas da pobreza no Brasil são múltiplas, mas vale destacar a perversa distribuição de renda como fator preponderante, aliada aos baixos índices de educação e de qualificação profissional, além do arcaísmo de certos meios de produção que, a exemplo do que vem ocorrendo em outras partes do mundo,

sufrem com o direcionamento do capital produtivo para o mercado financeiro.

O crescimento econômico, por si só, tem-se revelado insuficiente para erradicar a pobreza. Explica-se, assim, a estagnação dos indicadores sociais mesmo nos períodos de incremento da economia, em que pesem medidas governamentais paralelas, de intervenção no salário mínimo ou de combate ao desemprego. O perfil da pobreza no Brasil, aliás, demonstra que o cidadão pobre não é necessariamente um desempregado, mas, na maioria das vezes, alguém que, exercendo atividade produtiva no mercado convencional ou na informalidade, não tem remuneração adequada para atender às suas necessidades básicas e às de sua família.

A elevadíssima concentração de renda, medida pelo coeficiente de Gini, de 0,59, é motivo de constrangimento para quantos dela tomem conhecimento, configurando uma das piores distribuições do planeta, conforme dados divulgados, ainda no mês passado, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Pesquisa desenvolvida pelo órgão governamental IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) revelou que, em 1997, a parcela de 1% da população mais rica detinha 13,8% da renda nacional. Esse dado é motivo de opróbrio para nós, brasileiros, quando cotejado com a participação dos 50% mais pobres da população, que era de 12,1% do produto nacional.

Em outras palavras, a renda de um brasileiro abastado supera, com alguma folga, a de um grupo de outras 50 brasileiros menos afortunados. A participação do segmento mais rico, nos últimos 20 anos, variou entre 12,8% e 18,5% da renda nacional, enquanto a dos 50% mais pobres situou-se entre 10,5% e 13,0% do mesmo produto.

A preocupação com a população socialmente excluída, no Brasil, se torna mais aguda à medida em que a pobreza recrudescer em todo o planeta, suscitando reavaliações dos atos de governos e organismos internacionais responsáveis pelas políticas de desenvolvimento econômico e de promoção do bem-estar. Em acorde uníssono, os meios de comunicação propagam as advertências de estudiosos e governantes para o agravamento da miséria, da fome e da exclusão social, num claro paradoxo com a capacidade hodierna de aumentar a produção com baixo custo. Esse "grito dos pobres" que ecoa com estridência pelos quatro cantos do planeta nos impele à ação energética e inadiável.

O fenômeno da globalização, que se tornou irreversível a partir do monumental avanço tecnológico da sociedade contemporânea, suscita cuidados especiais para não aprofundar o hiato entre países ricos e países pobres. Trata-se de uma constatação recente, que conta agora com o aval de entidades vinculadas à organização presidida por Vossa Excelência, tanto quanto de governantes de países industrializados.

Ao verificar uma "interrelação vital" entre crescimento econômico e desenvolvimento social, o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional alertou para a necessidade de se humanizar a globalização. Apelos com teor semelhante têm sido feitos por autoridades as mais diversas, como o Papa João Paulo II, o primeiro-ministro Tony Blair, o presidente Bill Clinton, o dirigente máximo do Banco Mundial, da Organização Mundial do Comércio e da UNCTAD, por exemplo.

A verdade, senhor Secretário-Geral, é que as receitas ortodoxas prescritas pelos organismos internacionais, como o saneamento das economias públicas e o incremento da atividade privada, conquanto ajudem a debelar crises econômicas, têm-se mostrado insuficientes para reduzir a pobreza.

A existência de três bilhões de pessoas – nada menos que metade da população mundial – vivendo com renda diária inferior a dois dólares per capita justifica a inclusão do combate à pobreza como prioridade máxima no contexto internacional.

No Brasil, os sucessivos governos não se tem omitido nessa árdua tarefa. Não se pode, conscientemente, negar os esforços governamentais nesse sentido, nem, tampouco, a abnegada atuação de crescentes setores da sociedade organizada. Entretanto, grande parte do esforço de canalizar recursos públicos para as áreas sociais tem-se revelado perverso e contraproducente, na medida em que tais investimentos acabam por ser apropriados e ir beneficiar os não-pobres, em vez daqueles realmente necessitados. E temos gasto, nestes últimos anos, algo como 21 por cento do PIB nos setores sociais...

Tal empenho, portanto, não tem surtido efeitos duradouros e efetivos, exigindo da sociedade brasileira a adoção de novos modelos de atuação. Sensível ao clamor social, atento à realidade e consciente de seus deveres, o Congresso Nacional não tem faltado com um renovado chamamento de atenção para o problema, arguta análise de seus condicionantes e proposição de soluções que, conjuntamente, parecem mais adequadas. Recentemente, acaba de inaugurar nova etapa nesse combate, com uma proposta que, visando atender os casos emergenciais que afetam milhões de brasileiros, não perde de vista a necessidade de inclusão social dos oprimidos, mediante ações permanentes de educação e assistência à saúde.

Há dois meses, senhor Secretário-Geral, tomei a iniciativa de apresentar proposta que altera a Constituição Federal brasileira, para estabelecer as bases para uma ação integrada de erradicação da miséria. Prevista para ser executada num prazo de dez anos, a proposta sugere medidas que, além de melhorar as condições de vida dos segmentos mais carentes, lhe possibilitem gerar renda e promover sua inclusão social.

Sem descuidar dos casos agudos e urgentes, que resultam em sofrimento e até prematuras, a proposta cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Formando com receitas de tributos diversos e já existentes, somando cerca de quatro bilhões de dólares anuais, esse fundo constituirá eficiente instrumento fiscal para intervir na estrutura social de forma definitiva. "Com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistências", o fundo terá seus recursos "aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para a melhoria da qualidade de vida".

A efetividade que se espera da proposta em curso deriva notadamente da interação entre entes públicos de todas as esferas e instituições privadas, como sindicatos, igrejas, associações de moradores e ONGs, salientando-se que os recursos serão administrados por um conselho gestor infenso a ingerências do poder público e das organizações partidárias.

Os resultados dessa proposta já se fazem, felizmente, sentir.

Imediatamente após sua apresentação ao Senado da República, constituiu-se uma comissão especial bicameral para analisar as causas estruturais da fome e da pobreza no País e apresentar soluções objetivando sua erradicação, bem como a redução das desigualdades. A par dos intensos trabalhos que a aludida comissão já vem desenvolvendo, os debates a respeito dessa questão têm-se intensificado em foros os mais diversos e prestigiosos, de norte a sul do País.

A participação do povo brasileiro em questão de interesse tão crucial não chega a ser novidade. A solidariedade faz parte do ethos da população, fato sobejamente evidenciado nos mo-

mentos de calamidade ou nas campanhas em prol dos segmentos desfavorecidos.

Cabe salientar que outras iniciativas anteriores e de objetivo semelhante têm propiciado bons resultados no Brasil, como o programa de renda mínima familiar, de imediata efetividade, o engenhoso esquema de bolsa-escola, de resultados já comprovados, certas ações pontuais levadas a cabo, com eficácia, por entidades religiosas ou não e programas de caráter social empreendidos por exitosa parceria entre Governo e sociedade civil. A proposta de criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza procura conciliar as experiências proveitosas desses programas e condicionar a utilização dos recursos a uma efetiva participação social; de forma a minimizar de imediato as conseqüências da miséria, sem perder de vista, no entanto, a inclusão social de largas parcelas da população e o duradouro resgaste da sua condição de cidadania.

Não desejo alongar-me, senhor Secretário-Geral. Estou certo de contar com a compreensão de Vossa Excelência para esta causa, que é nobre e tem o unânime apoio do povo brasileiro. Nesse sentido, são animadoras as novas preocupações sociais que vemos passar a influenciar a reflexão e o trabalho de vários organismos econômicos multilaterais. Estou seguro, também de que não nos faltará o incentivo e ajuda da Organização das Nações Unidas, cuja sensibilidade para tal problema é, de há muito, por todos reconhecida.

Cordialmente – Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional.

O Sr. Jonas Pinheiro, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jonas Pinheiro.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 612, DE 1999

Senhor Presidente,

Com fundamento no disposto no Art. 218, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento, na madrugada do dia doze de outubro, do ex-deputado federal Wilson Vargas – um dos fundadores, em 1946, do PTB no Rio Grande do Sul, com apresentação de condolências aos membros de sua família.

Justificação

Político de larga experiência, deputado estadual durante três legislaturas, Wilson Vargas exerceu também um mandato de deputado federal. Chegou a concorrer à prefeitura de Porto Alegre, em 1959, quando saiu vencedor Loureiro da Silva. No pleito se-

guinte, em 1963, disputou a indicação do PTB para concorrer, mais uma vez, à prefeitura da capital, mas foi derrotado por apenas dois votos (23 a 21) por seu correligionário Sereno Chaise, que acabou sendo eleito prefeito. Cabo eleitoral de Leonel Brizola na campanha vitoriosa para o governo do Estado, foi indicado secretário de Minas e Energia e comandou a encampação dos serviços de energia elétrica. Com seus direitos políticos cassados pelo regime militar, Wilson Vargas passou a dedicar-se à agricultura e ao comando de uma propriedade rural em São Francisco de Paulo. Ao longo de toda sua vida política, deu mostras de um grande amor pelo Rio Grande do Sul e pelo Brasil. Wilson Vargas deixou a mulher Flávia, três filhos e netos.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 1999. – **Pedro Simon – Emília Fernandes – Antonio Carlos Magalhães.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Este requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que desejarem. (Pausa.)

O SR. PEDRÔ SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Para encaminhar a votação, tem a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em mais de uma oportunidade já pensei que fazemos tanta lei que não tem nenhum significado que poderíamos fazer uma que proibisse os nossos amigos de morrerem em feriadão, pois só ficamos sabendo no dia seguinte.

Todos nós do Rio Grande do Sul ficamos surpreendidos com a morte, ontem pela madrugada, e sepultamento ontem também, às cinco horas da tarde, de Wilson Vargas da Silveira. Um homem que representa muito para nós do Rio Grande do Sul.

Deputado estadual, Deputado Federal; foi Secretário de Minas e Energia do Governo Leonel Brizola; foi Presidente da Caixa Econômica Federal no meu Governo no Rio Grande do Sul. Ele é considerado um dos trabalhistas históricos, um dos homens mais extraordinários, da maior dignidade e seriedade. Ele tinha as qualidades do gaúcho. E porque não dizer, às vezes, o rompanete, a pretensão, a maneira de gestos largos e discurso fantástico que empolgava a tudo e a todos, levantando a sociedade e o Rio Grande do Sul todo.

Wilson Vargas foi um dos políticos mais dignos e autênticos que conheci. Ele era da Ala Moça do PTB,

uma geração antes da minha, constituída por ele, Brizola, Sereno Chaise – eles, inclusive, tiveram chance, já na primeira eleição na Assembléia Nacional Constituinte. Foi um Deputado estadual de primeiríssima grandeza. No Governo Brizola, ele teve a responsabilidade de encampar, à época, a companhia estadual de energia elétrica e a companhia telefônica, empresas que estavam nas mãos de estrangeiros, praticamente falidas, não fazendo, há muito tempo, uma obra no Rio Grande do Sul, ele foi autor dessa privatização no Governo Brizola.

Durante o Movimento de 64, ele saiu na primeira lista de cassação – ele, João Caruso, Sereno Chaise, Prefeito de Porto Alegre, junto com Brizola, Jango e tantos outros. Foi preso. Os presos políticos do Rio Grande do Sul não tiveram absolutamente nada de violência por parte da brigada militar – que teve uma atuação altamente digna e correta –, eles que estiveram presos por um longo período e por várias vezes. Era impressionante, quando iamos visitá-lo, a grandeza, a capacidade, a competência de resistir e não se dobrar ao destino e à fatalidade. Saíamos de lá com o ânimo redobrado. Estavam no mesmo salão, presos, com estilos totalmente diferentes, o Presidente do PTB do Rio Grande do Sul, Dr. João Caruso, místico, ajoelhava-se e rezava, e, lá pelas tantas, antes de dormir, obrigava os outros e a nós a rezarmos também. O Sr. Wilson Vargas, um brincalhão, alegre, mas, já na prisão, tramando o que deveríamos fazer para resistência.

Foi na casa de Wilson Vargas, eu, Presidente do MDB, o rapaz que entrou porque todos tinham sido cassados praticamente, que reunimos a nova geração do PTB com a geração dos cassados, e depois, nós do MDB, com os cassados. Foi na casa de Wilson Vargas, com os carros da brigada e os do Exército, parados, um em cada esquina, para anotar as placas daqueles que iam ali – que a gente ia e a gente conversava.

Não me esqueço, não posso me esquecer, quando fizemos o entendimento – extintos o PTB, o PL e os partidos políticos –, terminada a eleição direta para o governo de Estado – que deveria ter em 1996, como teve nos outros Estados, em 1965, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais – o Governo suspendeu as diretas, criou as indiretas, e disse que quem elegeria o governador seriam os Deputados estaduais.

Nós fizemos um amplo entendimento. Nesse amplo entendimento com Paulo Brossard, até então o grande adversário do PTB – os discursos que Brossard fazia na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, como Deputado, contra nós, eram publicados

na capa, na íntegra, de **O Estado de S. Paulo**, na capa, na íntegra, de **O Globo** no Rio de Janeiro, tal o prestígio e tal a credibilidade que ele tinha. Pois magoado com os sentimento, com as mudanças que a Revolução teve, com o não-cumprimento daquilo que eles imaginavam, eles fizeram uma ampla aliança conosco. Nós, do ex-PTB com os parlamentares do ex-Partido Libertador: Brossard e tantos outros.

Na reunião que nós fizemos, na casa de Wilson Vargas, para celebrar esse entendimento, para celebrar esse acordo, estávamos lá: nós, do MDB; os casados tais como João Caruso, Sereno Chese, Wilson Vargas, Lamezão Porto, e os que vieram do PL: Paulo Brossard e tantos outros. Brossard e a equipe do Partido Libertador e PTB eram inimigos tradicionais. Não se falavam praticamente em termos políticos. Estávamos na reunião, na casa de Wilson Vargas, numa sala, nós, os homens – ainda não eram tantas as mulheres nessa posição que tem hoje –; e, na outra, as mulheres. Nós, os homens, gargalhávamos, brincávamos, alguém contava um fato, outro repetia uma história, era uma alegria geral, uma felicidade pelo momento. As mulheres não conseguiram derreter o gelo: uma mal olhava para outra, não se disseram duas palavras, um silêncio sepulcral.

Fomos para a mesa de jantar, onde se reuniram homens e mulheres, quando alguém disse – se não me engano, até fui eu –: “Engraçado, sempre dizemos que as mulheres têm mais sentimento, mais alma, mais grandeza que os homens, que têm uma imensidão de amar e compreender. No entanto, nós, os homens, que brigamos, que lutamos, que fomos inimigos, que soltamos tiros, estamos aqui nos abraçando e nos perdoadando; mas as mulheres mal se olham, não se cumprimentam, não se dizem nada.”

Ai Wilson Vargas disse algo que nunca pude esquecer na minha vida: “É, mas nós, quando chegamos em casa, só contamos a elas os absurdos, os erros e os desaforos que nossos adversários nos fizeram; mas nunca lhes dizemos as invenções, os desaforos que falamos para os nossos adversários. Com nossos adversários, agimos de um para um: se eles dizem algo, respondemos. Mas nossas mulheres só sabem o que eles disseram para nós; omitimos sempre o que dissemos a elas”.

Esse era Wilson Vargas: um homem que tinha um sentimento enorme de patriotismo. Um grande amigo de Leonel Brizola, é verdade; um grande amigo meu, também é verdade. Passou a vida querendo unir os dois lados. Quando o Brizola uniu o PDT com o PDS, lançando um candidato a Governador pelo PDT e ao Senado um candidato do PDS, fazendo

uma união contra mim, Wilson Vargas ficou do meu lado, fez a campanha comigo, dizendo que não podia aceitar que fiquemos contra um grande trabalhista.

Quatro anos depois, tínhamos a candidatura de Fogaça, nosso irmão, nosso companheiro, mas ele ficou com o Collares, porque era trabalhista e seu contemporâneo e porque achava que tínhamos de ter ficado juntos.

Wilson Vargas morreu com dignidade. À Flávia, sua querida esposa, e aos seus filhos, o nosso abraço fraterno. Fiquei sabendo da sua morte ontem à noite, quando cheguei em casa, mas o enterro já havia ocorrido.

Ao meu querido amigo Wilson Vargas, ao seu trabalho, à sua luta, ao seu esforço, à sua memória, o meu abraço muito fraterno.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não me poderia furtar a assinar o requerimento de pesar apresentado pelo Senador Pedro Simon pela morte do ex-Deputado Federal Wilson Vargas, Secretário de Estado, candidato a Prefeito de Porto Alegre, Presidente e Secretário-Geral do PMDB do Rio Grande do Sul. Ele teve um papel relevante na nossa vida política regional. Foi uma das maiores lideranças deste século no Rio Grande do Sul. Seu nome vai para uma galeria de grandes figuras, de grandes personagens das mais notórias expressões políticas do nosso Estado.

Wilson Vargas representava o chamado trabalho tradicional, o chamado trabalhismo histórico. As suas raízes estavam em Getúlio Vargas, que tinha, por sua vez, as raízes no positivismo, em Júlio de Castilhos, em Borges de Medeiros. Wilson Vargas era o representante mais genuíno, mais fiel, mais imputável dessa vertente histórica do pensamento político no nosso Estado. Por isso mesmo, apesar de meu grande amigo pessoal, apesar de ter até atitudes permanentes de carinho pessoal em relação a mim, quando fui candidato à Prefeitura de Porto Alegre, juntamente com o Deputado Carrion, ele ficou com Alceu Collares. E também o fez quando fui candidato a Governador do Rio Grande do Sul, em 1990.

Isso, de modo algum, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, me faz ter menos respeito, menos reverência, menos exaltação pela figura extraordinária de Wilson Vargas. No começo de minha vida pública,

eleito Deputado Estadual, tive nele a palavra de apoio, de estímulo, de esclarecimento. Abriu-me muitas portas da compreensão do universo político novo que eu assumia e enfrentava e, sobretudo, dava lições permanentes de sua consciência política.

O nobre Senador Pedro Simon foi muito feliz ao lembrar o episódio em que ele optou por Alceu Collares, porque, na sua visão e entendimento, a unidade política do trabalhismo era essencial. Por isso, ele deixou o brizolismo, deixou o PDT nascente e filiou-se ao PMDB, afastando-se, portanto, do grande líder político Leonel Brizola, sob cuja liderança, sob cuja égide ele tinha desenvolvido toda a sua brilhante carreira política. Fê-lo em nome de um princípio maior, de uma visão que, ao meu ver, era inteiramente justificada no processo político de então. Ele dizia: "O trabalhismo não pode-se dividir". Wilson Vargas queria dizer, em palavras talvez inteligíveis para os conceitos mais atuais do espectro político brasileiro, que a socialdemocracia não podia constituir tantas e tão variadas vertentes porque ela se enfraqueceria. E, de fato, o trabalhismo, o gérmen da socialdemocracia no Brasil gerou o PDT, o PMDB e o próprio PSDB e tem partes expressivas, importantes também dentro do PT.

Wilson Vargas era um apologista da unidade, um defensor radical da preservação de uma vertente única para a socialdemocracia associada ao trabalhismo e às concepções políticas de Alberto Pasqualini. Infelizmente, seus sonhos, seus desejos, seus objetivos não se realizaram. Mas ele deixou uma marca na vida e na história do Rio Grande do Sul. Eu, que fui muito mais contemporâneo dos seus filhos do que dele próprio, recebi dele ensinamentos que são para mim eternos e imutáveis em matéria de comportamento político.

Wilson Vargas influenciou, ajudou, impulsionou, estimulou, abriu portas para uma grande geração de novos políticos, para o grande número de novos políticos que surgiram no final da década de 70 no Rio Grande do Sul. Tenho certeza que hoje tanto o PMDB do Rio Grande do Sul quanto o PDT estão de luto diante da morte do seu grande líder, do seu grande nome histórico o ex-Deputado Federal Dr. Wilson Vargas, a quem, neste momento, também faço meu preito e a minha reverência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência da Casa se associa às homenagens a Wilson Vargas que o Senado acaba de prestar

e tão bem traduzidas pelos eminentes Senadores Pedro Simon e José Fogaça, do Rio Grande do Sul.

O perfil traçado pelo Senador Pedro Simon é exatamente aquele que eu conheci do meu colega Wilson Vargas na Câmara dos Deputados. De modo que eu também participo do pesar dos gaúchos pela perda de um homem público de muita coragem, de muita decisão e de rompantes até característicos da sua região.

A Mesa se associa, mais uma vez, ao sentimento de perda para o Rio Grande do Sul e para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jonas Pinheiro.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 573, DE 1999

Altera dispositivos da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que "Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com a redação dada pelo art. 4º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 26. Depende de autorização da Aneel:

V – a geração proveniente de fontes alternativas de energia, de potência superior 1.000 kw, destinada a produção independente ou autoprodução.

§ 1º Para cada aproveitamento referido nos incisos I e V, a Aneel estipulará percentual de redução não inferior a cinquenta por cento, a ser aplicado aos valores das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição, de forma a garantir competitividade à energia ofertada pelo empreendimento.

§ 5º Os aproveitamentos referidos nos incisos I e V poderão comercializar energia elétrica com consumidores cuja carga seja

maior ou igual a 500 kW, independentemente dos prazos de carência constantes do art. 15 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição tem como objetivo estender a todos os aproveitamentos energéticos de pequena potência, inclusive os de energia eólica, os benefícios que são atualmente concedidos às pequenas centrais hidrelétricas.

A partir da nova redação dada ao art. 26 da Lei nº 9.427, de 1996, as pequenas centrais hidrelétricas, voltadas para a produção independente ou a autoprodução, passaram a fazer jus a pelo menos duas vantagens significativas, contidas nos §§ 1º e 5º do mesmo artigo. São elas:

"Art. 26. Depende de autorização da Aneel:

I – o aproveitamento de potencial hidráulico de potência superior a 1.000kW e igual ou inferior a 30.000kW, destinado a produção independente ou autoprodução, mantidas as características de pequena central hidrelétrica;

§ 1º Para cada aproveitamento de que trata o inciso I, a Aneel estipulará percentual de redução não inferior a 50% (cinquenta por cento), a ser aplicado aos valores das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição, de forma a garantir competitividade à energia ofertada pelo empreendimento.

§ 2º Ao aproveitamento referido neste artigo que funcionar interligado ao sistema elétrico, é assegurada a participação nas vantagens técnicas e econômicas da operação interligada, devendo submeter-se ao rateio do ônus, quando ocorrer.

§ 5º Os aproveitamentos referidos no inciso I poderão comercializar energia elétrica com consumidores cuja carga seja maior ou igual a 500kW, independentemente dos prazos de carência constantes do art. 15 da Lei nº 9.074, de 1995."

As pequenas centrais hidrelétricas recebem uma redução de pelo menos 50% no valor do pedá-

gio de transmissão e distribuição de eletricidade (§ 1º) e podem comercializar energia elétrica com consumidores com carga igual ou maior a 500kW, independentemente dos prazos estabelecido na Lei nº 9.074, de 1995 (§ 5º). Além disso, têm a possibilidade de funcionar como sistema de autoprodução, como produtor independente e como parte do sistema interligado de energia elétrica (§ 2º).

Nosso País é rico em potencial hidrelétrico e é do interesse de todos estimular este aproveitamento, sobretudo na forma das pequenas centrais. Estas costumam causar menos danos ao meio ambiente, envolvem investimentos menos vultosos, e costumam também ficar mais próximas dos centros de carga. Ocorre que, hoje, nas regiões de maior demanda. Sudeste, Sul e Nordeste, o potencial hidrelétrico está praticamente todo utilizado. O que resta está localizado na região Norte e seu aproveitamento, embora já esteja sendo feito, inclusive, com linhas de transmissão para o Nordeste e o Sudeste, implica em problemas de custo e de preservação ambiental.

O elevado índice de incidência solar da maior parte de nosso País nos faculta a projeção de outras formas de energia obtidas a partir da luz solar. Uma delas é a da utilização de células fotovoltaicas, aproveitando o fenômeno do efeito fotoelétrico, mais comumente chamada de "energia solar". Outra forma de aproveitamento da energia fornecida pelo sol é a energia eólica. Os cataventos das usinas eólicas têm surpreendido os céticos e se espalham hoje pelo mundo, em escala de produção efetiva. Desenvolveu-se toda uma tecnologia de projetos de cataventos e turbinas específicas para as usinas de energia eólica.

Apesar de estar praticamente limitada aos países desenvolvidos, a produção de energia eólica é a que mais cresce no mundo. Somente nos primeiros anos desta década, a potência instalada no mundo cresceu cerca de cinco vezes. Na Europa, por exemplo, projeta-se gerar por turbinas eólicas, até o ano de 2020, cerca de dez por cento de toda a energia a ser consumida no continente.

O potencial brasileiro de energia eólica explorável é enorme, principalmente na costa nordestina e em algumas áreas do sertão do São Francisco, onde a velocidade média dos ventos acima de 50 metros do solo ultrapassa os 8,5 metros por segundo, ou 30,6 quilômetros por hora. No Nordeste, particularmente, a energia eólica viria a significar um aporte precioso e uma alternativa à energia de origem hidrelétrica, pois ali se enfrenta um dilema trágico entre o

emprego da água para a irrigação da agricultura e sua utilização na produção de energia. A produção de energia eólica viria a possibilitar um emprego mais intenso da água na agricultura, mesmo nos meses secos ou nas grandes estiagens.

Diante das enormes vantagens associadas ao uso de fontes alternativas de energia, que são limpas e renováveis, não faz sentido deixar de estimular seu uso. Por isso, é importante que se estenda a esses outros aproveitamentos, os benefícios hoje concedidos às pequenas usinas hidrelétricas.

Considerando, portanto, a importância que as formas alternativas de energia terão para o futuro do País, submetemos à alta deliberação dos ilustres membros desta Casa a presente iniciativa, esperando a indispensável acolhida.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 1999. – Senador **José Jorge**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998

Altera dispositivos das Leis nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS e de suas subsidiárias e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 4º Os artigos 3º e 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 26. Depende de autorização da Aneel:

I – o aproveitamento de potencial hidráulico de potência superior a 1.000 KW e igual ou inferior a 30.000 KW, destinado a produção independente ou autoprodução, mantidas as características de pequena hidrelétrica;

II – a compra e venda de energia elétrica, por agente comercializador;

III – a importação e exportação de energia elétrica, bem como a implantação dos respectivos sistemas de transmissão associados;

IV – a comercialização, eventual e temporária, pelos autoprodutores, de seus excedentes de energia elétrica.

§ 1º Para cada aproveitamento de que trata o inciso I, a Aneel estipulará percentual de redução não inferior a 50% (cinquenta por cento), a ser aplicado aos valores das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição, de forma a garantir competitividade à energia ofertada pelo empreendimento.

§ 2º Ao aproveitamento referido neste artigo que funcionar interligado ao sistema elétrico, é assegurada a participação nas vantagens técnicas e econômicas da operação interligada, devendo também submeter-se ao rateio do ônus, quando ocorrer.

§ 3º A comercialização da energia elétrica resultante da atividade referida nos incisos, II, III e IV, far-se-á nos termos dos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995.

§ 4º É estendido às usinas hidrelétricas referidas no inciso I que iniciarem a operação após a publicação desta Lei, a isenção de que trata o inciso I do art. 42 da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

§ 5º Os aproveitamentos referidos no inciso I poderão comercializar energia elétrica com consumidores cuja carga seja maior ou igual a 500KW, independentemente dos prazos de carência constantes do art. 15 da Lei nº 9.074, de 1995.”

Art. 22. No prazo de até 90(noventa) dias da publicação desta Lei, o Poder Executivo providenciará a republicação atualizada das Leis nºs 3.890-A, de 1961, 8.666, de 1993, 8.987, de 1995, 9.074, de 1995, e 9.427 de 1996, com todas as alterações nelas introduzidas, inclusive as decorrentes desta Lei.

(As Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O projeto será publicado e remetido às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 96, DE 1999

Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 594, de 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 96, de 1999 (apresentado pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 686, de 1999, Relator: Senador Nabor Júnior), que *dispõe sobre o Pecúlio dos Servidores do Senado Federal e dos Órgãos Supervisionados*.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 07 do corrente mês, quando teve sua discussão adiada para esta data.

(Dependendo de Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, da Comissão Diretora, Senador Nabor Júnior, que concluem favoravelmente ao projeto e às Emendas nºs 5, 10 e 11, e parcialmente 1 a 4, 6 e 7, na forma das Emendas 12 a 16, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que apresentou, e contrário às Emendas nºs 8 e 9-Plen).

Discussão em conjunto do projeto, do substitutivo e das emendas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica prejudicada a Emenda nº 1, de 1999-Plen, substitutiva.

Votação em globo das Emendas 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10 e 11 de Plenário, nos termos das Emendas 12 a 16-CCJ, com pareceres favoráveis.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Ficam prejudicadas as Emendas 8 e 9, de Plenário, em virtude da aprovação da Emenda 15 CCJ.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo redação final que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 808, DE 1999

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 96, de 1999.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 96, de 1999, que dispõe sobre o Pecúlio dos Servidores do Senado Federal e dos Órgãos Supervisionados.

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de outubro de 1999 – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Nabor Júnior**, Relator – **Lúdio Coelho** – **Jonas Pinheiro**.

ANEXO AO PARACER Nº 808, DE 1999.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1999

Dispõe sobre o Pecúlio dos Servidores do Senado Federal e dos Órgãos Supervisionados.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A Assembléia-Geral dos participantes é o órgão máximo de deliberação do Pecúlio dos Servidores do Senado Federal e dos Órgãos Supervisionados, criado pela Resolução nº 12, de 30 de maio de 1985.

Parágrafo único. A Assembléia-Geral deliberará por maioria absoluta dos participantes, quando se tratar de decisões que envolvam a dissolução do Pecúlio ou a destinação do seu patrimônio.

Art. 2º A Comissão de Administração do Pecúlio, a que se refere o art. 9º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 1987, convocará, no prazo de até quinze dias da publicação desta Resolução, a Assembléia-Geral para deliberar sobre as seguintes matérias:

- I – eleição da nova Comissão de Administração;
- II – eleição dos membros do Conselho Fiscal.

§ 1º A Comissão de Administração será composta por cinco integrantes do Pecúlio, e o Conselho Fiscal por três membros, participantes do Pecúlio.

sendo dois designados pela Diretoria-Geral do Senado Federal e um eleito pela Assembléia-Geral.

§ 2º Os membros da Comissão de Administração e do Conselho Fiscal não serão remunerados e assumirão suas atribuições imediatamente após a eleição, para mandato de até seis meses.

Art. 3º Em até trinta dias, a contar da eleição, a Comissão de Administração eleita apresentará à Assembléia-Geral propostas concernentes à continuidade, à transformação ou à extinção do Pecúlio.

§ 1º As propostas da Comissão de Administração indicarão os ajustes jurídicos operacionais cabíveis, os mecanismos de substituição do atual sistema de seguridade e de sua forma de gestão, a partilha dos ativos financeiros, e os procedimentos para liquidação, conforme o caso.

§ 2º Decorrido o prazo previsto no **caput** sem que a Comissão de Administração apresente proposta, o Conselho fiscal, em três dias úteis, convocará a Assembléia-Geral para eleição de nova Comissão de Administração.

Art. 4º O benefício por óbito de participante do Pecúlio, ocorrido na fase de transição, será pago na forma estabelecida pela Resolução nº 12, de 1985, por decisão da Comissão de Administração.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE(Antonio Carlos Magalhães) – **Item 2:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 1995** (nº 2.235/91, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafos ao art. 163 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata da obrigação das empresas de manter serviços especializados sob nº 469, de 1997, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner, os em segurança e medicina do trabalho*, tendo

Parecer favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 613, DE 1999

Senhor presidente,

Nos termos do art. 279, inciso I, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 1995, a fim de que sobre ele seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 1999. – **Hugo Napoleão – Nabor Júnior.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Hugo Napoleão, para justificar o requerimento de sua autoria.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tive o cuidado de pedir o reexame da matéria perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa porque me assaltou uma dúvida que diz respeito ao seguinte fato. O projeto de lei pretende alterar o art. 163 da Consolidação das Leis do Trabalho, aumentando a competência da CIPA, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, com a proposta de que a mesma possa, por sua iniciativa ou solicitação de trabalhadores prejudicados, determinar a suspensão da atividade de um ou mais postos de trabalho.

Sr. Presidente, ocorre, todavia, que existe hoje um serviço especializado de segurança em Medicina do Trabalho que está disciplinado pela regulamentação específica junto ao Ministério do Trabalho. Eu gostaria exatamente de verificar se já essa comissão existente, esse serviço especializado de segurança em Medicina do Trabalho já não detém os poderes necessários que são vislumbrados no projeto de lei em questão. Então gostaria muito que a Comissão Constituição, Justiça e Cidadania pudesse se debruçar especificamente sobre essa questão, se o serviço especializado já não cobre de maneira suficiente e já não é suficientemente um diploma legal que o regula, em face da eventual desnecessidade de que a matéria seja regulamentada no presente projeto de lei.

Era a dúvida que apresentaria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agradecendo a V. Exª a deferência.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Pela ordem, o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria um esclarecimento, porque o requerimento que foi lido pede reexame da Comissão de Assuntos Sociais. O Senador Hugo Napoleão, ao justificá-lo, pede exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Quero saber exatamente o que estamos votando, porque se for da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, eu voto a favor, agora, se for reexame da Comissão de Assuntos Sociais, quero votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a tem absoluta razão, porque já está sendo modificado para que tenha o voto de V. Ex^a para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Então tem o voto a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento de audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 3:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1998** (nº 624/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, em Brasília, em 10 de julho de 1997, tendo*

Parecer favorável, sob nº 688, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Bernardo Cabral.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora para redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 15, DE 1998
(Nº 624/98, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, em Brasília, em 10 de julho de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, em Brasília, em 10 de julho de 1997.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 4:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1998** (nº 625/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Emprego por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca, em Praga, em 13 de julho de 1997, tendo*

Parecer favorável, sob nº 689, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador José Fogaça.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 18, DE 1998****(Nº 625/98, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto de Acordo sobre o Exercício de Emprego por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca, em Praga, em 13 de junho de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre o Exercício de Emprego por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca, em Praga, em 13 de junho de 1997.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 5:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 1998** (nº 633/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas, concluída em Caracas, em 1º de dezembro de 1996, tendo*

Parecer favorável, sob nº 691, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Trata-se de um projeto importante na área da ecologia, na qual o Ministro Sarney tem feito um bonito trabalho.

Vários argumentos contribuem para a aprovação do presente texto pelo Senado Federal: o Brasil foi o país sede da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente que proclamou a Declaração do Rio de 1992, fundamentada no texto interamericano analisado; colaborou ativamente na elaboração do texto ora submetido à aprovação congressional, a ponto de se poder dizer que é proposta nossa – do Brasil – a sua abertura à adesão de Estados não pertencentes à região, devido o caráter migratório das tartarugas marinhas; finalmente, vem empreendendo, por meio do Projeto Tamar, trabalho louvável na proteção e conservação das mencionadas espécies.

É, portanto, oportuno e conveniente que nosso País pretenda formalizar a sua vinculação a um instrumento internacional elogiado por governos, ecologistas e organizações não-governamentais, acolhendo normas multilaterais que disciplinem aspectos ambientais correlacionados às atividades econômicas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 148, DE 1998****(Nº 633/98, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto da Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas, concluída em Caracas, em 1º de dezembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Interamericana para a Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas, concluída em Caracas, em 1º de dezembro de 1996.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 6:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 538, de 1999**, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 68 e 88, de 1999, por regularem a mesma matéria.

Votação do requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Resolução nºs 68 e 88, de 1999, passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1998 (nº 624, de 1998, na Câmara dos Deputados), que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 809, DE 1999

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1998 (nº 624, de 1998, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1998 (nº 624, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, em Brasília, em 10 de julho de 1997.

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de outubro de 1999. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Nabor Junior**, Relator – **Casildo Maldaner** – **Lúdio Coelho**.

ANEXO AO PARECER Nº 809, DE 1999

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 1999

Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado

entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, em Brasília, em 10 de julho de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, em Brasília, 10 de julho de 1997.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 614, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, do Parecer referente à redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1998 (nº 624/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, em Brasília, em 10 de julho de 1997.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 1999. – **Djalma Bessa**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo redação final ao Projeto de Decreto Le-

gislativo nº 18, de 1998 (nº 625, de 1998, na Câmara dos Deputados), que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 810, DE 1999

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1998 (nº 625, de 1998, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1998 (nº 625, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Emprego por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca, em Praga, em 13 de junho de 1997.

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de outubro de 1999. **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Nabor Junior**, Relator – **Casildo Maldaner** – **Lúdio Coelho**.

ANEXO AO PARECER Nº 810, DE 1999

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 1999

Aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Emprego por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca, em Praga, em 13 de junho de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre o exercício de Emprego por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca, em Praga, em 13 de junho de 1997.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encar-

gos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 615, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, do Parecer referente à redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1998 (nº 625/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Emprego por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca, em Praga, em 13 de junho de 1997.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 1999. – **José Fogaça**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 1998 (nº 633, de 1998, na Câmara dos Deputados), que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte

PARECER Nº 811, DE 1999

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 1998 (nº 633, de 1998, na Câmara dos Deputados)

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 1998 (nº

633, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas, concluída em Caracas, em 1º de dezembro de 1996.

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de outubro de 1999. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Nabor Júnior**, Relator – **Casildo Maldaner** – **Lúdio Coelho**.

ANEXO AO PARECER Nº 811, DE 1999

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1999

Aprova o texto da Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas, concluída em Caracas, em 1º de dezembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção Interamericana para a Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas, concluída em Caracas, em 1º de dezembro de 1996.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 616, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321, do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, do Parecer referente à redação final do projeto de Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 1998 (nº 633/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas, concluída em Caracas, em 1º de dezembro de 1996.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 1999. – **Djalma Bessa**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador José Sarney, por permuta com o Senador Mauro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador José Sarney, por permuta com o Senador Mauro Miranda.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dividir com o Senado algumas reflexões sobre nossas relações com a Argentina.

Em duas semanas, na Argentina, realizar-se-ão eleições presidenciais, que estão sendo acompanhadas por todos nós, com o maior interesse. Todos sabemos que as nossas relações com a Argentina foram sempre marcadas por muitos desencontros. É preciso que se faça uma certa retrospectiva histórica.

A questão central das nossas divergências com a Argentina, ao longo do tempo, nasceu com a concepção estratégica do século XIX de que quem tivesse o domínio da bacia do Prata tinha o domínio sobre a América do Sul. Então, toda a nossa política externa estava baseada justamente nas perspectivas estratégicas na direção do Cone Sul. A questão do Prata envolveu várias gerações, chegando até a nossa.

Como intelectual e tendo uma perfeita consciência desses equívocos, quando cheguei à Presidência da República, levava uma firme decisão de iniciar uma nova etapa nas relações entre Brasil e Argentina. Para tanto, logo nos primeiros dias do meu Governo, mandei a Buenos Aires o meu Ministro das Relações Exteriores. Tinha uma grande pressa porque sempre tive uma noção exata sobre os equívocos que marcavam nossas relações com a Argentina. O meu Ministro das Relações Exteriores, Dr. Olavo Setúbal, tinha a missão de propor à Argentina uma mudança substancial nas nossas relações.

Daí nasceu meu primeiro encontro com o Presidente Raúl Alfonsín, que ocorreu logo em seguida, em novembro, em Foz do Iguaçu. Notei que havia uma grande identidade entre o que eu pensava e o que pensava o Presidente da Argentina. Compreendi, verifiquei e constatei a presença de um grande homem público no Dr. Raúl Alfonsín, um estadista das Américas, de virtudes extraordinárias e um homem de um grande patrimônio moral e político da nação argentina. Ele compreendeu logo que deveríamos crescer juntos, que tínhamos a oportunidade de mudar a história do nosso continente. Nesse dia, o Presidente Alfonsín deu o primeiro passo – para surpresa de todos nós –, que teve uma importância decisiva na troca das imagens sobre a relação Brasil e Argentina.

Fora de qualquer programa, contra o conselho dos seus assessores, o Presidente Raúl Alfonsín disse-me que queria visitar a Usina de Itaipu. Todos sabemos as questões que estavam no bojo do problema de Itaipu e que criavam um atrito muito grande entre o Brasil e a Argentina, com reflexos nas posições de nossas Forças Armadas. Naquele momento importantíssimo, sepultávamos as nossas divergências sobre as águas da bacia do Prata.

Naquele instante, firmamos acordos básicos, inclusive o mais delicado de todos, o acordo sobre a área nuclear. Precisávamos acabar com aquela sedução de alguns setores militares de nossos dois países, a tentação de uma corrida nuclear em nossa região.

Depois desse acordo, o Presidente Alfonsín, numa visão conjugada com a nossa, foi mais longe e teve um gesto inédito na história das relações entre os países no mundo inteiro. Todos os países guardavam os seus segredos nucleares protegidos de uma maneira total.

O Presidente Alfonsín, num simples gesto, querendo mostrar sua disposição nesse novo relacionamento, convidou-me para visitar a Usina Nuclear de Pesquisa de Pilcaniyeu, na Província do Rio Negro, perto de Bariloche, que não tinha sido visitada por ne-

nhum Presidente da Argentina, nem mesmo pelos militares. E ali S. Ex^a levou o Presidente do Brasil. Mas não levou apenas para uma visita protocolar; S. Ex^a acordou comigo que eu levasse toda a nossa equipe de cientistas, para que, com os cientistas argentinos, discutíssemos e abrissemos a caixa-preta do problema nuclear entre Brasil e Argentina. Esse foi um gesto extraordinário, que tive a oportunidade de realçar nas Nações Unidas.

Depois, para corresponder a esses sentimentos do Presidente Raúl Alfonsín, eu o convidei para inaugurar – e podemos pensar o que isso significa na então difícil relação entre Brasil e Argentina, na época – a nossa Usina de Aramar. Nós, brasileiros, descobríamos, naquele momento, o enriquecimento do urânio, um passo importante na capacitação tecnológica de nosso País. Em Aramar ainda está uma placa: "Esta usina foi inaugurada com a presença do Presidente da Argentina, Dr. Raúl Alfonsín".

Com aqueles dois gestos, sepultávamos toda e qualquer condição de corrida nuclear entre os nossos dois países. E mais: apresentei, em nome do Brasil, a moção, nas Nações Unidas, para desmilitarizar a América Latina, a América do Sul, o Atlântico Sul. Ainda, seguindo o rastro do Tratado de Trateloico, proibíamos qualquer movimentação, experiência ou ação no sentido de usar a energia nuclear, senão para fins pacíficos.

Depois disso, propus ao Presidente Alfonsín que criássemos um mercado comum entre Brasil e Argentina, que depois se desdobraria, com a incorporação de outros países da América do Sul, para ser, um dia, aquilo que sonhamos até hoje: um espaço econômico neste continente, como o que existe na América do Norte e na Europa.

A Europa levou 50 anos, desde o tratado sobre o carvão, a paz feita sobre o aço entre a Alemanha e a França, para iniciar o seu mercado comum. Tínhamos uma ambição maior, a de criar o nosso mercado comum em 10 anos, dando passos firmes, fugindo da retórica sempre marcante nas relações entre Brasil e Argentina, muito comum na política internacional sul-americana, para que não corréssemos o risco de nenhum recuo. Desenhamos nesse prazo o que devíamos fazer e lavramos um memorando de entendimento e de convênios.

As coisas caminharam bem, com comissões parlamentares que acompanhassem as decisões e grupos do setor civil; planejamos um banco de desenvolvimento e de compensações para evitar que o desbalanceamento entre os nossos fluxos de comércio pudesse comprometer o projeto; até pensamos em

uma moeda comum, em nossos acordos, que teria o nome de gaúcho. Até o nome tínhamos colocado. Iríamos, então, criar o grande espaço que seria o mercado comum da América do Sul, começando por Brasil e Argentina.

Enfim, a nossa visão não era uma zona de livre comércio simplesmente; não era uma visão aduaneira de tarifa zero, voltada somente para o setor econômico, mas uma visão de integração total entre os nossos países e os da América do Sul.

Concomitantemente, votava-se a Constituição brasileira. Procurei o então Senador Afonso Arinos, que, junto com outros Senadores e Deputados, incluiu, na Constituição, entre os objetivos nacionais, um ponto de vista extremamente importante para os passos que estávamos dando. Está escrito em nossa Constituição que um dos objetivos nacionais do Brasil é a integração latino-americana, para, um dia, formarmos uma comunidade de nações, como a Europa já formou.

A primeira reflexão que quero fazer hoje, perante o Senado, é no sentido de que, depois de alguns anos, estamos verificando que começa a se estabelecer certa dúvida sobre os resultados daquilo que hoje é o Mercosul. Então, pergunto: Em que ponto esse projeto não marchou bem? Quando começaram os equívocos em relação a ele?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na minha forma de ver – e afirmo com a minha experiência, tendo vivido aqueles problemas –, em junho de 1990, na Ata de Buenos Aires, os Presidentes Collor e Menem decidiram modificar os rumos que tínhamos dado, Alfonsín e eu. E modificar como? Em vez de dar o objetivo de criarmos um mercado comum, eles resolveram criar uma área de livre comércio, cuja preocupação aduaneira era exclusiva, de modo que, dentro de cinco anos, estabelecêssemos tarifa zero. E isso foi feito com grandes resultados, não tenho dúvida, mas também com grandes riscos.

Não estou aqui para censurar, de nenhuma maneira, o que ocorreu. Quem governa o faz dentro de circunstâncias e, naturalmente, os Presidentes fizeram aqueles acordos, naquele momento, conforme as circunstâncias que viveram, pensando que estavam fazendo o melhor.

Na verdade, esse modelo aduaneiro de tarifa zero alcançado por nós, simplesmente uma área de livre comércio, sem examinar outros aspectos, está hoje totalmente esgotado e fez com que nascessem os problemas e os desencontros que estamos tendo em relação ao Mercosul.

O primeiro e mais fundamental deles refere-se aos regimes cambiais. Estamos diante de um proble-

ma que passou a existir e que deve ser considerado quando se faz uma união aduaneira como a que fizemos. Enquanto o regime cambial da Argentina é fixo, o do Brasil passou a ser um regime de câmbio livre. Em qualquer sistema aduaneiro, temos de marchar ou para uma moeda comum ou para ajustar, por intermédio de políticas macroeconômicas, aquilo que devemos fazer, sob pena de correremos riscos que poderão levar à desestruturação de um projeto de tamanha magnitude.

Os problemas surgiram e estão crescendo. Devemos também acentuar que, para que esses resultados fossem bons, foi necessário que houvesse um período bom da economia mundial, com crescimento. O comércio exterior tivesse um dinamismo muito grande, e hoje temos muitos resultados a apresentar nas nossas relações com a Argentina.

Há alguns meses, o Presidente Menem, para tentar contornar alguns problemas surgidos, publicou um ato no qual o governo argentino teria, a qualquer momento, poder discricionário para taxar mercadorias brasileiras desde que julgasse esse procedimento importante para a sobrevivência da indústria argentina. Vejam como um projeto que era global em termos de futuro passou a despertar num país e noutro o desejo de represálias de modo a resolver um problema circunstancial. Felizmente, em virtude de uma negociação inteligente entre o Brasil e a Argentina, com a compreensão desse último e do próprio Presidente Menem, esse decreto foi revogado.

Por outro lado, como isso foi um erro e uma tentação, na Argentina foram tomadas algumas providências no sentido de estabelecer barreiras tarifárias que prejudicam realmente a estrutura do nosso projeto comum. No Brasil – não falarei somente da Argentina, mas também dos erros brasileiros –, entendo que, igualmente, cometemos alguns equívocos, como ter estabelecido barreiras sanitárias e burocráticas para produtos argentinos e feito uma relação de 400 produtos que estavam submetidos a esse tipo de discriminação, ou seja, de inspeção prévia.

As nossas relações não comportam nenhuma medida de retaliação. Não podemos, em nenhum momento, pensar que o Brasil pode ir à Organização Mundial do Comércio, que o Brasil pode estabelecer sanções unilaterais. Nem a Argentina, em relação a nossos problemas. Nós devemos estabelecer a consciência de que temos que resolver com perseverança, com trabalho – essa é a missão dos estadistas – todos os nossos problemas, pelo diálogo e pela solução compartilhada. Este é o caminho.

Agora que estamos diante de um fato político, que é a próxima mudança de governo na Argentina, eu diria que, já que esgotamos um modelo de tarifa de área de livre comércio, o modelo aduaneiro, com grande sucesso – não estou aqui para negar o sucesso que alcançamos –, temos que buscar na prateleira aquela idéia que foi ultrapassada para que volte, de novo, ao centro das decisões das relações entre o Brasil e a Argentina. Voltar à idéia do mercado comum Brasil e Argentina e do mercado comum da América do Sul. Este é o caminho que vai solucionar todas as dificuldades. É o caminho que vai, sem dúvida, consolidar essa relação. Esse foi o caminho que a Europa seguiu. Evidentemente, um mercado comum não acabará com todos os problemas, mas, sem dúvida alguma, como existe na Europa um ministério do mercado comum para as divergências e para as concorrências, aqui também teremos que administrar os problemas que forem surgindo. Mas eles não serão do mesmo nível e gravidade do que nós estamos vivendo.

Também porque, no mercado comum, a integração não é só a integração econômica. Temos que buscar também a cultural, a política e a física com a melhoria dos sistemas de infra-estrutura de ligação entre os dois países, de modo a que esse projeto, vitorioso e consolidado entre Brasil e Argentina – está aberto também entre Uruguai e Paraguai –, possa acontecer com os países da América do Sul. Nesse dia, podemos ter certeza de que nossa região tem um lugar determinado na economia nacional.

Concedo o aparte ao Senador Alvaro Dias que o está solicitando.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Sr. Senador José Sarney, pedi a oportunidade do aparte para o registro e o reconhecimento. Sem dúvida, o Governo de V. Ex^a, no que diz respeito às relações exteriores, significou um momento de avanço da maior importância para o nosso País. Foi durante aquele período, sem dúvida, que conseguimos destacar, com a necessária ênfase, a importância dessa integração latino-americana, exatamente quando o mundo caminhava para a globalização e estabelecia os blocos econômicos como instrumentos decisivos para o progresso e o desenvolvimento. Com essa visão de modernidade, V. Ex^a inseriu o nosso País nesse contexto, no contexto da globalização, e liderou, na América Latina, essa movimentação na direção do bloco econômico que aqui haveria de se constituir sob a denominação de Mercosul. Registro também a importância da presença de V. Ex^a na tribuna, na tarde de hoje, exatamente no cenário de dúvidas que nos preocupam em relação ao caminhar do Mercosul. É um mo-

mento de crise nas relações comerciais, especialmente entre o Brasil e a Argentina; mas a presença de V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, com a autoridade de quem presidiu este País e promoveu avanços no setor de relações externas, é, sem dúvida, ânimo para que possamos acreditar na impossibilidade do recuo. Não podemos recuar, como diz V. Ex^a. Devemos corrigir rumos, e V. Ex^a aponta caminhos para essa necessária correção de rumos. Oxalá o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso ouça a voz da experiência de quem conduziu bem o País nesse contexto internacional, para que possamos, corrigindo rumos, evitar os danos que provavelmente serão consequência dessa crise nas relações comerciais entre o Brasil e a Argentina. Certamente, V. Ex^a será ouvido.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias, pelo seu aparte, que incorporo como valioso subsídio ao meu discurso.

Quero salientar que estou ocupando a tribuna, hoje, porque estamos perto de uma nova eleição na Argentina. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando assumiu a Presidência, já encontrou um projeto em andamento, que foi esse projeto estabelecido na Ata de Buenos Aires, como tive oportunidade de ressaltar, entre o Presidente Fernando Collor e o Presidente Carlos Menem. E certamente o novo presidente argentino terá oportunidade de fazer uma avaliação dessa política do Presidente Carlos Menem, cujo mandato termina daqui a alguns meses, e ver que rumos podem ser tomados.

A contribuição que estou dando, hoje, aqui, é no sentido de dizer que creio que o rumo a ser tomado nessa avaliação que os dois presidentes poderão fazer, já que nenhum dos dois esteve envolvido naquela direção de mudança, é justamente o de voltar à criação do mercado comum. Sobretudo, porque, no mercado comum, as políticas, não só macroeconômicas como também as de interesse dos dois países em relação à conjuntura internacional, são feitas conjuntamente.

Para que se verifiquem os equívocos que vamos tendo com essa divergência entre políticas, basta lembrar – faz pouco tempo – que o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, o Ministro Torcuato S. Di Tella, pronunciou aquela infeliz expressão de que a Argentina tinha relações carnais com os Estados Unidos. E mais do que isso. O Presidente, o governo da Argentina, propôs, para que todos nós ficássemos estarecidos, a entrada da Argentina na OTAN, uma Organização do Tratado do Atlântico Norte, que deseja proteger, com o seu guarda-chuva nuclear, os países do Atlântico Norte.

E nós, que somos o continente mais pacífico da face da Terra, sem guerras ou lutas de fronteira, por que pensarmos em colocar um país como a Argentina dentro da OTAN? Aquilo chocou, mesmo os argentinos, e ninguém entendeu. Submeteu o próprio governo argentino àquela expressão do Secretário da Defesa dos Estados Unidos no sentido de que eles não podiam mudar a geografia, porque o Tratado do Atlântico Norte era no Hemisfério Norte e a Argentina se encontrava no Atlântico Sul.

Quanto às necessidades de acordo político entre Brasil e Argentina, quando estamos juntos, com uma mesma política, constituímos, sem dúvida alguma, uma fonte de estabilidade institucional para este continente.

Sou obrigado a falar do passado, apesar de parecer que não queremos nos esquecer das coisas, mas são fatos históricos. Naquele tempo, tínhamos, em quase toda a América do Sul, regimes não democráticos. Um dos objetivos nossos, nessa conjugação de esforços com a Argentina, foi justamente o de fazer voltar à democracia todos os países deste continente. Foi a maior onda de democratização que já houve na face da Terra depois da 2ª Guerra Mundial.

Tivemos a oportunidade, com o aval dos nossos dois países, de restabelecer regimes democráticos em todo o continente. Uma cláusula existente à época era a de que nenhum país podia ingressar no Mercosul e aderir ao Tratado de Buenos Aires se não participasse de um regime democrático.

Portanto, neste momento em que estamos vendo a América do Sul não tão tranqüila quanto pensávamos – temos, hoje, o problema do Peru com o Sendero Luminoso, o grave problema da Colômbia e as interrogações sobre a Venezuela –, há a necessidade maior da unidade e de uma visão política no mesmo sentido inicial que tomamos, para que se possa cada vez mais consolidar a democracia no continente.

Por isso, é necessário que tenhamos conjugação de políticas macroeconômicas, internacionais e ideológicas em relação ao Brasil e à Argentina em benefício da estabilidade do próprio continente. A nossa união é necessária e decisiva. Lembrando o que disse o Secretário de Defesa americano, uma vez que ele se referiu a aspectos geográficos, aproveito para dizer que se pode mudar tudo no mundo, menos a geografia. Nós, pelo Criador, fomos colocados ao lado da Argentina. É com ela que temos de conviver para construir aquilo que, acredito, será, no próximo século, o espaço econômico que vai explodir em termos mundiais.

Já tivemos os anos dourados da Europa, da Ásia, dos Tigres Asiáticos. Tivemos os anos dourados da América do Norte, que ainda está usufruindo dos benefícios trazidos por eles. Esta nossa área do mapa mundial ainda está vazia, esperando, com as mãos estendidas, as nossas populações, com seus graves problemas sociais. Acredito que essa arrancada virá. E, para vir, sem dúvida nenhuma, a peça fundamental é a criação do nosso mercado comum, que foi iniciado e caminhou com o Mercosul; e vai caminhar, porque é irreversível.

O patrimônio que hoje incorporamos às nossas relações de Brasil e Argentina é extraordinário, não pode jamais ser perdido nem pode jamais ser abandonado. As nossas relações comerciais passaram de US\$2 bilhões para US\$18 bilhões. Hoje, aprofundamos relações culturais entre os nossos países; modificou-se o sentimento do Brasil em relação à Argentina e o da Argentina em relação ao Brasil. É um patrimônio irreversível. Temos, agora, que corrigir algumas direções de rumo, e acredito que assim será feito, porque esse é o nosso destino e essa é, sem dúvida, a tarefa dos estadistas, dos homens que têm a responsabilidade de governar.

Quando tivemos a oportunidade de firmar o tratado inicial, ouvi uma frase da qual não me esqueço jamais, do Prefeito de Uruguaiana. Ele disse: "Foi a coisa mais importante já feita no continente, depois de nossas independências".

O Sr. José Fogaça (PMDB – RS) – Senador José Sarney, V. Exª me concede um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Concedo o aparte ao Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça (PMDB – RS) – Obrigado, Senador José Sarney. V. Exª fala, sem dúvida alguma, como a maior autoridade nesta Casa e em todo o País, a respeito do Mercosul. V. Exª foi o grande iniciador; o homem que, no centro de um processo de decisões, liderou o nosso País neste caminho que alterou 150 anos de História e delineou um futuro novo para o Brasil, para a Argentina e para os países do continente. Quero reiterar e sublinhar a importância daquilo que V. Exª traz aqui como observação. De fato, no momento em que V. Exª e o Presidente Raul Alfonsín assinaram o Tratado Brasil-Argentina, que foi o germe do Mercosul, V. Exªs pensavam numa integração global, uma integração completa, que depois foi alterada pelas Atas de Buenos Aires. E nos restringimos ao regime aduaneiro, a uma zona de comércio, e nada mais do que isso. Esta opção apenas pelo mercado, apenas pela integração econômica, excluiu outras formas de integração, como por exemplo a inte-

gração institucional. Como só temos um regime aduaneiro, um tratado de tarifas, o que resulta disso, a consequência disso é a impossibilidade de termos um Parlamento comum, um Parlamento que decida em nome das quatro nações, dos quatro países, de forma consequente, ou seja, que tenha competência resolutive. Não é possível se estabelecer a institucionalização de um tribunal de arbitragem sobre questões pendentes, tanto no comércio quanto na legislação dos dois países, ou dos quatro países, porque nos limitamos ao regime aduaneiro, ao sistema tarifário. Estamos muito longe do sonho do mercado comum idealizado por Raúl Alfonsín e José Sarney. Não temos possibilidade de constituir aqui na América do Sul, no Cone Sul, um Tratado de Maastricht, como foi feito na Europa, que permitisse uma equalização e uma harmonização de políticas monetárias, para a formação dos padrões de uma moeda comum, como o euro na Europa; o gaúcho ainda é um sonho distante, é meramente uma retórica do Presidente Carlos Menen, nada mais do que isso. A integração cultural é muito mais parte de um esforço de setores culturais do que propriamente de um processo. Na última sexta-feira, o Senador Francelino Pereira trouxe a esta Casa representante de um setor cultural importante no Brasil, e talvez a mais internacional das artes neste final de século, que é o cinema. O depoimento registra que o Brasil não exporta cinema para a Argentina que, por sua vez, também não exporta cinema para o Brasil. Esta é a prova cabal, indiscutível de que não há integração cultural entre os dois países. É inaceitável, se para a Argentina já representamos 30% do seu comércio exterior, já há quase uma dependência da Argentina em relação ao Brasil: automóveis, aço, petróleo, trigo, mas cinema, cultura, não. Por quê? Que barreira invisível, que muralha intransponível é essa? A explicação talvez esteja, Senador José Sarney, como bem disse V. Ex^a, nas Atas de Buenos Aires. E quero fazer aqui o registro do reconhecimento de que, se dependesse de V. Ex^a, o caminho seria mais amplo, mais abrangente e, possivelmente, muito capaz de institucionalizar um parlamento do Mercosul, um tribunal comum do Mercosul, coisas que hoje, pela atual estrutura dos acordos, são, na minha opinião, inviáveis, quase irrealizáveis. De modo, portanto, que faço aqui o registro da enorme importância que tem esse pronunciamento. V. Ex^a faz aqui um registro histórico e quero reconhecer que V. Ex^a é, em nosso País, o pai, o criador do Mercosul, o iniciador dessa idéia. Ninguém como V. Ex^a pode fazer as observações e até as críticas, o registro, a análise, pon-

derada, séria, patriótica, que está produzindo. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Senador José Fogaça, fico comovido com o seu aparte, com as suas generosas palavras, sobretudo por ter, da parte de V. Ex^a, com a sua autoridade, o apoio e a comunhão com as mesmas idéias que estou expondo aqui nesta tribuna.

Saliento também que jamais quero deixar perante o Senado a idéia de que, em algum momento, há qualquer dúvida de minha parte sobre o êxito do Mercosul e meu otimismo quanto ao que ele vai ser no futuro.

Já não podemos ter da América a mesma visão que tínhamos no passado, como se estivéssemos sonhando com as descobertas. Hoje, há, definidas, três Américas. Há a América do Norte, saxônica, rica, da qual saíram os Estados Unidos para a sua missão mundial de liderança. Nela está integrado o México, mais por motivos americanos do que mexicanos, porque há o problema da fronteira e o dos imigrantes.

Há a América Central, onde os Estados nacionais não estão ainda perfeitamente definidos. Ainda há certo sentido embrionário na formação desses Estados.

Há, ainda, a América do Sul, o continente mais pacífico da face da Terra, integrado e com as riquezas distribuídas entre os vários países que o compõem, ao qual, sem dúvida, está reservado um destino próprio. Daí por que, algumas vezes, quando e fala na ALCA – Área de Livre Comércio das Américas, digo que, em primeiro lugar, devemos consolidar nosso mercado comum. Temos hoje uma peculiaridade singular: somos a América do Sul, cujos países, até há pouco tempo, estavam de costas uns para os outros, e, hoje, estão de mãos dadas. Esse novo tempo começa pelas relações consolidadas entre Brasil e Argentina, pela consciência de que os dois países têm uma responsabilidade extraordinária neste continente, da qual não poderão fugir, sob pena de descumprirem aquele destino que a História lhes reservou. Daí por que o futuro do Mercosul é consolidar-se. Não há fórmula de retrocesso. Os problemas são administráveis. Agora, estamos num momento de administrar um deles, sem dúvida alguma. Talvez essa inflexão sirva para voltarmos ao mercado comum com uma visão mais ampla, provavelmente com mais tempo, mas com mais solidez.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte, eminente Senador José Sarney?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Com muito prazer, ilustre Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Eminente Senador José Sarney, não poderia deixar de intervir em seu substancial e oportuno pronunciamento, porque o Mercosul foi um dos fatos mais marcantes do seu Governo e que há de consagrá-lo como um estadista, já que, àquela altura, Senador, tínhamos uma herança de conflitos e desencontros com a Argentina. Muitas vezes, chegamos à beira do conflito armado. Mesmo neste século, quando V. Ex^a assinou o Tratado, ainda recente o episódio de Itaipu, que quase nos levou a uma guerra com o país vizinho. Todos os estudos do Estado-Maior das Forças Armadas brasileiras, Senador José Sarney, simulavam um possível, senão provável, conflito armado com a Argentina, e V. Ex^a assinou um tratado de integração econômica, que está enfrentando percalços, como é natural, como V. Ex^a bem frisou. Afinal o Tratado de Roma foi assinado em 1958, daí até a formação da União Européia decorreram trinta anos e até a criação do euro, da moeda única, se passaram quarenta anos e não foram poucos os desencontros lá também. É claro que existem obstáculos a serem vencidos: as diferenças do sistema tributário, as diferenças dos sistemas cambiais, a falta de instituições supranacionais, como bem frisou o Senador José Fogaça, inclusive, de um tribunal para dirimir pendências e de um parlamento para iniciar o processo de integração política. Preocupo-me, Senador José Sarney, quando vejo problemas passageiros, circunstanciais, como a reedição de barreiras tarifárias ou não tarifárias, como fez agora a Argentina, uma vez que setores da economia daquele país foram atingidos pela desvalorização cambial. É lamentável – mas compreensível – que o Governo seja compelido a adotar medidas como essa. Nosso Governo também foi obrigado a fazer isso, como V. Ex^a muito bem lembrou. De forma que o Mercosul é irreversível, V. Ex^a o diz. Eu não tenho dúvida de que não haverá retrocesso, mas, se não houver a compreensão da classe política e da grande imprensa de que esses problemas são pontuais e passageiros, o processo poderá não reverter, mas ser retardado por muito mais tempo do que deveria. A presença de V. Ex^a, tanto nessa tribuna como por intermédio de artigos em jornais e, certamente, de gestões perante o Governo de nosso País, há de contribuir muito para que, longe de ser retardado, seja acelerado o processo de integração, que não ficará no Mercosul, mas há de englobar, certamente e brevemente, toda a América do Sul. Parabéns, sinceramente, pelo seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Jefferson Péres, pelas suas palavras generosas e amáveis.

Concordo com V. Ex^a. O ponto fundamental é a coordenação de políticas macroeconômicas e, ao mesmo tempo, a conjugação de uma política que possa consolidar tudo aquilo que constitui o esqueleto fundamental de um mercado comum.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

Antes, contudo, Sr. Presidente, pedindo desculpas, desde já solicito a V. Ex^a que me advirta quanto ao tempo, porque, zeloso do Regimento como sempre fui, não quero abrir, de maneira alguma, uma exceção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador José Sarney, não marquei quando V. Ex^a iniciou. Assim, vou passar a marcar agora.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador José Sarney, serei rápido. Apenas sinto que a evolução do seu discurso e os apartes concedidos por V. Ex^a nos trazem, sem dúvida nenhuma, a certeza de que, historicamente, V. Ex^a acertou quando começou a trabalhar pela redemocratização dos países que compõem a América do Sul. Quero enfatizar apenas que nenhum país poderá permanecer no Mercosul se não continuar com a democracia viva. A qualquer indício de uma ditadura ou de um regime forte, será automaticamente excluído desse corpo que V. Ex^a teve a capacidade de criar e de lhe dar espírito. Não sei, Senador José Sarney, se V. Ex^a havia conversado com o Senador Antonio Carlos Magalhães sobre o seu discurso de hoje, mas eu, atento à pauta dos dias que ocorrem, para ver se há alguma matéria importante em votação nominal, vi que amanhã, Sr. Presidente – desculpe-me até por trazer isso –, há três itens referentes a acordos com a Argentina. O primeiro deles aprova o texto do Acordo para funcionamento do Centro Único de Fronteira São Borja–Santo Tomé, relatado pelo Senador José Fogaça, que aqui, em aparte a V. Ex^a, fez uma exposição de excelente qualidade. O segundo aprova o texto – e aí, Senador Fogaça, chamo a atenção de V. Ex^a também – do Acordo de Integração Cultural, integração cuja falta V. Ex^a reclama da tribuna, pois que ela não deve ser apenas de natureza econômica entre a República do Brasil e a República da Argentina, mas também cultural. Rela-

tor, também, o Senador José Fogaça. E o terceiro é o Acordo que versa sobre a isenção de vistos, celebrado entre o Brasil e a Argentina, em São Borja; relatado pelo Senador Gilberto Mestrinho. Veja V. Ex^a que, independentemente de todas as auguras por que passa neste momento o Mercosul, cuja recomposição V. Ex^a orienta e propõe, os outros sonhos de V. Ex^a continuam paralelamente caminhando e chegando, talvez, ao ideal originalmente traçado por V. Ex^a. E, ainda agora, o representante da Marinha me traz a notícia de que o submarino Santa Cruz, da Armada Argentina, está no Arsenal de Marinha, no Rio de Janeiro, onde ficará por 18 meses, a fim de sofrer os mais importantes reparos dessa nave militar, o que mostra as grandes relações militares entre Brasil e Argentina. Bem disse o Senador Jefferson Péres: eu, quando aluno do CPOR, pude perceber toda estratégia montada entre o Exército Azul e o Exército Vermelho sempre era voltado para o Sul do País. Depois que V. Ex^a conseguiu essa integração, várias unidades militares do Rio Grande do Sul foram transferidas para o Norte, onde os problemas de segurança nas nossas fronteiras se mostravam mais vivos, como no início de seu pronunciamento relatou V. Ex^a, tais são os casos do Peru, da Colômbia e da Venezuela. Quero cumprimentá-lo, Senador José Sarney, e dizer que, a cada dia que passa, mais admirador de V. Ex^a me torno – e já o sou até historicamente.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Suas palavras a meu respeito têm sempre a suspeição de uma velha amizade. Todavia, tudo o que V. Ex^a afirma tem sempre a carga e a força do seu espírito público.

Os acordos citados pelo eminente Senador Romeu Tuma mostram como avançamos pouco. Voltados somente no sentido de encontrar soluções para os problemas econômicos, esquecemo-nos até de coisas pequenas.

Senador Romeu Tuma, depois de tantos anos, não digo só da criação do Mercosul e da assinatura de novos tratados com a Argentina, mas, ao longo de nossa história, ainda vamos discutir aqui no Senado um acordo para o funcionamento de um Centro Único de Fronteira em São Borja e em Santo Tomé. Isso é incompreensível, nobre Senador! Já era para existir um mecanismo que não necessitaria mais desse tipo de controle.

Temos aqui, em tramitação, um acordo sobre a isenção de vistos. Não era mais para haver a exigência de vistos de qualquer natureza nem movimento diplomático entre o Brasil e a Argentina nem nos países da América do Sul. Nós devíamos ter a carteira de

identidade comum, como têm os cidadãos de toda a Europa.

Veja V. Ex^a como ainda estamos patinando nos pequenos problemas. O que temos de ter é uma agenda positiva, uma agenda ampla, uma agenda que olhe para o futuro extraordinário e grandioso, porque é isto que a História deseja de todos nós.

V. Ex^a se referiu ao problema das relações entre a Marinha da Argentina e a Marinha do Brasil. Este foi um ponto dos mais importantes no avanço das nossas relações. Aquela suspeição que, de certo modo, existia entre as hipóteses de guerra das nossas Escolas e das Escolas argentinas, todas voltadas para um confronto no Cone Sul, hoje, está transformada em um clima de estreita cooperação.

Atualmente, as Forças Armadas da Argentina e do Brasil estão dedicadas a um programa permanente, que se desdobra pela Aeronáutica, onde os pilotos argentinos dispõem de treinamento no porta-aviões brasileiro, onde são feitas manobras conjuntas, onde existe, como V. Ex^a se referiu, essa condição de vasos de guerra argentinos serem reparados aqui, como outros, que lá permanecem, serem utilizados conjuntamente. Esse foi um setor que avançou extraordinariamente; bem. Só isso mostra uma face extraordinária entre os nossos dois Países. Invertemos, pois, aquela situação de desconfiança para uma situação de cooperação e de amizade.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Pois não, Excelência.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador José Sarney, pelo aparte que me concede nesta tarde, que considero muito importante para o futuro do relacionamento do Brasil com os países integrantes do Mercosul. Como já bem disseram os Senadores que me antecederam em apartes, vem V. Ex^a, como a maior autoridade nessa questão do Mercosul no Brasil, fazer uma avaliação importante e trazer as suas observações imprescindíveis, a fim de que, a cada dia, o Mercosul se consolide. Tive o privilégio de, como integrante da equipe de V. Ex^a, no Ministério da Agricultura, viver aqueles dias em que V. Ex^a, determinado e obstinado, buscava, com todas as suas forças, a instituição do Mercosul. Muitos céticos duvidavam, diante do passado um tanto quanto complexo das relações entre Brasil e Argentina, que pudesse V. Ex^a consolidar aquele projeto. É interessante fazer uma avaliação do passado e do presente. No passado, havia a desconfiança entre os dois Países, a animosidade entre os povos do Brasil e da Argenti-

na; havia, enfim, uma guerra fria deflagrada entre os nossos Países. Quantas energias, quantos recursos foram gastos por esses dois Países em suas fronteiras? Lá estão as unidades militares a confirmar aquele ambiente hostil vivido por brasileiros e argentinos.

Lembro-me bem da desconfiança e da animosidade entre os produtores rurais argentinos e brasileiros. Quanta dificuldade havia para que se alcançasse o resultado de um esforço comum na área da ciência e da tecnologia rural! Sr. Presidente, na minha passagem pelo Ministério da Justiça, tive oportunidade de sentir as transformações e as mudanças de concepção, de entendimento e de relacionamento entre os nossos países. Pude, por exemplo, no sul, participar do início de um treinamento militar dos exércitos brasileiro e argentino, sob o comando de um argentino e, na tarefa seguinte, de um brasileiro. Particpei de inúmeras reuniões ora com os Ministros de Justiça, ora com os Ministros do Interior dos países que integram o Mercosul e do Chile como observador. Ali, via que a cada dia o entendimento se ajustava e se consolidava. V. Ex^a houve por bem afirmar que aquilo que era, em princípio, voltado apenas para o lado econômico, hoje se estende na área da segurança pública, por exemplo, com o acordo entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina, na tríplice fronteira. Ali, a cada seis meses o comando é exercido ora por um brasileiro, ora por um argentino, ora por um paraguaio, e as relações vão, a cada dia, facilitando-se entre os nossos cidadãos. Tenho certeza, Sr. Presidente, de que a História vai registrar com muita justiça que, não tivesse V. Ex^a, como Presidente da República, prestigiado, como prestigiou, a área da produção rural, fazendo com que o Brasil alcançasse três supersafras contínuas, aumentando em mais de 30% a sua produção rural; não tivesse V. Ex^a cuidado da produção industrial, fazendo com que o Brasil se preocupasse em produzir mais, consolidando, com isso, a sua economia; não tivesse V. Ex^a implantado o Plano Cruzado, como fez, enfrentando dificuldades, abrindo portas, criando experiências para os futuros planos, bastava a instituição do Mercosul para que V. Ex^a ficasse na História do Brasil como o grande estadista que, entendendo o momento, promoveu a facilidade de comunicação entre os povos, uma vez que não podia mais o Brasil ficar isolado dos seus vizinhos aqui da América do Sul. De forma que eu estou absolutamente convicto de que a tendência do Mercosul, mesmo enfrentando essas dificuldades esporádicas que são naturais, é a de se consolidar como um grande programa, e os países da América do Sul vão realmente buscar melhores condições de vida pela instituição desse projeto que,

para o Brasil, foi o projeto do século no relacionamento com os nossos vizinhos.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB - AP) – Muito obrigado, Senador Iris Rezende. V. Ex^a esteve ao meu lado, foi auxiliar direto da minha administração, prestou grandes serviços ao nosso País. Não é minha intenção falar do meu Governo. Acho que V. Ex^a foi muito generoso a respeito das decisões que tomei. Lembro-me de um poema de José Régio, quando falou do Alfonso D'Albuquerque, que foi Vice-Governador da Índia: "Do que eu fiz e que eu não fiz, não cuido agora; as Índias todas falarão por mim".

O Sr. Pedro Simon (PMDB - RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB - AP) – Concedo a palavra V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB - RS) – Na verdade, é muito importante o pronunciamento de V. Ex^a, ex-Presidente da República. Mede muito as vezes que vai para a tribuna e raramente o faz e, quando o faz, é com o brilhantismo que lhe é característico e com a oportunidade que V. Ex^a bem sabe escolher.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB - AP) – Muito obrigado, Senador.

Sr. Pedro Simon (PMDB - RS) – Entendo o significado desse seu pronunciamento. Claro que estamos às vésperas de uma eleição muito importante na Argentina. A nós cabe rezar a Deus para que o povo argentino seja feliz na escolha e quem for o vitorioso, que dê continuidade ao nosso trabalho conjunto. As notícias são de que o candidato da Oposição pode ganhar. Não há dúvida de que é um feito interessantíssimo esse da Argentina, onde o Centro e a Esquerda se unem pela primeira vez, ou o Centro-Direita, digamos assim, e têm a competência e a capacidade de fazer um plano comum para a Argentina. Se nós analisarmos que na Argentina a radicalização e a politização são muito maiores do que aqui – o Partido Radical é do século passado e o Partido Justicialista já vem de muito tempo –, podemos imaginar o significado de a extrema-Esquerda se unir com os radicais em torno de uma plataforma que busque uma vitória sobre o peronismo. Parece que haverão de conseguir. Tive oportunidade, quando estava em Buenos Aires, em um congresso católico, de ver o pronunciamento desse Presidente perante a assembléia mundial que lá se realizava. Fiquei impressionado com a profundidade, com o conteúdo e com a simpatia com que ele se referiu ao nosso País. Não há como deixar de reconhecer, Presidente Sarney, que V. Ex^a, como disse muito bem o Senador Iris Rezende, analisado sob os mais variados ângulos do seu Governo –, foi um gran-

de Governo —, não há como deixar de reconhecer sua ação. E vamos reconhecer — V. Ex^a faz justiça — a ação do Presidente Alfonsín, um grande Estadista, que no momento exato teve uma grande atitude. Foi V. Ex^a quem foi buscar o diálogo e que encontrou a boa receptividade por parte do Governo argentino. V. Ex^a, também, haverá de fazer uma referência ao atual Presidente do Uruguai e ao atual Presidente do Banco Interamericano, Presidente à época e Ministro das Relações Exteriores, que foram dois torcedores nas relações, no diálogo entre V. Ex^a e o Presidente Alfonsín. Há de lembrar que dizia "nós, pequenitos acá... se os senhores se acertam, será muito ótimo para nós". Afirmava também, com muita razão e muita lógica, que todo diálogo da América Latina implica o entendimento entre Brasil e Argentina. Inclusive, em uma das reuniões que V. Ex^a fez com o Presidente argentino, exatamente em Montevideu, sobre o convite do Presidente para fazer essa intermediação, V. Ex^a teve atitudes de coragem. Quando V. Ex^a era Presidente da República, o Brasil não comprava um quilo, uma tonelada de trigo da Argentina, porque muito tempo atrás, durante o contrato de fornecimento nosso, houve uma crise do trigo. Ofereceram um preço maior para a Argentina, ela não cumpriu esse tratado, e nós nunca mais compramos trigo da Argentina. V. Ex^a foi o primeiro, depois de muito tempo, a importar trigo argentino. Falei com o nosso Embaixador na Argentina, quando lá estive, e ele se referiu aos quatro milhões de toneladas de trigo que estamos importando de lá. Dizia que nós passamos a importar da Argentina o petróleo que ela quisesse exportar, porque tínhamos condições. Por que comprar dos países lá do fim do mundo, se a Argentina, daqui do lado, pode fornecê-lo? Foi V. Ex^a quem assinou, lá em Uruguaiana, a que V. Ex^a se referiu agora, o acordo para a construção do gasoduto Brasil-Argentina, que será a grande saída para o gás da Argentina e que fará uma verdadeira e fantástica integração ao Gasoduto Brasil-Bolívia, unindo praticamente todos os países do Cone Sul. A análise que V. Ex^a faz é muito importante e a preocupação de V. Ex^a é muito significativa. Muitas vezes fiz referência, inclusive quando estava no Governo do Rio Grande do Sul, ao tratado de V. Ex^a e ao que houve no dia seguinte. Justiça seja feita, o Collor assumiu em um dia e, no outro dia, às 10 horas, o primeiro encontro que teve foi com o Presidente Menem, para assinarem o tratado. Eu e o Senador José Fogaça — nós do Rio Grande do Sul — estávamos lá presentes. Mas uma das coisas de que não gostei naquele tratado é que ele mudava os 10 anos a que V. Ex^a se referia para 5 anos. Achei aquilo

um equívoco, porque, se a Europa levou 40 anos, 10 anos era o normal, porque era necessária uma adaptação recíproca. Para nós do Rio Grande do Sul, haveria algumas conseqüências difíceis com a integração. Teríamos de compreendê-las e nos prepararmos para elas. Feita a integração, como imaginávamos, pudemos observar que a carne, as frutas, o leite, vários produtos da Argentina eram iguais aos nossos; só que eles têm um avanço tecnológico muito maior. Na Argentina, abate-se um boi com 2 anos; no Rio Grande do Sul, leva 4 anos. Uma vaca argentina produz 25 litros de leite; uma vaca gaúcha produz 7 ou 8 litros. Então, eu achava que deveria haver uma adaptação. E sobre essa diminuição de 10 para 5 anos, que muita gente recebeu com uma euforia muito grande, fui um dos que se pronunciaram na época considerando aquilo um equívoco. Às vezes, precipitando, terminamos criando equívocos. Penso que V. Ex^a está muito correto. São dois Presidentes, e nenhum dos dois assinou o primeiro tratado. Estamos no quarto Presidente — V. Ex^a, o primeiro, Collor, o segundo, Itamar, o terceiro, e Fernando Henrique, o quarto —, e lá na Argentina estão no terceiro — o Alfonsín, o Menem e o que vem agora. Como são Presidentes que estão longe do início, a lógica é que se sentem à mesa, debatem, analisem e vejam a profundidade, a seriedade do conteúdo do discurso de V. Ex^a. Assino embaixo do discurso de V. Ex^a, da primeira à última linha. V. Ex^a foi muito feliz ao falar em América do Sul. Na verdade, da humanidade, talvez sejamos o Continente com melhores condições de terra, de agricultura, de minérios, de reservas, de gente pacífica. No entanto, somos a maior região de fome, de miséria, de injustiça social do mundo inteiro. Tem razão V. Ex^a quando diz que precisamos desse diálogo, desse entendimento. Tem razão V. Ex^a quando diz que começou exatamente com a Argentina. O Norte, há muito tempo, tenta estimular uma crise entre o Brasil e a Argentina, que nunca houve razão de ser. Nós do Rio Grande do Sul — o Fogaça e eu — podemos dizer a V. Ex^a que a nossa convivência sempre foi pacífica, a não ser no futebol, em que eles não entendem que somos melhores do que eles. No restante, nossa convivência sempre foi muito pacífica. Apesar dos exércitos de um lado e de outro, vivemos em um regime da maior tranquilidade. Por isso recebemos com alegria quando V. Ex^a lançou o Mercosul; recebemos com emoção esse entendimento. E depois ficamos naquelas interrogações, que realmente não aconteceram: de que, para que as coisas dessem certo, deveriam ser boas para os dois lados. Muitas vezes o Rio Grande do Sul pagou uma conta cara nesses últimos anos, porque os produtos

que vieram de lá criaram dificuldades para o lado de cá, que não estava preparado para fazer a devida adaptação. Considero importante o pronunciamento de V. Ex^a, a poucos dias de uma eleição democrática, respeitosa, na Argentina. A elegância, a profundidade, a credibilidade de V. Ex^a, além do fato de V. Ex^a ter participado dos fatos, lhe dão autoridade para fazer este pronunciamento de maneira tão profunda, tão sincera e tão leal para o Brasil e para a Argentina. Não tenho dúvida alguma de que o nosso Presidente, recebendo cópia do seu pronunciamento – o que deve estar ocorrendo agora – e, via embaixador, o Governo argentino, recebendo cópia de seu pronunciamento, somarão esforços, e muitos, para buscarmos o diálogo. Concordo com V. Ex^a: está certo; não tenho dúvida alguma de que vai dar certo, de que vai bem, de que ninguém nos afastará desse entendimento. É o nosso futuro que está em jogo. Houve o gesto infeliz de querer participar da OTAN. Por que uma nação pertencente ao Atlântico Sul vai querer participar de um Tratado do Atlântico Norte que não tem mais nem razão para existir? Na verdade, a OTAN foi criada quando a Rússia com seus aliados formaram o Pacto de Varsóvia e do lado de cá se constituía a OTAN na expectativa de que a guerra fria se confirmasse em guerra real. A própria OTAN não tem mais razão de ser. Estaria contra quem, se do lado de lá não há mais o Pacto de Varsóvia, não há absolutamente nada? Em um momento como este, em que se lançam dúvidas sobre a OTAN, alguém pedir a sua inclusão e não ser aceito!? Mas isso passou, foi um equívoco, ninguém está preocupado com isso. A preocupação é a linha feliz e oportuna do pronunciamento de V. Ex^a, a quem felicito com muito respeito.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Todos nós nesta Casa somos admiradores de V. Ex^a, da sua autoridade e da sua vivência, sobretudo dos problemas relativos ao Cone Sul, onde V. Ex^a, no Rio Grande, tem uma janela importante para acompanhar esses acontecimentos.

Agradeço-lhe o fato de haver lembrado, em seu aparte, a figura de Julio María Sanguinetti. Se não toquei nesse lado foi justamente porque estava restrito a analisar as nossas relações com a Argentina. Graças a Deus, com o Uruguai, até agora não tivemos qualquer problema na execução do que é hoje o Mercosul. Também como V. Ex^a, tenho a maior admiração por Julio María Sanguinetti, um grande e extraordinário homem que muito ajudou na formulação desse tratado.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Concedo o aparte ao Senador Casildo Maldaner e, depois, ao Senador Pedro Piva, que, sem dúvida, querem enriquecer as minhas palavras nesta tribuna.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Serei breve, Senador José Sarney. Se algum dia houver dúvida sobre a relação dos países que fazem parte do Mercosul ou mesmo quanto aos futuros participantes do Pacto Andino, não há melhor pessoa que V. Ex^a para buscar os entendimentos. Já que V. Ex^a começou falando de Raúl Alfonsín e dos entendimentos daquela época entre Brasil e Argentina, quero lhe transmitir que eles lhe querem bem. Nosso Estado, Santa Catarina, é limitrofe, em um grande trecho, com a Argentina. Vários dos nossos municípios fazem divisa com esse país. De viva voz, declino que temos muitos encontros na fronteira com a Argentina. Em Dionísio Cerqueira, por exemplo, divisa seca, comparecem pessoas da Argentina às nossas reuniões. E toda vez perguntam: "Como vai o Presidente Sarney, uma pessoa muito amável que deu início ao processo de nós, irmãos, nos darmos as mãos?" Eles declaram tais palavras publicamente. Na cidade de Puerto Iguazu, onde V. Ex^a esteve com o Presidente Raúl Alfonsín, há citações a todo instante. Eu não podia deixar de fazer esse registro neste momento. É costume nos encontrarmos em nossas andanças e eles perguntarem por V. Ex^a, por ter sido o grande anfitrião, por ter iniciado esse grande entendimento.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Concedo o aparte ao Senador Pedro Piva.

O Sr. Pedro Piva (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, Senador José Sarney, cheguei um pouco atrasado e não ouvi todo o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Não perdeu muita coisa.

O Sr. Pedro Piva (PSDB – SP) – Perdi muita coisa. O simples fato de V. Ex^a estar na tribuna é motivo de regozijo para toda a Casa. A sua presença é sempre marcante e brilhante, respeitosa com todos os Srs. Senadores. As suas atitudes como Presidente da República, como Presidente do Senado e como Senador dignificam o nosso Parlamento. Eminentemente Senador, apenas queria lembrar que fui distinguido por V. Ex^a em um encontro aqui no Brasil, quando condecorou os ex-Presidentes Julio María Sanguinetti, Raúl Alfonsín, Itamar Franco e este humilde Senador. Jamais esquecerei a honra que me proporcionou. As suas palavras em defesa do Mercosul, a redenção da América Latina, do nosso continente, as invejas e os

obstáculos que enfrentamos fazem parte disso. Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, integrantes do Mercosul, e outras nações que certamente o integrarão, como Colômbia e outras, formam um continente de aproximadamente 250 milhões, correspondente à população dos Estados Unidos e a União européia. Portanto, veja V. Ex^a a importância do fato de nos unirmos a fim de termos uma meta comum. Foi preciso que um homem de Pinheiro, lá de cima, do Maranhão, vir aqui para baixo para clarear o nosso continente e abrir essa oportunidade para todos os cidadãos, Senador. É fantástico. Sempre digo que, após o Mercosul, este nosso continente, essas nossas terras deveriam ter um prêmio quando se fala que o Brasil tem de pagar mais juros, ou que o custo Brasil não é o custo Brasil. Com a abertura que V. Ex^a deu a este Continente, deveríamos ter o prêmio Brasil e V. Ex^a é o responsável por isso.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Pedro Piva. A presença de V. Ex^a nesta Casa tem sido sempre marcada, não somente pelo seu trabalho em favor do seu estado e pelas suas contribuições aos trabalhos da Casa, mas sobretudo pela maneira afável e generosa com que V. Ex^a sempre trata todos nós e por aquilo que tão bem caracteriza sua personalidade: o gosto da convivência.

Muito obrigado.

Devo terminar essas palavras lembrando-me do Marquês de Abrantes, que presidiu durante muitos anos esta Casa. Ele dizia que nunca devemos deixar de respeitar as Excelências Parlamentares, e que desrespeitar uma delas é abusar da paciência da própria Casa. Já abusei bastante dessa paciência e fui alvo da generosidade dos meus queridos Colegas, que têm sido sempre muito atenciosos para comigo.

Quero dizer que meus olhos não estão voltados para o passado, embora eu reconheça, talvez com aquilo que cada um de nós não pode deixar de ter, que é uma certa satisfação pelo que fez, que, em relação à criação das novas relações Brasil – Argentina, acredito – e estou falando um pouco para que isso fique nos Anais da Casa –, dei a minha contribuição pessoal. Foi uma contribuição pessoal, talvez a mais pessoal que eu tenha dado durante o tempo em que exerci a Presidência da República. Quando assumi aquele cargo, levava consolidada, na minha consciência, o fato de que estávamos equivocados com a falta de uma relação mais estreita com os países que eram os nossos vizinhos.

Lembro-me que visitou o Brasil o Presidente Carter. Poucos dias antes, tinha-nos visitado o Presidente Andrés Pérez. Saudei o Presidente Pérez. E,

para surpresa de todos, que não entenderam o que eu havia dito, afirmei perante esta Casa que a visita do Presidente da Venezuela era mais importante que a visita do Presidente dos Estados Unidos. Ninguém entendeu. Eu entendia, porque eu achava que as nossas relações com os Estados Unidos estavam construídas; mas, com os nossos vizinhos, precisavam ser construídas. E, assumindo a Presidência da República, a primeira decisão que tomei foi justamente esta. E pude tomá-la, porque a política externa não era um tema de política interna. Posso até dizer que a classe política, de certo modo, ignorou, ficava nas críticas ao Presidente Sarney, mas deixou que ele caminhasse nesse setor da construção das novas relações no Cone Sul. Realmente, vejo hoje que avançamos bastante e que essas relações constituem um patrimônio.

Tenho uma grande admiração pela Argentina. Creio que não poderemos construir uma relação nova se nós, brasileiros, não tivermos a visão de que estamos juntos e devemos crescer juntos da história argentina, da poderosa inteligência argentina e do esforço do povo argentino, sem que jamais deixemos de dizer o que somos, porque o Brasil não precisa dizer que é grande; na realidade, ele é muito grande.

Estas são as minhas últimas palavras. E o que nós, neste momento, devemos fazer? Devemos romper esses impasses. Essa é a obra gigantesca da nossa região; esse é o sonho que devemos construir. Questões pequenas estão aí, patinando. Mas há uma questão maior, para cuja resolução temos de nos dar as mãos: a de os dois países voltarem a crescer. E o esforço de todos nós deve estar direcionado para isso. Não podemos ficar nas discussões estereis, nas discussões menores; temos um campo imenso pela frente.

Por isso, quero dizer ao Senado, neste princípio de noite, que os meus olhos não estão voltados para o passado. Vamos olhar é para o futuro. Temos um grande futuro para ser construído. Essa será a obra dos estadistas que dirigirão Argentina e Brasil daqui para a frente, sabendo que, nessa região, a nossa união, amanhã, constituirá, sem dúvida, um amplo espaço econômico de toda a América do Sul. E aí, então, poderemos sentar e participar das decisões mundiais sem submissão, sem subserviência e sem satelização.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Sarney, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma comunicação urgente, pela Liderança do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romeu Tuma, permita-me V. Ex^a pronunciar-me antes, pois, estando ocupando eventualmente a Presidência, não tive a oportunidade que V. Ex^a e outros Senadores tiveram de apartear o eminente Presidente José Sarney.

Quero dizer a V. Ex^a que o Senado, no meu sentimento – e creio que interpreto o sentimento da Casa –, viveu nesta tarde um dos seus grandes momentos, porque trouxe V. Ex^a à tribuna, com um sentimento de brasilidade, falando para todo o Continente Americano, que V. Ex^a e todos nós desejamos ver unido e integrado, em favor dos nossos povos.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, pela Liderança do Partido da Frente Liberal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumpre-nos uma missão dolorosa, a de comunicar desta tribuna o falecimento de um querido e especial amigo, o Sr. João Jorge Saad, ocorrido no dia dez último, exatamente dois meses depois de o haveremos homenageado pelo 80º aniversário natalício, transcorrido a 22 de julho, em meio ao recesso parlamentar.

Vítima de neoplasma generalizado, que o martirizava há meses, sem, entretanto, conseguir abater sua notável capacidade de trabalho e realização, o Presidente da Rede Bandeirantes de Rádio e Televisão teve o corpo velado na Assembléia Legislativa paulista, onde foi reverenciado por uma massa de admiradores e centenas de personalidades da política, dos negócios, das artes, da cultura brasileira e membros do Poder Executivo.

A Prefeitura decretou luto oficial de sete dias na cidade de São Paulo, e o Presidente da República, o Excelentíssimo Senhor Fernando Henrique Cardoso, incumbiu-se de expressar à família a tristeza de toda a Nação.

Caso houvésemos ignorado as comoventes palavras que lhe dedicaram funcionários de suas emissoras pelo **site** da Bandeirantes na Internet, nada teríamos a acrescentar ao pronunciamento do dia 10 de agosto último sobre a vida e a obra do Sr. João Saad. Todavia, o texto na Internet chamou-nos a atenção e merece ser transcrito:

O tamanho de um homem é o de suas realizações. Alguém capaz de criar e dirigir por longos anos uma rede de comunicação como a Bandeirantes é, sem dúvida, um grande homem. Alguém capaz de interferir com firmeza, coragem e caráter nos rumos do País é maior ainda. Quem, além disso, consegue a proeza de ser respeitado e que-

rido por seus funcionários, este deve ser um gigante. O homem: João Jorge Saad. Palavra-chave para entendê-lo: humildade.

Quem esteve com ele ao menos uma vez deve ter percebido que todo o poder do Presidente da Rede Bandeirantes era exercido sem arrogância, porque nele a autoridade convivia com a delicadeza e com um claro respeito pelo ser humano que estava à sua frente. A perda de uma pessoa especial sempre será lamentada. Muito se falará de João Jorge Saad nos próximos dias. Sem dúvida, todos os veículos brasileiros de comunicação registrarão sua morte, e muitas vezes, em todo o País, tomarão as tribunas para ressaltar a importância e a obra desse homem público que, por seus feitos, entrou para a história da comunicação no Brasil.

Que ninguém esqueça, contudo, o pai, o avô, o amigo e companheiro. Foram 80 anos, sempre frutíferos. Mais que tudo, portanto, é preciso celebrar o ser humano, a vida e o exemplo desse João.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é pensamento universal ser preferível homenagear alguém em vida que após a morte. Sem dúvida, devido ao recato cultuado por esse querido amigo, os preitos dirigidos a sua pessoa em vida ficaram aquém da imagem do ser humano, cidadão e empreendedor exemplar que dele sempre tivemos. Mas sua obra, que marca as comunicações brasileiras e sinaliza as dimensões urbanísticas paulistanas, pelos bairros inteiros por ele criados, e que indica a pujança da pecuária de corte e de leite no Estado de São Paulo, permanecerá como o mais sublime monumento que se poderia encontrar em honra desse extraordinário brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso deixar de me associar às palavras do eminente Senador Romeu Tuma em meu nome, em nome do Estado de São Paulo e do meu Partido, pelo passamento desse grande homem que foi João Saad.

Conheci-o há mais de 30 anos. Tive a honra de participar com ele do início da TV Bandeirantes. Ajudei-o nessa caminhada porque, à época, meu sogro, o Ministro Horácio Lafer, participou do encaminha-

mento do seu pedido ao Presidente Juscelino Kubitschek.

De uma pequena rádio, a Rádio Bandeirantes, conseguiu formar um império jornalístico, uma cadeia de fundamental importância para o País. Se houvesse uma só emissora, como ocorria naquele período, até com grande mérito do eminente precursor e pioneiro Assis Chateaubriand, não haveria a concorrência nem teríamos difundido a comunicação no País.

João Saad foi grande. Filho de imigrantes libaneses, que tanto contribuíram para a grandeza desta Nação, João Saad trabalhou a vida inteira e, por isso, foi enorme o seu trabalho. São Paulo, o PSDB e eu próprio não poderíamos, de maneira nenhuma, deixar de registrar um preito de gratidão a esse homem que tanto fez pelo seu País, enviando à sua família as condolências e expressando a nossa tristeza pelo seu passamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa, evidentemente, associa-se aos votos de pesar já manifestados por esta Casa em sessão anterior e agora pelos Senadores Romeu Tuma, do PFL, e Pedro Piva, do PSDB, lamentando profundamente a morte desse eminente brasileiro, grande empresário, homem de imprensa e chefe de família, que prestou inestimáveis serviços não só a São Paulo, como também ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, pelo prazo regimental de vinte minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, logo após a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a questão do desconto da contribuição previdenciária dos inativos, o Senhor Presidente da República anunciou a intenção de propor uma espécie de Pacto de Moncloa em relação à questão da Previdência. Disse que convocaria a sociedade, a Oposição e os Governadores para discutir esse tema. Está, agora, convocando uma reunião com alguns Governadores para o próximo dia 16, quando será iniciado aquilo que foi chamado de pacto.

Há momentos da história dos países em que é necessária uma união das diversas forças políticas, das diversas instituições, das diversas organizações da sociedade no sentido de encontrar um caminho para determinado problema que aflige o conjunto dessa sociedade. Isso já aconteceu em vários países do mundo.

No Brasil, infelizmente, a palavra "pacto" está profundamente desgastada. Nessa questão da Previdência Social, nós da Oposição, quando da discussão da matéria neste Senado, tivemos a oportunidade de desafiar não só o Presidente da República como o então Ministro Reinhold Stephanes, defendendo que a questão da Previdência não poderia, de forma nenhuma, ser encaminhada como uma questão de Governo ou uma questão de Oposição. Mas não fomos ouvidos.

Naquele período, o Governo atravessava altos índices de popularidade. A população avaliava, em sua grande maioria, de forma muito positiva o Governo do Senhor Fernando Henrique Cardoso. O Governo, então, fazia ouvidos de mercador a todas as propostas que destoassem da oficial encaminhada pelo Governo Federal para a reforma da Constituição no que diz respeito à Previdência Social, tanto na época da sua tramitação na Câmara dos Deputados como no Senado Federal.

Logo que a imprensa noticiou o Pacto de Moncloa relativo à Previdência, fui procurado para dar minha opinião e disse que qualquer discussão sobre a Previdência, em torno de um entendimento entre o Governo e a Oposição ou entre os diversos partidos do Congresso Nacional, deveria ter como ponto de partida o projeto do Deputado Eduardo Jorge, do Partido dos Trabalhadores.

Esta semana, vejo, na imprensa, que o Governo anuncia a intenção de discutir o referido projeto. No entanto, é necessário que se defina, em primeiro lugar, os participantes desse — usarei essa palavra, embora entenda que ela esteja muito desgastada — pacto; em segundo, qual o fórum em que ele será estabelecido. Considero que, em função da prática que vem adotando, o Governo Fernando Henrique Cardoso perdeu credibilidade, ao propor qualquer caminho de pacto com a Oposição. Quero deixar registrado que, ao afirmar isso, não estou fugindo da responsabilidade que qualquer Parlamentar e a Oposição têm nessa discussão de encontrar uma saída para a Previdência Social.

Digo que o Governo perdeu credibilidade, porque, apesar de propor esse pacto — volto a dizer que, quando discutimos a Previdência Social em nosso País, temos de fazê-lo de forma global, e não parcial, como fez o Governo, quando tentou impor o processo de discussão da emenda constitucional —, utilizou o seu rolo compressor e a sua Maioria na Câmara dos Deputados, para aprovar um projeto que modifica a Previdência do INSS, a fim de introduzir a figura do Fator Previdenciário — cujo cálculo, para ser entendi-

do, talvez venha a ser objeto de mestrado em Matemática em algumas faculdades.

Enfim, o Governo acena com um discurso de impacto. Convoca os governadores e, ao mesmo tempo, fez aprovar, por meio de sua Maioria, na Câmara dos Deputados, esse projeto.

Aliás, queria fazer um parêntese para discutir essa questão da reunião dos governadores. Entendo que os governadores, todos eles, têm autonomia para comparecer ou não. Agora, gostaria de lembrar que, no primeiro semestre — não lembro mais o mês; creio que foi abril ou maio —, realizou-se uma reunião em Brasília, com a presença dos governadores, inclusive os da Oposição — a única exceção foi o Governador de Minas Gerais, Itamar Franco —, em que se tirou fotografia para a imprensa e da qual todos saíram, dizendo que havia sido positiva; em que ficou acordado que se formariam comissões para estudar não só o problema da Previdência, mas do endividamento e do FEF. O fato é que aquela reunião caiu no vazio, porque o Governo não se dispôs a encaminhar absolutamente nada do que foi combinado.

Depois dessa reunião, foi feita outra em Aracaju, Sergipe, com a presença de praticamente todos os governadores. Surgiu a idéia de seis Governadores, representando os demais, solicitarem uma nova reunião com o Presidente da República, para cobrar de Sua Excelência o encaminhamento daquelas questões que haviam sido iniciadas na reunião em Brasília. Isso aconteceu em julho; de lá para cá, o Governo não se dispôs a encontrar com essa comissão de governadores. E, agora, com a decisão do Supremo Tribunal Federal, convoca 13 ou 14 governadores para discutir especificamente a Previdência, sob a alegação de que é um assunto que interessa a todos.

É verdade: trata-se de um assunto que interessa a todos os governadores. No entanto, também lhes interessa o problema da dívida e do FEF. Como disse, cada governador tem autonomia para decidir se vai ou não, mas entendo que o correto seria eles irem, para dar encaminhamento àquela reunião realizada em abril ou maio do primeiro semestre deste ano, e não apenas para debater a Previdência Social. Essa reunião não pode ser para discutir apenas o que interessa ao Governo Federal, que agora está em papos-de-aranha em função da determinação do STF, querendo que os governadores encontrem uma saída. Lembro que o Governo não se dispôs a encontrá-la durante esses cinco anos em que a questão estava sendo debatida no Congresso Nacional.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador José Eduardo Dutra, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – O Senador Ramez Tebet solicita um aparte, Sr. Presidentê. Vou concedê-lo logo, para depois entrar na questão específica da Previdência.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador José Eduardo Dutra, procurarei ser breve, porque sei que a sessão se estenderá até às 18h30min, e é claro que V. Ex^a ocupa essa tribuna para um assunto momentoso. Eu ia falar hoje sobre outro assunto referente ao meu Estado, mas não tive tempo e o farei amanhã. Quero dizer que quase concordo com V. Ex^a, mas considero importantíssimo que os governadores se reúnam; a sociedade tem que se reunir. Precisamos fortalecer a Federação brasileira. Como bem diz V. Ex^a, não é só a questão previdenciária, mas a dívida dos Estados, o enfraquecimento das Unidades da Federação, a dificuldade em que vivem os Municípios brasileiros; tudo isso está a nos preocupar imensamente. No entanto, nunca devemos recusar-nos a participar de um encontro, de uma reunião, de uma convocação do Presidente da República, que é sempre uma oportunidade de debater, de expor idéias, de fazer força para encontrar a solução. E essa questão previdenciária é de suma importância. Fui daqueles que sempre defenderam direitos adquiridos e continuo defendendo-os, Senador José Eduardo Dutra; no entanto, a questão previdenciária é discutida no mundo inteiro. Penso que não é possível debater apenas a Previdência; há também que tratar da reforma tributária. Saliento que não podemos deixar de louvar a iniciativa de quem convoca ou convida os governadores dos Estados brasileiros para discutir questões. Tanto a Previdência quanto a reforma tributária precisam ser abordadas. Sei que a palavra "pacto" está em desuso — como diz V. Ex^a —, mas ela significa contrato, união. Nesse sentido, sou a favor de que a sociedade brasileira, o Presidente da República, os governadores, os prefeitos, todos nós movimentemo-nos, porque positivamente entendo que a Federação está muito prejudicada.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Nobre Senador Ramez Tebet, respeito a opinião de V. Ex^a, mas mantenho a minha. Como V. Ex^a mesmo disse, existe uma série de questões que tem que ser discutida.

No meu entendimento, essa reunião deve ser um desdobramento da reunião anterior, que foi realizada no primeiro semestre, cuja pauta não era exclusivamente a Previdência. Creio, inclusive, que V. Ex^a pode até ir e propor que a pauta seja ampliada. Caso não consiga, a meu ver, a reunião perderá o sentido.

Entrando na questão da Previdência, em primeiro lugar, quero registrar minha opinião. Para mim, o fórum em que esse pacto poderá ser realizado — continuarei insistindo nessa palavra, apesar de considerá-la desgastada —, em que esse entendimento poderá ser feito é o Congresso Nacional. Continuo afirmando que o Governo perdeu a credibilidade nesse período, porque — vamos lembrar —, quando a primeira proposta da Previdência, lá pelos idos de 1995, estava em tramitação na Câmara dos Deputados, o Governo chamou a CUT, a Força Sindical, o então Ministro Reinhold Stephanes, o Relator. Sentaram à mesa, chegaram até a alguns entendimentos; e depois o Governo roeu a corda. Como disse, a época era de céu de brigadeiro, os índices de pesquisa estavam ótimos para o Governo, a sua maioria na Casa era absolutamente tranqüila. Então, o Governo pensou: “para que esse negócio de CUT e Força Sindical? Para que isso? Vamos votar e pronto”. Era esta a lógica: vota e a maioria aprova. Agora, como não deu certo, então o Governo quer chamá-los para pactuar.

Entendo que o Congresso Nacional pode exercer esse papel, inclusive com mais competência que o Governo. E insisto em que o ponto de partida para essa reforma radical da Previdência Social é o projeto do Deputado Eduardo Jorge.

Aproveito para, aqui, contestar as informações que sempre saem na imprensa de que esse projeto não foi abraçado pelo PT. Não é verdade! É verdade que esse projeto é anterior, é de 1993. Mas, em 1995, o PT formalizou o projeto do Deputado como proposta sua, em suas linhas gerais. O que se modificava era o período de transição. O projeto do Deputado Eduardo Jorge propunha que as regras valeriam para todos que estivessem há 15 anos no mercado de trabalho, e a proposta do PT era a de que ele só valeria para quem ingressasse no mercado de trabalho.

Penso que a proposta do PT foi um tanto quanto sonhadora. Particularmente, tendo a aliar-me à proposta original do Deputado. Mas os princípios gerais do projeto estavam lá incorporados e nele insistimos quando aqui chegou. O Senador Roberto Freire apresentou um projeto exatamente nessa linha. Apresentei também um projeto, sob a forma de emenda, exatamente nessa linha, porque existem princípios básicos que devem nortear uma discussão sobre a Previdência.

O primeiro deles: discutir previdência significa discutir — olha a palavra de novo — um “pacto” entre gerações, que não pode ser discutido apenas à luz da contabilidade, de uma questão meramente contábil. O segundo: discutir previdência social quando a

Constituição de 88 estabeleceu o princípio de seguridade social — incluindo previdência, saúde e assistência social —, necessariamente, e muito mais importante ainda, em um País como o Brasil, tem de levar-se em consideração um princípio de solidariedade entre os diversos setores sociais. Portanto, a partir daí, se esse princípio é levado em consideração, não podemos cair na esparrela de que a questão é meramente contributiva: quem não contribuiu, quando chegar aos 60 ou 70 anos, que se dane. Em um País como o Brasil, isso, além de absurdo, chega a ser uma prática absolutamente ofensiva à própria sobrevivência de milhões de brasileiros.

E quais são os pontos básicos do projeto? O primeiro: um sistema único de Previdência Social até determinada faixa — no projeto, são propostos dez salários mínimos —, em que estarão incluídos todos os brasileiros, servidores públicos, trabalhadores da iniciativa privada, parlamentares, militares, juizes. Uma previdência única e universal até um teto a ser discutido. Dez salários mínimos é um índice bastante razoável, abrangerá cerca de 90% dos brasileiros.

O segundo: a gestão da Previdência tem de deixar de ser meramente estatal e passar a ser pública, com um conselho gestor com a presença dos quatro entes interessados na Previdência — o Governo, os empresários, os trabalhadores e os aposentados. É essa gestão pública que evitará o que já aconteceu por diversas vezes na história do Brasil: o desvio de recursos da Previdência Social para outras áreas que não têm nada a ver com ela. Fala-se hoje que a Previdência está quebrada, mas se esquece que já construíram a Ponte Rio-Niterói e a Transamazônica com o dinheiro da Previdência. Isso aconteceu exatamente porque, durante aquele período e principalmente no período autoritário, havia uma gestão meramente estatal. Daí a importância de se colocarem, dentro do sistema geral da Previdência Social, entes que têm informação e peso na sociedade. Militares, parlamentares e juizes estão fora do sistema geral. Para esses setores, tanto faz se o dinheiro do INSS é utilizado para tapar buraco do orçamento porque eles não são afetados, eles têm um sistema próprio, público de previdência social.

A importância de ser um sistema único se deve ao fato de que esses setores, que têm condições de fazer com que a sua voz seja ouvida, estarão lá fiscalizando, controlando e gerindo os interesses da previdência pública.

O terceiro pilar dessa proposta da previdência social é que, a partir desse patamar proposto, de dez salários mínimos, instituir-se-ia a previdência comple-

mentar, pública e privada, porque serviria não só como previdência. Em todos os países do mundo, os fundos de pensão têm-se transformado nos principais indutores de desenvolvimento, quando os seus recursos são aplicados nessa direção, porque são os setores que têm mais liquidez e capitalização.

No Brasil, a previdência complementar sempre foi encarada como algo de privilegiado. Muitas vezes ouvia-se falar dos empregados da Petrobrás, do Banco do Brasil e da Vale do Rio Doce — citavam somente as estatais, esquecendo-se de que muitas empresas privadas e multinacionais têm previdência complementar e, na maioria das vezes, sem qualquer contribuição do segurado, porque utilizam esse tipo de previdência até como uma política de recursos humanos.

No País, a previdência complementar passou a ser tratada como coisa de marajá, quando, na verdade, é a única forma de fazer com que alguns setores de renda superior a esse da previdência pública ingressem no sistema e garantam sua aposentadoria de acordo com o seu salário e, além disso, serviria como fator indutor da economia.

São propostas radicais, sim. Lembro inclusive que, quando estávamos numa audiência pública com o então Ministro Reinhold Stephanes, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, o Ministro disse que o PT propunha o sistema único, mas só para inglês ver, porque não tinha coragem de enfrentar as corporações do servidor público.

Fiz um desafio público ao Ministro Reinhold Stephanes quanto à avaliação de S. Ex^ª: na Câmara foi essa a proposta do PT, então vamos iniciar esse processo aqui no Senado. Já que, ao contrário de todas as outras propostas de emenda constitucional do Governo, no caso da Previdência, interessava ao Governo modificar — como, aliás, foi modificado, porque a proposta que veio da Câmara não foi a proposta original do Governo. Portanto, não valia, na questão da Previdência, aquele velho argumento que ouvimos aqui várias vezes, de que tinha que votar logo, de que não podia modificar, porque ainda voltaria para a Câmara.

Enfim, a emenda voltou para a Câmara, mas como uma meia-sola. Em vez de optar por uma medida mais estrutural, mais radical e mais duradoura para a reforma da Previdência e estabelecer uma fase de transição que levasse em consideração os direitos adquiridos e a expectativa de direitos, portanto, uma fase de transição mais alongada, o Governo optou pelo caminho inverso. Fez uma meia-sola na reforma, com uma fase de transição mais abrupta. O resultado nós conhecemos, o Supremo Tribunal Fede-

ral fez o que era esperado. Disseram que foi um julgamento político, uma revanche, uma vendeta, porque não havia sido aprovado o teto.

Não sou jurista, mas qualquer pessoa minimamente informada saberia que isso era de se esperar. O Governo tentou aprovar uma emenda constitucional, não conseguiu; foi derrotado. Depois, conseguiu aprová-la no Congresso como projeto de lei ordinária. O mais esperado aconteceu: o Supremo opinou pela inconstitucionalidade da proposta, por unanimidade. Até ministros que ao longo do tempo têm sido mais condescendentes com o Governo votaram contrariamente ao projeto aprovado nesta Casa, porque, realmente, era uma proposta absurda.

Outro aspecto a ser levado em consideração na discussão da Previdência refere-se aos servidores públicos. A nossa proposta prevê a extinção do regime especial de aposentadoria para o servidor público. Deve-se ter o mesmo sistema para todos os brasileiros, abrangendo um teto de até 10 salários mínimos.

Há algumas meias verdades passadas à imprensa com o objetivo de desvirtuar a informação ou contrapor alguns setores da sociedade ao servidor público. Uma delas diz respeito ao teto do regime previdenciário, de R\$1.200,00. É dito em manchetes que o servidor público se aposenta com salário integral. Todavia, não é dito que quem trabalha na iniciativa privada ou em uma empresa estatal só contribui com um percentual que incide sobre o valor de até R\$1.200,00; enquanto que, para o servidor público, a alíquota incide sobre o salário integral. Essa diferença fundamental entre esses contribuintes da Previdência não é mencionada nem pelo Governo nem pela imprensa, quando, por diversas vezes, tentam atribuir culpa ao servidor público, colocando-o como um judas a ser malhado.

São situações diferentes, reitero. O servidor público, se não me engano, contribui com 11% sobre o que realmente recebe, enquanto aquele trabalhador que ganha menos de R\$1.200,00 contribui em relação ao seu salário real, podendo, portanto, perceber um salário de aposentaria condizente com sua contribuição. Já o trabalhador que percebe R\$3 mil ou mais contribui com 11% da parcela do seu salário até de R\$1.200,00. Acima desse valor, se tiver algum fundo de pensão, contribuirá com num índice maior.

A segunda falácia são as médias. Sempre que se fala em média — e os economistas adoram isso, com todo o respeito ao Senador Saturnino Braga, que, apesar de ser engenheiro, tem especialização em economia —, fico receoso. Lembro-me sempre

daquela antiga piada do economista que vai caçar. Só tendo duas balas na espingarda, dá de cara com o leão. Ao dar o primeiro tiro, a bala passa à esquerda do leão; ao dar o segundo, a bala passa à direita, e ele diz: "bom, estou tranqüilo, porque, na média, matei o leão". Esse é o risco quando se fala em média.

Gostaria de ver publicado pelo Governo, isso nunca ocorreu, um gráfico da distribuição, em termos de valores, da aposentadoria dos servidores públicos. É lógico que há servidores públicos que se aposentaram com valores exorbitantes, até porque há aquele efeito cascata, aquele efeito repique incorporados ao salário. E, quando há um número razoável de pessoas nessa situação, ocorre um aumento natural na média. Ao fazer-se uma distribuição por faixa salarial, por exemplo, de servidores públicos que se aposentaram com proventos de R\$300 a R\$500, de R\$500 a R\$1.000, de R\$1.000 a R\$1.200, até R\$2.000, observar-se-á que 90% não têm aposentadoria muito diferente daquela da iniciativa privada.

Outro aspecto que também não é abordado: as aposentadorias dos servidores públicos estaduais e municipais são muito inferiores as dos federais. Quando se fala em serviço público e se quer falar em média, tem-se que somar as aposentadorias dos servidores dos Estados, dos Municípios com as da União para, aí sim, calcular-se a média. Assim, talvez fosse uma média mais aproximada da realidade. Não se pode é continuar falando que a média do INSS é de quatro salários mínimos, enquanto a média do Executivo é de 11, a do Legislativo é de 32 e a do Judiciário é de mais de 40. É lógico que há distorções. Mas, não será com essa estratégia de eleger-se apenas alguns responsáveis que o Governo alcançará alguma solução.

Abordarei um último ponto, Sr. Presidente, pois vejo que o tempo da sessão já está se esgotando.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – Aler-to V. Ex^a que o tempo da sessão está esgotado, mas, tendo em vista a importância do tema, a Mesa solicita que conclua o seu discurso.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, concluirei, mas esse é um assunto ao qual pretendo voltar em outro dia.

O último ponto é o que se refere à idade mínima. Aliás, como a Câmara dos Deputados reprovou a idade mínima para aposentadoria, o Governo inventou o fator previdenciário, uma forma de colocar a idade mínima na lei. Considero perfeitamente natural estabelecer-se uma idade mínima para aposentadoria, até para se evitar, absurdos como, por exemplo, o do

ex-Ministro Reinhold Stephanes, da Previdência, que se aposentou no vigor dos seus 40 e poucos anos.

Insistimos por diversas vezes que se aprovada, nesta Casa, a emenda que leva em consideração a renda pessoal, votaremos a favor da idade mínima. É inadmissível que se tenha uma mesma para idade mínima para alguém que começa a trabalhar aos 14 anos de idade – normalmente até pelo fato de ter começado a trabalhar nessa idade para sustentar a família é quem ganha menos – e que contribui durante 35 anos, chega aos 49 anos e não pode se aposentar porque a idade mínima é 60 anos. Então, ficará durante 11 anos contribuindo não para a sua aposentadoria, porque para ela já contribuiu, mas para que os filhos da classe média, classe média alta, que entram no mercado de trabalho aos 25 anos e trabalham 35 anos, possam se aposentar aos 60 anos.

Então num país como o Brasil, com essa distribuição de renda, a idade mínima só é aceitável se for introduzido um fator que leve em consideração a renda e a idade com que a pessoa ingressou no mercado de trabalho. Essa é a única saída para uma reforma da Previdência que introduza, incorpore os princípios básicos, citados por mim, de um pacto de gerações, de solidariedade social, que permitam à Previdência autonomia financeira, livre de problemas de caixa.

Essas questões não são novas. Como disse, são emendas e propostas já apresentadas aqui quando da discussão da Previdência. Estamos dispostos a discuti-las novamente. No entanto, insisto em dizer que o Congresso Nacional é o fórum onde essa matéria tem de ser discutida.

Não vejo, à luz da forma como se comportou nesse período, credibilidade e autoridade por parte do Governo para propor esse pacto, porque, mais uma vez, aproveita-se de um momento em que está conjunturalmente ruim perante a opinião pública e busca salva-vidas junto aos Governadores. Quando tem qualquer sobrevida, acaba se esquecendo das propostas que ele mesmo faz de pacto de entendimento e passa o rolo compressor, como aconteceu na Câmara recentemente na votação do chamado fator previdenciário.

Entendo que essa questão da Previdência merece a atenção de todos os Parlamentares e de todos os Partidos. O próprio Governo, em outras épocas, reconhecia que o melhor projeto era o do Deputado Eduardo Jorge; o mais radical inclusive. Não fugiremos, se realmente essa for a intenção dos Parlamentares da Maioria nesta Casa. Reapresentaremos o projeto e debateremos sobre esses princípios que consideramos fundamentais para a manutenção da

Previdência pública no Brasil, observados os princípios de pacto de gerações e de solidariedade social.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, o Sr. Ramez Tebet, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – O Senador Geraldo Cândido enviou à Mesa proposições que, em face do disposto no art. 235, III, a, do Regimento Interno, serão lidas na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – Os Srs. Senadores Carlos Patrocínio, João Alberto Souza, Eduardo Siqueira Campos, Lúcio Alcântara e Edison Lobão, enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, no último relatório das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano, apresentado recentemente, o Brasil perdeu sua posição anterior, que já não era boa, e passou a fazer parte do grupo de países com níveis de desenvolvimento social pouco expressivo.

A piora em alguns dos nossos indicadores mais importantes, segundo os analistas, foi a causa determinante dessa queda. Por exemplo, o Brasil continua a se apresentar com aspectos nutricionais deficientes e com vergonhosos índices de mortalidade infantil, igualando-se aos países mais pobres do mundo.

No relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), aparecemos com a altíssima taxa de 37 óbitos em cada grupo de 1000 crianças nascidas vivas, ao mesmo tempo em que a Argentina registra 21 óbitos e a Costa Rica, 12.

Gostaria de enfatizar neste pronunciamento, a importância que tem o leite materno para a vida em seus primeiros momentos, a sua repercussão na diminuição da mortalidade infantil, e lembrar que esse alimento protege a criança contra infecções, especialmente diarreias e pneumonias, as principais causas de morte prematura dos nossos bebês. É bom lembrar que o risco de diarreia é 14 vezes maior nas crianças desmamadas, e o perigo de contrair infecções respiratórias graves é quatro vezes maior nos bebês que não mamam.

Por outro lado, é importante ressaltar igualmente que o aleitamento materno é altamente benéfico para a saúde das mulheres. As mães que amamentam, conseguem diminuir significativamente o san-

gramento pós-parto e adquirem proteção contra câncer de ovário e mama.

Um estudo realizado recentemente pela Fundação Oswaldo Cruz, mostra que a implantação de bancos de leite no País resultou em uma economia superior a 544 milhões de dólares em importação de leite modificado.

As estatísticas do próprio Ministério da Saúde revelam que quase 97% dos recém-nascidos deixam as maternidades alimentados com leite materno, mas, lamentavelmente, 43% são desmamados parcialmente aos três meses de vida e 61% aos seis meses. Dessa maneira, a maioria das crianças brasileiras ficam completamente vulneráveis às infecções porque não mamam mais aos seis meses e, também, porque nascem em maior número nas classes sociais de baixa renda, nas quais as carências nutricionais estão mais presentes.

Outro aspecto preocupante que prejudica, em muito, o aleitamento materno, diz respeito às grandes perdas de leite que acontecem dentro dos 104 bancos de leite credenciados pelo Ministério da Saúde em todo o País.

Segundo notícias veiculadas pela mídia, dos 70 mil litros de leite materno coletados anualmente, cerca de 4.500 litros são recusados por falta de qualidade. Por sua vez, a Comissão Nacional de Bancos de Leite Humano do Ministério da Saúde, esclarece que a perda deve-se a erros cometidos no manuseio e em virtude de doenças detectadas nas doadoras.

Outro dado alarmante foi mostrado pelo pesquisador João Aprígio Guerra de Almeida, coordenador do Banco do Leite do Instituto Fernandes Figueira, no Rio de Janeiro, e presidente da Comissão de Bancos de Leite Humano do Ministério da Saúde. Segundo ele, por causa do desmame precoce, antes dos seis meses de vida, cerca de 180 milhões de litros de leite materno são desperdiçados anualmente em nosso País, ao mesmo tempo em que o déficit anual oscila entre 150 e 170 mil litros.

Como podemos observar, o desperdício não é o único obstáculo que o programa de aleitamento materno enfrenta em nosso País. Além desse aspecto grave, convivemos, ainda, com a falta de uma política de esclarecimento eficaz por parte do Governo; com deficiências de organização e controle nos bancos de leite; e, por fim, com a própria resistência das mães, que sabem de sua importância, mas não vêem com muito entusiasmo a necessidade de amamentar.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, apesar de todas as dificuldades, devemos reconhecer que o Brasil possui a maior estrutura de bancos de leite do

mundo. Apenas os Estados do Amapá, Acre, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins não dispõem de bancos de leite.

Não podemos dizer que o Governo Federal tem relegado o incentivo à amamentação a um plano secundário. Realmente, ele tem procurado incentivar valores e comportamentos culturais favoráveis à prática da amamentação. Tem se preocupado igualmente em desenvolver uma rede de comunicação entre todos os atores sociais envolvidos no processo, mas precisa ainda fazer muito mais.

Em primeiro lugar, é fundamental que haja uma recuperação das maternidades e dos equipamentos de saúde que causam vergonha, e que as Prefeituras recebam todo o apoio necessário para poderem participar do programa com mais organização. Outra ação acertada é integrar melhor a amamentação a outras ações no campo da saúde infantil, como as campanhas de vacinação; ampliar o leque de informações, tanto para o pessoal de saúde quanto para a população; garantir o estabelecimento de leis que permitam à mulher desfrutar melhor do seu direito de amamentar; e implementar normas nacionais mais rígidas para defender a prática do aleitamento.

Para finalizar, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, é importante fazer referência a uma conclusão tirada pela Fundação Oswaldo Cruz. Segundo ela, se todas as crianças nascidas em 1995 tivessem sido amamentadas exclusivamente no peito até os seis primeiros meses de vida, o País teria economizado 423,8 milhões de litros de leite materno, que representam quantia superior a 200 milhões de dólares. Basta este dado para mostrar o quanto é importante para o País, para o sistema de saúde, para as crianças, para as mães, para a melhoria da nutrição e para a diminuição dos nossos vergonhosos índices de mortalidade infantil, o incentivo ao aleitamento materno.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA)

— Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o simbolismo tem acompanhado a trajetória humana ao longo da história e em todos os espaços. Não há povo sem simbolismos, sem crenças, sem valores sacramentalmente expressos mediante fatos transmitidos por tradição ou mediante objetos representativos que evocam, provocam e convocam para reminiscências. A materialidade da vida do ser humano não lhe tolhe a sensação de algo que arrebatava para fora do estritamente empírico, exigindo-lhe abstrações fundadoras de ideais e utopias.

O fim do segundo milênio também não foge à regra, apesar da vastidão dos conhecimentos e do avanço da tecnologia em um nível inimaginável, há poucos anos. A humanidade de hoje também precisa e por isso cultiva símbolos. Cria-os na medida em que surge a necessidade de evocar solidez para suas convicções, ou para dar fundamento na ordem ideológica à visão de mundo cultivada.

A dimensão simbólica na modernidade expressa-se em grande parte por meio da instituição dos dias comemorativos, tanto em nível nacional quanto internacional, de que é pródigo o mês de outubro. Durante este mês, ocorrem nada menos que vinte e uma comemorações, ou vinte e uma evocações, todas elas impregnadas de mensagens, de lembranças e de valores, cuja universalização se faz necessária.

Para citar alguns desses eventos, comemora-se neste mês o Dia do Prefeito, o Dia dos Vereadores, o Dia da Ecologia, o Dia Universal da Anistia, o Dia da Criança, o Dia do Professor, o Dia do Médico, o Dia da Aviação Brasileira, o Dia do Funcionário Público, o Dia Nacional do Livro, o Dia da Juventude.

Obviamente, não é possível tecer considerações sobre o significado de todas essas comemorações. Todas têm um sentido próprio e no campo da simbologia se erguem como chamamento, para lembrar valores facilmente esquecidos, ou facilmente não praticados pelos povos, apesar de não negados.

Quero ater-me, no entanto, de forma conjunta, a dois desses símbolos, pelo sentido que possuem hoje para a humanidade como um todo e para o Brasil em particular: ao Dia da Criança e ao Dia do Professor.

Essas duas realidades estão intimamente ligadas, na linha da mais autêntica paternidade, em que a criança é a sociedade que se faz, que cresce, que se agiganta e constrói e a segunda, a parte que orienta, ensina, encaminha, aponta direções, prepara para a compreensão do mundo e para respostas.

Em nossos dias, o apelo para o consumo tem centrado suas atenções nessas datas, acentuando as expectativas de ganhos com vendas. Nada contra ao incentivo à compra de presentes. O presente também é um símbolo. No entanto, não se pode negar que é muito mais fácil o presente material do que o compromisso com a realidade necessária à criança, para que efetivamente ela seja a construtora do amanhã.

O sentido da festa vai além da materialidade, fútil no tempo e no significado, de um presente. A convocação do símbolo atinge a essência do presente e daquilo que uma sociedade pretende para o futuro.

ro. É nesse campo que a centralização no consumo escamoteia e esvazia o símbolo.

A criança vai além do presente material, assim como o professor vai além da mera transmissão de conhecimentos.

A convocação feita pelas datas leva para questionamentos que perturbam e ao mesmo tempo tranquilizam.

Perturbam porque expõem a verdade concreta em que milhares de crianças vivem no Brasil e no mundo, inclusive nos denominados países desenvolvidos, particularmente no que diz respeito à violência. Naqueles, entre outras razões, por causa da pobreza; nestes, por motivos que ultrapassam às vezes a exatidão de um diagnóstico científico. Mas também tranquilizam, porque confirmam que a humanidade ainda mantém a esperança e alicerça seu futuro em esperança.

Sem dúvida, são perturbadoras verdades como a da existência de favelas e invasões onde não existem condições mínimas de vida digna. Perturba também o fato de favelas e invasões serem frequentemente vistas como fatos sociais naturais, por fazerem parte das sociedades.

Em nosso País, a falta de habitações supera o montante de dez milhões de moradias. Isso significa que, no mínimo, cinquenta milhões de pessoas moram em situações precárias ou péssimas.

Perturba a interrogação sobre o que está na base da onda de violência que penetrou nas escolas de todo o País, dos assassinatos em série de jovens e adolescentes nas grandes cidades, particularmente nos bairros mais pobres. E perturba ainda mais o pensar que essas tragédias não constituem fatos isolados, mas sintomas de graves anomalias sociais.

Como afirma o Secretário de Educação de Pernambuco, Éfrem de Aguiar Maranhão, "todos esses acontecimentos parecem estar ligados ao mesmo fenômeno: a situação de abandono a que estão relegadas crianças, adolescentes e jovens, especialmente das famílias de baixa renda. Os números são impietosos: pelo menos 20 milhões – continua o Secretário – se encontram em situação de risco social, empurrados para a marginalidade e a criminalidade. Excluídos do sistema educacional e sem perspectiva de futuro, são facilmente aliciados pelo tráfico de drogas, pela prostituição ou pelo "ganho aparentemente fácil".

Perturba o desemprego que agrava a pobreza, desestrutura as famílias, subtrai a identidade pessoal e desagrada o convívio, numa sociedade hoje já pouco sensível à solidariedade.

Perturba o dado concreto de 25 % das famílias brasileiras serem chefiadas por mulheres. Não porque a mulher não tenha condições de conduzir um núcleo familiar, mas pelo fato de essa situação decorrer de acontecimentos indesejados pelas mulheres e pela sociedade, e pelas conseqüências sobre a formação em especial das crianças.

Estou me atendo tão somente ao que sucede nos limites do território nacional. Não estou comentando as barbáries contra as famílias e as crianças do Timor Leste, de muitos países da África, das crianças da Iugoslávia, país do Velho Mundo, que já vivenciou séculos de história, com eventos suficientes para justificar uma melhor qualidade de vida, inclusive do ponto de vista simplesmente relacional e político.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eis, na minha opinião, a base para o sentido das datas que se comemoram: pensar os verdadeiros valores, os que fundamentam o sentido da existência humana, dão conteúdo ao presente e projeção para o futuro.

Nesse âmbito, assume plenitude de horizonte a evocação do simbolismo de ambas as datas que abordei nesta minha fala: a atenção para com a qualidade de vida da criança. A qualificação, a instrumentalização para construir que deve ser encaminhada para os mais jovens pelos que já adquiriram condições de sintetizar os conhecimentos e de transmiti-los.

Nosso País há de vencer a pobreza. Razão tem a Unesco quando assegura que a educação é a saída para a pobreza.

Hoje, o desenvolvimento não pode centrar-se apenas no aumento da produtividade, no aperfeiçoamento dos produtos para que sejam competitivos, no crescimento dos investimentos privados e na diminuição de custos de produção. Desenvolver com autenticidade e sustentabilidade é investir em gente, para que, em conjunto e em benefício individual e coletivo, se construa uma nação com mensagem para os demais povos, uma sociedade com vida de qualidade.

Muito Obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho a esta Tribuna, Sr. Presidente, para expressar minha preocupação, que é de todos nós, com o processo de descontentamento generalizado que se agrava no país, e que, no meu entendimento, tem dois vetores a inspirá-lo.

O primeiro é a pouca capacidade que temos demonstrado, Governo e oposição, em gerar uma Agenda positiva, capaz de ditar rumo para o país, e apontar soluções para os problemas que o afetam e que

afetam o dia-a-dia de cada cidadão, de forma cada vez mais grave.

O segundo, decorre dos interesses meramente políticos ou populistas, dos que, valendo-se desta situação, e sem apresentar soluções alternativas, procuram insuflar o descontentamento popular, criando o ambiente propício ao confronto e à convulsão social, que pode estar se agravando perigosamente.

Refiro-me não só a movimentos espúrios frequentemente levados às ruas, onde se misturam causas legítimas com interesse escusos de ordem ideológica, política e outras, que os tornam espúrios, como ao festival de denúncias, que mais do que à verdade e à transparência, buscam desmoralizar as instituições e os que legitimamente as representam.

Tais atitudes, Sr. Presidente, além de nocivas ao próprio exercício da vida democrática, enfraquecem o instituto da denúncia e da investigação, uma das competências desta Casa, que o vem exercendo com empenho e responsabilidade.

Neste contexto, movimentos sociais, até legítimos e sua forma de expressão e em suas motivações, se tornam instrumentos habilmente manipulados pela demagogia e pela irresponsabilidade de alguns, que não aceitam o jogo democrático mas são useiros e vezeiros em utilizar artimanhas que objetivam tornar mais graves os problemas nacionais, dentro do princípio de que quanto pior, melhor.

É esta separação, Sr. Presidente, que precisa ser feita com clareza e com segurança: a distinção entre os movimentos ou as denúncias de caráter puramente ideológico e oportunista, e as denúncias ou os movimentos sociais, legítimos, nos quais é indispensável buscar inspiração e força para intensificar a ação do Governo, colaborando na formulação das Agendas positivas, que toda a Nação reclama.

Em relação aos que se valem desses instrumentos condenáveis para a demagogia e para satisfação de interesses escusos, é preciso que esta Casa, guardiã da Democracia e das Instituições, se manifeste unanimemente em repudiá-los, para que exista o espaço necessário ao diálogo e ao esforço comum na construção dessa Agenda.

Nesta linha de raciocínio, acredito que o debate sobre a eliminação da miséria, levantado com tanto vigor pela voz corajosa e legítima do Presidente desta Casa, o Senador Antônio Carlos Magalhães, e que vem sendo debatida responsabilmente pela Comissão Especial de Combate à Pobreza, pode ser um bom começo.

Na verdade, Sr^a e Srs. Senadores, a questão da miséria, está no centro e na essência da crise nacio-

nal e esta é uma visão complementar e necessária, aos que concentram sua visão da crise nacional, como se fosse exclusivamente uma crise financeira.

Na verdade, é preciso dizer que a miséria, sendo consequência da crise financeira, é sobretudo seu fator de contínua realimentação.

O desemprego e a miséria, se constituem primordialmente num grave desrespeito a um direito básico da cidadania e a uma afronta à ética e à prática de qualquer organização social, por mais progressista, ou economicamente equilibrada que possa parecer.

Na verdade, a miséria e o desemprego se constituem também em gravíssimo entrave à economia no sentido de que, de um lado os pobres e os desempregados são excluídos de sua capacidade de contribuir para o processo produtivo e, de outro, mesmo para sobreviver, eles acabam por gerar um elevadíssimo custo financeiro, em termos de demanda por assistência, saúde, alimentação, moradia, educação e outras exigências mínimas a que o Estado tem que prover.

Abstraindo, portanto, da questão da justiça, da ética e do direito, a eliminação da pobreza deve se transformar na base de uma nova política econômica, a gerar a Agenda positiva necessária à retomada da confiança da Nação, no Governo e no seu próprio futuro.

O custo financeiro da pobreza, Sr. Presidente, pelo uso da exclusão de quase a metade da população do processo produtivo, e em função do atendimento das demandas mínimas dos excluídos, não tem sido adequadamente entendido e nem tem sido considerado, na contabilidade financeira que tomou conta do país, ou na equação econômica em que se transformou a ação governamental.

É nesta linha de raciocínio que é necessário retornar à sintonia com o sentimento da sociedade, por busca de uma saída para a crise.

É preciso, para isto, redirecionar o financeiro, e redirecionar o financeiro significa investir, para integrar no processo produtivo, milhões de brasileiros excluídos, dinamizando a economia e ampliando os mercados.

Sem dúvida, Sr. Presidente, esta é uma perspectiva diferente de conceber o método para superar a crise que inquieta o país, mas este é o caminho reclamado pela Nação e a alternativa ao processo de concentração e exclusão que tomou conta do Brasil.

Eu diria, em consequência, que o primeiro passo para eliminar a pobreza e dinamizar a economia, consiste em integrar esses milhões de brasileiros no

processo econômico. A dinamização da economia se constitui, dessa forma, na primeira âncora para a recuperação da economia. Esta é, Sr. Presidente, uma fundamentação teórica do esforço governamental e das expectativas da sociedade em favor da promoção da pequena empresa, da ampliação da base produtiva da sociedade.

A segunda âncora nesta mesma perspectiva, Sr. Presidente, refere-se ao aproveitamento efetivo do território nacional como suas imensas riquezas, que o Brasil oficial desconhece, numa visão tradicionalmente urbana e litorânea, constituída pelos grandes centros ou pelos grandes Estados brasileiros, integrados numa falsa globalização e sem maiores compromissos com o Brasil real seu território, suas imensas possibilidades, seu povo.

Dessa forma, na falsa idéia de competir com mundo desenvolvido, com sua tecnologia de ponta, com seus mercados sofisticados ingressamos na globalização com o que temos de mais vulnerável, com o nosso "calcanhar de Aquiles": a moeda e a competição por mercados sofisticados; sofisticados como produto e como tecnologia de processo.

Esta visão, elitizou o processo brasileiro, regional e socialmente, e nos tornou no processo de globalização, mero objeto da especulação financeira, vulneráveis aos interesses globalizados quase no limite da perda de nossa soberania e da autodeterminação das decisões nacionais.

Veja, Sr. Presidente, a fragilidade da soberania a que está relegado o Estado brasileiro, soberania que o Estado passa a exercer, às vezes de forma prepotente, sobre a sociedade brasileira, a quem culpa por seus insucessos, já que não tem condições de exercê-la, sobre os interesses globais.

Assim é que internamente somos tolhidos de investir em políticas que permitiriam a retomada do desenvolvimento como caminho de reverter o desemprego e aumentar a renda. Da mesma forma, somos obrigados a submeter a contenção de salários, que, se em relação ao funcionalismo público já perdeu seu valor aquisitivo, por quatro anos consecutivos, em relação ao salário mínimo vem se situando a reajustes irrealistas inferiores a 10%, ao ano, percentual irrisório face ao tamanho de seu valor efetivo.

Isto, no entanto, nada tem a ver com o que ocorre na economia globalizada, e no tratamento imposto pelos grupos internacionais e pelos setores por eles sustentados, aos assuntos de seus interesses.

Assim é que, em contraste com o que ocorre com os salários e as rendas do povo brasileiro, os bancos acabaram de divulgar em seus relatórios que, no ano passado, seu lucro médio ultrapassou a Casa de 1.000%, Índice que vem se repetindo no primeiro semestre deste ano.

Os laboratórios farmacêuticos, setor igualmente dominado pela globalização, tiveram reajustes que já ultrapassam a 50%.

O petróleo, Sr. Presidente, embora o país já produza parcela significativa de seu consumo, acompanha os preços internacionais, e os reajustes já ultrapassaram aos 60%, o que já determinou, inclusive, a intervenção oportuna e eficaz do Presidente desta Casa.

Cito, ainda, o caso da dispensa do recolhimento da CPMF para os investimentos estrangeiros nas Bolsas, diante das primeiras manifestações, de desagrado daqueles organismos, enquanto o mesmo tributo continua onerando os investidores brasileiros e os correntistas em geral.

São alguns exemplos, Sr. Presidente, de diferença com que trata o povo brasileiro, em relação aos interesses globais.

Para concluir devo ainda referir-me às taxas de juros que continuam em teto proibitivo para a atividade produtiva, sob a justificativa de atrair investimentos, que exatamente em função das altas taxas de juros acabam por ser especulativos, ajudando desta forma a fechar o balanço da contabilidade nacional, para satisfação da ciranda financeira, enquanto contribuem para o aumento da miséria, da exclusão nacional e da estagnação dos processos produtivos.

Espero, Sr. Presidente, que a Comissão de Erradicação da Pobreza, aliada à fixação de uma Agenda produtiva para o debate das questões nacionais, além de medidas conjunturais, traga a oportunidade de reverter e reverter processos e procedimentos, cujos resultados continuarão sendo o agravamento do processo de exclusão, da perda de soberania do país e do desprezo pelas potencialidades nacionais. Pretendo retornar a essas questões, Sr. Presidente, no desejo de contribuir para formular uma Agenda positiva para o país. Só uma Agenda positiva abrirá o caminho da superação das crises e da retomada de um novo projeto de desenvolvimento com justiça social, para o Brasil, e contribuindo para a recuperação da credibilidade e da liderança do Governo, perigosamente abalados pelo descaminhos que vêm ameaçando o futuro da Nação. – Senador **Eduardo Siqueira Campos**.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB - CE) - Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, quisera eu estar, hoje, aqui, nesta tribuna, a tecer loas e a vislumbrar futuro promissor a toda a população jovem do Brasil. Nesse 2 de outubro se comemorou o Dia Internacional da Juventude, o que, em princípio, deveria ganhar o sentido de uma data cercada de entusiasmo, euforia e esperança. No entanto, o jovem deste final de milênio parece assustado com, e neutralizado pela, realidade que vê, sem conseguir esboçar qualquer sinal de reação, crítica ou mobilização. O pessimismo que exala é desolador.

No caso brasileiro, o quadro de perspectivas que se lhe afigura não suscita grandes expectativas. Lá no fundo, o desemprego e a ignorância são a contrapartida de um País que ainda se depara com índices escandalosos de injustiça social e econômica. Mesmo assim, a educação surge, ainda, como a alavanca transformadora dos jovens, a partir da qual se pode sonhar com um horizonte menos sombrio. Prisioneiro de uma contraditória situação, o jovem que percebe na sociedade moderna e desigual o desencanto de suas forças é o mesmo que deposita na formação educacional a esperança de uma vida melhor.

É mergulhado nessa contradição, portanto, que convido todos a uma pequena incursão reflexiva sobre o perfil da juventude brasileira dos tempos atuais. De antemão, já exponho minhas reservas quanto a ambição da proposta, pois tenho plena convicção de que não há uma, e só uma, juventude brasileira, mas sim uma pluralidade de caras, vozes e itinerários, a cuja fiel descrição jamais poderia atender. Com a permissão dos cientistas sociais, aproprio-me do conceito "tipo ideal" para justificar a versão de um imagem sintética da juventude brasileira, fundamentada em pesquisas recentemente publicadas. Dito isso, vamos revisitar algumas dessas pesquisas que bem caracterizam o jovem e a jovem do Brasil.

Pois bem, há poucas semanas, o Ministério da Saúde e o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) publicaram resultados de pesquisa realizada sobre o comportamento sexual de nossa juventude. A bem da verdade, descreve um perfil, no mínimo, inquietador sobre nossa população jovem. Em primeiro lugar, revela que cresce o número de garotos e garotas que começam a vida sexual antes dos 15 anos. Mais precisamente, 47% dos homens e 32% das mulheres entrevistadas declararam ter, com menos de 15 anos, experienciado relação sexual pela primeira vez. Isso contrasta radicalmente com os dados colhidos em 84, quando o mesmo índice apontava 35% para os homens e 14% para as mulheres. Para espanto de todos, ao invés de inibir o ingresso de jovens no circuito das relações sexuais, a proliferação das doenças sexualmente transmissíveis nos últimos 15 anos parece ter coincido com a incorpora-

ção de faixas etárias mais baixas dentro do universo de parceiros disponíveis para o sexo.

Tal resultado vai ao encontro de outros dados anteriormente divulgados sobre o avanço da precocidade feminina, no Brasil, para fins reprodutivos. O número de partos realizados em jovens de 10 a 19 anos, em 98, se expandiu em 20%, quando comparado com o registrado em 97. E não é só isso. Enquanto 40% das adolescentes que engravidam voltam a engravidar num período de 36 meses, 80% dos filhos gerados são, de fato, sustentados com a ajuda dos avós maternos. E mais, 70% das jovens que engravidam abandonam a escola depois do nascimento do filho.

Retomando a pesquisa do Ministério da Saúde, ela detecta que 44% dos jovens ingerem bebida alcoólica antes de culminar o ato sexual. O índice se afigura mais dramático na medida em que se compara com outros verificados nas faixas etárias superiores. Por exemplo, entre pessoas de 26 a 40 anos, a percentagem já cai para cerca de 25%. Não surpreende, portanto, a informação de que, na faixa etária masculina entre 16 e 19 anos, o índice de entrevistados que confirmam o uso de drogas por, pelo menos, uma vez chega a 26%.

No tocante à segurança no sexo, que consiste num dos fatores mais relevantes e reveladores do perfil juvenil, uma das conclusões a que se chegou com a pesquisa é de que, embora a grande maioria dos jovens esteja bem informada sobre os riscos da AIDS, ela não se preocupa em mudar de comportamento. Ou melhor, segundo a interpretação de Elza Berquó, demógrafa do Cebrap e coordenadora da pesquisa, o estudo mostra que não haveria estreita relação causal entre o grau de conhecimento e o grau de exposição a riscos, contrariando senso comum até há pouco vigente. Talvez aqui resida a consequência mais grave da disseminação do pessimismo na vida dos adolescentes.

Ciente do impasse, o Ministro da Saúde, José Serra, já manifestou sua preocupação em propor uma política educativa que incentive os jovens não somente a adquirir a teoria preventiva, mas também a transformá-la em prática cotidiana. Não sem razão, uma das estratégias do Governo será a de, agora, estimular o uso absolutamente necessário da "camisinha" entre os jovens.

O lado mais perverso desse quadro é que os grupos de jovens que menos sabem sobre a AIDS são exatamente aqueles com menor escolaridade, os mais pobres e os de regiões menos desenvolvidas. Na mesma linha, as mulheres jovens e pobres compõem o grupo no qual a contaminação da AIDS vem crescendo mais rapidamente.

Sr. Presidente, mas se, do ponto de vista das práticas sexuais, a juventude brasileira pode ser ca-

racterizada como um conjunto largamente homogêneo de condutas e ações, do ponto de vista dos valores, dos interesses e das visões de mundo, o panorama se configura de modo bem heterogêneo. A Unesco realizou pesquisa entre jovens de Brasília no começo de 99 e identificou, claramente, dois grupos bem distintos e quase antagônicos de jovens: o "jovem zona sul" (Plano Piloto) versus o "jovem periferia" (reunindo os jovens das cidades satélites de Planaltina, Samambaia e Ceilândia).

Do lado do "jovem zona sul", se verificou que 90% dos entrevistados estudavam, aspirando a obter diploma universitário, profissão de prestígio e bom emprego. Do lado do "jovem periferia", se constatou que apenas 60% dos entrevistados eram estudantes, cujo sonho de vida preponderante consistia na busca de emprego: qualquer emprego. Isso obviamente não carrega em si um sinal de novidade, mas reforça a tese de que o fosso social no Brasil divide e opõe, abruptamente, não somente classes, mas também o imaginário que povoa a cabeça de milhões de jovens da mesma idade.

Não por acaso, tampouco, no imaginário dos jovens da "zona sul", o jovem da "periferia" é construído como aquele que representa a violência, a pobreza e ao qual a raça negra mais se associa. Em contrapartida, no imaginário dos jovens da "periferia", o jovem da "zona sul" se aproxima da imagem daquele sujeito arrogante que não trabalha, que explora os outros e que pensa que tudo pode. Trata-se, sem dúvida, de autênticos estereótipos que reproduzem seu antagonismo no tempo e no espaço, na esteira de uma sociedade que, secularmente, não resolve problemas básicos de desigualdade econômica, de distribuição de renda, de acesso à infra-estrutura urbana e de acesso à educação formal.

O mais frustrante é que a mídia no Brasil parece se nutrir dessa fonte imagética para congelar padrões rígidos e hierarquizados de consumo e de gosto entre os jovens. O sociólogo Brasilmar Ferreira Nunes, professor da UnB, denunciou, em artigo intitulado "Jovens no Beco sem Saída", com muita propriedade, que a indústria do entretenimento vende uma falsa imagem do País, como se a juventude brasileira fosse toda branca, saudável, escolarizada e habitando moradias minimamente decentes. Para ele, a mídia opera sua "magia comunicativa" como se a violência entre os jovens do Brasil fosse um fenômeno típico dos grupos mais pobres da sociedade.

Ora, bem sabemos que a realidade não condiz nem de longe com o palco feliz montado pelas mídias. Basta ler os jornais das grandes cidades brasileiras para atestar o constrangedor envolvimento de jovens oriundos das classes privilegiadas na proliferação de atos de vandalismo, espancamento, estupro e toda

sorte de violência. Como pano de fundo, avulta a questão do preconceito, da discriminação e da exclusão social e cultural dirigida contra as populações "qualitativamente" minoritárias do País.

Por outro lado, é atrás dos jovens de classe média que a mídia corre incessantemente, na expectativa de expandir seu universo de espectadores e consumidores. Tais jovens movimentam a economia nacional, consumindo desmesuradamente telefones celulares, roupas, bicicletas, sanduíches e bebidas. O mercado publicitário sabe que o jovem consome tudo e, por isso, desperta sua cobiça, merecendo das agências tratamento especial. A julgar pelo número de pares de tênis vendidos em 98 no País, entre 15 e 16 milhões, não restam dúvidas sobre a participação decisiva dos jovens nesse mercado, que movimenta 1 bilhão de reais por ano. Isso para não mencionar o mercado de bicicletas, no qual se estima uma movimentação de 750 milhões de reais por ano, para cujo consumo o segmento de adolescentes contribui com a parcela de 45% da clientela total.

De tudo isso uma certeza, a juventude repercute valores recebidos e anuncia novidades, desempenhando papel crucial no emaranhado tecido econômico-cultural da sociedade, intitulado-se representante maior do conflito da transição entre gerações. Nesse sentido, é muito significativo constatar por meio de pesquisas uma incômoda descrença dos jovens em relação à política e as instituições públicas. Pelo menos, foi isso que detectou o livro *Fala Galera: juventude, violência e cidadania*, organizado pela Unesco e pela Fiocruz, que publica resultado de pesquisa realizada no início de 99, junto a 1.200 jovens cariocas das classes A, B, C, D e E.

Ali, percebe-se que os jovens do Rio de Janeiro nutrem verdadeira aversão à política, aos 3 Poderes e – o que causa preocupação – ao regime democrático. Sem confiança nos valores da ordem pública, recorrem à hostilidade, ao preconceito social, contra minorias sociais de toda sorte. Nessa lógica, o livro dispara que 20% dos jovens consultados consideram normal humilhar um ser humano em virtude de sua opção sexual ou profissional. Nunca é demais ressaltar que o direito à diferença constitui conceito-chave na formação das sociedades democráticas e justas.

Sr. Presidente, de sua parte, o Governo cumpre sua tarefa, apostando em reformas pontuais na estrutura educacional do País. O Censo Escolar de 99, por exemplo, registra que o número de matrículas no ensino médio cresceu nada menos que 57% em relação a 1994. E não é só: 32,6% dos jovens entre 15 e 17 anos estão matriculados, indicando crescimento de 10% em relação ao número de 94. Para o ano 2000, o Ministro Paulo Renato trabalha com a meta de chegar

a 50% dos jovens entre 15 e 17 anos matriculados nas escolas. O desafio foi lançado.

Por fim, apesar do tom alarmista impresso em cada pesquisa aqui abordada e discutida, acredito que a sociedade aos poucos começa a compreender que o pessimismo da juventude se reduz a mero mal-estar passageiro se medidas de reintegração social forem logo acionadas. Para tanto, o Governo parece trilhar o caminho certo, tomando decisões apropriadas nas áreas de saúde e educação já aqui comentadas. Nesse contexto, cabe ao jovem brasileiro maior dose de tolerância com o processo político, deixando de renunciar ao papel de cidadão que a democracia lhe atribui, mas exercendo com participação e entusiasmo sua função de construtor da Nação.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o *Dia Internacional para a Proteção da Camada de Ozônio*, celebrado em todo o mundo a 16 de setembro – data adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas –, passou praticamente em ‘brancas nuvens’ entre nós.

Os problemas relativos à camada de ozônio, que já suscitaram na opinião pública momentos de escândalo e de quase pânico, ingressaram na rotina do nosso dia-a-dia e, por isto, tornaram-se menos comentados, o que é um grande equívoco.

Menos comentados, mas não menos graves. Afinal, as substâncias capazes de destruir a camada de ozônio continuam sendo expelidas principalmente por indústrias em todas as partes do mundo, constituindo séria ameaça a todas as formas de vida no nosso Planeta.

Como todos sabemos, a Terra é envolvida por uma camada de ozônio que protege o Planeta dos raios ultravioleta emitidos pelo Sol. Funciona como um filtro que impede o excesso dos raios ultravioleta. Sem esse filtro, esse excesso atinge a superfície terrestre, comprometendo a saúde do homem e o nosso meio ambiente.

A catarata, o câncer de pele, os danos ao sistema imunológico, o aumento de infecções fúngicas e bacterianas e o envelhecimento precoce da pele são alguns dos males já detectados pelos efeitos dos raios ultravioletas nocivos. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, cada 1% de perda da proteção de ozônio deve causar 50 mil novos casos de câncer de pele e 100 mil novos casos de cegueira, causada por catarata, em todo o mundo.

Na agricultura, esses efeitos negativos, reduzindo a fotossíntese e o crescimento das plantas, suscitam prejuízos consideráveis e, não raro, definitivos. Tais danos agravam-se em relação aos plânctons marinhos, que são organismos minúsculos que estão

na base da cadeia alimentar marinha e que absorvem mais da metade das emissões de dióxido de carbono, o CO₂. Em 1992, foram registrados casos de peixes, ovelhas e coelhos cegos no sul do Chile.

Em linhas gerais, são desastrosos os riscos que os seres humanos impõem a si próprios quando, por sua arte e ciência, ameaçam o manto protetor do Planeta Terra, o ozônio. Há 22 anos, no ano de 1977, cientistas britânicos detectaram, pela primeira vez, a existência de um buraco na camada de ozônio. Desde então, apesar dos alertas de cientistas e ambientalistas, a camada vem se tornando a cada ano mais fina em várias partes do mundo, especialmente nas regiões próximas do Pólo Sul e, recentemente, do Pólo Norte.

Sabe-se que o ozônio está sendo eliminado, em grande parte, pelo grupo de gases chamado clorofluorcarbonos, os CFCs, usados como propelentes em aerossóis – os sprays –, como isolantes em equipamentos de refrigeração e para produzir materiais plásticos para embalagens. São substâncias que, por um lado, revolucionaram a vida moderna, mas, por outro, causaram danos ambientais desastrosos, pois têm grande estabilidade e permanecem na atmosfera por dezenas de anos. A dimensão chega a ser alarmante: uma única molécula de CFC pode destruir até 100 mil moléculas de ozônio.

As informações são, de fato, alarmantes, mas há países que, ao longo dos últimos anos, vêm trabalhando, com afinco, buscando eliminar a produção e o uso dos CFCs. Em 1995, por exemplo, a Comunidade Européia e os Estados Unidos acabaram quase completamente a produção e a importação dos CFCs e outras substâncias prejudiciais à camada de ozônio.

O consumo brasileiro de substâncias que destroem a camada de ozônio, abaixo de 100g por habitante ao ano, é consideravelmente inferior ao teto fixado pelo Protocolo de Montreal para países em desenvolvimento – que é de 300g/anos *per capita*. Desta forma, o governo brasileiro também vem envidando esforços nas estratégias e ações para a proteção da camada de ozônio. Signatário da Convenção de Viena e do Protocolo de Montreal, em 1994 o Brasil deu o seu maior passo ao criar o *Programa Brasileiro de Eliminação da Produção e do Consumo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio*, o PBCO. O programa, desde que foi criado, tem implementado ações nos campos normativo, científico, tecnológico e econômico, centrado nos projetos de conversão industrial e de diagnóstico de todos os segmentos produtores e usuários, definindo estratégias para a eliminação da produção e do consumo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, as chamadas SDO.

Também merece destaque a implantação, em 1995, pelo Ministério do Meio Ambiente, de uma estação de monitoramento atmosférico, incluindo ozônio,

em Arembepe, na Bahia, e outra estação para a medição de raios ultravioleta, em Brasília.

O governo, segundo informações colhidas no Ministério do Meio Ambiente, pretende ainda enviar Projeto de Lei ao Congresso Nacional que incorpora as restrições definidas em Resolução do CONAMA obrigando as empresas que trabalham, produzem ou comercializam e manuseiam substâncias, que destroem a camada de ozônio, a se cadastrarem no Ibmama, bem como a proibição, segundo calendário, do uso dessas substâncias em novos equipamentos nacionais ou importados.

Outra ação prevista é o apoio financeiro ao Laboratório de Ciências Espaciais da Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, para dar continuidade ao monitoramento do fenômeno "Buraco do Ozônio Antártico".

Creio, portanto, Senhor Presidente, que apesar do quadro assustador em termos mundiais, pelo menos aqui no Brasil temos motivos para festejar o *Dia Internacional para a Proteção da Camada de Ozônio*. Desta tribuna, aplaudimos o governo brasileiro por se ter integrado ao movimento internacional em defesa da camada de ozônio, e aplaudimos as empresas que procuram adaptar a fabricação dos seus produtos livres das substâncias nocivas ao homem e ao meio ambiente que o cerca.

Os nossos votos são os de que, governo e instituições particulares, continuem oferecendo integral apoio aos cientistas e técnicos, das áreas pública e privada, que se dedicam à defesa da humanidade. Estes são participantes de uma bela missão que, sem manchetes de jornais, será certamente reconhecida pela posteridade.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sr^{as} e os Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 10 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1997 (nº 4.476/94, na Casa de origem), que *autoriza o Poder Executivo Federal a reverter em favor da Sociedade Japonesa de Santos, no Estado de São Paulo, o imóvel que menciona*, tendo

Parecer sob nº 235, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 2 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1999 (nº 717/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo para o Funcionamento do Centro Único de Fronteira São Borja-Santo Tomé, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Brasília, em 10 de novembro de 1997*, tendo

Parecer favorável, sob nº 692, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador José Fogaça.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1999 (nº 759/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Integração Cultural, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Brasília, em 10 de novembro de 1997*, tendo

Parecer favorável, sob nº 693, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador José Fogaça.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1999 (nº 774/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em São Borja, Rio Grande do Sul, em 9 de dezembro de 1997*, tendo

Parecer favorável, sob nº 694, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Gilberto Mestrinho.

– 5 –

REQUERIMENTO Nº 539, DE 1999

Votação, em turno único, do Requerimento nº 539, de 1999, do Senador Paulo Hartung, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Se-

nºs 169 e 502, de 1999, por regularem a mesma matéria.

- 6 -

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1997 (nº 172/95, na Casa de origem), que *altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências*, tendo

Parecer sob nº 675, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, pela prejudicialidade da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 41 minutos.*)

(OS 18362/99)

Emendas

AO

PROJETO DE LEI Nº 028/99-CN

MENSAGEM

Nº 880, de 1999 - CN
(Nº 1.345/1999, na origem)

Ementa: Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor global de R\$ 407.473.235,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

Índice de Emendas - PLN

PLN 0028/99	Tipo: EMENDA	Total por Parlamentar
ALBERTO MOURÃO	00001 a 00003	3
DAMIÃO FELICIANO	00052 e 00053	2
DR. BENEDITO DIAS	00040 a 00051	12
FATIMA PELAES	00037 a 00039	3
FERNANDO DINIZ	00028 a 00031	4
FRANCISTÔNIO PINTO	00014 a 00017	4
HÉLIO COSTA	00018 a 00022	5
JORGE KHOURY	00004 a 00008	5
JOSÉ MILITÃO	00032 a 00036	5
LINCOLN PORTELA	00009 a 00013	5
ROMEU QUEIROZ	00023 a 00027	5
Total de Emendas:		53

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00001

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

ETA

PL 028/99-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NUMERO PLN 028/1999	PAGINA DE
---------------------	--	--------------

TEXTO

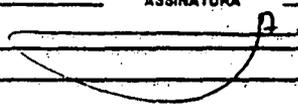
Suplementar na Unidade Orçamentária 33903-Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, o seguinte Plano de Trabalho.
 Funcional: 15.081.0486.2595.0076 - Apoio a pessoa Portadora de Deficiência em Cubatão - (Casa da Esperança)
GND: 3
MOD: 50
Fonte: 153
Valor: 80.000,00

CANCELAMENTO
Func.: 15.081.0486.4456.0001
GND: 3
Fonte: 153
Valor: 80.000,00

JUSTIFICACAO

A presente Emenda visa suplementar, a Casa da Esperança em Cubatão/SP, de meios para o atendimento de pessoas portadoras de deficiência física.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado Alberto Mourão	UF SP	PARTIDO PMDB
--------	---	-----------------	------------------------

DATA 06/10/99	ASSINATURA 
-------------------------	---

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00002

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NUMERO PLN 028/1999	PÁGINA DE
---------------------	---------------------------------------	--------------

TEXTO

Suplementar na Unidade Orçamentária 26298-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, o seguinte Plano de Trabalho.
Funcional: 08.042.0188.4541.0126 - Assistência Financeira para Construção de Escola de Ensino Fundamental em Mongaguá/SP.

GND: 4
MOD: 40
Fonte: 112
Valor: 70.000,00

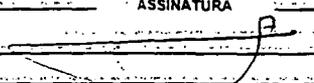
CANCELAMENTO

Func.: 08.042.0181.4537.0001
GND: 4
Fonte: 112
Valor: 70.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda visa suplementar a Prefeitura de Mongaguá /SP, de meios para a Construção de Escola para o Ensino Fundamental.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado Alberto Mourão	UF SP	PARTIDO PMDB
--------	---	-----------------	------------------------

DATA <i>06/10/99</i>	ASSINATURA 
-------------------------	---

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00003

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN 028/1999

PÁGINA
DE

TEXTO

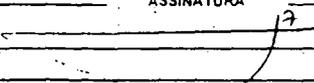
Suplementar na Unidade Orçamentária 26298-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, o seguinte Plano de Trabalho.
 Funcional: 08.042.0188.4541.0216 - Assistência Financeira para Construção de Escola de Ensino Fundamental em Bertioga/SP.
GND: 4
MOD: 40
Fonte: 112
Valor: 100.000,00

CANCELAMENTO
Func.: 08.042.0181.4537.0001
GND: 4
Fonte: 112
Valor: 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

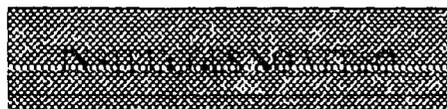
A presente Emenda visa suplementar a Prefeitura de Bertioga /SP, de meios para a Construção de Escola para o Ensino Fundamental.

CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR Deputado Alberto Mourão	UF SP	PARTIDO PMDB
--------	---	-----------------	------------------------

DATA 06/10/99	ASSINATURA 
-------------------------	---

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

ES	EMENDA - 00004	TA
	CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN	
	PL 028/99-CN	



PROJETO DE LEI NÚMERO
29/99

PAGINA
1 DE 1

TEXT0

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

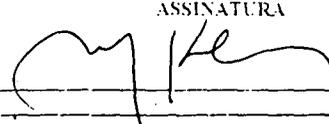
Funcional : 15.081.0483.4911.0009 - Assistência Integral a criança e ao adolescente no estado e municípios da Bahia
 GND : 3
 Fonte : 153
 Valor : 10.000.000,00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS
 GND : 3
 Fonte : 153
 Valor : 10.000.000,00

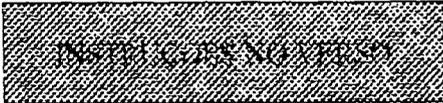
JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO 201	NOME DO PARLAMENTAR DEP. JORGE KLEURY	UF BA	PARTIDO PFL
DATA 07.10.99	ASSINATURA 		

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

ESJ	EMENDA - 00005	TA
	CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN	
	PL 028/99-CN	



PROJETO DE LEI NÚMERO
28/99

PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0483.2593.0010 - Atendimento a criança carente em creche no estado da Bahia
 GND : 3
 Fonte : 153
 Valor : 10.000.000,00

CANCELAMENTO
 Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS
 GND : 3
 Fonte : 153
 Valor : 10.000.000,00

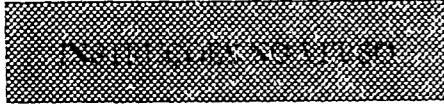
JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuadas na area da Assistencia Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO 20J	NOME DO PARLAMENTAR DEP. SERGE KHOURY	UF BA	PARTIDO PFL
DATA 07/10/99	ASSINATURA 		

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

ESI	EMENDA - 00006	IA
	CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN	
	PL 028/99-CN	



PROJETO DE LEI Nº
28 99

PAGINA
1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0483.4911.0009 - Assistência Integral a criança e ao adolescente no estado e municípios da Bahia
 GND : 3
 Fonte : 153
 Valor : 10.000.000,00

CANCELAMENTO
 Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS
 GND : 3
 Fonte : 153
 Valor : 10.000.000,00

JUSTIFICACAO

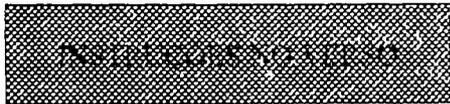
Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
201	DEP. JORGE KHOURY	BA	PFL

DATA	ASSINATURA
07/10/99	

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

ES	EMENDA - 00007	ETA
	CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN	
	PL 028/99-CN	



PROJETO DE LEI NÚMERO
28 99

PAGINA
1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0485.2596.0010 - Apoio a pessoa idosa no estado e municípios da Bahia
 GND : 3
 Fonte : 153
 Valor : 10.000.000.00

CANCELAMENTO
 Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS
 GND : 3
 Fonte : 153
 Valor : 10.000.000.00

JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CÓDIGO 202	NOME DO PARLAMENTAR DEP. JORGE KHOURY	UF BA	PARTIDO PFL
DATA 07/10/99	ASSINATURA 		

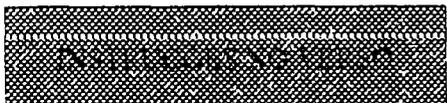
EMENDA - 00008

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

ESP. PL 028/99-CN

A

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL



PROJETO DE LEI NÚMERO
28/99

PAGINA
1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0486.2595.0010 - Apoio a pessoa portadora de deficiência no estado e municípios da Bahia

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000.00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000.00

JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO
201

NOME DO PARLAMENTAR
DEP. JORGE KAUURY

UF
BA

PARTIDO
PFL

DATA
07/10/99

ASSINATURA

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00009

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

UETA



PROJETO DE LEI NÚMERO

28 99

PAGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0485.2596.0019 - Apoio a pessoa idosa no estado e municípios de Minas Gerais

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000,00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS

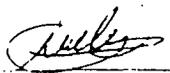
GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000,00

JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO	LINCOLN NOME DO PARLAMENTAR FORTELA	UF MG	PARTIDO PST
DATA 07/10/99	ASSINATURA 		

EMENDA - 00010

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN
 PL 028/99-CN

QUETA

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL



PROJETO DE LEI NÚMERO
 28 99

PAGINA
 1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0486.2595.0120 - Apoio a pessoa portadora de deficiência física e mental no estado de Minas Gerais

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000.00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000.00

JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR LINCOLN PORTELA	UF MG	PARTIDO PST
--------	--	----------	----------------

DATA 07/10/99	ASSINATURA
------------------	----------------

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00011

CMPOFF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

PÁGINA



PROJETO DE LEI NÚMERO

28/99

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0483.2593.0019 - Atendimento a criança carente em creche no estado de Minas Gerais

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000.00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000.00

JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO

LINCOLN
PORTELA

NOME DO PARLAMENTAR

UF
MG

PARTIDO

PST

DATA

07/10/99

ASSINATURA

EMENDA - 00012

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

E: PL 028/99-CN

ETA

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL



PROJETO DE LEI NÚMERO

28 99

PAGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0483.4911.0017 - Assistência Integral a criança e ao adolescente no estado e municípios de Minas Gerais

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000,00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO

LINCOLN PORTELA

NOME DO PARLAMENTAR

UF
MG

PARTIDO
PST

DATA

07/10/99

ASSINATURA

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00013

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN
PL 028/99-CN

ETA



PROJETO DE LEI-NUMERO
28 99

PAGINA
1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0486.2595.0019 - Apoio a pessoa portadora de deficiência no estado e municípios de Minas Gerais
GND : 3
Fonte : 153
Valor : 10.000.000.00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS
GND : 3
Fonte : 153
Valor : 10.000.000.00

JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR
LINCOLN PORTELA

UF
MG

PARTIDO
PST

DATA
07/10/99

ASSINATURA
[Handwritten Signature]

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00014

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN
PL 028/99-CN

ES



PROJETO DE LEI NÚMERO
28.99

PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0483.2593.0010 - Atendimento a criança carente em creche no estado da Bahia
GND : 3
Fonte : 153
Valor : 10.000.000,00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS
GND : 3
Fonte : 153
Valor : 10.000.000,00

JUSTIFICACÃO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, às ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	FRANCISTONIO CUNHA	BA	PMOB
DATA	ASSINATURA		
07/10/99			

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00015

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN
PL 028/99-CN

F

FA



PROJETO DE LEI NÚMERO
2899

PAGINA
1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0483.4911.0009 - Assistência Integral à criança e ao adolescente no estado e municípios da Bahia
GND : 3
Fonte : 153
Valor : 10.000.000,00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS
GND : 3
Fonte : 153
Valor : 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR FRANCISTÔNIO <i>Pinheiro</i>	UF BA	PARTIDO PMDB
DATA 07/10/99	ASSINATURA 		

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00016

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

ETA



PROJETO DE LEI NÚMERO
28/99

PAGINA
1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0486.2595.0010 - Apoio a pessoa portadora de deficiência no estado e municípios da Bahia

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000,00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000,00

JUSTIFICACAO

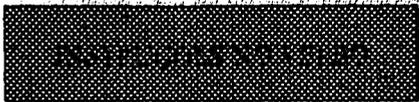
Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO:	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	FRANCISTÔNIO PIVÔ	BA	PMDB

DATA	ASSINATURA
07/10/99	

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

E	EMENDA - 00017 CMPOFF - MENSAGEM 880/99 - CN PL 028/99-CN	A
---	--	---



PROJETO DE LEI NÚMERO 28/99

PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

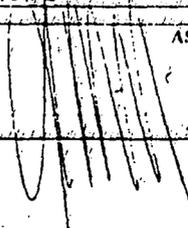
Suplementar na rubrica orçamentaria 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0485.2596.0010 - Apoio a pessoa idosa no estado e municipios da Bahia
 GND : 3
 Fonte : 153
 Valor : 10.000.000,00

CANCELAMENTO
 Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS
 GND : 3
 Fonte : 153
 Valor : 10.000.000,00

JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	FRANCISTONIO VINTO	BA	PMDB
DATA	ASSINATURA		
07 10/99			

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00018

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

ETA



PROJETO DE LEI NÚMERO

28 99

PAGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0485.2596.0019 - Apoio a pessoa idosa no estado e municípios de Minas Gerais

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000.00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000.00

JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR
HÉLIO COSTA

UF.
MG

PARTIDO
PMDB

DATA

07 10 99

ASSINATURA

EMENDA - 00019

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

ETA

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL



PROJETO DE LEI NÚMERO

28 99

PAGINA

1 DE 1

TENTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social: o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0483.2593.0019 - Atendimento a criança carente em creche no estado de Minas Gerais

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000,00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000,00

JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR

HÉLIO COSTA

UF

MG

PARTIDO

PMDB

DATA

07 10 99

ASSINATURA

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

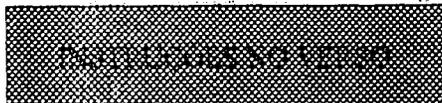
EMENDA - 00020

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

ESI

PL 028/99 - CN

CA



PROJETO DE LEI NÚMERO
28 99

PAGINA
1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social: o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0486.2595.0019 - Apoio a pessoa portadora de deficiência no estado e municípios de Minas Gerais
 GND : 3
 Fonte : 153
 Valor : 10.000.000.00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS
 GND : 3
 Fonte : 153
 Valor : 10.000.000.00

JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR
HELIO COSTA

UF
MG

PARTIDO
PMDB

DATA
07 10 99

ASSINATURA

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00021

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

ESI

TA

PROJETO DE LEI NÚMERO

28 99

PAGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0486.2595.0120 - Apoio a pessoa portadora de deficiência física e mental no estado de Minas Gerais

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000,00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000,00

JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR
HÉLIO COSTAUF
MGPARTIDO
PMDB

DATA

07 10 99

ASSINATURA



EMENDA - 00022

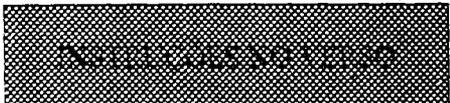
CMPOF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

ES

ETA

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL



PROJETO DE LEI NÚMERO
28 99

PAGINA
1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentaria 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0483.4911.0017 - Assistência Integral a criança e ao adolescente no estado e municípios de Minas Gerais

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000.00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000.00

JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentarios as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR
HÉLIO COSTA

UF
MG

PARTIDO
PMDB

DATA
07 10 99

ASSINATURA

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00023

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

UETA



PROJETO DE LEI NÚMERO

28/99

PAGINA

1 DE 1

TEXT0

Suplementar na rubrica orçamentaria 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0486.2595.0019 - Apoio a pessoa portadora de deficiência no estado e municipios de Minas Gerais

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000,00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de beneficios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000,00

JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO

260

NOME DO PARLAMENTAR

ROQUE QUEIROZ

UF

MG

PARTIDO

PSDB

DATA

7/10/99

ASSINATURA

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00024

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

QUARTA

PROJETO DE LEI NÚMERO

28 99

PAGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0486.2595.0120 - Apoio a pessoa portadora de deficiência física e mental no estado de Minas Gerais

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000,00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000,00

JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições do atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO

260

NOME DO PARLAMENTAR

ROMÉU DOS REIS

UF

MG

PARTIDO

PSDB

DATA

7/10/99

ASSINATURA

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00025

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN
PL 028/99-CN

ES

TA



PROJETO DE LEI NÚMERO
2899

PÁGINA
111

TÍTULO

Suplementar na rubrica orçamentaria 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0485.2596.0019 - Apoio a pessoa idosa no estado e municípios de Minas Gerais
GND : 3
Fonte : 153
Valor : 10.000.000,00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS
GND : 3
Fonte : 153
Valor : 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO
260

NOME DO PARLAMENTAR
ROMEU QUEIROZ

UF
MG

PARTIDO
PSDB

DATA
7 10 99

ASSINATURA

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00026

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

ETA

PROJETO DE LEI NÚMERO

28 99

PAGINA

TDE 1

TEXTOS

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0483.4911.0017 - Assistência Integral a criança e ao adolescente no estado e municípios de Minas Gerais

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000,00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

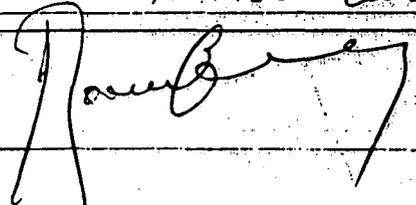
CODIGO
260

NOME DO PARLAMENTAR
ROMEU QUEIROZ

UF
MG

PARTIDO
PSDB

DATA
7/10/99

ASSINATURA


EMENDA

PS000 - A. J. A. 100

EMENDA - 00027

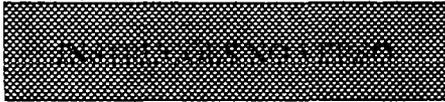
CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL.028/99-CN

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

ES

ETA



PROJETO DE LEI NÚMERO
29/99

PAGINA
1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundó Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0483.2593.0019 - Atendimento a criança carente em creche no estado de Minas Gerais

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000,00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000,00

JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
200	Romeu ZUCARELLI	MG	PSDB
DATA	ASSINATURA		
07/10/99			

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00028

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN
PL 028/99-CN

E

A

PROJETO DE LEI NÚMERO
 28/99

PÁGINA
 1 DE 1

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 –Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional: 15.081.0486.2595.0019 –Apoio a pessoa portadora de deficiência no Estado e municípios de Minas Gerais.

GND: 3

Fonte: 153

Valor: 10.000.000,00

CANCELAMENTO

Funcional: 15.081.0486.4456.0001 – Concessão e manutenção de benefícios Assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência –LOAS.

GND: 3

Fonte: 153

Valor: 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do Estado.

CÓDIGO
 233

NOME DO PARLAMENTAR
 Fernando Diniz

UF
 MG

PARTIDO
 PMDB

DATA

07/10/99

ASSINATURA

Fernando Diniz

EMENDA - 00029

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**E****PL 028/99-CN****A**PROJETO DE LEI NÚMERO
28/99PÁGINA
1 DE 1

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 –Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional: 15.081.0483.4911.0017 –Assistência Integral a criança e ao adolescente no Estado e municípios de Minas Gerais.

GND: 3

Fonte: 153

Valor: 10.000.000,00

CANCELAMENTO

Funcional: 15.081.0486.4456.0001 – Concessão e manutenção de benefícios Assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência –LOAS.

GND: 3

Fonte: 153

Valor: 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do Estado.

CÓDIGO
233NOME DO PARLAMENTAR
Fernando DinizUF
MGPARTIDO
PMDB

DATA

07/10/99

ASSINATURA

Fernando Diniz
(11/10/99)

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

ES	EMENDA - 00030
	CMROPF - MENSAGEM 880/99 - CN
	PL 028/99-CN

PROJETO DE LEI NUMERO 28/99

PAGINA 1 DE 1

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 – Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional: 15.081.0485.2596.0019 – Apoio a pessoa idosa no Estado e municípios de Minas Gerais.
 GND: 3
 Fonte: 153
 Valor: 10.000.000,00

CANCELAMENTO
 Funcional: 15.081.0486.4456.0001 – Concessão e manutenção de benefícios Assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência – LOAS.
 GND: 3
 Fonte: 153
 Valor: 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do Estado.

CÓDIGO 233	NOME DO PARLAMENTAR Fernando Diniz	UF MG	PARTIDO PMDB
---------------	---------------------------------------	----------	-----------------

DATA 07/10/ 99	ASSINATURA <i>Fernando Diniz</i>
-------------------	-------------------------------------

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00031

CMPOPE - MENSAGEM 880/99 - CN

E: PL 028/99-CN

PROJETO DE LEI NÚMERO
28/99

PÁGINA

1 DE 1

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 –Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional: 15.081.0483.2593.0019 –Atendimento a criança carente em creche no Estado de Minas Gerais.

GND: 3

Fonte: 153

Valor: 10.000.000,00

CANCELAMENTO

Funcional: 15.081.0486.4456.0001 – Concessão e manutenção de benefícios Assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência –LOAS.

GND: 3

Fonte: 153

Valor: 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do Estado.

CÓDIGO
233NOME DO PARLAMENTAR
Fernando DinizUF
MGPARTIDO
PMDB

DATA

07/10/ 99

ASSINATURA

Fernando Diniz
1.1117

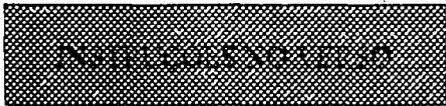
EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00032

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

E: PL 028/99-CN

ETA



PROJETO DE LEI NÚMERO
28 99

PAGINA
1 DE 1

TEXT0

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social. o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0486.2595.0120 - Apoio a pessoa portadora de deficiência física e mental no estado de Minas Gerais

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000.00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000.00

JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários. as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social. permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais-necessitada dentro do estado.

CODIGO

JOSE MILITAO

NOME DO PARLAMENTAR

UF
MG

PARTIDO
PSDB

DATA
08-10-99

ASSINATURA

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00033

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

UETA



PROJETO DE LEI NÚMERO

2899

PAGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0483.4911.0017 - Assistência Integral a criança e ao adolescente no estado e municípios de Minas Gerais

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000.00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000.00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO

JOSE MILITAO

NOME DO PARLAMENTAR

MG

PARTIDO
PSDB

DATA

08-10-99

ASSINATURA

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00034

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

UETA



PROJETO DE LEI NÚMERO

28 99

PAGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0486.2595.0019 - Apoio a pessoa portadora de deficiência no estado e municípios de Minas Gerais

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000.00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000.00

JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentarios, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR
JOSE MILITAO

UF
MG

PARTIDO
PSDB

DATA
08/10/99

ASSINATURA

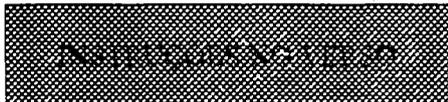
EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00035

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

ETA



PROJETO DE LEI NÚMERO

28 99

PAGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0485.2596.0019 - Apoio a pessoa idosa no estado e municípios de Minas Gerais

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000,00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS

GND : 3

Fonte : 153

Valor : 10.000.000,00

JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentarios, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO

JOSE MILITAO NOME DO PARLAMENTAR

UF
MGPARTIDO
PSDB

DATA

08-10-99

ASSINATURA

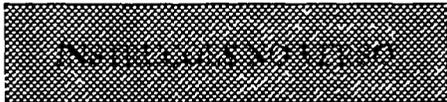
EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00036

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

ETA



PROJETO DE LEI N.º 111-99
25/99

PAGINA
1 DE 1

TEXTO

Suplementar na rubrica orçamentária 33903 - Fundo Nacional de Assistência Social, o seguinte plano de trabalho:

Funcional : 15.081.0483.2593.0019 - Atendimento a criança carente em creche no estado de Minas Gerais
GND : 3
Fonte : 153
Valor : 10.000.000,00

CANCELAMENTO

Funcional : 15.081.0486.4456.0001 - Concessão e manutenção de benefícios assistenciais ao idoso e a pessoa portadora de deficiência - LOAS
GND : 3
Fonte : 153
Valor : 10.000.000,00

JUSTIFICACAO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários, as ações de prestação de serviços continuados na área da Assistência Social, permitindo melhorar as condições de atendimento especial a comunidade mais necessitada dentro do estado.

CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR JOSE MILITAO	UF MG	PARTIDO PSDB
DATA 08-10-99	ASSINATURA 		

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00037

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NUMERO

PLN 028/99 - CN

PAGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRESCENTE-SE AO PROGRAMA DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DA PREVIDENCIA E ASSIS-
TENCIA SOCIAL A SEGUINTE SUBATIVIDADE | 15.081.0485.2596.XXXX

ACRESCIMO:

UO: 33.903

TITULO: APOIO A PESSOA IDOSA NO MUNICIPIO DE CUTIAS/AP

VALOR: R\$ 200.000

GND: 03

MODALIDADE: 40

CANCELAMENTO:

UO: 33903

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15. 081. 0486. 4456. 0001

VALOR: R\$ 200.000

GND: 03

MODALIDADE: 40

JUSTIFICACÃO

NECESSIDADE DE AMPLIACÃO DO ATENDIMENTO AO IDOSO, POSSIBILITANDO SUA INSERÇÃO
SOCIAL E PARTICIPAÇÃO ATIVA NO MERCADO DE TRABALHO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

FÁTIMA PELAES

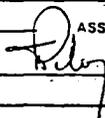
AP

PSDB

DATA

11/10/99

ASSINATURA



EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00038

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

CA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NUMERO
PLN 028/99 - CN

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

ACRESCENTE-SE AO PROGRAMA DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL A SEGUINTE SUBATIVIDADE: 15.081.0485.2596.0003

ACRESCIMO

U;O: 33903

TÍTULO: APOIO A PESSOA IDOSA NO ESTADO E MUNICIPIOS DO AMAPA

VALOR: R\$ 1.000.000

GND: 03

MODALIDADE: 30

CANCELAMENTO

U;O: 33903

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.081.0486.4456.0001

VALOR R\$ 1.000.000

GND: 03

MODALIDADE: 90

JUSTIFICAÇÃO

NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO AO IDOSO? POSSIBILITANDO SUA INSERÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO ATIVA NO MERCADO DE TRABALHO;

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

FÁTIMA PELAES

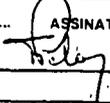
AP

PSDB

DATA

ASSINATURA

11/10 99



EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00039

CMPOFF - MENSAGEM 880/99 - CN
PL 028/99-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NUMERO PLN 028/99 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

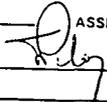
ACRESCENTE-SE AO PROGRAMA DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DA PREVIDENCIA E ASSISTEN-
CIA SOCIAL A SEGUINTE SUBATIVIDADE: 15. 081.0485.2596.XXXX

ACRÉSCIMO:
 UO: 33903
 TÍTULO: APOIO A PESSOA IDOSA NO MUNICÍPIO DE AMAPÁ/AP
 VALOR: R\$ 200.000 GND: 03 MODALIDADE: 40

CANCELAMENTO:
 UO: 33.903
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15.081.0486.4456.0001
 VALOR: R\$ 200.000,00 GND: 03 MODALIDADE: 40

JUSTIFICAÇÃO

NECESSIDADE DE AMPLIAR O ATENDIMENTO AO IDOSO NO MUNICÍPIO PROPORCIONANDO-LHES
OPORTUNIDADE DE INSERÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO NA VIDA ECONOMICA DO MUNICÍPIO.

CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR FÁTIMA PELAES	UF AP	PARTIDO PSDB
DATA 11/10/99	ASSINATURA 		

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00040

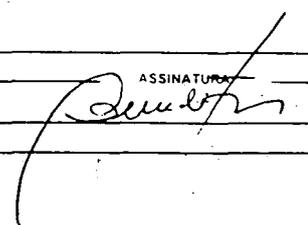
CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NUMERO 28, de 1.999, CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	---------------------------

TEXTO Acrescente-se ao PLN 028/99, a seguinte Suplementação:	
ACRESCIMO: R\$ 100.000,00 U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social GND: 4 15.081.0486.4519.0062 Programa de Geração de Empregos e Rendas em Macapá - AP.	
CANCELAMENTO: R\$ 100.000,00 U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social Fonte: 153 Mod: 90 15.081.0486.4456.0001 Concessão e Manutenção de Benefícios Assistenciais ao Idoso (...).	

JUSTIFICACAO	
Macapá , como na maioria dos Estados da Federação, incide a falta de emprego e a geração de renda para agravar a crise social e econômica que açambarca-se da República Brasileira. Urge, no entanto, a necessidade de se implementar este programa; todavia, os recursos disponíveis ao Amapá são ínfimos, porisso vimos solicitar a presente suplementação.	

CÓDIGO 012	NOME DO PARLAMENTAR Dr. Benedito Dias	UF AP	PARTIDO PPB
DATA 08/10/99	ASSINATURA 		

EMENDA - 00041

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NUMERO 28, de 1.999, CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	----------------------------------

TEXTO

Acrescente-se ao PLN 028/99, a seguinte Suplementação:

ADRESCIMO: 100.000,00

U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social

CND: 3

15.081.0486.2995.0003 Apoio a Pessoa Portadora de Deficiência no Estado e Municípios do Amapá -AP.

CANCELAMENTO: 100.000,00

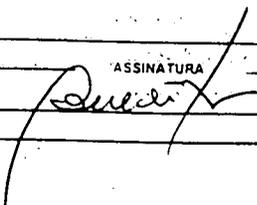
U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social

Fonte: 153 Mod: 90

15.081.0486.4456.0001 Concessão e Manutenção de Benefícios Assistenciais ao Idoso (...).

JUSTIFICAÇÃO

Os deficientes físicos e psicológicos são eternos dependentes do Estado. Os recursos que a FNAS destinou para o Amapá são literalmente poucos, haja vista o déficit social que o estado tem com estes irmãos carentes. Por isso venho solicitar a nobre relatoria autorizar a presente suplementação.

CODIGO 012	NOME DO PARLAMENTAR Dr. Benedito Dias	UF AP	PARTIDO PPB
DATA 08/10/99	ASSINATURA 		

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00042

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN
PL 028/99-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NUMERO 28, de 1.999, CN	PAGINA 01 DE 01
---------------------	--	---------------------------

TEXTO

Acrescente-se ao PLN 028/99, a seguinte Suplementação:

ADRESCIMO: 50.000,00

U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social

GND: 3

15.081.0485.2596.0003 Apoio a Pessoa Idosa no Estado e Municípios do Amapá - AP

CANCELAMENTO: 50.000,00

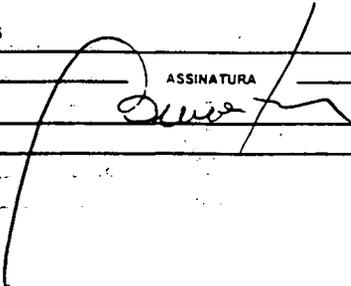
U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social

Fonte: 153 Mod: 90

15.081.0486.4456.0001 Concessão e Manutenção de Benefícios Assistenciais ao Idoso (...)

JUSTIFICAÇÃO

Encargo do assentimento da nobre relatoria desse projeto, na solicitação de suplementação dos recursos deste programa para o Amapá. Os nossos idosos dependem de nós, já deram a vida e o trabalho para o crescimento do Estado. É óbvio que este Estado os olhe com carinho e responsabilidade.

CÓDIGO 012	NOME DO PARLAMENTAR Dr. Benedito Dias	UF AP	PARTIDO PPB
DATA 08/10/99	ASSINATURA 		

EMENDA - 00043

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN
PL 028/99-CN

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO 28, de 1.999, CN	PAGINA DE 11 DE 11
---------------------	---	--------------------------

TEXTO

Acrescente ao PLN 028/99, a seguinte Suplementação:

ADRESCIMO: 90.000,00

U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social

GND: 3

15.081.0483.4911.0002 Assistência Integral a Criança e ao Adolescente no Estado e Municípios do
Amapá - AP.

CANCELAMENTO: 90.000,00

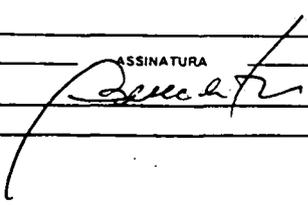
U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social

Fonte: 153 Mod: 90

05.081.0486.4456.0001 Concessão e Manutenção de Benefícios Assistenciais ao Idoso (...).

JUSTIFICAÇÃO

O programa elenca em seus objetivos, à assistência integral à criança e ao adolescente no Estado e Municípios. Os recursos para custear este programa enviados ao Amapá é ínfimo diante da demanda. É necessário, entretanto, com a devida vênia dessa relatoria, suplementar esses recursos, a fim de o Estado poder cumprir com integralidade do objetivo do programa.

CÓDIGO 012	NOME DO PARLAMENTAR Dr. Benedito Dias	UF AP	PARTIDO PPB
DATA 08 / 10 / 99	ASSINATURA 		

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00044

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NUMERO

28, de 1.999, CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Acrescente-se ao PLN 028/99, a seguinte Suplementação:

ADRESCIMO: R\$ 150.000,00

U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social

GND: 03

15.081.0483.2593.0003 Atendimento a Criança Carente em creche no Estado e Municípios do Amapá - AP

CANCELAMENTO: R\$ 150.000,00

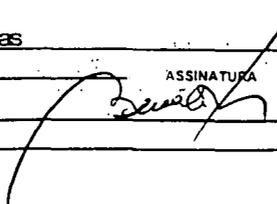
U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social

Fonte: 153 Mod: 90

15.081.0486.4456.0001 Concessão e Manutenção de Benefícios Assistenciais ao Idoso (...)

JUSTIFICAÇÃO

O atendimento à criança carente não pode prescindir da ação do Estado e Municípios. No caso do Amapá, o índice DE CRIANÇAS ASSISTIDAS EM CRECHES CRESCERU NOS ÚLTIMOS ANOS, dado a crise sócio-econômica que a nação atravessa. Os recursos do FNAS destinados pelo OGU/99 aquele Estado, são poucos, diante da carência. Porisso solicito a pretendida suplementação.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
012	Dr. Benedito Dias	AP	PPB
DATA	ASSINATURA		
08/10/99			

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00045

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NUMERO

28, de 1.999, CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Acrescente-se ao PLN 028/99, a seguinte Suplementação:

ADRESCIMO: 60.000,00

U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social

CND: 03

15.081.0483.2593.0148 Atendimento a criança Carente em Macapá - AP

CANCELAMENTO: 60.000,00

U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social

Fonte: 153 Mod: 90

15.081.0486.4456.0001 Concessão e Manutenção de Benefícios Assistenciais ao Idoso (...).

JUSTIFICAÇÃO

Com o advento da ALC de Macapá e Santana, centenas de famílias migraram à Macapá em busca do "el dorado"; mas, infelizmente, só incharam a cidade e agravaram ainda mais a crise social existente. Percebe-se um crescimento assustador de crianças e adolescentes perambulando pelas ruas da cidade. Os recursos dispostos no FNAS para Macapá é consideravelmente pequeno; por isso solicito a presente suplementação.

CÓDIGO

012

NOME DO PARLAMENTAR

Dr. Benedito Dias

UF

AP

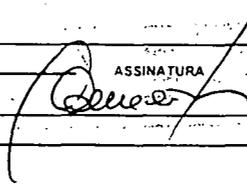
PARTIDO

PPB

DATA

08/10/99

ASSINATURA



EMENDA - 00046

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NUMERO 28, de 1.999, CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	----------------------------------

TEXTO

— Acrescente-se ao PLN 028/99, a seguinte Suplementação:

ADRESCIMO: 90.000,00

U.o: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social

GND: 03

15.081.0483.4911.0082 Assistência Integral a Criança e ao Adolescente em Macapá - AP

CANCELAMENTO: 90.000,00

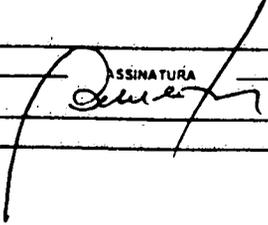
U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social

Fonte: 153 Mod: 90

15.081.0486.4456.0001 Concessão e Manutenção de Benefícios Assistenciais ao Idoso (...).

JUSTIFICAÇÃO

Com o advento da ALC de Macapá e Santana, centenas de famílias migraram à Macapá em busca do "el dorado"; mais, infelizmente, só incharam a cidade e agravaram a crise social existente. Constatou-se um crescimento assustador de crianças carentes andando pelas ruas da cidade. Os recursos dispostos no FNAS para Macapá é consideravelmente pequeno; por isso solicito a presente suplementação.

CODIGO 012	NOME DO PARLAMENTAR Dr. Benedito Dias	UF AP	PARTIDO PPB
DATA 08/10/99	ASSINATURA 		

EMENDA - 00047

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NUMERO 28, de 1.999, CN	PÁGINA DE 01 DE 01
---------------------	--	---------------------------------

TEXTO

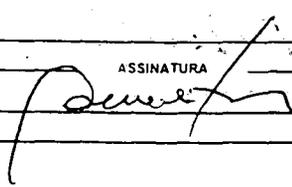
Acrescente-se ao PLN 028/99, a seguinte Suplementação:

ACRÉSCIMO: 50.000,00
 U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social
 GND: 3
 15.081.0485.2596.0070 Apoio a Pessoa Idosa em Macapá - AP

CANCELAMENTO: 50.000,00
 U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social
 Fonte: 153 Mod: 90
 15.081.0486.4456.0001 Concessão e Manutenção de Benefícios Assistenciais ao Idoso (...).

JUSTIFICAÇÃO

Macapá, a capital do Estado do Amapá, possui uma demanda considerável de pessoas idosas. Cuidar dos idosos é dever do Estado e Municípios. Entretanto, os recursos do FNAS para este programa não correspondem a demanda; porisso solicito a suplementação supra.

CÓDIGO 012	NOME DO PARLAMENTAR Dr. Benedito Dias	UF AP	PARTIDO PPB
DATA 08/10/99	ASSINATURA 		

EMENDA - 00048

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO 28, de 1.999, CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTOS

Acrescente-se ao PLN 028/99, a seguinte Suplementação:

ACRÉSCIMO: 100.000,00

U.O.: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social

CND: 4

15.081.0486.3335.0314 Construção de Lavanderias Comunitárias em Macapá - AP.

CANCELAMENTO: 100.000,00

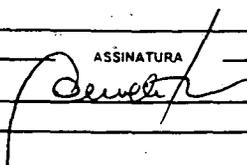
U.O.: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social

Fonte: 153 Mod: 90

15.081.0486.4456.0001 Concessão e Manutenção de Benefícios Assistenciais ao Idoso (...).

JUSTIFICAÇÃO

Como alternativa da abertura de frente de trabalho, principalmente para as senhoras, é de suma importância a construção de lavanderias comunitárias em Macapá. Os recursos do FNAS destinados a este programa para o município de Macapá, são insuficientes, dada a extrema carência da população periférica da cidade. Encarecemos a suplementação sugerida.

CÓDIGO 012	NOME DO PARLAMENTAR Dr. Benedito Dias	UF AP	PARTIDO PPB
DATA 08/10/99	ASSINATURA 		

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00049

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN
PL 028/99-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

28, de 1.999, CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Acrescente-se ao PLN 028/99, a seguinte Suplementação:

ACRESCIMO: R\$ 100.000,00

U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social

GND: 4

15.081.0486.3335.0342 Construção e Equipamento de Centro Comunitário em Macapá - AP.

CANCELAMENTO: R\$ 100.000,00

U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social

Fonte: 153 Mod: 90

15.081.0486.4456.0001 Concessão e Manutenção de Benefícios Assistenciais ao Idoso (...)

JUSTIFICACAO

As comunidades dos bairros periféricos de Macapá necessitam de Centros Comunitários para reunirem-se, a fim de discutirem os problemas sociais de suas comunidades. Os recursos do FNAS PARA a construção e equipamento desses centros, não são suficientes. Razão pela qual solicitamos a presente suplementação.

CÓDIGO

012

NOME DO PARLAMENTAR

Dr. Benedito Dias

UF

AP

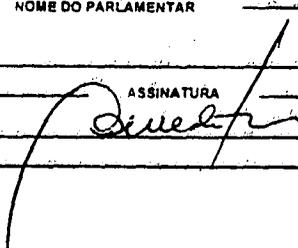
PARTIDO

PPB

DATA

08/10/99

ASSINATURA



EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00050

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN
PL 028/99-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NUMERO 28, de 1.999, CN	PAGINA 01 DE 01
---------------------	--	---------------------------

TEXTO

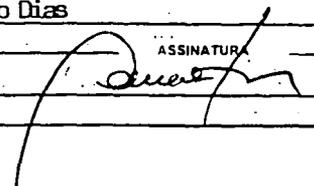
Acrescente-se ao PLN 028/99, a seguinte Suplementação:

ACRESCIMO: R\$ 100.000,00
 U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social
 CND: 4
 15.081.0486.3335.0408 Construção e Equipamento de Creche no Bairro Novo Horizonte em Macapá - AP.

CANCELAMENTO: R\$ 100.000,00
 U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social
 Fonte: 153 Mod: 90
 15.081.0486.4456.0001 Concessão e Manutenção de Benefícios Assistenciais ao Idoso (...).

JUSTIFICAÇÃO

O Bairro Novo Horizonte concentra um contingente populacional considerável. O índice de mães que precisam trabalhar para obterem o sustento sem ter onde deixarem seus filhos com segurança, tem crescido. É premente a necessidade da construção de creches equipadas a fim de suprir-se tais necessidades evidenciadas pela demanda. Peço suplementação ao programa para o Município de Macapá.

CODIGO 012	NOME DO PARLAMENTAR Dr. Benedito Dias	UF AP	PARTIDO PPB
DATA 08/10/99	ASSINATURA 		

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00051

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN
PL 028/99-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO 28, de 1.999, CN	PÁGINA DE 01 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO

Acrescente-se ao PLN 028/99, a seguinte Suplementação:

ADRESCIMTO: R\$ 100.000,00

U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social

CND: 4

15.081.0486.3335.0370 Construção e Equipamento de Centro Multi-Usocem Macapá-AP

cancelamento: R\$ 100.000,00

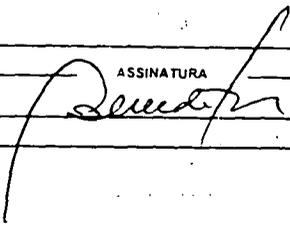
U.O: 33.903 Fundo Nacional de Assistência Social

Fonte: 153 Mod: 90

15.081.0486.4456.0001 Concessão e Manutenção de Benefícios Assistencias ao Idoso (...)

JUSTIFICAÇÃO

As comunidades dos bairros periféricos de Macapá, necessitam de centros de Multi-Usocem a fim de concentrarem as ações de suas comunidades. Os recursos do FNAS para a construção e equipamento desses centros, não são suficientes. Por isso pedimos a presente suplementação.

CÓDIGO 012	NOME DO PARLAMENTAR Dr. Benedito Dias	UF AP	PARTIDO PPB
DATA 08.10.99	ASSINATURA 		

EMENDA - 00052

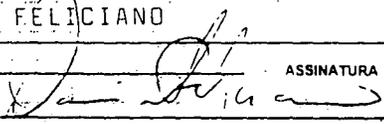
CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN
 PL 028/99-CN

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO 28/99	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	--------------------------------	------------------

TEXTO	
ACRESCENTAR NA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 33903-MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) O SEGUINTE SUB-PROJETO: 15.081.0486.2595.0013-APOIO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA NO ESTADO E MUNICÍPIOS DA PARAÍBA: VALOR A SER ACRESCIDO: R\$ 2.000.000,00 ESFERA: S FONTE: 153 CANCELAMENTO: CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS AO IDOSO E A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA VALOR A SER CANCELADO: R\$ 2.000.000,00 FONTE: 153 -- ESFERA: S	

JUSTIFICAÇÃO	
RECURSOS ESSENCIAIS PARA DAR CONTINUIDADE ÀS OBRAS INICIADAS COM VERBAS DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO DE 1999	

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DAMIÃO FELICIANO	UF PB	PARTIDO PMDB
DATA 11/10/99	ASSINATURA 		

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**EMENDA - 00053**

CMPOPF - MENSAGEM 880/99 - CN

PL 028/99-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

28/99

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

ACRESCENTAR NA UNIDADE ORÇAMENTARIA 26298-MINISTERIO DA EDUCAÇÃO(FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO) O SEGUINTE SUB-PROJETO:

08.042.0427.2487.0122 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA

VALOR À SER ACRESCIDO: R\$ 1.000.000,00

ESFERA: FISCAL

FONTE: 112

CANCELAMENTO:

08.042.0181.4537.0001-COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

JUSTIFICAÇÃO

RECURSOS ESSENCIAIS PARA DAR CONTINUIDADE ÀS OBRAS INICIADAS COM VERBAS DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO DE 1999

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DAMIÃO FELICIANO

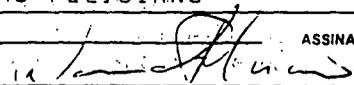
PB

PMDB

DATA

15/10/99

ASSINATURA



COMISSÃO MISTA ESPECIAL

Criada através do Requerimento nº 037, de 1999-CN "Destinada a estudar as causas estruturais das desigualdades sociais e apresentar soluções Legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades Sociais e Regionais".

9ª Reunião, realizada em 21 de setembro de 1999.

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às quatorze horas e trinta minutos, reúnem-se os Senhores Senadores Pedro Simon, Agnelo Alves, Juvêncio da Fonseca, Maria do Carmo Alves, Geraldo Althoff, Eduardo Suplicy, Marluce Pinto, Marina Silva, Djalma Bessa e Saturnino Braga e os Senhores Deputados Roberto Brant, Nelson Marchezan, José Chaves, Marcondes Gadelha, Feu Rosa, Maria Abadia, Félix Mendonça e Bispo Rodrigues, membros da Comissão Mista Especial, "destinada a estudar as causas estruturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais". Presentes também, os Senhores Parlamentares Francelino Pereira e Heloísa Helena. Havendo número regimental, a Senhora Presidente em exercício, Senadora Marina Silva, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e é aprovada por unanimidade. Não existe expediente a ser lido. A seguir, a Presidente esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições das Dr^{as} Ana Peliano e Sônia Rocha, Pesquisadoras do IPEA, sobre Desigualdade Social e Pobreza, convidando-as a tomarem assentos à mesa de trabalhos e concedendo a palavra inicialmente à Dra. Ana Peliano e, a seguir, à Dra. Sônia Rocha. Após, a Presidência concede a palavra ao Relator para suas considerações iniciais e indagações e, a seguir, às expositoras para responderem as perguntas do Relator. Prosseguindo, a Senhora Presidente concede a palavra aos oradores inscritos. Fizeram uso da palavra os seguintes Parlamentares: Djalma Bessa, Nelson Marchezan, Juvêncio da Fonseca, Maria Abadia, Heloísa Helena, Marina Silva, Félix Mendonça, Eduardo Suplicy e Pedro Simon. Após, a Presidência concede a palavra às expositoras para responderem as perguntas que lhes foram feitas, sendo respondidas a cada bloco de 3 Parlamentares. A seguir, a Presidência concede a palavra às expositoras para suas considerações finais e agradece as

presenças das Dras. Ana Peliano e Sônia Rocha pela grande contribuição dada a esta Comissão. Não havendo mais oradores inscritos e nada mais a tratar, a Senhora Presidente declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Francisco Nairides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª reunião desta Comissão Mista Especial. Indago aos Srs. Parlamentares se existe a necessidade da leitura da Ata. (Pausa.)

Em havendo concordância de que a Ata seja aprovada sem leitura, está aprovada a presente Ata.

Não há expediente a ser lido. Esta reunião destina-se a ouvir as exposições das Dr^{as} Sônia Rocha e Ana Peliano, ambas técnicas do IPEA, pessoas que têm uma vida dedicada à erradicação da pobreza, com pesquisas, estudos que, com certeza, muito contribuirão com os trabalhos da nossa comissão, servindo como elementos para o relatório que será feito pelo Relator, Deputado Brant. Os outros Srs. Parlamentares poderão utilizar as referências que estamos tendo aqui – os expositores, que são pesquisadores ou têm experiências práticas ou são como Ana Maria que, ao mesmo tempo, em que tem um trabalho de pesquisa, teve uma experiência na época do Betinho e à frente do Comunidade Solidária. Os Srs. Senadores e Deputados poderão, assim, firmar seus pontos de vista a respeito daquilo que compreendermos como essencial para constar do relatório.

Com essas palavras, passo a palavra às nossas expositoras, para que dêem seus depoimentos trazendo-nos suas contribuições.

Passo a palavra a Dr^a Ana Maria Peliano.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – Começo agradecendo pelo convite e parabenizando a iniciativa da Casa pela instalação desta comissão que vai tratar de um problema concreto, um tema que é motivo de grande preocupação da população brasileira. Sem dúvida, a comissão vai contribuir para tornar o tema uma prioridade política nacional. É esse o grande desafio que temos todos.

Espero que com a minha palestra esteja trazendo subsídios – como já disse a Senadora Marina – para a reflexão dos membros da comissão e para a elaboração do relatório do combate da pobreza.

Minha contribuição aqui reflete uma experiência própria na área de planejamento, avaliação, coordenação

nação de políticas públicas no IPEA, em universidades, no Consea, com o Betinho e mais recentemente no Comunidade Solidária. São mais de vinte anos acompanhando essa experiência. A propósito, houve um momento muito interessante em que fui assessora do Senador Pedro Simon, para a área de alimentação, quando ele era Ministro da Agricultura.

Vou centrar a minha fala em quatro aspectos que têm sido recorrentes nos dias atuais nos debates sobre o tema.

O primeiro é a busca de diagnósticos, de um retrato único da pobreza.

O segundo é a busca do dimensionamento dos custos financeiros para erradicar a pobreza.

O terceiro é a busca de um programa bem desenhado para erradicar a pobreza.

E o quarto, a busca de um modelo ideal de gestão das políticas sociais.

Sem dúvida, são aspectos relevantes no debate, mas vou enfatizar alguns dos pontos presentes no debate e provocar um pouco o receituário dominante.

Primeiro: a busca de um indicador que dê conta de retratar a pobreza. Tenho sido procurada pela imprensa: "Me dê um retrato do pobre no Brasil?"

Esse retrato será sempre desfocado. Ele dará sempre as grandes características: o pobre tem baixa renda, precárias condições de trabalho, precárias condições de moradia, baixa escolaridade, dificuldade de acesso a serviços de saúde, mas são dados muito gerais, indicadores muito gerais e que não refletem a complexidade da pobreza. Não podemos comparar o pobre seringueiro da Amazônia, flagelado no Nordeste, desempregado na periferia de São Paulo, assentados em Mato Grosso do Sul, pescadores no Rio Grande do Sul. Isso para citar apenas alguns exemplos, que são carências diferenciadas, exigem políticas diferenciadas e pré-condições de atendimento totalmente diferenciadas. Daí que a existência de uma multiplicidade de informações e indicadores pode ajudar muito mais do que confundir.

Outro dia, vi na televisão que o Presidente do Banco Central dos Estados Unidos, antes de tomar qualquer medida, consulta mais de cem índices. Não vamos querer que para a pobreza, com sua complexidade, que possamos trabalhar apenas com base em um único índice. O indicador de renda, sem dúvida, é um índice-síntese e pode ajudar a quantificar, a dimensionar o tamanho da pobreza. Mas ele pode ser olhado muito mais como um instrumento de mobilização — e temos o exemplo do Mapa da Fome, que foi, sem dúvida, um instrumento de mobilização política

que trouxe o tema para a agenda nacional —, do que um instrumento único definidor de políticas.

Inclusive, na ocasião em que foi lançado o Mapa da Fome, com os 32 milhões de indigentes... Depois, houve alguns questionamentos, se eram 32, se não era, o IPEA fez um grupo de trabalho com o IBGE, o CEPAL, refizeram a metodologia, chegaram à conclusão de que não eram 32, mas 33 milhões. Em 1990, esse número foi reduzido. Para 1996 eles foram atualizados, foi reduzido para 21.3 milhões, sem dúvida, pela questão da estabilidade, sobretudo do custo da cesta básica. Mas hoje esses números já podem ter revertido e já devem ter aumentado com o problema do desemprego.

O que estou querendo dizer é que este número serve para nos dar uma grande dimensão. Como são dados por município, eles nos dão uma indicação de regiões, municípios mais pobres, nos dão referências para determinar tetos de recursos a serem alocados, prioridades de alocação, mas não podem ser usados isoladamente.

Um segundo aspecto é a busca do dimensionamento dos custos financeiros para erradicar a pobreza. Esse exercício desse dimensionamento é simplista e não ajuda o debate. Vou radicalizar um pouco. Dizer que, para acabar com a pobreza, é necessário aplicar um montante "x" de recursos financeiros e que basta a decisão política do governante de aplicá-lo é desconsiderar toda a complexidade do problema da pobreza e a multiplicidade de fatores intervenientes para seu enfrentamento.

Vou dar só um exemplo. A linha de indigência, por exemplo, equivale a, aproximadamente, dois salários mínimos de renda familiar. Então, o que vamos dizer? Que o custo para acabar com a miséria significa o custo de garantir esse nível de renda para todas as famílias que estão abaixo desse nível de renda? Em primeiro lugar, essa linha de indigência só garante uma alimentação adequada. Ela não garante acesso a serviços de educação, de saúde, de habitação e, sobretudo, não garante o combate à exclusão, porque exclusão combatemos com inclusão. Inclusão no mercado de trabalho, na atividade econômica e na vida política do País. De maneira que não se trata de dimensionar recursos financeiros apenas. Nada tenho contra o Programa de Renda Mínima, Bolsa-Escola, suplementação de renda. Estou querendo dizer é que, isoladamente, eles não são solução nem panacéia para o problema da exclusão social.

Parece-me que deveríamos inverter o raciocínio. Os recursos disponíveis são insuficientes até mesmo para cumprir as metas dos programas oficiais.

is. Era preciso que fizéssemos um esforço de identificar o volume de recursos adicionais que poderíamos obter, considerando, inclusive, dificuldades conjunturais, e então, sim, definir prioridades para alocação desses recursos em função do impacto na população de baixa renda e da capacidade gerencial desses recursos, porque nós que acompanhamos política pública também vemos casos, em alguns programas, de recursos disponíveis, disponibilizados e sem capacidade gerencial e administrativa da máquina para responder e para utilizá-los bem.

O terceiro aspecto é a busca de um programa federal bem desenhado para acabar com a pobreza. É importante ter clareza de que, no âmbito da União, não se trata de desenhar um único programa ou um conjunto de programas setoriais para acabar com a pobreza ou com a exclusão social na sua complexidade e nem identificar uma área específica de atuação e concentrar todo o esforço em uma única área. Todos sabemos, por exemplo, que não conseguiremos erradicar a pobreza senão melhorarmos os nossos níveis educacionais. Entretanto, todos sabemos que o baixo nível de escolaridade da população brasileira é diretamente correlacionado ao nível de pobreza no País. Mesmo que se invista fortemente na área de educação, os resultados na redução da pobreza não são de curto prazo, mas de médio e longo prazo.

Com todos os esforços feitos nos últimos tempos na área de educação, os anos de estudo da PEA, População Economicamente Ativa brasileira, passou de 5,1 em 1992, para 5,7, em 1997. Houve um incremento de 0,5%. O tempo requerido para aumentar os anos de escolaridade de uma população com 15 anos e mais é muito longo, e a miséria não pode esperar.

Segundo a Cepal, são necessários pelo menos de 10 a 12 anos para que a população economicamente ativa possa ascender a posições ocupacionais próprias de uma economia moderna e auferir renda suficiente para garantir a satisfação da sua família, de seu grupo familiar.

A Argentina e o Chile, com níveis de escolaridade de muito mais altos que o Brasil, relativamente satisfatórios, estão hoje enfrentando o problema da pobreza, dado o desemprego. Quando chegarmos a atingir uma taxa média de 10 a 12 anos, não saberemos qual será a exigência do mercado de trabalho.

Não há, pois, um setor único. Temos de investir em educação sim, mas não apenas na educação. O problema do combate à pobreza tem de ser tratado de forma global e intersetorial.

Portanto, no âmbito da União, trata-se de identificar uma estratégia global, que envolva os diversos

setores do Estado e da sociedade comprometidos com o combate à pobreza. Poderíamos simbolizar o funcionamento dessa estratégia com o funcionamento de uma orquestra, onde diferentes instrumentos, quando bem sintonizados, convergem para uma única resultante, uma única melodia. Assim, o mais importante no âmbito federal é identificar a maneira de se orquestrar os diversos instrumentos das políticas setoriais, para que atuem de forma sintonizada e convergente na busca de uma nova realidade social.

É importante fazer uma distinção entre as políticas setoriais e as políticas de combate à pobreza. As políticas setoriais caracterizam-se por serem especializadas na atuação e genéricas na clientela. Quando se pensa em saúde temos de pensar em saúde para todos; quando pensamos em transporte, pensamos em uma política de transporte para todos. Uma política de combate à pobreza tem de ser genérica na atuação, envolvendo as diversas áreas, e específica na clientela: a população mais pobre.

Na prática, uma política de combate à pobreza não deve ser concebida como uma política paralela às demais políticas setoriais, mas deve ser parte integrante de todas as políticas setoriais.

Quando se formula uma determinada intervenção na área econômica, é preciso que se leve em conta o impacto dessa medida nas populações mais carentes e a forma de adotar medidas que beneficiem as populações mais carentes. Isso se reproduz em todas as decisões de toda as políticas setoriais, não somente da área social, mas sobretudo da área econômica, da área de infra-estrutura econômica.

Podemos dar um exemplo dessa necessidade de uma atuação diferenciada até mesmo para as políticas sociais. Se dizemos que o acesso ao ensino primário está universalizado, lembro que apenas o fornecimento de escola e de professores qualificados não garante o acesso das populações mais pobres. Em relação a essas populações, precisamos pensar no transporte, na saúde dos alunos, na alimentação, no livro didático, em uma série de atividades que têm de ser direcionadas e tratadas diferentemente para que possam, inclusive, ter acesso às políticas universais.

Isso muda totalmente o enfoque. Focalização não é para excluir determinados segmentos; focalização nos mais pobres é para inseri-los nas políticas universais. Penso que essa é uma nova forma de olhar a questão da focalização.

Apenas a título de ilustrar essa abordagem de que uma estratégia de combate à pobreza deve ser destacada, enfatizada em todos os setores, em todas as políticas públicas, fizemos no IPEA uma primeira le-

itura — ainda preliminar — da proposta orçamentária para o ano 2000. Tentamos identificar, dentro de cada Ministério, quais os programas que são dirigidos mais especificamente para as populações mais pobres ou aqueles que, se bem direcionados, poderiam beneficiar especificamente as populações mais pobres.

São aproximadamente 50 programas que abrangem todos os Ministérios e que envolvem recursos da ordem de 3,3 bilhões. Por exemplo, a saúde hospitalar não foi considerada. Quer dizer, na área da saúde o foram os programas materno-infantil, da saúde da mulher, mais diretamente dirigidos às populações mais carentes.

Só consideramos recursos para esses programas. Citamos outros programas, como, por exemplo, Irrigação e Drenagem, do Ministério da Integração Nacional; o Programa de Desenvolvimento Administrativo Federal dos Municípios, do Ministério da Fazenda, que, se bem direcionados, poderão beneficiar as camadas da população de baixa renda. No entanto, não consideramos os recursos desses programas. Não consideramos os recursos de financiamentos, ou seja, crédito, Proger, Pronaf, nem os benefícios previdenciários. E mais: não podíamos considerar medidas que não estão incluídas em nenhum programa e não necessitam de orçamento próprio, que podem ser desenvolvidas tanto no âmbito do Executivo quanto do Legislativo.

No âmbito do Executivo, posso dar como exemplo uma experiência que tivemos na Comunidade Solidária. Fizemos um trabalho com a Secretaria de Controle Nacional e a Ciset, nos Ministérios. Observamos que os Municípios mais pobres da Comunidade Solidária tinham um nível de inadimplência muito alto: mais de 80% dos Municípios estavam inadimplentes junto ao Cadin e ao Siafi, o que lhes inviabilizava o acesso aos recursos públicos.

Reunimos a Ciset de todos os Ministérios e fizemos um trabalho de mobilização, para que dessem uma análise diferenciada a esses Municípios. Observou-se, muitas vezes, que os problemas eram simples, burocráticos apenas — às vezes, algumas prestações haviam sido apresentadas, mas a burocracia tinha esquecido de dar baixa. E reduzimos para pouco mais de 20% a inadimplência nesses Municípios.

Estou vivendo uma experiência agora: faço parte do Conselho da Associação Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Autogestão. Sei que ele trará ao Congresso um projeto de lei para definir o que é uma empresa de autogestão. Isso significa empresas que estão falindo e que, para terem acesso a políticas diferenciadas, precisam ser definidas legalmente. Elas não têm um contorno legal definido.

Então, na medida em que se defina o que são essas empresas, elas poderão começar a ter acesso — como as pequenas e microempresas e as cooperativas — a políticas específicas para o setor. Trata-se de medidas simples, que são um comprometimento e não envolvem nenhum recurso.

Voltando a essa figura, sei que V. Ex^{as} não poderão ler todos os programas, mas ela é muito mais para mostrar que todos os programas — se se especificar um pouco a área, dá para ler um pouco melhor — podem convergir para o objetivo da erradicação da pobreza. O que essa figura mostra? A existência de um número enorme de programas que, se bem sintonizados, podem trazer grandes benefícios para a população. O desafio é orquestrar esses diversos instrumentos e fazê-los convergir para o mesmo objetivo;

2 – De que em todas as política setoriais é possível desenvolver ações voltadas especificamente para os mais pobres. O desafio é garantir o comprometimento de todos;

3 – Que o volume de recursos, ainda que insuficiente, já é bastante expressivo. O desafio é garantir a sua provação e a sua liberação em tempo oportuno;

4 – Que os programas existentes abrangem as demandas básicas das populações carentes. O desafio é aprimorar esses programas, flexibilizar e adequar esses programas, quando for o caso, para que atendam às distintas realidades do País e de forma descentralizada. Ou seja, os instrumentos existem, resta afiná-los, tocá-los bem e sintonizá-los entre si.

A busca de um modelo ideal de gestão das políticas sociais.

Partindo da constatação real de que o funcionamento dos programas governamentais são muitas vezes prejudicados pela incapacidade e lentidão da máquina administrativa, pelo excesso de trâmites burocráticos, pela inadequação das normas federais às realidades locais, a tentativa que se tem é criar uma estrutura paralela às demais estruturas existentes, ou criar um fundo específico para o combate à pobreza, supostamente mais ágil e mais flexivo.

Em geral, essa é a alternativa que se apresenta — e ela não é nova. No Brasil, nós já temos várias experiências de criação de fundos. Nós temos o FGTS, que foi criado para apoiar o trabalhador desempregado e financiar o setor habitacional, que começou sendo gerenciado pelo BNH; hoje, na Caixa Econômica. Tivemos o Fundo de Amparo ao Trabalhador — o FAT —, hoje, Cofins, para financiar a seguridade social. O FAT, o BNDES, e, finalmente, o Finsocial, hoje, Cofins para beneficiar a área social.

O Finsocial é o mais parecido com o que se poderia dizer um fundo para combater a pobreza. Por-

que ele foi criado em 1982 com recursos no BNDES para financiar ações na área da saúde, educação, alimentação, moradia popular e pequeno agricultor. Observou-se que ele foi gradativamente sendo transferido para os Ministérios setoriais. E a SEAC, uma estrutura paralelamente às demais estruturas do Governo para financiar diretamente programas sociais, começou na Presidência da República, passou por vários Ministérios e acabou no Ministério do Bem-Estar Social, depois, foi extinta.

Se olharmos, em termos de agilidade e eficiência na alocação dos recursos, não observamos grandes êxitos nesses fundos. Isto porque o gerenciamento desses recursos exige, de qualquer forma, uma estrutura administrativa que tem que se subordinar às exigências legais de gestão dos recursos públicos. Isso induziu, por exemplo, a SEAC, que começou com uma estrutura pequena e foi crescendo administrativamente e acabou sendo uma grande estrutura, atuando de forma paralela, com custos superpostos e, vamos dizer assim, ampliados em termos de custos administrativos e que sofre das mesmas dificuldades dos demais órgãos gerenciais.

Se considerarmos que não cabe à União executar diretamente nenhum programa, e apenas transferir os recursos federais, observando na sua repartição, as desigualdades regionais e sociais, definir prioridades e sintonizar a alocação desses recursos em função das distintas demandas econômicas e sociais, indicar as diretrizes gerais para a aplicação desses recursos, não se justifica uma estrutura específica para a administração de apenas uma fração desses recursos destinados ao combate à pobreza, mantendo-se as mesmas dificuldades já identificadas nos demais órgãos da Administração Federal e que gerenciam o grosso dos recursos da área social. Ou seja, o desafio é desburocratizar, simplificar e flexibilizar a aplicação dos recursos no âmbito de todos os órgãos da administração federal. E já existem alguns avanços na área. Por exemplo, o Ministério da Saúde com transferência automática dos recursos do PAB, que é o Piso de Atenção Básica de Saúde; o MEC com a transferência direta de recursos às escolas, com a descentralização da merenda. Mas teríamos muito que avançar nessa direção. Flexibilizar, agilizar cada uma das ações, garantir prioridade dos programas, analisar, aprofundar programas que têm impacto direto no combate à pobreza.

Se é proposta desta Comissão, e acredito que sim, identificar novas fontes de recursos direcionados especificamente para o programa de pobreza – não sei se será esse o desafio da Comissão –, seria im-

portante aprofundar a reflexão sobre a forma de administrar a repartição dos recursos, observando-se os princípios da descentralização, da complementaridade, e não da substituição ou da criação de novos paralelismos, da racionalidade gerencial e da flexibilidade para o uso dos recursos no âmbito local. Não podemos deixar de considerar que a responsabilidade pela execução dos serviços, e portanto pela execução dos programas de combate à pobreza, deve ser atribuída, sempre que possível, à administração local. É dentro daquela linha. O que pode ser feito pelo Município deve ser feito pelo Município. O que não pode ser feito pelo Município mas pode ser feito pelo Estado, deve ser feito pelo Estado. E a União só deve se responsabilizar por ações que não podem ser feitas nas demais instâncias de Governo.

É no âmbito local ou no Município, pelo consórcio de Municípios, aí sim, que temos que estimular as maiores inovações nos desenhos dos programas. E na integração das ações. Porque a verdadeira integração dá-se na ponta. Integração de saúde com saneamento, com educação, com geração de emprego tem que se dar basicamente na ponta, porque é no âmbito local que podemos, de fato, integrar. O esforço federal deve convergir para os mesmos locais, mas a convergência, a integração, tem que se dar na ponta. Portanto, o desafio é capacitar as administrações municipais para promover melhorias e inovações no gerenciamento dos recursos, em função de demandas e realidades tão distintas.

Um último aspecto a ressaltar na gestão dos programas sociais é que se o objetivo é fazer com que cheguem na ponta, portanto nos Municípios, é importante então criar toda uma rede de parcerias que girem em torno do eixo central do Município. Uma rede que envolve União, Estado, Município e sociedade civil. Em todos eles, os três Poderes e sociedade civil, através de ONGs, dos conselhos e da iniciativa privada. É bom lembrar que no âmbito federal ou no âmbito do Poder Executivo... No âmbito federal temos os diversos ministérios e no âmbito dos Estados e Municípios as diversas secretarias. É uma rede complexa, que inicialmente parece de difícil organização, mas é possível, é viável de ser articulada. Nesse sentido, acredito que a experiência da articulação do Conselho do Comunidade Solidária e da Secretaria Executiva podem ser utilizados como referências para debates e ampliação para, digamos, uma grande rede de solidariedade nacional ou um grande mutirão nacional de combate à pobreza.

O importante é que a rede foi articulada e integrada em cima de uma agenda básica. Porque não se

cria uma rede de parcerias em cima do abstrato. E foi aí que pactuamos uma agenda básica, que era de levar serviços básicos de saúde, de educação, de alimentação, de programas voltados para a geração de ocupação e renda a Municípios mais pobres. E já estávamos começando a trabalhar, a Senadora Marina Silva foi testemunha, com grupos específicos da população, como foram os seringueiros da Amazônia. Em cima dessa agenda básica de levar um conjunto de programas é possível estruturar toda uma rede. E, se for o caso, poderei detalhar um pouco mais o modelo de como articulá-la e gerenciá-la. Mas o ponto de partida para a construção e uma rede é a construção de um amplo consenso de uma agenda básica e da atuação de cada parceiro dentro dessa agenda básica. Ou seja, voltando à imagem da orquestra, trata-se de compor a partitura.

Resumindo, não se trata de ter um único retrato, mas diagnósticos da pobreza, diagnósticos distintos que refletem a complexidade do problema da exclusão.

Não se trata de elaborar uma equação matemática do custo da pobreza cuja aplicação é politicamente inviável, mas sim identificar recursos adicionais e a melhor forma de aplicá-los.

Não se trata de a União ter um programa único, paralelo, para erradicar a pobreza, mas sim um conjunto de ações sintonizadas e executadas descentralizadamente.

As inovações dos desenhos dos programas devem ser buscadas no âmbito local. Cabe à União garantir a liberdade e apoiar as administrações locais.

Não se trata de buscar um modelo ideal de gestão, mas, sobretudo, mobilizar e articular uma rede de parceiros comprometidos com a erradicação da pobreza e da exclusão social. Ou seja, é um não ao único: um não a um único indicador, a um único custo, a um único programa, a uma única estrutura administrativa. É um sim ao múltiplo: múltiplos indicadores, múltiplos recursos, múltiplas ações, múltiplas parcerias. E, para isso, é importante uma ampla mobilização nacional, onde o Congresso, e em especial esta Comissão, pode desempenhar um papel crucial, tanto no que diz respeito à construção do consenso em torno de uma agenda básica quanto na mobilização nacional em prol dessa agenda, para a construção de um país mais justo e solidário.

Acho que é essa a expectativa da Nação em relação a esta Comissão. Acreditamos que esse será o resultado dos trabalhos desse grupo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Dando continuidade às exposições, passamos a palavra à Dr^a Sônia Rocha, para que faça a sua exposição.

A SRA. SÔNIA ROCHA – Primeiramente, queria agradecer a oportunidade de estar aqui com esta Comissão e expressar a minha satisfação com o convite, porque considero um privilégio poder partilhar o conjunto de trabalhos que vimos desenvolvendo no IPEA com os senhores.

De certa maneira, a minha apresentação vai ser complementar à da Ana Peliano, e isso é muito bom, porque vou falar de coisas que precedem a questão da política propriamente dita de implementação de mecanismos para combate à pobreza.

A pobreza é uma síndrome multidimensional, são diversos aspectos ligados à condição de vida, e que não se limita à renda.

Tradicionalmente, o que se fazia era considerar um país como pobre uma vez que a renda **per capita** fosse baixa, e isso levava a associar redução da pobreza a crescimento econômico.

Ao andar da carruagem, por volta dos anos 50, já tinha ficado claro que crescimento econômico não resolvia – e o caso do Brasil é exemplar a esse respeito – e, então, passou-se para uma outra abordagem que levava em conta, explicitamente, a questão de que pobreza são diversos aspectos de carência; aspectos relacionados à saúde, educação, etc. Essa abordagem de pobreza seria a abordagem de necessidades básicas, e que, para uma população inteira, definia-se quantas pessoas teriam acesso a saneamento básico, quantos teriam nível de educação ou de saúde adequado. Percentuais de alcance dessas metas eram considerados como um indicador de pobreza. Cinquenta por cento de analfabetos seria uma desgraça. Então, a meta seria eliminar o analfabetismo. Mas isso para diferentes aspectos da pobreza, separadamente, e considerando a população como um todo.

A abordagem mais recente que tem sido utilizada – e ela tem sido utilizada internacionalmente –, sempre que há dados que o permitam – e depois vou discutir a questão dos dados –, é a da linha de pobreza. A linha de pobreza é um parâmetro de renda. De uma certa maneira, retorna-se àquela abordagem de renda do primeiro momento. A diferença é que a abordagem de renda permite que se faça um crivo inicial em que a renda dos indivíduos é a variável relevante.

Na verdade, isso é importante em sociedades modernas, urbanizadas, em que uma boa parte do bem-estar das pessoas está associado à renda que elas comandam; em termos de acesso a bens e serviços que podem ser adquiridos no mercado.

Então, a linha de pobreza seria, por um lado, uma delimitação; uma determinação arbitrária de um

parâmetro abaixo do qual as pessoas não teriam recursos suficientes, para, se fossem ao mercado, atender às suas necessidades básicas. Gosto sempre de chamar a atenção para o fato de que é um parâmetro, primeiro, arbitrário. De uma certa maneira, há mil maneiras de fazê-lo, de estabelecer esses valores, e, segundo ponto, é que ele é um parâmetro teórico, já que as pessoas não necessariamente vão atender as necessidades como definido no parâmetro.

O caso da alimentação é básico. Por exemplo, quando definimos uma linha de indigência abaixo da qual, teoricamente, as pessoas não teriam renda para atender as suas necessidades nutricionais, eu não estou sabendo nada sobre as condições nutricionais das pessoas, o que é dado por parâmetros físicos: está subnutrido; em crianças, coeficientes de crescimento em relação à idade. Mas eu sei que, do ponto de vista da cidadania, a pessoa está prejudicada porque ela não teria renda suficiente nem se ela quisesse comprar toda a alimentação necessária. É claro que as pessoas estão se alimentando de outras maneiras, porque senão estaríamos numa situação calamitosa dado o tamanho da população que se situa abaixo da linha de indigência, isto é, do valor associado à aquisição de uma cesta alimentar média, para determinada área, que, no entanto, estão sobrevivendo. Estaríamos passando sobre cadáveres. A estratégia de sobrevivência é outra, mas isso não deixa de tornar útil o parâmetro, na medida em que alerta as pessoas que uma parte importante da população está vivendo abaixo do que seria pelo menos indispensável para atender necessidades nutricionais.

Uma segunda consideração seria em relação à pobreza absoluta e relativa. Mas, enfim, em países ricos, o objetivo sempre das sociedades, mesmo quando não existe pobreza no sentido brasileiro, é ser igualitárias. Então, mesmo em países ricos, Dinamarca, por exemplo, ou Finlândia, eles estabelecem uma linha de pobreza. O que é essa linha de pobreza? Ela é relativa, mostra pessoas que estão abaixo da metade da renda mediana, por exemplo. Essas pessoas não estão deixando de atender a nenhuma das necessidades básicas. No entanto, elas são pobres relativamente, porque existe, em toda a sociedade, um objetivo expresso da igualdade, de tornar as pessoas mais próximas e haver um menor desvio de renda.

No caso da maioria dos países considerados subdesenvolvidos e uma boa parte dos emergentes o problema é de pobreza absoluta. Convivemos, ainda, com uma parcela importante da população que não dispõe de renda para atender as suas necessidades básicas de alimentação, transporte, educação, saúde,

etc. Então, no Brasil e em outros países o conceito relevante de pobreza é pobreza absoluta, isto é, não há tanta preocupação com a pobreza relativa, mas em como atender as necessidades básicas daquelas pessoas que ainda não têm o mínimo necessário. O mínimo necessário é a carência para uma boa parte da população.

Mas existem duas situações básicas: existem países que têm pobreza absoluta, mas os recursos, quer dizer, a riqueza nacional ou a renda **per capita** seria insuficiente, de qualquer maneira, para atender as necessidades básicas. Se fizéssemos uma distribuição perfeitamente igualitária dos recursos da renda, as pessoas não teriam suas necessidades básicas atendidas. O que certamente não é o caso do Brasil. O Brasil se situa no segundo caso. Uma renda per capita de US\$5.500 por ano certamente é muito acima de qualquer nível de pobreza que se possa considerar realisticamente para o Brasil. Então, no Brasil, não é uma questão de falta de recursos. E isso é uma tecla que está sendo insistida nos últimos tempos e é um componente importante para o entendimento do que seja pobreza absoluta no Brasil.

Na verdade, no Brasil, a pobreza persiste devido à desigualdade de renda, não por falta de recurso, mas por desigualdade de renda.

(Mostrando Transparências)

Não sei se vocês conseguem ver, porque estamos com muita luz.

Aqui estou trazendo uma distribuição de renda que mostra diversos anos: 1990, 1993, 1995 e 1997. Não sei se as pessoas que estão atrás conseguem ver. Ao repartir a renda das pessoas, 50% delas que recebem rendimentos mais baixos e qual é o percentual do rendimento total que eles absorvem.

Eu gostaria de destacar este dado: em 1997, 50% da população, que tinham os rendimentos mais baixos, correspondia a uma parte da renda de 13% da renda total. Por outro lado, 1%, os de renda mais alta, também tinha mais ou menos 13%. Quer dizer, 50% da população, por um lado, e 1%, do outro, absorvem a mesma parcela da renda. Isso é um nível de desigualdade absurdo e insustentável.

Para os Senhores terem uma idéia do que estamos falando em termos de renda: a renda média dessas pessoas, os 50% de renda mais baixa – aí estou falando todas as rendas, trabalho, aposentadoria, transferências, renda de capital, etc. – têm uma renda média de R\$136, a preço de 1997. Cinquenta por cento da população, os de renda mais baixa, tem uma renda média de R\$136; e 1%, os de renda mais alta, a renda média é de R\$7.068. Isso para explicar melhor

as coisas. Esses R\$136, em média, dos 50%, os de renda mais baixa, seria próximo do salário mínimo. Acho que esses dados são absolutamente eloquentes em termos da desigualdade de renda que temos no Brasil.

Acho interessante também observar o Coeficiente de Gini, que coloquei abaixo, que é um indicador que expressa a desigualdade de renda de maneira sintética, considera toda a distribuição de renda.

Quando considero a distribuição de Gini para 100% da população, tenho índices próximos de 0,6 – 59, 58, 57, 57. É interessante observar, aqui por exemplo, que, entre 1993 e 1995, quando reconhecidamente, qualquer que seja a linha de pobreza, tivemos uma forte redução da incidência de pobreza, o Gini praticamente não se mexeu. Por quê? O grosso da desigualdade medida pelo Gini se deve a 1% mais alto, aos 10% mais alto. Mesmo dobrando a renda do décimo da distribuição mais baixo, reduzo a pobreza absoluta, mas quase não mexo na desigualdade, tão enorme ela é. A segunda linha em vermelho, temos o Índice de Gini quando elimino 1% da distribuição. E aí vocês vêem que, nesse caso, sim, temos uma queda sensível do Índice de Gini, embora ainda se situe muito acima de outros países subdesenvolvidos. Quer dizer, esses 5,2 seria mais ou menos o nível da Venezuela, por exemplo, enquanto a França tem um Gini de 0,35, e os países nórdicos têm Índices de Gini inferiores a isso.

Portanto, temos um problema sério de desigualdade de renda.

Sobre a questão das linhas de pobreza. As linhas de pobreza são os parâmetros usados para os famosos números de quanto são os pobres, proporção de pobres, que o tempo todo pululam na imprensa, e que agora deve estar dando bastante confusão, porque temos um número a cada dia.

Então, acho que é importante se entender o que está por trás dos números variantes e cada um dos números.

Primeiro ponto: Linhas de pobreza, em princípio, são arbitrárias. No Brasil, durante muitos anos, utilizou-se o salário mínimo como linha de pobreza. Dizia-se: a população que ganha menos do que um salário mínimo, quando, na verdade, ganhar menos do que um salário mínimo não tem nenhum significado para a pobreza, porque pobreza diz respeito à renda familiar. Existe o papel da família – comunidade solidária – referente a consumo e rendimento. Dentro de uma família, uma pessoa ganha salário alto, outra tem aposentadoria. O resultado desse efeito distribu-

tivo que se dá no seio da família é que é relevante para a pobreza.

De qualquer maneira, poder-se-ia estabelecer uma linha de pobreza – como, por exemplo, meio salário mínimo, um quarto do salário mínimo ou dois salários mínimos –, desde que se referisse à renda familiar **per capita**.

No Brasil, existem diferenças regionais importantíssimas. Se estabeleço qualquer parâmetro de renda, a pessoa terá comando de recursos no mercado muito maior, se estiver numa área atrasada ou rural. No outro extremo, áreas metropolitanas – particularmente as de São Paulo, onde o custo de vida é mais elevado – requerem rendas mais elevadas.

O procedimento que geralmente tem sido adotado é o de considerar linhas de pobreza diferenciadas, levando em conta explicitamente, em primeiro lugar, o consumo observado, não uma cesta normativa definida arbitrariamente, mas sim o que a gente observa em pesquisa de orçamento familiar. Como as famílias, tendo a restrição de renda, fazem suas compras? O que elas escolhem para comprar? Isso implica uma ineficiência do ponto de vista nutricional. Quando compram, elas não estão otimizando a sua cesta, mas sim estão comprando o que preferem. É essa estrutura de compras observada que tem sido utilizada para a linha de pobreza. Isso é muito diferente e muito mais caro, no sentido de que vai gerar valores de linha de pobreza muito mais elevados do que uma cesta dita básica, por exemplo.

A pesquisa de orçamentos familiares é feita a cada dez anos. Nós a acompanhamos ano a ano dada a evolução do preço dos produtos ao longo do tempo. Há valores diferenciados localmente por 23 regiões no Brasil. Para cada uma, há uma linha de pobreza.

Por que só temos estimativas anuais de pobreza e indigência? Porque essas estimativas dependem da informação de renda que vem da PNAD, Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar, que se realiza apenas uma vez no ano. Nos outros meses, podemos ter alguma estimativa de como está a conjuntura, mas simplesmente em regiões metropolitanas, nada global para o Brasil e nada que seja renda familiar, que é a variável relevante.

Esse gráfico sintetiza como se trabalha geralmente. Por um lado, estabelecem-se linhas de pobreza. Podem ser feitas de muitas maneiras, e, em cada fase, há escolhas possíveis, gerando valores diferenciados. Por outro lado, há a renda familiar **per capita** oriunda da PNAD.

Da comparação entre renda familiar e linha de pobreza, todas as famílias com renda familiar **per capita** abaixo daquele parâmetro de valor diferenciado localmente seriam a população alvo. Diz-se que há "tantos milhões de pobres no Brasil". Esse número diz respeito, num determinado conjunto de linhas pobreza, à população que se situa abaixo daquele nível. Esse é necessariamente um primeiro crivo. Mas a população que está abaixo daquele valor tem características diversas e rendas diversas. Digamos que a linha de pobreza seja estipulada em uma renda de R\$100 e que a renda de uma determinada pessoa seja de R\$99. Esse caso, em que praticamente a pessoa está naquele patamar, é muito diferente de outro em que pessoas têm rendas muito baixas.

Com isso, pode-se criar uma série de indicadores que são utilizados em política. Como a população abaixo da linha de pobreza se situa em relação à educação, à saúde, ao saneamento e a outras características? Esse corte combinado entre renda e um indicador social é que define a população alvo para determinado programa. Por exemplo, para um programa de renda mínima ou um programa de combate à erradicação do trabalho infantil, usa-se, num primeiro momento, um critério de renda; separa-se um conjunto de famílias que estariam abaixo daquele critério e depois se usam outros crivos: o crivo de ter criança, o crivo de ter criança em idade escolar, o crivo da subnutrição. Mas, em qualquer momento – no caso brasileiro, felizmente, temos a informação de renda –, sempre se usa, como primeira abordagem do nível de bem-estar da família, o corte da renda dado pela linha de pobreza.

Neste gráfico, estou querendo mostrar os resultados que se tem para um conjunto de linhas de pobreza. O que se observa no Brasil, utilizando um conjunto de linhas de pobreza que são coerentes ao longo do tempo – e esse é o ponto –, é que, da década de 70 a 80, temos uma queda grande da pobreza; depois as coisas oscilam: caem muito em 86, que é o ano do Plano Cruzado, e, em seguida, ocorre praticamente uma estabilização, que se prolonga até o plano de estabilização, o Plano Real. Quer dizer, de 93 para 95, há essa queda importante.

Assim, verificamos uma queda grande na década de 70, muito associada ao crescimento econômico. Se, naquela época, se tivesse aproveitado o forte crescimento econômico para se reduzir a desigualdade, o resultado de redução da pobreza seria muito mais importante do que o que foi verificado. Na verdade, tivemos queda da pobreza, mas tivemos também aumento da desigualdade. Se estivessemos alertas e

cuidadosos em relação à redução da desigualdade naquele período, a redução da pobreza poderia ter sido muito mais forte.

O SR. PEDRO SIMON – A senhora está dizendo que na década de 70 nós chegamos a construir o bolo, só não o distribuímos.

A SRA. SÔNIA ROCHA – Só não o distribuímos. Isso agravou a distribuição na verdade.

O SR. ROBERTO BRANT – Ali é linha de pobreza.

A SRA. SÔNIA ROCHA – Ali não se trata de linha de pobreza, mas de proporção de pobres. Todo mundo ganhou. Eu diria que os mais ricos ganharam mais. No entanto, como todos ganharam, é claro que na base houve uma redução forte da pobreza.

Eu queria chamar a atenção para o fato de que, nesse caso, a distribuição piorou. Se tivéssemos mecanismos para evitar essa questão... Dizia-se na época que era um fenômeno transitório devido à força do crescimento e à escassez de mão-de-obra qualificada, mas, adiante, vemos que não se cresce e a desigualdade permanece. Quer dizer, a desigualdade talvez seja o fenômeno mais permanente em termos de comportamento da renda no Brasil.

Eu estava chamando a atenção para este patamar e aqui coloco dois patamares. Este patamar azul, onde eu tenho uma série de longo prazo, são os resultados onde as linhas de pobreza são derivadas de uma pesquisa chamada Endef, uma pesquisa de orçamentos familiares que cobre o Brasil como um todo. E esta linha muito mais alta é um outro valor de proporção, uma proporção muito mais alta, derivada das linhas feitas com base na POF.

É interessante verificar que as duas metodologias de construção de linhas são idênticas. Simplesmente, na medida em que as pesquisas são mais recentes, as pessoas têm hábitos de consumo mais caros, o que eleva a linha de pobreza.

Nós agora estamos com a nova Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), feita pelo IBGE nos anos 95 e 96. Isso é muito interessante, porque é um retrato, talvez o mais fiel, da estrutura de consumo das famílias – a pesquisa foi feita ao longo de um ano todo –, na medida em que foi um período que não foi influenciado ou deturpado pelos fenômenos inflacionários, o que complicava muito as pesquisas anteriores. Existe uma comissão técnica do IPEA e do IBGE para elaborar novas linhas de pobreza com base nessa pesquisa.

A metodologia de construção é praticamente a mesma que dá resultado com a linha azul ou com a li-

nha vermelha. Nós vamos ter necessariamente uma linha de pobreza muito mais alta usando a mesma metodologia, porque os hábitos alimentares e outros são cada vez mais elevados. Quer dizer, as opções, as escolhas, mesmo em baixa renda, são crescentemente mais caras. Há a escolha, o efeito demonstração, mudanças culturais, etc. Com uma nova linha de pobreza, certamente teremos patamares mais elevados. Digamos que tenhamos uma nova linha de pobreza que, com conceitos metodológicos de construção, seja muito mais elevada do que aquilo e chegue a uma população pobre, isto é, aquela que não atende às necessidades nutricionais e outras porque não têm renda, que represente mais ou menos 70% da população, aí certamente não se vai trabalhar com linha de pobreza, vai se optar por uma linha mais baixa, de indigência. Isso não quer dizer que não existam pessoas com situação de renda adversa àquele nível. Significa simplesmente que a linha de pobreza tenha que ser entendida como um instrumento viável de política social. Se eu estabeleço um patamar de renda que é tão elevado que eu coloco toda a população como pobre ele se torna inútil para orientar ações de política. Nesse sentido, há uma conciliação entre o que é o valor da linha de pobreza e qual o patamar que se adota para política social.

Nesse caso, teríamos, na linha vermelha, que é com base na POF, teríamos tido em 1990 uma proporção de pobres de mais ou menos 44%. Em 95, quer dizer, esse patamar de 44% fica estável em 92, 93 e em 95, como resultado do plano de estabilização, a proporção de pobre cai para 33%, é uma queda grande. É importante entender que essa queda importante, que aconteceu com plano de estabilização, não foi uma política voltada à redução da pobreza, foi uma espécie de um subproduto automático de certas medidas que foram tomadas, como abertura econômica, uma boa safra agrícola, melhoria de renda nas baixas camadas da população, devido à eliminação da inflação, da um efeito riqueza da classe média, aumento do salários mais baixos.

Depois, 95, 96 e 97 estagnamos num outro patamar, isso qualquer que seja a linha de pobreza que eu adote, seja do Endef, seja a da POF, seja qualquer outra no sentido de que seja coerente no seu ajuste ao longo do tempo.

Mostro que os resultados de estagnação dos três anos, após 95, 96 e 97, não resulta de uma linha de pobreza específica. Para qualquer valor da linha de pobreza, por exemplo, se eu pegar $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, meio salário mínimo, $\frac{3}{4}$, aqui tenho uma gama de valores, tenho essa linha que reflete proporção de 93 e de-

pois para os outros três anos praticamente uma linha muito próxima, quer dizer, varia muito pouco a proporção de pobres entre um ano e outro em função de usar parâmetros de renda diferenciados. Isso é para mostrar robustez nos resultados de estagnação de 95 para cá. De 95 para cá o que tem acontecido? Essa estagnação, na verdade, reflete situações diferenciadas por áreas do País. O resultado Brasil. Por exemplo, há claramente agravamento em áreas metropolitanas devido à reestruturação produtiva e crescimento do desemprego não reflete no Brasil porque em áreas urbanas e rurais, particularmente Centro-Oeste e Sul, há redução da pobreza, ou seja, há compensações regionais entre extratos urbanos e rurais.

Esses gráficos mostram que, apesar de uma diminuição importante da pobreza, a repartição da pobreza por áreas não mudou muito. Quer dizer, em 93 tínhamos 44% dos pobres no urbano e 31% no metropolitano. É basicamente a mesma coisa, um pouco de redução em 97 para o metropolitano e o aumento do urbano e do rural. São coisas muito próximas. Na verdade, não estamos alterando drasticamente, caiu a proporção de pobres, mas a distribuição espacial deles não está mudando drasticamente.

Aqui tenho o mesmo gráfico por regiões, o que deixa ver que a região mais pobre do Brasil, que é o Nordeste, comportava 41%, quase 42% dos pobres em 93, hoje, quero dizer 97 – último ano do qual temos dados – concentra 45% dos pobres. Então, não está havendo claramente uma desconcentração de pobreza e o Nordeste mantém a sua herança adversa de concentração de pobreza.

Agora, é importante destacar que em todas as regiões existem grandes contingentes. O Nordeste, rural e urbano, são os dois grandes contingentes de pobres junto com as áreas metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo. O rural do Nordeste com 16,6% dos pobres, e o não-rural, urbano, metropolitano, com 27%. E somente as metrópoles do Rio e São Paulo correspondem a 17% dos pobres brasileiros.

Na verdade, temos dois grandes focos de pobreza no Brasil já sabidos e reconhecidos. Um é o Nordeste, e a situação mais crítica é no Nordeste rural. E o outro nas áreas metropolitanas do Rio e São Paulo.

Agora, como a Ana tinha chamado a atenção, a pobreza não é igual. Cada área, e aí estou colocando situações-limites para se ter uma idéia de que o pobre – estou falando sempre aqui dos pobres, das pessoas que estão abaixo da linha de pobreza –, no Nordeste rural, na região metropolitana de São Paulo são diferentes. São completamente diversos nas suas características, nas suas carências. E isso necessariamente

te conduz a desenhos de programas antipobreza diferenciados.

No caso do Nordeste rural, por exemplo, vamos olhar dados de 97: o tamanho da família é de cinco pessoas por família, enquanto em São Paulo são 3,8 pessoas por família em São Paulo – família muito menor em São Paulo. O número de crianças de até 17 anos, que é importante no Nordeste, é um traço ainda da pobreza nordestina, apesar da queda da fecundidade. Muitas famílias são pobres dada a taxa de dependentes, de crianças. O número de crianças por família pobre no Nordeste rural é de quase três, enquanto que em São Paulo não chega a dois.

O percentual de crianças fora da escola no Nordeste, nessa faixa etária, era ainda de 16%, enquanto que em São Paulo 8%. Na verdade, penso que 8% em São Paulo é um índice absurdamente elevado, considerando uma área metropolitana com aquelas características. Mas, enfim, quando comparamos com a situação no Nordeste rural – e aqui não estou falando da qualidade das escolas – é claro que as condições de escola, de funcionamento, de fornecimento de merenda, certamente serão muito melhores em São Paulo do que no Nordeste rural. E quanto ao percentual de chefes de família mulheres, do sexo feminino, é de 16%, no Nordeste rural, e 32% em São Paulo. Esse é um traço característico da pobreza em áreas modernizadas. Há o rompimento dos laços culturais de solidariedade dentro das famílias. No Nordeste, mesmo quando em uma família pobre o chefe migra ou abandona, a família remanescente agrupa-se em um outro núcleo, do pai ou do sogro. Enquanto que em São Paulo há um percentual elevado, um terço, de famílias pobres chefiadas por mulheres. Isso tem características e implicações especiais para programas de combate à pobreza.

Aqui, neste caso de características do chefe de família, é a mesma coisa. Em relação a analfabetos, 59% dos chefes pobres no Nordeste são analfabetos; enquanto 12% mesmo em São Paulo, que é um índice muito elevada.

Em São Paulo, a maioria dos pobres são assalariados, empregados, enquanto que no Nordeste 64% dos pobres são "contra própria". Conta própria no rural nordestino quer dizer pequeno proprietário, voltado para a produção de baixa produtividade, quase subsistência, desvinculado do mercado, com excedente muito pequeno. Então, são panoramas de inserção no mercado de trabalho perfeitamente diversos.

Finalmente, o indicador dos domicílios. Dos pobres do Nordeste, 53% não têm acesso à eletricidade, o que quer dizer que não têm acesso à eletricidade, à

televisão, nem geladeira, a nada disso. Tudo que está ligado à comunicação, à modernidade, à integração ao mundo está excluído, enquanto em São Paulo metropolitano somente 0,2% das famílias não têm.

Então, a questão do acesso a serviços básicos é um componente importante do bem-estar das famílias, na medida em que a renda das famílias só é suficiente para o consumo no âmbito privado – eles podem cuidar de alimentação, vestuário, mas não podem resolver problema de eletricidade, nem de acesso à água, ao abastecimento, ao esgotamento sanitário.

Quanto ao esgotamento sanitário, 82% não têm acesso adequado – e acesso adequado no rural consideramos fossa séptica – claro que rede geral está fora de questão –, enquanto que em São Paulo 29%, que ainda é um indicador muito ruim para uma metrópole da importância de São Paulo.

Disso que falei até agora, gostaria de destacar, à guisa de conclusão, três questões básicas. Quando vemos a evolução, a persistência da pobreza absoluta está associada à desigualdade. Isso seria um primeiro ponto a destacar e a enfatizar, inclusive quando se concebe programas de combate à pobreza. É uma questão muito arraigada, inclusive institucionalmente. Uma boa fonte da desigualdade é, por exemplo, o valor das aposentadorias, que são direitos adquiridos. Então, é uma complicação a questão da desigualdade, só para levantar um primeiro ponto.

O segundo ponto é que a incidência da pobreza é localmente diferenciada. Proporção de pobres muito mais baixa em áreas como São Paulo e muito mais elevada no Nordeste.

O último ponto é sobre características da pobreza localmente diferenciadas. O que são os pobres? O que se entende por pobreza é muito variável conforme região. O exemplo que dei foi de casos limites: Nordeste rural e área metropolitana de São Paulo.

Quanto a orientações básicas de política, estou terminando, a primeira seria que temos problemas de mercado de trabalho. Isso é um problema no Brasil moderno, que se acumula e já persistia no Brasil velho. Sempre tivemos um setor informal grande e subemprego. Mas, na área modernizada, temos desemprego no padrão que se tem nos países desenvolvidos. Então, estamos acumulando dois tipos de problema e uma elevada proporção de pobres, quer dizer, é um conjunto de situações muito adversas.

A maneira preferencial de as pessoas não serem pobres é estarem inseridas no mercado de trabalho e terem como obter renda pelo mercado de trabalho, renda presente, ou renda auferida por meio dos mecanismos de previdência, poupança e formação

de patrimônio. Então a situação adversa que temos no mercado de trabalho recomenda um cuidado especial com a questão de inserção das pessoas no mercado de trabalho.

A situação que se vê atualmente é grave, na medida em que temos uma estagnação da população ocupada. Agora esses dados se referem às pesquisas mensais, à PME, já que de 1997 para cá não tenho nenhum dado da PNAD, com o qual possamos falar da pobreza. Então, os dados que temos sobre PME se referem somente às áreas metropolitanas, aliás, às seis regiões metropolitanas, mas têm importância porque deixam ver com antecedência as evoluções adversas que podem estar ocorrendo pelo mercado de trabalho e que podem se generalizar pelo País ou não. Mas, de qualquer maneira, o que acontece nas áreas metropolitanas, que concentram 33% da população brasileira, é muito importante porque é motor de economia para muitas outras áreas. Então, o que vemos com esses dados, que são de maio de 1995, é que a população ocupada está se ampliando de maneira muito lenta, incapaz de absorver o crescimento da população e que o rendimento médio, que tinha subido depois do plano de estabilização, já voltou a patamares muito próximos do que era em 1995. Quer dizer, o rendimento médio subiu até 1996 e depois começou a declinar. É claro que há oscilações conjunturais, mas estou comparando justamente o mês de maio para que se tenha uma idéia de que houve aquele crescimento do rendimento. O rendimento total cresceu muito pouco, coloquei o número índice em baixo, quer dizer, o que todas as pessoas que trabalham recebem consolidadamente.

Eu teria ali valores que equivaleriam a R\$100,00, em 1995, e estou somente em R\$102,00, em maio de 1999. Isso quer dizer que o rendimento global advindo do trabalho já estagnou aos níveis de 1995. Se tudo fosse, do ponto de vista distributivo, igual a 1995, estaríamos com aquela redução da pobreza e a estagnação de pobreza no mesmo ponto. Suspeito de que a situação seja mais adversa do que isso, porque essa evolução do rendimento e da população ocupada não foi neutra, está excluindo as pessoas com baixo nível de escolarização, e os rendimentos estão caindo muito fortemente para a parcela com menos de 4 anos de educação.

Vamos ver a próxima transparência, por favor.

Bom, isso aí dá uma idéia da queda ao longo do tempo. Aí estou pegando todos os meses, não é? Aquela linha azul superior é a queda do pessoal até 4 anos de educação. Essa primeira linha, azul, é até quatro anos de educação; a vermelha, que mais ou

menos se mantém ao longo do tempo, é de cinco a oito anos de educação. Tem uma amarelinha aqui, que não sei se dá para ver, dá para suspeitar de uma amarela por aqui, que são as pessoas de nove a onze anos; e essa última aqui, que são as pessoas com doze anos a mais de educação. Então, isso aí deixa claramente ver a tendência de queda da possibilidade de emprego, quer dizer, os postos de trabalho ocupados por pessoas de menos de quatro anos, quer dizer, as possibilidades no mercado de trabalho para essas pessoas em áreas metropolitanas está se fechando, não é? Houve uma queda de 1.200 mil postos de trabalho, de um total de 8 milhões, mais ou menos, de 94 para cá, de maio de 94 a maio de 99. Essas pessoas estão sendo excluídas do mercado de trabalho, que é uma tendência natural, eu diria, é natural, mas causa problemas de agravamento de pobreza. Até agora, até 97, quando a gente (?) e não se percebe, porque evolução e situação de pessoas são neutralizadas em parte pela composição da família, que é um indicador de pobreza, a gente usa a família, não é? Então, por exemplo, se o pai é pouco educado e está sendo excluído do mercado de trabalho, simultaneamente, provavelmente o filho mais jovem está entrando no mercado de trabalho, com rendimentos maiores, isso se compensa. Mas certamente se esse fenômeno começa a se acelerar, como a gente vê nos últimos doze meses, é bem provável que a gente tenha um agravamento de pobreza. Quer dizer, isso tem que se dar de maneira simultânea, a entrada de um e saída dos outros. E; na medida em que o fenômeno é muito rápido, isso pode ocorrer em termos de agravamento de pobreza em área metropolitana, que é o que a gente está vendo desde 95, o agravamento da pobreza em área metropolitana vem se dando, a nível de Brasil, tem se neutralizado pelo bom comportamento de outras áreas.

A próxima, por favor.

Essa questão do mercado de trabalho é importante, porque estamos considerando, como a Ana tinha falado, que a educação é uma coisa importante, que temos que enfatizar a educação, e a educação de qualidade, já se abandonou a idéia de que basta mandar a criança para a escola. Mas os efeitos, em termos de qualificação de pessoas para o mercado de trabalho, é muito lento, então todas as ações que temos que pensar, emergenciais, de qualificação, têm que estar voltados para treinamento rápido e inserção dos jovens naquela faixa entre 17 e 25, esses são muito vulneráveis, porque tiveram uma formação muito ruim, eles têm dificuldades diversas, com passagem para o mundo moderno muito qualificado, muito

tecnologicamente sofisticado, não é? E formações rápidas para o pessoal de baixa renda, jovens, é uma componente importante dos programas de combate à pobreza.

Bom, aqui mostra, eles são muito ruins, porque não está tendo luz suficiente, mas de qualquer maneira temos o nível do rendimento mensal. E esse aqui, finalmente, é o rendimento total. Vocês vêm como a linha azul, essa linha azul é a linha daqueles até 4 anos de estudo, como vem caindo, caindo, e tivemos uma perda importante no rendimento total das pessoas de menos de 4 anos de estudo.

Bom, a segunda orientação básica de políticas, a primeira seria ênfase no mercado de trabalho, para que as pessoas, de alguma maneira, possam atender às suas necessidades de rendimento, e isso depende essencialmente, de políticas macro sim, mas muito política local, dada a diferenciação do perfil dos pobres e as situações diferenciadas do aparelho produtivo local. A segunda é a necessidade de ênfase distributiva, quer dizer, tudo que se possa fazer em termos de estabelecimento de novos parâmetros e novas políticas, tem que considerar, explicitamente, a questão distributiva, que é uma questão chave no Brasil. Quando definimos uma população pobre, costumamos dizer qual seria o hiato da renda. O conceito de hiato é: quanto faltaria de renda para que todas aquelas pessoas que estão abaixo da linha de pobreza chegassem à linha de pobreza. No caso daquela linha que eu mostrei, que corresponde a 34% da população pobre, o hiato seria de 22,9 bilhões em 1997, o que representa 2,6% do PIB. É importante notar que isso seria o necessário para levar as pessoas à linha de pobreza. Isso aí é simplesmente uma medida estatística. Eu estava dizendo o seguinte: para aquela proporção de pobres que eu indiquei no ano de 1997, que correspondia a 34% da população, se eu quisesse dar a cada uma daquelas famílias e a todas as pessoas pobres a renda suficiente para que elas chegassem ao valor da linha de pobreza, eu precisaria, consolidadamente, de US\$ 22,9 bilhões a preços de 1997.

O SR. ROBERTO BRANT – Distribuídos com essa renúncia. Isso aí é a participação de cada região ...

A SRA. SÔNIA ROCHA – É. Naquele total. Quer dizer, 40% iam para o Nordeste, que tem a maior concentração de pobreza.

Mas eu estava querendo destacar que isso aí é só número de estatística, número de escritório. Porque, na verdade, quando fazemos desenhos de política, a realidade é muito mais complexa. A primeira questão é de que eu tenho problemas de focalização. Eu posso, a partir da PNAD, do dado estatístico, veri-

ficar qual é a renda das pessoas, somar a renda e fazer todos os cálculos. Quando eu anuncio um programa e mando fazer a fila, o problema que eu tenho é um outro; não é só do número das pessoas, mas da forma de selecioná-las e acompanhá-las. Porque renda é somente um pequeno componente da pobreza. Se eu conseguir focalizá-la perfeitamente, quer dizer, se eu pegasse esses US\$ 22,9 bilhões e conseguisse distribuí-los, sem ter nenhum problema de focalização, que é um problema sério, eu ainda teria todos os outros gastos associados a serviços públicos. Não basta dar renda; essas pessoas têm que ser apoiadas de maneira integrada, como a Ana estava dizendo. Quer dizer, eu dou renda, mas eu tenho que cuidar de posto de saúde, de nutrição — porque não necessariamente a renda vai resolver o problema de nutrição, que em boa parte é um problema cultural também —, de abastecimento, de saneamento, de educação, enfim, de todas essas carências e de uma promoção social de maneira mais ampla, que as pessoas queiram e possam se sentir cidadãs integrais, participantes e com direitos. É um desafio muito maior do que distribuir renda. Claro que renda ajuda.

Falando um pouco sobre os programas de distribuição de renda, queria chamar a atenção para o fato de que diversos programas estão sendo implementados, como os programas tipo bolsa-escola nos municípios e o programa bolsa-escola nacional. Mas eu queria chamar a atenção para algo do qual se fala muito pouco, que é um programa de distribuição de renda que vem dos anos 70: o programa renda mensal vitalícia, que depois passou a ser o LOAS. E ali eu estou colocando o número dos benefícios aos idosos, tanto do antigo programa da renda mensal vitalícia, como os novos benefícios concedidos no âmbito do LOAS, a partir de 1993, 1994. Então, na verdade, dentro do grupo de beneficiários do LOAS em 1999 — eu tenho esse potencial de beneficiários, quer dizer, as pessoas que têm renda familiar **per capita** abaixo do que a LOAS define, que é meio salário mínimo **per capita** familiar —, estamos atendendo a 1,7 milhão de pessoas com esse benefício de um salário mínimo. Isso implica um dispêndio, presente era este, e potencial, que era 2 bilhões ou 2,6 bilhões, um pouco maior aqui, considerando que há uma pequena população que ainda não é coberta e que, potencialmente, seria beneficiária dada as regras do programa atualmente. E temos os programas de renda mínima do Governo Federal, que estão atendendo a 3,6 milhões de famílias, e o PET, que atualmente está atendendo a 873 mil famílias. Isso é para dar uma idéia compara-

tiva da abrangência dos programas e de algumas diferenças importantes entre eles.

A primeira diferença que cabe destacar é que o valor do benefício dado no Programa de Renda Mínima Vitalícia para os idosos, igual a um salário mínimo, é muito maior do que o que está sendo oferecido em outros programas. Essa superposição de programas que estamos começando a ter aqui, sem concatenação entre eles e sem coerência global para clientela diferentes, é um problema sério em países que já começaram a fazer programas sociais, transferência de renda há mais tempo, como os países europeus. Lá, cada programa tem uma linguagem, uma população alvo e não se consegue fechar o todo para verificar finalmente que população se está beneficiando, no final das contas, com o conjunto dos programas. Então eu queria chamar a atenção para essas questões.

O PET está voltado a uma clientela muito específica: as crianças em idade escolar em áreas onde o trabalho infantil tem uma incidência elevada. Mas, na aplicação, as coisas foram flexibilizadas porque se quer que as crianças onde a incidência de trabalho infantil é grande, elas não trabalhem. Não se trata simplesmente de limitar as crianças que estão trabalhando. Na área canavieira, isso ficou muito patente. Aquelas são famílias atendidas de baixa renda e com risco de trabalho infantil.

É importante considerar que se esses programas atendessem toda a população potencial eles representariam R\$4,4 bilhões, muito abaixo daquela estimativa que eu havia feito no primeiro momento, quando o Senador Pedro Simon me perguntou, de R\$22 bilhões. Isso porque os benefícios que estão implícitos aqui são benefícios muitas vezes pequenos, como os R\$15,00, no caso da renda mínima federal, por exemplo, enquanto o outro leva em conta as necessidades específicas das famílias. Em São Paulo, a linha de pobreza é estimada em R\$157,00 por pessoa/mês. Então, devido a essas diferenças temos para os programas sociais, atendendo rigorosamente as suas regras, uma densidade de dispêndio muito pequena.

Eu queria deixar como conclusão dois enfoques fundamentais que temos no combate à pobreza. Por um lado, mercado de trabalho, ênfase em educação, treinamento e iniciativas pequenas, que só podem ser tomadas em nível local, a fim de facilitarem a inserção e promoção de emprego, de maneira a minimizar essa transição difícil que teremos. Se não houver nenhuma medida política, a evolução do mercado de trabalho é muito perversa e tende, certamente, a agravar a pobreza.

O segundo ponto é a ênfase distributiva. Haverá sempre famílias, pessoas – temos uma dívida social importante – que não podem se inserir no mercado a curto prazo. Elas têm que ser atendidas e apoiadas. Nesse caso, o desenho de políticas sociais tem que ser necessariamente vinculado às características dos pobres nas suas áreas e nas suas condições específicas. Muito obrigada.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Srª Presidente, eu gostaria de fazer uma apelo para que as nossas reuniões de terça-feira não se dessem no horário regular de uma Comissão tão importante quanto a de Assuntos Econômicos. Fui o requerente da presença do Governador Anthony Garotinho, que está, no presente momento, fazendo uma exposição na referida Comissão. Fui uma das pessoas que, com outros, propus a presença de ambas. Então, estou num conflito terrível mas tenho que ir para lá. Eu pediria à Srª Presidente que seja assegurado o meu direito de inscrição, postergado para a hora que eu voltar, mas tenho de ir lá e voltar daqui a pouco.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Quanto à observação do horário de funcionamento da Comissão feita por V. Exª, a direção dos trabalhos já tentou compatibilizá-lo das mais diferentes maneiras. Não estamos conseguindo um horário adequado, porque a Casa, infelizmente, é feita para o dom da onipresença.

O SR. PEDRO SIMON – Enquanto não trabalharmos na quinta-feira, na sexta-feira, no sábado, na segunda-feira, vai ser (inaudível), infelizmente. Temos de votar tudo em dois dias.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – A observação feita pelo Senador Pedro Simon, do meu ponto-de-vista, está inteiramente de acordo com o que ocorre com a dinâmica dos trabalhos da Casa.

Quanto à inscrição do Senador Eduardo Suplicy, vamos protelando, até que seja possível o seu retorno à Comissão.

Já temos sete pessoas inscritas. Como primeiro orador, passamos a palavra ao ilustre Relator, Deputado Roberto Brant.

O SR. ROBERTO BRANT – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, senhoras conferencistas, as duas exposições foram extremamente esclarecedoras. À medida que o tempo passa e vamos tendo oportunidade de ouvir diferentes especialistas, originários de diferentes experiênci-

as, vamos percebendo que existe, subjacente, um certo contorno de um consenso sobre uma estratégia necessária de combate à pobreza no País.

Com relação às considerações da Prof. Ana Maria Peliano, por exemplo, a síntese da sua exposição é não aos indicadores e às soluções unitárias e sim às causas e às ações múltiplas. Isso coincide, inclusive, com o tema do último relatório do Banco Mundial, no que eles chamam de abordagem holística dos problemas do desenvolvimento econômico, social e humano. Cada vez mais, parece claro que a abordagem puramente financeira, orçamentária da pobreza não vai nos levar, evidentemente, a resolver o problema. A pobreza brasileira é resultado de uma formação extremamente complexa, de fatores históricos, econômicos, sociais. Se nós, por exemplo, num passe de mágica, tivéssemos os recursos suficientes para suprir a chamada insuficiência de renda de toda a população, provavelmente, dentro de dez anos, ainda haveria uma porcentagem muito grande da população excluída. Talvez não pobre, mas excluída, porque estamos passando rapidamente da sociedade industrial para a sociedade de conhecimento e estamos com uma população que não conseguiu se inserir sequer nos quadros de uma sociedade industrial, que é muito mais simples quanto aos seus requerimentos de inclusão, pelo menos no mercado de trabalho.

Eu não poderia estar mais de acordo com isso. É evidente que temos de nos inspirar em alguns indicadores, até para termos uma armação sobre a qual nos debruçarmos e nos focalizarmos. Estou inteiramente de acordo com que temos de enxergar, com muito cuidado, a diversidade que se esconde atrás do problema da pobreza, porque misturar, no mesmo cesto, os pobres das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, que são um quarto do total de pobres do Brasil, com os pobres do Nordeste não vai nos fazer chegar à lugar nenhum. São entidades humanas, sociológicas e econômicas completamente desiguais. As ações que servem a uns são totalmente diferentes das ações que servirão aos outros, numa perspectiva de incluir essas pessoas na economia do próximo milênio.

Assim, estou totalmente de acordo com isso, que coincide com o meu esforço de reflexão. Eu não sou um intelectual nem sou ligado à área nem sou acadêmico, mas coube a mim a tarefa de propor um eixo sobre o qual vamos discutir e produzir algo na área legislativa que seja um avanço, um passo à frente no enfrentamento do problema da miséria.

O problema da busca do dimensionamento do custo, desde o primeiro dia em que estive nesta Co-

missão, não penso em outra coisa. Quando se somam todos os programas, os valores passam a ser absurdos. Não absurdos em termos do PIB: 2% ou 3% do PIB parecem pouco, já que a carga fiscal do Estado brasileiro como conjunto é 31%, mas quem lida com problemas orçamentários sabe muito bem que a parcela sobre a qual existe livre disposição das autoridades é muito menor do que isso. Todos nós sabemos que a maioria dos itens da despesa orçamentária, nos três entes federativos, são totalmente rígidas. A margem sobre a qual se decide os destinos dos recursos públicos é extremamente pequena, o que não significa dizer que é importantíssimo agora identificarmos algumas fontes.

Penso que no que pertine a uma estratégia de combate à pobreza, do nosso ponto de vista, a questão central é identificarmos uma massa de recursos que seja um mínimo crítico, que possa começar a inverter um pouco a evolução normal das coisas. É uma coisa que certamente se situará na esfera dos bilhões.

Não estamos preocupados se isso irá custar 39 bilhões, 2% do PIB ou 50 bilhões. Que recursos adicionais podemos mobilizar, não para um programa próprio, outra coisa com a qual estou inteiramente de acordo, e não nos sobrepomos às coisas... O Brasil vem combatendo a pobreza, de uma maneira imperfeita, irregular, mas é evidente que tem, principalmente nós políticos sabemos muito bem que as prefeituras no Brasil não são outra coisa no Brasil senão centros de assistência social, e há programas federais e estaduais. Talvez eles não sejam clara e suficientemente focados e talvez não haja ainda um consenso nacional de que a pobreza é um problema especial no Brasil e que tem de ser tratado ao lado das políticas chamadas universais. Então estou inteiramente de acordo.

O terceiro ponto que ela colocou com muita propriedade é a busca de um desenho para combater a pobreza. Realmente parece-me que, primeiro, é o desafio intelectual mais agudo e que não vamos resolvê-lo aqui. Para chegarmos a algum lugar, temos de saber qual a nossa tarefa, o que é ou não possível fazer.

A nossa tarefa como órgão político é conseguir criar um consenso político tal que possamos destacar de fontes novas, ou das usuais, uma massa crítica de recursos capaz de alimentar programas, ações e estratégias de combate à pobreza. Outra coisa não nos cabe.

Dessa estratégia temos apenas alguns pontos gerais, ela tem de ser descentralizada, tem de chegar à ponta, é o fenômeno da localização: ela tem de en-

volver a rede de instituições sociais existentes ou a serem incentivadas.

Não podemos desconsiderar alguns programas que sempre serão programas das áreas setoriais do Governo, como a área de saúde, muitos na de educação. Então, nesse desenho só não devemos fixar algumas coisas que não devem ocorrer: devemos tentar não sobrepor, não criar estruturas novas, conseguir canalizar isso pelo conjunto da sociedade civil, para que o controle social seja efetivo.

Temos de nos preocupar muito mais com o que não fazer do que com o que fazer. É a inventividade, a realidade dos fatos que vai desenhar isso. Temos de definir algumas estratégias.

Por último, busca de um modelo ideal de gestão dos programas sociais. Esse é o desafio do Brasil e de todos os países subdesenvolvidos do mundo. Todos os países do mundo, de certa maneira, alocam recursos para programas sociais, mas todos eles são um tanto malsucedidos até agora, porque, pelo próprio relatório do Banco Mundial, o número de pobres continua crescendo.

Mas entendo que esses desafios estão à altura da inteligência brasileira. Eu me surpreendi depois de ser Relator dessa Comissão com o número de relatórios, estudos e reflexões que já existiam. Existem centenas de quilos de relatórios impressionantes. Recebi os relatórios do seminário que o IPEA promoveu no Rio de Janeiro e são algo em torno de 30 a 35 quilos de relatórios, cada um mais surpreendente que outro, e são coisas muito consistentes, ou seja, há uma reflexão, há um pensamento etc.

O que nos cabe como políticos é sermos os instrumentos de canalização dessas preocupações e conclusões e transformá-las em ações políticas. Penso que já mudou um pouco o cenário brasileiro, melhorou essa consciência. Eu não canso de repetir que esta Comissão nasceu sob o signo da incredulidade total. As pessoas não acreditam que você possa focar de uma maneira diferenciada o problema da pobreza. Há editoriais no **O Estado de S. Paulo**, quase que semanais, alertando para o erro e para a distorção desse tipo de preocupação, quando na verdade sempre se diz que o Brasil era um País heterogêneo, era um País dual, mas um País que continua sendo, ao longo do tempo, das décadas, governado como se fosse uma unidade só, como se fosse uma coisa homogênea.

Os ensinamentos da professora Ana Maria Pelição enriquecem muito as reflexões que eu já estava tomando emprestado, os estudos que eu estou tentando fazer, e acho que não poderia concordar mais. Com quase tudo aqui eu concordo. Isso vai ser uma

contribuição inestimável. Eu não tenho nem perguntas a fazer, mas realmente saio daqui confortado. Acho que é mais ou menos nessa linha das quatro grandes preocupações que S. S^a colocou. E se nós somos felizes nisso, eu acho que nós podemos fazer. Tem coisas complicadas aí, como compatibilizar programas setoriais com programas focalizados, mas creio que a experiência do Comunidade Solidária, apoiada numa massa importante de recursos, e se nós conseguirmos integrar os outros entes federativos, Estados e Municípios, de uma maneira que os vincule na ação também, mas nos recursos, acredito que nós podemos desenhar uma estratégia importante.

Quanto à professora Sônia Rocha, nas suas inúmeras tabelas, duas coisas me chamaram atenção. A questão do problema de que o crescimento econômico é importante ou não para o combate à pobreza?

O SR. PEDRO SIMON – Permite-me, Sr. Presidente? Sr. Presidente, desculpe-me. É que eu estou sendo chamado pelo Senador Eduardo Suplicy, que não só saiu daqui como está nos tirando daqui, porque tem votação lá na Comissão. Eu também gostaria que fosse deixada a minha inscrição. Eu vou lá, voto e volto.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Em acordo com o apelo de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON – Foi o Senador Eduardo Suplicy que convocou as duas e o Eduardo Suplicy convocou o Garotinho lá.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – V. Ex^a pare de instituir a cizânia aqui na Comissão. (Risos)

O SR. ROBERTO BRANT – Essa questão, é claro que o crescimento sozinho não é capaz de eliminar a pobreza. A pobreza, no caso do Brasil, ela não vem da pobreza intrínseca da economia brasileira. Ela vem de fatores estruturais que trabalham nos porões da economia da sociedade brasileira. Mas também fica claro que o crescimento econômico reduz, sim, substancialmente o grau de pobreza. Então, no debate dessas questões, temos que ter o máximo cuidado, o máximo equilíbrio de não nos isolarmos em posições extremas. Ficou claro ali, usando a tabela da professora Sônia, que de 70 a 80, praticamente caiu à metade a população de pobres do conjunto da população brasileira.

Estou de acordo que aumentou a desigualdade, sim. Mas eu acho que, inclusive, a pobreza e a desigualdade são questões diferentes. A desigualdade exige uma ação muito mais estrutural. É um esforço de longo prazo. O Professor Cristovam Buarque colocou aqui com muita clareza. Por mais que me repug-

ne a desigualdade, o combate à pobreza antecede a luta pela desigualdade, mesmo porque os instrumentos à nossa disposição para enfrentar a desigualdade não são ainda muito conhecidos. É claro que alguns são comuns. Se nós conseguirmos dar doze anos de educação a todos os brasileiros, vamos começar a diminuir a desigualdade por aí. São ações de longo prazo, exigem tempo. Parece-me claro que o crescimento sozinho não acaba com a pobreza, mas diminui bastante. Ele não é condição suficiente, mas ele é uma condição mais do que necessária.

Outra coisa que ficou claro é que a estabilidade econômica também diminui o grau de pobreza. Sou um daqueles que acham que um dos fatores que agravou a desigualdade e a pobreza foi a persistência da inflação ao longo do tempo. Então quando se estabelece a estabilidade, nós descemos mais um degrau. Evidentemente que um degrau que se esgota. Isso ocorre **once for all**. Nós estamos com uma inflação de 80% ao mês para uma de 10%, há uma grande diferença. De 10% para 5% já não haverá nenhuma. Então a luta pela inflação zero realmente não afetará a pobreza. Pode até afetá-la negativamente.

Eu não tenho questões também a levantar à professora Sônia Rocha. Tive a oportunidade de ler um relatório que ela apresentou no Seminário sobre distribuição de renda e entendo que nós temos de levar em conta essa linha de pobreza. Na prática, se fizermos estratégias e ações, teremos de definir um local de ação e, de alguma maneira, vamos ter de mudar de indicadores.

No Brasil, praticamente todo mundo é pobre. Os primeiros 90 percentis da distribuição de renda são de pessoas pobres ou vulneráveis. Mas vamos ter de nos definir em alguma linha. Temos que separar programas do Nordeste rural para as metrópoles do Sul e Sudeste, etc. Tudo isso é extremamente útil. Se conseguirmos fazer tudo isso, poderemos estabelecer uma estratégia bastante interessante.

A meu ver, esta Comissão tem dois papéis. O primeiro é ver se amplificamos essa reflexão, essas preocupações e até o otimismo subjacente que há em tudo isso. Por incrível que pareça, todos os especialistas na área apontam que há uma luz. Não há nenhuma visão desalentada do programa. Todo mundo estuda para encontrar um caminho. Embora não esteja muito claro, pelo menos de uma maneira imperfeita há uma luz no nosso horizonte.

Portanto, em primeiro lugar, devemos amplificar isso para a sociedade. Devemos também construir esse consenso político; creio que vamos conseguir, para que o País tenha uma estratégia de combate à

pobreza eficaz, efetiva e tenha um horizonte permanente. Ainda não vencemos o desafio de encontrar essa solução. Temos ainda algumas semanas, talvez umas duas ou três. Creio que caminhamos muito nesse período.

Essas duas exposições foram extremamente enriquecedoras.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Indago de nossas expositoras se gostariam de fazer um comentário a respeito dos questionamentos levantados pelo Sr. Relator.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – Eu gostaria de fazer apenas um comentário.

Em primeiro lugar, estou muito satisfeita. Ele fez um resumo bem objetivo de todas as preocupações que eu trouxe a esta Comissão e creio que mostrou uma compreensão total do recado que eu quis trazer.

Penso, porém, que temos de tomar um pouco de cuidado com algo que foi dito, no sentido de que todos os países fizeram programas sociais e foram malsucedidos porque a pobreza está aumentando. Creio que temos que começar a olhar isso com mais cuidado, porque virou um refrão que os programas sociais são ralos, são malgeridos e não trazem solução. O que sabemos é que o problema da exclusão e da pobreza não se resolve apenas com os programas sociais.

Em uma conferência que assisti na Argentina, há duas semanas, o conferencista falou que a política econômica passa fazendo estragos e que a política social vem de ambulância atrás, tentando socorrer o estrago. Podemos observar que, às vezes, o empobrecimento da população se dá pelo desemprego, que muitas vezes é resultante de políticas econômicas não só em conjunturas internas, mas em conjunturas internacionais. E observamos, às vezes, uma estagnação política ou um desemprego crescente, sendo que muitos indicadores sociais sinalizam para uma melhora. Quer dizer, redução na taxa de mortalidade infantil, redução na desnutrição, ampliação na expectativa de vida, ampliação da taxa de escolaridade e redução do analfabetismo. Isso é sucesso da política social que, apesar do empobrecimento, ainda consegue trazer alguns resultados. É óbvio que, sozinho, não vai dar conta do recado. É óbvio que temos muito a melhorar na gestão das políticas sociais; temos hoje, tínhamos há 20 anos, teremos nos próximos 20 anos e teremos sempre. Qualquer política, qualquer administração tem sempre o que melhorar; há sempre o desafio de melhorar a gestão.

Temos de tomar cuidado porque sempre se tem a impressão de que a área social é que é a ineficiente e que, para ela, portanto, não adianta recursos. É só um adendo.

O SR. ROBERTO BRANT – Permita-me apenas uma ressalva. Não fui feliz ao me expressar. Nem conheço os programas sociais do conjunto de países. Portanto, eu nem poderia fazer um juízo tão definitivo. O que eu quis dizer é que eles não têm sido suficientes.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – Ah, sem dúvida!

O SR. ROBERTO BRANT – Realmente, devo ter-me expressado mal. Não são suficientes no sentido de que ou não são bem-desenhados, ou não contam com os recursos necessários. Mas é claro que o avanço é impressionante.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – Ou são compensatórios, e têm de ser cada vez mais compensatórios com outros problemas, que não dão conta de compensar.

O SR. ROBERTO BRANT – Só mesmo se forem bem-focalizados. Enfim, não há suficiência. Mas é claro que, na ausência deles, o mundo já teria acabado.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – Sem dúvida, eu concordo.

A SRA. SÔNIA ROCHA – Eu queria também fazer um aparte. Quando se fala nessa questão de programas sociais, claramente temos problemas de focalização, sim. Os programas sociais já correspondem, mais ou menos, a 20% do PIB, sendo, portanto, um montante de recursos razoável. O problema que temos é que uma boa parte desses programas não estão focalizados nos pobres. Quer dizer, gastos sociais em geral, que melhoram os indicadores sociais, mas que se a ênfase é combate à pobreza tem que haver um esforço muito bem dirigido para a focalização do gasto social nos mais pobres. Isso tem duas vertentes: a focalização propriamente dita e o desafio do gerenciamento de programas sociais em geral e dos voltados para os mais pobres.

Focalização e avaliação de programas de resultados têm que ser entendidos dentro do desenho do programa no momento em que ele é concebido e não alguma coisa **a posteriori**. Na verdade, se tem muita dificuldade de evidenciar o efeito de resultados de programas sociais na medida em que, dentro do desenho do programa, quando ele é concebido, nem os objetivos, às vezes, estão bem explícitos, como o monitoramento e avaliação não fazem parte do desenho inicial. Isso é essencial para tornar o gasto social mais

bem focalizado e para que se possa avaliar exatamente quais são as iniciativas que dão mais resultados em termos de redução da pobreza.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – Hoje, como vim aqui para provocar um pouco o debate, para sempre olhar o outro lado – acho que é um exercício –, só para enriquecer a reflexão, acho que temos que tomar cuidado quando estamos falando da questão da focalização das políticas sociais. Acho que, sem dúvida, as políticas de combate à pobreza devem ser focalizadas, mas as políticas sociais não necessariamente têm que ser focalizadas. Muitas delas são universais. Hoje, a saúde é universalizada, a educação é universalizada, quem pensa em justiça tem que pensar em justiça no País como um todo, quem pensa em todas as políticas sociais tem que pensar na sociedade como um todo. Sempre que se discute, se discute redirecionar os gastos sociais para que eles cheguem aos mais pobres, como se pudesse tirar dos próprios gastos sociais para chegar aos mais pobres.

Acho que temos que dar um **plus** aos mais pobres e um tratamento diferenciados aos mais pobres para que possam ter acesso às políticas universais, mas temos que tomar cuidado porque as políticas sociais não são políticas para pobre, exclusivamente. Temos que ter medidas dentro das políticas sociais e econômicas para os pobres. Era só no sentido de entender bem o que é essa focalização.

O SR. ROBERTO BRANT – Por exemplo, só rapidamente, não vou fazer igual ao Suplicy. Educação, por exemplo, é uma política geral, universal, etc, agora, há estudantes que não vão poder jamais ter um bom rendimento se forem tratados como os demais. Aí, o programa de combate à pobreza pode prover o quê? Poderá prover, por exemplo, mais duas ou três horas de educação integral – mas aí focalizado, não seriam todos os alunos, mas 20 ou 30%.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Só um esclarecimento: na dinâmica dos trabalhos da Comissão, o Relator tem um tempo razoavelmente longo para interagir com os debatedores.

O SR. ROBERTO BRANT – Por exemplo, é programa de combate à pobreza a bolsa-escola ou coisas voltadas a tratar do estudante fora do ambiente estritamente escolar, mas que são fundamentais para o seu aproveitamento.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Temos então uma lista de pessoas inscritas. Vou sugerir uma metodologia e vamos tentar, desta vez, não desmoralizar a nossa própria palavra, porque geralmente pactuamos de uma forma e fazemos exatamente outra. O Senador Lúcio Alcântara, certa vez, no plenário, me

disse algo que achei muito interessante: que respeitar o tempo significa ser democrático, porque ultrapassando o tempo estamos fazendo uma entrada indevida no tempo do outro colega. Então, essa definição que o Lúcio Alcântara nos deu serviria para termos uma certa disciplina.

As nossas expositoras podem ficar à vontade nas suas respostas, mas eu sugeriria que tivéssemos um tempo, quatro minutos, por exemplo, para formularmos nossa pergunta e um minuto para concluí-la. Ao final do quarto minuto, eu farei soar a campainha – que é bastante desagradável (faz soar a campainha) – avisando, quem está usando a palavra, que o seu tempo se esgotou. Assim, seremos mais disciplinados e aproveitaremos mais as exposições da Sônia e da Ana Maria.

Estão de acordo? (Pausa)

Ratificando, serão quatro minutos, inicialmente, e provavelmente até dois minutos de tolerância para a conclusão – o Senador Eduardo Suplicy, às vezes, é injustiçado; mas há outros Parlamentares que também ultrapassam o tempo a ele destinado.

O primeiro a se pronunciar é o Senador Djalma Bessa.

O SR. DJALMA BESSA – É claro que as exposições foram, sobremodo, úteis. Por isso, serei o mais sucinto possível, atendendo a recomendação da Presidente, Senadora Marina Silva.

Sr^a Presidenta, este plano conta com uma infra-estrutura. Refiro-me ao respaldo, ao recurso financeiro.

Portanto, a minha primeira indagação é de como se arregimentaria esse recurso? Colocando-o no Orçamento, criando um Fundo, considerando que o recurso orçamentário é frágil, não é seguro, não é certo e não é confiável. Tanto é que basta que se mencione o problema – que já existe – relacionado com as cestas básicas, devido ao entrave burocrático orçamentário. Portanto, seria a instituição de fundos para assegurar, com certeza e segurança, esse recurso, ou partir-se para o recurso orçamentário, que é realmente volúvel, viável. Depois, há uma outra grande preocupação, talvez idêntica ao do recurso financeiro, que é o recurso humano. Em um projeto dessa envergadura, que é inovador, há a necessidade de ter um recurso humano profundo, senão não funcionará. É preciso manter os órgãos existentes, mas não se criam órgãos. Aí, doutora, tenho as minhas dúvidas: a estrutura administrativa atual não funciona, não vamos sequer acusar que os recursos sejam escassos, que não são suficientes, mas bastante elevados. Chegar-se-ia a um objetivo bem maior se fossem de-

vidamente aplicados. Não me referindo a fraudes ou a corrupção, há os entraves naturais e compreensíveis da democracia. Não seria necessário criar um outro órgão, um ministério do bem-estar – creio que a assistência social já tem o respaldo da Previdência – para coordenar e estruturar a aplicação desses recursos.

Ademais, atente também para a observação que a senhora fez, que é muito justa e procedente, a respeito da globalização e da localização. São dois extremos: um universal, e o outro, particular. Há de existir uma interligação. Não devem ser comportamentos estanques e isolados, mas devem se interpenetrar.

Esta a minha observação em torno da estrutura e dos recursos humanos que devem ser organizados.

Quero salientar e sublinhar a sua observação quando tentava conceituar a pobreza, colocando-a em novo nível: o da inclusão e o da exclusão, que, acredito, seja mais abrangente e pode ser melhor compreendido.

Quanto à Dr^a Sônia, ela foi longe no estabelecimento das linhas e mais linhas de pobreza. Não há realmente observação procedente, com todo o sentido, oferecendo as várias opções para a fixação da linha pobreza.

Dentro dessa observação, perguntaria à senhora como avalia o operário que ganha o salário mínimo. Ele está na linha da pobreza? Está acima da linha pobreza? Está na indigência, portanto numa linha menor, abaixo da pobreza?

Depois, também sublinho a observação que fez, que é procedente, quanto a renda ser considerada não só individual, mas também a renda familiar. Porque isso pesa, isso ajuda. E não há dúvida nenhuma de que há de se fazer não uma engenharia comum, de cálculos, de números, de avaliações, mas uma engenharia social no sentido de que, em se discriminando, classificando, relacionando as determinadas linhas de pobreza existentes em nosso País, dar-lhes o remédio adequado, que, muitas vezes, serve para um estado, e não serve para outro; serve para uma região, e não serve para outra.

Cumpri, portanto, a observação da Presidente, Senadora Marina Silva.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – V. Ex^a se constitui num bom exemplo. Então, passo a palavra ao Deputado Nelson Marchezan.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Sr^a. Presidente, Srs. e Sr^{as} Congressistas, lamento, não pude ouvir por inteiro as duas brilhantes exposições, de forma que peço escusas por isso. A gente daqui, da Câmara, não é dona do nariz, nem sempre, pelo menos.

Queria fazer umas perguntas direto.

Será que, nesse período em que o Brasil cresceu e não distribuiu a riqueza, o fator educação não foi um fator impeditivo? Será que as pessoas com maior educação não se apropriaram muito mais e aumentaram a diferenciação por isso?

Segundo, onde existem programas de renda mínima pura, em que período as pessoas se beneficiam disso? Nos países onde existe renda mínima, quer dizer, que recebem uma renda mínima, ao estilo do projeto que ainda está em debate na Câmara do Senador Eduardo Suplicy, em que período as pessoas recebem? É permanentemente, constantemente, para sempre, até saírem dessa pobreza, e poderão ficar na pobreza a vida toda? Ou elas têm um período, têm alguma coisa?

Terceiro, nas políticas sociais, queria uma distinção — e evidentemente que o felicito pela brilhante exposição que ouvi, nos pontos a que pude assistir, e seguramente vou ter oportunidade na exposição — mas queria saber o seguinte: distribuição é uma coisa, políticas assistenciais são outra coisa e políticas promocionais.

Penso que, por exemplo, política promocional é quando a gente dá alguma coisa para alguém que necessita, com a obrigação de cumprir uma tarefa para sair daquela situação. Noutras palavras, penso que as pessoas que, nem todas evidentemente, em matéria de educação e em matéria de saúde, mas, sobretudo, educação, passa-me a idéia de que nós temos que usar, e é o rumo de um projeto que hoje é lei, do renda mínima para a educação, passa-me a idéia de que é saudável, de que a gente exige uma contrapartida para a situação, para mudar a situação daquelas pessoas. E eu distinguiria isso de política, digamos, simplesmente assistencial de uma política promocional.

E, por último, gostaria de acentuar, gostei imensamente. Creio que o município é o centro de centralização. Mas me parece que, em algumas regiões, em alguns lugares, ainda falta muito dessa consciência. Os órgãos locais, as secretarias de municípios, os próprios prefeitos, as organizações locais não têm aquela participação de desenvolvimento comunitário que se desejaria, nem têm a consciência.

E é evidente que eu considero o juiz e gostaria de ouvi-lo, pois o pessoal do IPEA também nos transmitiu essa idéia, porque penso que o grande instrumento, o principal instrumento de distribuição da riqueza é realmente a educação. E concordo integralmente com a idéia de que a gente desenvolve a educação, digamos, na juventude, mas é preciso treinar e retreinar as pessoas de mais idade, que não frequen-

taram a escola, que não participaram da escola ou que fizeram a escola sem aproveitamento.

E quero dizer que — pode ser escândalo isso —, nos anos de 1972, de 1973 e parte de 1974, no Rio Grande do Sul, com o dinheiro do Governo Federal, eu dava bolsas para os trabalhadores estudarem. Eles iam à noite, eram treinados e ganhavam, quando recebiam o diploma, um cheque ou dinheiro como pagamento disso, com resultados espetaculares, sobretudo dentro desse fenômeno da urbanização, em que as populações vinham do interior mal preparadas, sob todos os aspectos, sabendo fazer tudo e não sabendo fazer nada. E esse era um treinamento fantástico, tanto para as mulheres quanto para os homens, inseri-los nas tarefas urbanas que poderiam ocupar a sua mão-de-obra. E considerarei isso fantástico. Hoje, pratica-se isso, não sei se com a mesma eficiência e não sei se a avaliação desses programas nos permite deduzir da sua rentabilidade.

Era isso, Sr^a Presidente, obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) — Dentro da metodologia estipulada, passarei a palavra a mais um orador para que as nossas expositoras possam se pronunciar.

Passo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA — Sr^a Presidente, hoje sairemos daqui mais enriquecidos quanto ao conhecimento da pobreza no Brasil. Não é bom somente para nós, mas também para o povo brasileiro, conhecer seu destino, suas responsabilidades e ter consciência política do que se passa neste País. Creio que esta Comissão está prestando um grande serviço para toda a Nação, principalmente — reafirmo — quanto à questão da conscientização do papel do brasileiro como um cidadão em busca de seu direito, em busca da sua cidadania.

A Professora Sônia definiu aqui pobreza. Disse — e já está dito tantas vezes — que temos a pobreza não por falta de recursos mas por desigualdade na distribuição da renda. Serei muito objetivo. A pergunta é para as duas palestrantes de hoje. Esta Comissão foi constituída para apresentar soluções legislativas, para erradicar a pobreza e a marginalização e para reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Em razão disso, todo o sistema tributário é um instrumento, uma alavanca da distribuição da renda. Essa reforma tributária que está aí preocupa-nos demais. Sei que as senhoras talvez não sejam especialistas em questão tributária. Mas creio que a alta sensibilidade social, ao lidar com essas questões do Brasil e do mundo, ao analisar com profundidade as con-

seqüências do sistema tributário que está aí, faz com que a senhoras tenham uma idéia formada, sim, sobre essa reforma tributária, que está aí no Congresso Nacional para ser votada.

Eu, que fui Prefeito de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, por duas vezes, senti que, na verdade, não há uma disposição para a questão da renda nessa reforma tributária. Já estou quase que adiantando a resposta. Mas preocupa-me bastante essa questão e quero ouvir a resposta das senhoras, que têm toda essa cultura social, que possam nos trazer uma luz a respeito.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Passo a palavra, então, à Dr^a Sônia Rocha e, depois, à Dr^a Ana Maria.

A SRA. SÔNIA ROCHA – Vou começar pela reforma tributária. Falarei sobre o Imposto de Renda porque, na minha opinião, tem o efeito distributivo mais óbvio, na medida em que ele mexe com a renda das pessoas mais diretamente. Um imposto de consumo, cujas alíquotas estão associadas a uma outra problemática, na medida em que depende da estrutura de consumo das famílias.

No início da década de 80, tínhamos uma alíquota muito mais progressiva do Imposto de Renda. A redução das alíquotas para o máximo de 25%, até dois anos atrás, e agora para 27,5%, que será, provavelmente, prorrogada, fica muito aquém do que já tivemos como alíquota mais elevada no início da década. O argumento era o seguinte: quanto mais altas as alíquotas, maior a evasão fiscal, a sonegação, explicitamente. Esse me parece um argumento absurdo à medida que, dada a estrutura de distribuição de renda, com alíquotas mais elevadas para as faixas mais elevadas, há um grande espaço, pelo menos em termos de justiça social, a avançar.

Evasão fiscal e sonegação podem existir, mas dependem do aparelho tributário, que deve controlá-las e fiscalizá-las. No Imposto de Renda e nos outros impostos, existe muita sonegação e aumento de receita que poderiam ser canalizados para ações prioritárias voltadas, por exemplo, para a redução da pobreza. Não estou falando de um adicional de Imposto de Renda, mas das alíquotas normais e da adoção de alíquotas mais elevadas para as faixas mais elevadas de renda. Esse é um ponto polêmico, delicado, mas, sem dúvida, podemos voltar ao que já tínhamos no início da década de 80.

Em relação aos impostos sobre consumo, de valor adicionado, fala-se em tornar bens de consumo popular isentos da tributação, em isentar cesta básica de imposto sobre consumo, por exemplo. As simula-

ções feitas com base nesses dados mostram que o efeito da alíquota beneficia muito mais os não pobres que os pobres. Nesse sentido, a isenção não seria um mecanismo adequado para a distribuição de renda ou para melhorar a posição dos mais pobres. Melhor seria a criação de programas focalizados especificamente para essas populações, ao invés da adoção da isenção de alíquota para os ditos produtos populares. Esse seria um ponto sobre tributação.

O Senador Djalma Bessa perguntou-me se o operário que ganha salário mínimo é ou não pobre. Renda da pessoa não caracteriza pobreza, visto que existe um papel compensatório dentro da família. Depois que todas as rendas e mais de uma divisão **per capita** dentro da família são consideradas, uma família pode ser tida como pobre ou não. Podemos dizer que uma pessoa que receba um salário mínimo em São Paulo – onde os níveis de pobreza são mais elevados devido ao custo de vida – e tenha um dependente esteja abaixo da linha de pobreza. Isso é óbvio.

Por outro lado, salários mínimos e benefícios previdenciários nos mesmos níveis no País como um todo reduziram drasticamente a incidência de pobreza no Nordeste devido aos benefícios da Previdência Social. No Nordeste, onde os níveis de pobreza são muito mais baixos, um idoso que recebe um salário mínimo está quase como um privilegiado naquela área onde vive, onde o rendimento do trabalho é inferior a meio salário mínimo.

No Nordeste rural, o rendimento médio do trabalho é aproximadamente meio salário mínimo, de todos os trabalhos, de todas as pessoas. Um benefício como o previdenciário de um salário mínimo, relativamente, é um bom benefício naquela área. Chamo a atenção novamente para os diferenciais de custo de vida que devem ser levados em conta quando se delimita uma população pobre.

Quanto à questão do Deputado Nelson Marchezan sobre a política promocional ou política assistencial ou políticas distributivas, na verdade, o ideal é que nenhuma seja puramente assistencial, que é necessária quando há populações que certamente não têm autonomia para sair da situação de pobreza, por estarem presas num círculo vicioso, numa situação muito adversa. O ideal é que sempre a política assistencial seja entendida como um pacote que inclua alguma promoção social. No caso da renda mínima, o programa muito bem sucedido de Brasília – e o Distrito Federal tem uma situação particular, porque a renda é alta e a proporção de pobres é baixa. O programa em cujo desenho se previa a transferência de um salário-mínimo para as famílias com crianças de sete

a 14 anos e com renda familiar **per capita** abaixo de meio salário-mínimo foi muito bem-sucedido, porque conseguiu fazer essa focalização. O controle demonstra que realmente se está atingindo a população pretendida.

Mas o programa previa não só colocar a criança na escola, mas verificar a situação da família em relação ao emprego, dar treinamento e registrar no Sine o chefe da família, tentando incorporá-lo ao mercado de trabalho. Na prática, quando se vê o perfil dessas famílias, observamos que, nos casos mais radicais e adversos, elas não têm condição de mudar a sua estrutura. O chefe de família – muito pobre – já está desempregado há vários anos. Então, o rendimento oriundo da renda mínima é o único da família – e tenderia a sê-lo durante muito tempo. O que se espera é que a criança, estando na escola e obtendo educação de qualidade, proporcione a mobilidade social e econômica desejável em algum momento. Originalmente, pensava-se que a família receberia o benefício da renda mínima somente dois anos, no caso de Brasília especificamente.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Desculpe-me. Não quis discutir o problema da renda-escola. Falei na renda sem nenhuma obrigação. Foi isso que perguntei – renda mínima pura.

A SRA. SÔNIA ROCHA – O programa federal é também desse tipo, ou seja, está associado à escola. A maioria dos programas que conheço está ligado a alguma coisa. O PET, por exemplo, visar erradicar o trabalho infantil. No Brasil, não há isso, a não ser no caso dos idosos. Mas, pelo próprio desenho do programa, trata-se da idéia de uma compensação de renda para uma pessoa que não tem mais possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – O Senador Djalma não está aqui. Penso que deixarei esse tema para o fim.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Ele teve que ir à Comissão de Educação, porque foi chamado.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – Então, começarei pelo Deputado Nelson Marchezan. Quando ele fez a apresentação, levantou o tema da questão da educação como distribuição de renda. Realmente, se o impacto da educação na redução da pobreza era mais de médio e de longo prazo, na redução da desigualdade social, que são questões distintas, o impacto é muito alto.

Mas, mesmo assim, temos que olhar com cuidado, porque observamos, por exemplo, que, nos Estados Unidos, o país está crescendo e enriquecendo,

com um nível de escolaridade muito alto e ampliação das desigualdades. Esse é um fenômeno que vemos no mundo. Então, está na hora de começarmos a repensar todos esses paradigmas nos quais trabalhávamos até agora. Mas, sem dúvida nenhuma, a educação tem um peso fundamental na questão da distribuição da renda, inclusive a curto prazo.

Quanto ao período no Brasil, a Sr^a Sônia já falou. Não teria dados sobre o período de renda mínima nem parâmetros em termos internacionais. Os Estados Unidos têm um programa de renda mínima – não saberia dizer exatamente há quantos anos. Mas há, por exemplo, no Brasil, o seguro-desemprego, que não deixa de ser uma renda mínima, que beneficia a pessoa enquanto ela estiver desempregada por volta de oito meses. O período inicial era quatro meses, tendo passado para seis e depois para oito. Nesse caso, dependerá de a renda mínima ser para o desempregado, para o portador de deficiência ou para o idoso – então, haverá de ser permanente. Dependerá da situação do grupo que será atendido. Se o caso for de bolsa-escola, o benefício será concedido enquanto a criança estiver na escola.

Essa questão dos tempos de permanência terá de ser analisada em relação ao objetivo. Mas não podemos pensar na instituição de rendas mínimas permanentes e em pessoas vivendo eternamente às custas de mesadas do Estado, porque, inclusive, essa política – se vista isoladamente – é altamente assistencialista.

Quanto à diferença da distribuição dos programas assistenciais e ao fato de como distingui-los dos promocionais, é verdade que aqueles passam basicamente pela questão da reforma fiscal, no âmbito da tributação. Entendo que teremos – ou não – um bom instrumento de redistribuição de renda, mas é um instrumento básico a ser trabalhado.

Na questão das políticas assistenciais e promocionais, concordo bastante com a Sônia, depende da forma como elas são trabalhadas. Por exemplo, a distribuição de alimentos – uma política clássica, quando se fala em assistência –, isoladamente, pode ser considerada uma política exclusivamente assistencial. Mas como tem sido exemplo, inclusive, de prática realizada no programa de cestas do Prodea* na maioria dos Municípios, esse programa está sendo associado à permanência da criança na escola; à atualização do cartão de vacinação da criança, e, muitas vezes, a programas de capacitação profissional. É a forma de associar a assistência à promoção e impedir que essas medidas sejam complementares, reduzindo o caráter assistencial. E isso

trabalha junto e, a médio e longo prazo, transforma-se no programa promocional.

Todo programa assistencial tem, de fato, que ser acoplado a alguma atividade promocional. Não adianta uma ação isolada de assistência; mas, no bojo de ações integradas e convergentes, ela perde o caráter assistencialista – no sentido pejorativo –, porque assistência é um direito do cidadão, é uma obrigação do Estado e é, inclusive, uma política garantida. Mas é uma política que tem de ser feita de forma a garantir a promoção.

Quanto aos Municípios mais distantes, às vezes, há dificuldade gerencial dos Municípios. É claro que, quando se afirma que os Municípios têm que executar as políticas, não há referência a panacéia alguma. Sabemos que temos dificuldades e que as respostas dos Municípios são diferenciadas, em decorrência da capacidade gerencial, administrativa e da organização da sociedade local. Aliás, um ponto que faz uma grande diferença no sucesso dos programas locais é a participação da comunidade local na execução e no planejamento. Assim, o nível de organização da sociedade local também interfere.

Porém, tem-se que investir na capacitação dos Municípios. E isso não significa apenas o Governo Federal investir no Município; as instâncias estaduais são instrumentos muito importantes de capacitação dos Municípios. A União não pode trabalhar com mais de 5 mil Municípios ou capacitá-los. Esse é um trabalho de rede: a União capacita o Estado, que multiplica para os Municípios, investindo na gestão. Sobre esse tema citamos o programa de apoio administrativo do Ministério da Fazenda aos Municípios, inclusive, ajudando e ensinando os Municípios a arrecadar mais, porque ele pode ser fundamental para a redução da pobreza. Nesse caso, podemos pensar também em consórcios de Municípios.

Penso que respondi os 3 pontos que me foram indagados.

Falarei sobre a questão abordada pelo Senador Djalma Bessa, apesar de S. Ex^a não estar presente. O Sr. Senador chegou quase a sugerir a criação de um Ministério do Bem-Estar Social ou da estrutura paralela, porque sabemos que muitos dos programas existentes têm dificuldades gerenciais. Porém, o próprio Senador Djalma Bessa falou que as políticas de combate à pobreza têm que ser parte integrante das políticas setoriais.

Então, não adianta fazermos um ministério à parte para tratar da questão da pobreza como se, com relação à pobreza, se pudesse dizer: aquele ministério cuida dos pobres; os outros cuidam do resto.

Quer dizer, na hora em que se cria o ministério da pobreza, é como se liberássemos os demais e o problema da pobreza passa a ser com aquele ministério e os recursos da pobreza estão naquele ministério. As dificuldades desse ministério de gerenciar acabam sendo as mesmas, porque são as exigências legais de administrar recursos públicos. E a tendência que observamos é que são máquinas que começam, às vezes, muito pequenas, muito reduzidas e vão crescendo; os programas vão se ampliando, as necessidades burocráticas vão se ampliando e acaba virando mais um paralelo marginal disputando o recurso com os demais e para fazer ações que os outros já estão fazendo.

Entretanto, se se quer criar um orçamento da pobreza, deve-se, primeiro, dimensionar o orçamento da pobreza. Creio que se poderia começar dimensionando: quais são os programas que podem ter impacto na pobreza? De que orçamento ele precisa? Em que poderemos suplementar? Em que medida as suas metas não estão adequadas às necessidades? E quanto precisaríamos aumentar? Poderíamos ter um orçamento desse – de que esse é um orçamento suplementar – um tipo de uma comissão, e não uma estrutura burocrática, leve para definir os critérios de repartição desses recursos entre os diversos programas, e que, aí sim, o programa que está respondendo melhor, que está tendo um impacto melhor, tenha uma suplementação. E, sobretudo, que o Ministério setorial esteja preservando os recursos que já estavam sendo atribuídos àquele programa, para que o orçamento da pobreza não venha amanhã substituir os recursos que já estavam sendo atribuídos àqueles Ministérios. Quer dizer, há um orçamento de compensação aos diversos programas, dando prioridade àqueles que tiverem melhor resultado, acompanhando, uma comissão que acompanhe os resultados, que estude, discuta com as equipes responsáveis a melhor forma de agilizar esses programas. É a famosa agenda básica. Definir uma agenda básica de programas e garantir a prioridade dos recursos, e, então, um acompanhamento sistemático. E esse acompanhamento tem que ser feito, porque também, se os Ministros setoriais – aí é que digo –, se a equipe de governo não tão estiver como um todo comprometida, o recurso cai lá dentro e vai para outra área, e isso é muito difícil de gerenciar. A não ser que seja um comprometimento efetivo de todos, e um comprometimento de que esses recursos serão gerenciados e direcionados exclusivamente para aqueles programas.

Isso é uma forma, quer dizer, quase que um contrato de gestão com os Ministérios, em que os re-

cursos seriam repassados para as demais instâncias com objetivos claros, diretrizes claras e uma estratégia definida e discutida amplamente. É assim que vejo, de um modo geral, como poderiam ser gerenciados e administrados. E obviamente teríamos que pensar mais em que estrutura mínima seria essa, apenas para extrair quem participaria, como seria, vamos dizer assim, o desenho desse grupo, desse conselho, dessa secretaria – não sei que nome; não tenho a pretensão aqui, agora, de dar um nome para essa coisa mínima, que teria que ser mínima –, e não ser responsável diretamente pela execução e a transferência dos recursos, porque, senão, vira burocracia, sem dúvida.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Sr^a Presidente, eu queria uma réplica rápida...

A SRA. ANA MARIA PELIANO – A questão da reforma tributária – só um minutinho, porque esqueci de pegar do Senador Juvêncio. Eu diria – e aí vou discordar um pouco da Sônia – que já fizemos, inclusive, um estudo no IPEA. O IPEA já promoveu o estudo de que a redução do ICMS sobre a cesta básica, por exemplo, tem um impacto, sim, ou pode ter um impacto, sim, na redução dos preços dos alimentos, e, portanto, como sabemos que o custo da cesta de alimentos tem um impacto muito grande no orçamento familiar... Inclusive, ontem à noite, acabei de receber um estudo, que não li – porque foi à noite, oito horas da noite – de um grupo que está terminando um trabalho ainda preliminar sobre o impacto da redução dos tributos, do ICMS, na cesta básica e na renda da população. Isso é para dar apenas um exemplo.

Acredito que a reforma tributária tem que estar pensada como um mecanismo de redistribuição de renda. Não vou fazer uma análise exatamente como ela está; não analisei sob esse prisma. Teria que fazê-lo com muito cuidado. Mas creio que ela tem que ser analisada nesta Casa, por esse prisma, o seu impacto na questão da redistribuição de renda. E penso que a redução dos tributos... E aí digo não como um estudo próprio, porque não sou uma especialista da área, mas analisando, vendo estudos de outros companheiros que fizeram, que mostram. Ou seja, no mínimo, isso tem um debate a ser feito.

O SR. NELSON MARCHEZAN – V. Ex^a me concede a palavra?

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – A Sônia quer falar, depois concederei a palavra a V. Ex^a.

A SRA. SÔNIA ROCHA – É claro que a redução do ICM, a isenção do ICM melhora a renda das famílias mais pobres, porque a participação da alimentação na renda dessas famílias é importante. A questão

é a seguinte: a perda de receita tributária associada aos não-pobres que se beneficiam da isenção é muito maior do que o benefício. Quer dizer, se fosse um outro mecanismo de transferência, talvez fosse mais eficaz. É esse o ponto só. É claro que melhora o nível de renda, a renda real da família.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – A tese que se tem – e também não vou discutir, pois a Sônia é economista, portanto, não vou entrar nessa polêmica – é que há uma sonegação muito grande, há muitos tributos em cima da cesta básica, e, às vezes, reduzindo significativamente esse tributo e aumentando o consumo, poder-se-ia ampliar a arrecadação pelo volume comercializado. Mas não vou entrar nessa polêmica. Estou dizendo, assim tendo em vista o que eu li, não é exatamente uma área que eu domino e em que eu gostaria de entrar na discussão, mas acredito que é uma discussão fundamental a questão tributária para esta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Uma breve observação do Deputado Nelson Marchezan.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Primeiro, creio que o imposto de renda – eu gostaria de discutir muito isso –, quem paga imposto de renda no Brasil é assalariado. Os lucros, de um modo geral, não pagam quase nada, e veja-se o exemplo dos bancos. É doloroso isso: cerca de 40% dos maiores bancos não pagam imposto de renda. Quanto à segunda questão sobre a cesta básica, quero dizer que sou a favor, tanto que apresentei uma emenda nesse sentido, para que pudéssemos considerar na Reforma Tributária a isenção da renda. A cesta básica poderia ajudar não apenas o consumidor como também o próprio pequeno produtor.

Quanto à terceira questão quero fazer uma pergunta muito rápida. As ilustres e brilhantes depoentes poderiam enumerar os programas que distribuem renda no País e o valor gasto, em cada programa, pela União, pelo Governo Federal? Quais são os programas considerados de distribuição de renda?

A SRA. ANA MARIA PELIANO – Direta?

O SR. NELSON MARCHEZAN – É, direta. Quer dizer, por transferência. Por exemplo, a aposentadoria da empregada doméstica que não contribuiu e que foi incluída, a do agricultor. Poderiam citar todos esses programas que existem no Brasil que poderiam ser considerados como distribuição de renda e qual valor aplicado neles?

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – O Deputado fez novamente uma pergunta. Portanto, quero registrar que quebramos um pouco a regra aqui.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Mas essa pergunta surgiu em face do tema. Penso que é um direito meu questionar, ainda que elas abordem outro assunto. A Profª Ana Peliano suscitou programas sobre distribuição de renda. Assim, eu gostaria que ela respondesse a questão indagada anteriormente. Creio que estou dentro do Regimento, da réplica, e dentro do tempo, pois não havia usado todo o tempo no início.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – V. Exª está querendo considerar, por exemplo, os benefícios previdenciários? Hoje, quem estuda a questão da pobreza no meio rural considera os benefícios da Previdência, aposentadoria rural, maiores programas sociais no meio rural. Aquele elenco de programas que trouxemos à baila integra o Programa da Bolsa-Escola. Eu teria os recursos a serem somados.

O SR. NELSON MARCHEZAN – A cesta básica...

A SRA. ANA MARIA PELIANO – A cesta básica pode ser considerada como renda também, como transferência de renda. Ai teríamos que discutir. Seguro-desemprego, por exemplo – não dissemos aqui –, não é obrigatoriamente de pobre, mas poderíamos, sim, identificar critérios. Então, não teríamos que analisar sob esse aspecto. Consideramos todos os programas: crédito, assistência ao idoso.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Não deu para ler.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – Eu tenho a listagem, que poderei passar a V. Exªs. E constam do Orçamento. Aquilo foi só para ilustrar como todos podem convergir para a pobreza. Teríamos, então, que definir os critérios de transferência de renda e o que se quer dizer com isso, se se trata de renda monetária ou indireta. Isso é algo mais complexo. Não disponho desses dados agora. Se integra, nesse caso, a previdência rural, e qual o nível máximo de renda. É um estudo complexo que, sem dúvida nenhuma, seria importante fazer.

A SRA. SÔNIA ROCHA – Apresentei aquele quadro final – não sei se V. Exª estava presente –, que mencionava três programas de transferência de renda. Um é antigo e refere-se à renda mensal vitalícia para os idosos e deficientes. LOAS a partir de 1993. Então, os benefícios provenientes da renda mensal vitalícia e os das LOAS representam o número de beneficiados de um milhão e setecentos mil, um dispêndio de dois bilhões e seiscentos mil. Esse é o maior programa em termos de abrangência de renda para os idosos e deficientes. Há o programa novo de Bolsa-Escola do Governo Federal, que, por enquan-

to, atende a 77 mil famílias, com um dispêndio de 21 milhões/ano.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Esses dados já estão mais atualizados e são melhores. São quase 200 mil famílias e 400 mil crianças, segundo me disse o Ministro Paulo Renato.

A SRA. SÔNIA ROCHA – São dados de junho.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – Para o Orçamento do ano que vem, são 100 milhões.

O SR. NELSON MARCHEZAN – O que é pouquíssimo, no meu entendimento.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – São cem milhões para 210 mil famílias. Isso é para o orçamento do ano que vem.

O SR. NELSON MARCHEZAN – O orçamento deste ano também é de 200 milhões.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – Para o ano 2000. No Orçamento do ano 2000, ele está dentro do Programa de Escola de Qualidade para Todos, Bolsa-Escola Renda Mínima e o Fundo Nacional da Assistência...

O SR. NELSON MARCHEZAN – Se me permite dizer, teria que sustentar os programas deste ano e ampliar. Se para este ano são 100 milhões, para o ano que vem, deveria aumentar. Cem milhões é muito pouco.

A SRA. SÔNIA ROCHA – O dispêndio deste ano está previsto para ser 100 milhões, não é?

A SRA. ANA MARIA PELIANO – Essa é a proposta orçamentária para 2000 que está no Congresso.

A SRA. SÔNIA ROCHA – Ah! Bom. Então, este ano, para junho, eram 21 milhões/ano. O que tinha sido atendido eram 21...

O SR. NELSON MARCHEZAN – Tinha sido comprometido, porque esses programas...

A SRA. SÔNIA ROCHA – Sim, foram aumentados.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Mas há o limite de 100 milhões para este ano.

A SRA. SÔNIA ROCHA – Está certo. E o PET, que é aquele trabalho infantil, 43 milhões, este ano, atendendo a 117 mil beneficiários. Esses dados são de junho. Só isso.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – Se quiser complementar para o Orçamento, para 99, para o idoso, no Fundo da Assistência, é 1 bilhão, 108 milhões e alguns quebrados. E para a pessoa portadora de deficiência, são 2 bilhões, 255 milhões e alguns quebrados. Este é o orçamento proposto aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Passamos a palavra, então, à Deputada Maria Abadia.

A SRA. MARIA ABADIA – Quero deixar meus cumprimentos. Não tive o privilégio de ouvir a Drª Ana, pois tivemos uma reunião extraordinária na Câmara. Mas conheço alguns relatórios. Concordo com o que foi colocado aqui.

Gostaria de começar a minha fala com uma frase sua: "Devíamos pensar nos paradigmas". Creio que todos assistimos, no Bom-Dia, Brasil, ao **mea culpa** do Banco Mundial, reconhecendo a ineficácia dos programas sociais no combate à pobreza.

Esta Comissão tem que começar fazendo esta reflexão e trazendo-a para o nosso País.

Preocupa-me muito, por exemplo, quando vejo o Governador Mário Covas dizer que cada menino da Febem custa R\$1.700,00. E vemos o que está acontecendo naquela instituição. Ora, alguma coisa está errada: ou é a política, ou é o gerenciamento, ou o acompanhamento, ou a falta de sintonia da sociedade com o Estado. Não tem cabimento. Vemos o embate dos pais com o Governador. A sociedade brasileira está assistindo a isso sem alternativas. Alguma coisa está errada.

Outro assunto me preocupa. Passei os olhos no PPA e notei, por exemplo, que há mais recursos para auditoria do que para programas da infância e do adolescente. É uma preocupação que coloco para a nossa Comissão. Devemos assegurar um orçamento maior para o combate à pobreza e o atendimento dessas questões sociais.

Fiquei também muito impressionada quando a Drª Sônia apresentou a questão da mulher. Ora, é um problema. Poucos programas têm focado a questão da mulher.

Ela informa que 32% das mulheres, em São Paulo, são chefes de família. Li um dia desses – até fiquei meio revoltada – um artigo culpando as mulheres pela pobreza do mundo, jogando-lhes a responsabilidade sobre os ombros. Por quê? Porque as mulheres saíram de casa para trabalhar, não olharam os filhos e a violência e a pobreza aumentaram.

De certa forma, põe a culpa da pobreza do mundo no fato de as mulheres terem saído de casa para trabalhar abandonando a família.

A reportagem é realmente dúbia; é incrível. Agora, ouço que 32% das mulheres de São Paulo são chefes de família.

A SRA. SÔNIA ROCHA – Trinta e três por cento das chefes pobres são mulheres.

A SRA. MARIA ABADIA – Pois é. Esse percentual da pobreza é constituído de mulheres. E o Nordeste está com 17%. Geralmente a média de filhos por família no Nordeste é de cinco e, nas periferias de São Paulo e Rio, de três. Isso é um alerta. Será que

estamos esquecendo um apoio, um fortalecimento a programas para as mães, para as mulheres? Essa é a questão que trago à Comissão.

Será que não é hora de criarmos um programa? Veja bem: a mãe que ganha um salário mínimo abandona os filhos. Daí decorre todo o problema da desnutrição, de a criança sair para as ruas. Começa, então, um processo de abandono e de exclusão. Se houvesse um programa de fortalecimento para as mulheres, com creches e educação... A grande responsabilidade desta Comissão é vincular a educação ao nosso programa, porque o que há de inovador e de revolucionário é a educação.

E a questão da renda mínima? Que a renda mínima não seja apenas essa distribuída para a pobreza, na qual, quando fizermos a avaliação, vamos constatar o que vimos com os programas do leite: o pai pegava o tiquete do leite e trocava por cachaça, e a família não comia, continuava pobre e ele ainda batia na mulher e nos filhos.

O SR. PEDRO SIMON – A informação que tenho é de que esse número era insignificante.

A SRA. MARIA ABADIA – Pois é, mas acontece, mas acontecia.

O SR. PEDRO SIMON – Gostaria apenas de dizer algo que me parece muito importante: a informação que tenho é que, pelos levantamentos feitos na distribuição de leite para o Governo Federal, o número da troca por cachaça era insignificante.

A SRA. MARIA ABADIA – É, mas em Brasília é alto. Tenho esse dado, posso passá-lo a V. Exª. Nós acompanhamos. É alto, muito alto.

O importante é vincular a renda mínima a programas com apoio institucional. É uma obrigação desta Comissão criar a renda mínima. Tenho medo de que apenas se faça a renda mínima e não haja um acompanhamento, uma avaliação e uma estrutura de apoio.

Foi abordada aqui, por exemplo, a necessidade da qualificação e requalificação da mão-de-obra, quando a senhora fala de emprego. Isso é muito importante porque, às vezes, um programa só não é suficiente para integrar uma família já desintegrada, excluída, na qual haja o problema do alcoolismo, da violência, da droga, da prostituição.

O meu pronunciamento tem essencialmente a preocupação em algo maior para as mulheres. Acredito que, se sair daqui um programa, uma proposta de fortalecimento, possa haver um movimento, talvez consigamos uma melhoria em mais curto tempo do que ficar discutindo programas que, como sabe-

mos e foi bem discutido aqui, são desintegrados, famílias recebendo o mesmo benefício sem nenhum acompanhamento. Isso existe muito aqui pelo menos. Esse diagnóstico dos excluídos do Distrito Federal eu tenho, porque sou uma assistente social e sempre fui de comunidades excluídas, de favelas. Isso me preocupa muito. É preciso considerar a criação de programas que estejam de acordo com a realidade das pessoas.

Eu me lembro do INAM, quando eles distribuíam aquela sopa na cidade em que eu era Prefeita, as pessoas davam para os cães aquela refeição, e as crianças se negavam a comê-la, porque o cheiro e o sabor eram tão diferentes...

A SRA. SÔNIA ROCHA – Era a LBA.

A SRA. MARIA ABADIA – Não me lembro. Mas sei que eram uns pacotinhos que recebíamos para dar. Não houve nenhuma orientação, e eles passavam aquele pó na água para tomar. E não era isso. Era uma coisa desvinculada de um programa de apoio, que inclui educação e a chamada responsabilidade. Vemos muito isso.

Estamos discutindo o Estatuto da Criança e do Adolescente, e há leis sendo formuladas com a intenção de diminuir a idade de responsabilidade, o que é um absurdo. Na verdade, o Estatuto não foi cumprido, não houve treinamento e não foi dada a chamada responsabilidade a que o Estatuto se refere. Há uma idéia de impunidade, e hoje a sociedade quer a diminuição da idade de responsabilidade. Tenho medo de um plebiscito. Recebemos opiniões acerca de providências a serem tomadas para se mudar o Estatuto. Isso acontece em função de uma inoperância, de uma falta de divulgação e de cobrança daquilo que está escrito.

Essa é a minha preocupação. Deixo registrada a necessidade de apoio a programas para mães e mulheres no País.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Concedo a palavra à Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA – Registro, inicialmente, o meu respeito e a minha admiração pelas Dr^{as} Ana Peliano e Sônia Rocha. Foi muito importante o debate desta manhã. Como a Dr^a Ana Peliano disse que radicalizou, não com o seu brilho, mas entrarei nesse debate.

Concordo integralmente com os dados apresentados, com a complexidade no chamado desenho da pobreza, com a necessidade de ações sintonizadas, com a rede de parcerias, com a flexibilidade para que o planejamento não seja de mão única, com a neces-

sidade da racionalidade gerencial. Afirmo desde logo que não sou pessimista. Como nordestina, teria todas as motivações para ser pessimista, porque o debate secular da seca e a elite política e econômica incompetente, cínica, insensível e fracassada fazem com que nós, nordestinos, sejamos pessimistas. Mas, como hoje sou Senadora da República, mesmo nascendo em uma dessas famílias miseráveis e estudadas, tenho a obrigação de ter esperança sempre, apesar de agüentar essa cantilena, esse discurso histórico da miséria, dos filhinhos pobres, rejeitados do Nordeste.

Entendo completamente o que disseram as Dr^{as} Ana Peliano e Sônia Rocha sobre a necessidade de discutirmos um modelo econômico, um modelo de desenvolvimento econômico e social, e não penduricalhos de uma ou de outra área ditos como viabilizadores para a pobreza. Entretanto, não acredito nesse Governo. Não acho que o debate seja orçamentário, embora devesse ser se estivéssemos num Governo sério, mas o Governo constrói um superávit primário simplesmente matando as pessoas. Quando se diz que vai cortar as políticas sociais e protecionistas, as pessoas que vão para a marginalidade, para o alcoolismo como um último refúgio, as vítimas da mortalidade infantil, as famílias que são desestruturadas, todos não são recompostos num passe de mágica, quando o Governo, no final do ano, diz que vai soltar.

Essa conversa de Banco Mundial, de Fundo Monetário Internacional, de fazer uma reciclagem internacional, quando todos já sabiam disso; pois há muito tempo isso já foi discutido, não me comove nem um pouco. O Fundo Monetário Internacional, agora, diz que não mandou cortar a cesta básica. E o Presidente diz que a culpa foi do outro Ministro da Agricultura, que, por sua vez, mostra um papel que o inocenta. O Senador Pedro Simon, ontem, mostrou trezentos papéis, enviados desde fevereiro, relacionados com a preocupação com a cesta básica, e um ficou mandando para outro, sem resolver o problema.

Enquanto isso, nossos irmãos nordestinos fazem caldo de folha de manga porque a palma secou tanto e envergonhou que não dá nem para comer, não é suculenta mais para comer. Está comprometendo, inclusive, as frutas, porque é até uma fruta que se come. Eu comi quando era criança. Deglute-se muito bem, porque as sementes da fruta da palma descem muito bem pelo esôfago e não são tão ruins, não são amargas. Talvez não tenham gosto de absolutamente nada.

Esse debate demonstra insensibilidade, incompetência. Não acredito. Essa história de que passa

pelo modelo econômico, pela inserção não-subserviente da globalização... Se se cumprisse, pelo menos, o que está na Constituição, que diz que é requisito irrenunciável para a política econômica a soberania nacional, se se fizesse pelo menos isso; se se fizesse a reforma agrária, não só com distribuição de terra, mas de renda e poder... O que existe hoje é favela rural. A fim de não levar as favelas para as grandes cidades, estão-se criando verdadeiras e gigantescas favelas rurais com o nome de assentamentos.

A mesma coisa é o Pronaf. O programa de apoio ao pequeno produtor rural não tem absolutamente nada. Começou a ser liberado na semana passada, uma coisa vergonhosa. Então, faz-se de conta que se assenta, e, ao mesmo tempo, milhares de pequenos produtores estão também deixando o campo. É uma contabilidade dolorosa. Sem incentivo aos parques produtivos, a economia nacional não é absolutamente nada. Fica difícil acreditar que o Governo Federal — esse Governo Federal — possa incorporar isso que V. S^{as} disseram, que é de fundamental importância.

Será que não poderíamos, pelo menos, trabalhar em duas áreas, do ponto de vista das políticas sociais: educação e saúde? Embora a educação e a saúde sejam consideradas universalizadas, não o são. É uma gigantesca mentira nacional dizer que elas são universalizadas. Não o são. Se fossem universalizadas, com certeza os indicadores sociais não seriam tão aberrantes, independentemente de quais indicadores possamos utilizar.

Se, na área da educação, há o serviço de creche, parte-se do pressuposto de que se estabelece uma relação entre os servidores da creche e a família; de que há um mínimo de acompanhamento; de que a criança tem uma alimentação diária; se há articulação com o serviço de saúde, de que se pode ter acesso ao serviço de imunização. Hoje, no serviço de saúde, não se pode falar em medicina preventiva; isso é conversa. Hoje, o perfil epidemiológico da nossa sociedade é de tanta gravidade, que temos de discutir a porta de entrada do sistema, os serviços básicos, os serviços essenciais e a complexidade do setor curativo. Antigamente fazíamos esse debate, Senador Eduardo Suplicy, de que enfarte é doença de rico e que doença de pobre é tuberculose. Mentira! Hoje, os pobres estão tendo a mais cruel e dolorosa associação do perfil epidemiológico. Continuam morrendo de tuberculose, de diarreia, de insuficiência respiratória aguda, e são os mesmos. E, como a porta de entrada no sistema não funciona para tratar hipertensão leve, eles são os cardíacos e as vítimas das doenças crônico-degenerativas também. Então, por que não traba-

lhamos nas duas áreas, garantindo a universalização da educação e da saúde?

Pelo amor de Deus, precisamos ter respeito pelo setor saúde. Respeito significa qualificação de recursos humanos, a questão salarial, a ousadia de discutir o financiamento do setor saúde também. Todos nós sabemos.

Deputado Nelson Marchezan, o fato de uma criança, às vésperas do ano 2000, morrer de choque hipovolêmico por causa de uma diarreia é uma vergonha. Se, em cada posto de saúde, uma criança que chegasse com sinal de diarreia ou de insuficiência respiratória — mesmo que os sintomas não estivessem caracterizados nos programas oficiais como de insuficiência respiratória aguda — fosse observada; se se garantisse a observação de alguém do posto de saúde ou o toque — de qualquer pessoa, nem precisaria ser o médico; se se garantisse o atendimento... No outro dia, poder-se-ia ir até a casa para saber o que aconteceu e iniciar-se-ia um tratamento que é tão medíocre, tão simplório...

O SR. NELSON MARCHEZAN — Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA — Pois não.

O SR. NELSON MARCHEZAN — Senadora, estou ouvindo V. Ex^a com encantamento, mas, neste ponto, penso que o Governo Federal tem o PAB, o Programa de Atenções Básicas, que socorre todos os Municípios brasileiros com recursos de R\$10,00 a R\$18,00 **per capita** e que permite fazer esse atendimento básico, socorrendo, inclusive, com vermífugos, suplementação alimentar, programas vitamínicos e protéicos. Se não está acontecendo isso no Brasil, eu diria que é por falta de iniciativa dos Municípios ou por outro fator. São investidos mais de dois bilhões nessa área, e é um dos programas mais extraordinários. Concordo com tudo que V. Ex^a está dizendo em matéria de educação, mas, neste ponto, deveríamos cobrar responsabilidade.

A SRA. HELOISA HELENA — Cobrar responsabilidade. Talvez seja por esse motivo que haverá mais investimento em auditoria. Se esse programa fosse viabilizado nos municípios, as pessoas não estariam tomando caldo de folha de manga. Efetivamente, se isso fosse viabilizado nos municípios, o quadro não seria tão terrível. Sempre digo que não é por falta de proposta.

Temos a legislação de saúde mais avançada do mundo, e um gigantesco abismo entre o que está no papel e o que está na legislação e a realidade de vida de milhares de pessoas.

Não acredito no Governo. Entendo, Dr^a Ana e Dr^a Sônia, a complexidade estabelecida sobre a pobreza, mas também entendo que, se fizermos isso, vamos garantir a universalidade da educação e da saúde. A política de renda mínima é uma medida de fundamental importância. Não apenas por uma solidariedade pessoal que tenho obrigação de ter com os meus iguais, mas até do ponto de vista de dinamização local, de geração de emprego e renda, de possibilidades que possam gerar com a descentralização, com o máximo de superação possível dos intermediários, em relação ao repasse direto da renda mínima para a grande maioria da população.

Creio que poderíamos discutir esse programa ao mesmo tempo que discutimos outras assuntos, a tempo de aprimorarmos o desenho e darmos conta da complexidade de todo esse quadro. Vamos universalizar, garantir a simplória obrigação constitucional da educação, da saúde e vamos discutir uma política de renda mínima.

É um absurdo ficarmos falando em valores. Só agora o Senado da República, na próxima semana, votará mais uma das propagandas enganosas do Governo Federal, os 2.2 bilhões que vieram na mensagem dizendo que era rede de proteção social. Mas, ainda bem, o Ministro do Orçamento veio aqui e desmentiu a mensagem, porque disse que realmente será utilizado para "manter a credibilidade e reservas cambiais". Portanto, deixará dólar em caixa para seduzir os agiotas internacionais e pagar a nossa dívida externa.

Já que o projeto não transforma esse valor em reais, porque o dinheiro tem que ficar lá em dólar para pagar os piratas internacionais, se transformássemos os R\$4 bilhões, conseguiríamos atender aos oito milhões de pobres dos dez milhões trabalhados pelo IPEA. Vejam que com um único projeto poderíamos atender com o programa de renda mínima, mesmo com a proposta pífia de R\$15 do Governo Federal, oito milhões de famílias, um milhão e meio de crianças que vivem do trabalho infantil hoje no Brasil. Este dado não é meu, mas do IPEA: 8,6% das crianças brasileiras trabalham.

Não tem coisa que me irrite mais do que falar em trabalho penoso para a criança. Trabalho penoso não é só aquele em que a pessoa está comendo agrotóxico ou tendo as mãos decepadas pelas foices dos canaviais. Para a criança, trabalho é sempre exaustivo. Ver a criança em um sinal vendendo um drops o dia todo, ficar o dia todo no sol, esperando que alguém dê uma migalha ou compre um drops, é mais fácil ir para marginalidade. Depois, reclamamos de

que a menina está indo para as drogas, para a marginalidade, como se fosse fácil.

Meu referencial é o que quero para meu filho. Se não quero que o meu filho fique o dia todo no sinal, não posso admitir que uma criança fique.

Então, gostaria de que as senhoras façam considerações em relação a duas áreas de política social: garantir a universalidade e estabelecer uma política, como a da renda mínima, para possibilitar, pelo menos, a sobrevivência anátomo-fisiológica das pessoas, enquanto construímos um Brasil diferente.

A SRA. PRESIDENTE (Maria Silva) – Também estou inscrita. Portanto, formamos um bloco apenas de mulheres. Não posso deixar a Vice-Presidência, mas faz parte da dinâmica do trabalho, inclusive, pelo que entendo da Comissão, o Relator e o Presidente poderiam interferir a qualquer momento. Para respeitar os colegas, preferi me inscrever. Então, estou de acordo com a dinâmica do trabalho.

Um dos aspectos que achei interessante na exposição da Ana Maria e da Sônia, foi a constatação de que a hegemonia completa não existe absolutamente em nenhum lugar. Já estiveram aqui vários técnicos do IPEA. Pudemos observar que os técnicos do IPEA têm posicionamentos diferenciados em relação às suas abordagens com relação ao problema da pobreza. Dessas abordagens diferenciadas, pude identificar algumas.

Antes de entrar no detalhe dessa abordagem diferenciada, gostaria de fazer uma breve observação – e já coloco aqui o Deputado Nelson Marchezan, pois estamos num jogo de disciplina. O meu tempo é de 5 minutos, e V. Ex^a controla o meu tempo, levanta a mão quando completar os 5 minutos para me ajudar.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Por mim, V. Ex^a pode falar a tarde inteira.

A SR^a. PRESIDENTE (Marina Silva) – Então, peço outro que seja rigoroso com a disciplina que o faça.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Pela ordem.

Para que V. Ex^a possa fazer a arguição com total isenção, sugiro que convide para presidir, neste momento, o Senador mais idoso, pois isso é regimental.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Acho que faz parte, não é uma CPI.

O SR. NELSON MARCHEZAN – Vou descontar esse tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Penso que as abordagens diferenciadas nos levam a um entendimento primeiro. É muito difícil e impossível darmos conta das diversas facetas da realidade. A pobreza é uma realidade. E cada pessoa, cada pesquisador, cada técnico, aborda determinada faceta. Tal-

vez, o ensinamento que fique para todos nós é que, ao sermos capazes de fazermos uma junção dos mais diferentes acúmulos, possamos chegar a um consenso para termos uma proposta de erradicação da pobreza.

Na Amazônia, trabalhos com um conceito bem recente de diversificação e modernização da economia. No caso da pobreza, a idéia da diversificação das políticas também é atual, tanto é que não temos como atuar numa única frente: só a bolsa-escola, só sacolão, só renda mínima, seja lá o que for.

Identifiquei uma divergência com relação ao exposto pela Dr^a Sônia. Por exemplo, na sua abordagem, na sua exposição, a senhora disse – corrija-me se eu estiver errada – que uma das orientações básicas de política de combate à pobreza seria ações de curto prazo sobre o mercado de trabalho. O seu colega, Ricardo Paz de Barros, em exposição feita aqui, disse-nos que o crescimento econômico puro e simplesmente não levaria a uma diminuição da pobreza, uma vez que teríamos problema de focalização. Esse já foi um aspecto.

Posteriormente, gostaria que você, Sônia, comentasse essas questões, porque acho que elas são enriquecedoras. Não no sentido de colocarmos um ponto de vista em contraposição a outro, mas com o objetivo de vermos a síntese resultante disso.

Talvez esteja sendo injusta com a Sônia e com a Ana, talvez por conhecer a Ana já há algum tempo, por ter tido a oportunidade de trabalhar com ela, inclusive no Programa Amazônia Solidária. Quero aqui registrar todo esforço que ela empreendeu para a criação desse programa. Infelizmente, ao fim e ao cabo, nos deparamos com um problema: os recursos para a viabilização do programa até hoje vêm com uma rubrica de R\$50 mil, quando deveria, no mínimo, ter uma rubrica no valor de R\$11 milhões, uma vez que esse programa tem um alcance social fantástico, do ponto de vista econômico, social e ambiental para toda Amazônia. Todavia, quero ressaltar aqui que, graças ao seu esforço, esse programa continua até hoje, mesmo que a cada ano tenhamos que brigar, no Congresso Nacional, por uma suplementação de verba.

Faço a primeira pergunta à Ana. O IPEA acaba de apresentar ao País dados, que considero estardalhos, sobre a distribuição de renda. Se observados os anos de 1960, 1970, 1980, 1990 e 1998, temos que os 20% mais ricos ficam com nada menos que 64% da renda nacional – isso se estabilizou na década de 70 – enquanto 50% dos mais pobres vêm sua participação declinar de 18% na renda nacional

para 11,2% na renda nacional. Esses também são dados de 98.

A senhora, como uma pessoa que teve uma larga experiência frente ao Programa Comunidade Solidária, considera que o **locus** privilegiado para o enfrentamento sistemático e definitivo do quadro apresentado é uma programa tipo comunidade solidária?

De acordo com sua larga experiência frente ao Programa Comunidade Solidária, como este se posiciona diante da imensa defasagem entre público alvo e as metas?

Uma outra pergunta – e aqui vai um pouco da divergência que encontramos naquele que seria o parceiro para operar com a sociedade. O Sr. Milton Seligman, que foi Secretário-Executivo do Programa Comunidade Solidária, acredita que “O DNA da questão social não está no Orçamento, mas no trabalho articulado das três esferas do Governo, entidades privadas e representantes da sociedade civil”. Eu gostaria de saber o posicionamento de V. S^a com relação a essa questão.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – Com relação à população?

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Entre esses diversos segmentos.

E, ainda, a Secretária de Assistência Social, Vanda Engels, quando veio à Comissão de Assuntos Sociais, a convite da Senadora Heloisa Helena, fez também o seguinte comentário: “O mal uso dos recursos financeiros e a fragmentação das ações e a inconsistência na implantação dos programas são, na sua opinião, aquilo que mais tem prejudicado qualquer política social.” E nós tivemos aqui a observação feita por V. S^a de que não basta ter o Orçamento e dizer: com trinta e tantos milhões acaba-se a pobreza – porque se observam questões dessa natureza.

A experiência que nós estamos tendo aqui na Comissão nos está levando – e eu estou muito feliz em ouvir dos mais diferentes expositores de um certo dia para cá – a idéia de um Orçamento social. Porque nós falamos em Orçamento para a saúde, para a educação, e essa idéia vaga, que acaba também sendo um orçamento social, de certa forma fica circunscrita a um determinado campo da área de ação de Governo.

Se pensarmos a idéia de um Orçamento social cujo volume de recursos – vou usar aqui, hipoteticamente, o número dado pelo ex-Governador Cristovam Buarque – de R\$36 bilhões para investimentos em áreas muito determinadas: saúde, educação, reforma agrária, programas emergenciais de cestas, todos os programas necessários para que se combata

a pobreza, segundo ele, isso seria suficiente para termos uma política em termos de recursos eficiente de combate à pobreza.

Se, ao lado de tudo isso, fizéssemos uma grande mobilização da sociedade para que essa sociedade pudesse se comportar como parceira das instituições, o resultado, eu acredito, pode ser outro pelo seguinte: o que nós temos são políticas pulverizadas de assistência social. Nós não temos um terreno no qual nós estabelecemos as políticas pontuais, sabendo para que eixos estamos caminhando. O problema, do meu ponto de vista, é a falta desse eixo condutor. Com esse eixo condutor é possível ao Governo trabalhar com parcerias. Porque não se consegue ser parceiro de quem não sabe para onde quer ir.

Então, eu acho que o grande acúmulo desta Comissão é pensarmos a idéia de um orçamento social, pensarmos em política da questão social e, a partir daí, termos um componente de mobilização da sociedade junto às instituições.

Eu concordo inteiramente com a idéia de que não se deve ter um Ministério dos Pobres, assim como eu acho que meio ambiente e pobreza não podem ser tratados num canto isolado. Meio e ambiente e pobreza têm que estar em todos os Ministérios, senão o Ministério da Fazenda sai fazendo uma loucura e a ambulância dos pobres vai correndo atrás; o Ministério do Planejamento sai construindo estradas, rodovias, acaba com os rios, e o Ministério do Meio Ambiente vai com uma ambulância correndo atrás. As duas questões devem ter um articulador de política social, que pode permanecer em um canto, com um técnico, com pessoas específicas para trabalhar a questão. Mas ele tem que estar trabalhando articuladamente, de forma respeitosa, dentro dos outros ministérios.

Sei muito bem como Planejamento, como Fazenda, como outros Ministérios tratam as duas questões. São as observações que faço. As perguntas que fiz foram para obter elementos para produzir esta síntese.

Bem, agora o comentário da Sr^a Ana Maria e, posteriormente, o da Sr^a Sônia.

Peço desculpas ao Plenário. Ninguém me admoestou.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – Responderei às perguntas da Deputada Maria Abadia, que começou questionando a eficiência na gestão e deu o exemplo da Febem de São Paulo: Um exemplo muito bom, mas que mostra que o gerenciamento não está no âmbito da União. Está no âmbito dos Estados e, em alguns casos, do Município. O que eu dizia, sobre questão, é que temos que prestar muita atenção, pois

quando falamos em melhorar os desenhos de gestão, estamos pensando em Estados e Municípios. Não exatamente na União, que deveria transferir recursos, premiando gestões mais exitosas. É nesse sentido que falo em inovações. Temos muito o que fazer, temos muito o que melhorar. Mas temos que pensar em que instância a gestão se encontra.

O apoio à mulher, acredito, deve ser dado, sem dúvida, sobretudo na área da educação. Ou seja, no sentido de capacitar a mulher. Houve uma época em que se pensou em complementar a renda apenas de famílias chefiadas por mulheres. Eu dizia que a mulher que tivesse um mau marido poderia trocá-lo por um tíquete. Era uma renda que poderia desestruturar a família mais do que ajudar. A educação, não, porque é interna à mulher, é algo que ninguém tira dela. É a capacitação. E sabemos que o nível de desnutrição da criança varia enormemente, inclusive no mesmo nível de renda, de acordo com a educação da mãe. Se há creche para a criança, há a possibilidade de a mãe se inserir no mercado de trabalho. Acredito que devemos pensar na mulher sim, mas com cuidado. A educação, sem dúvida, é o grande eixo, como a creche e a saúde da mulher, que também são fundamentais.

Com relação à troca do tíquete, creio que pode ter ocorrido e ocorreu. Sobretudo quando se discute em lugar de alimentos dar tíquetes. Um dos argumentos é o de que o tíquete pode ser trocado mais facilmente por uma renda não alimentar.

Tenho outras críticas ao tíquete **vis-à-vis** o alimento. Mas não essa. Penso que condenar a trocar o tíquete pelo recurso inclui sempre o deságio. É melhor dar o recurso, pois o tíquete sempre é trocado com deságio. É mais ou menos como dizer: não daremos mais renda, porque comprarão cachaça em vez de alimento. Temos que ter cuidado com esse argumento, porque podem trocar o tíquete por renda. Na realidade, ele é transformado em dinheiro e aplicado. Só que é transformado com deságio. Creio que devemos observar melhor a questão da troca do tíquete. Mas também não é um fenômeno tão generalizado. Eu teria outras críticas ao tíquete – não o relacionado à alimentação do trabalhador – para a população, por exemplo, de crianças e gestantes. E não necessariamente à troca.

Com relação à sopa, era a LBA. O INAN fornecia arroz e feijão e a crítica era a de que o feijão não cozinhava. Foi uma grande batalha para saber quem forneceria a sopa, porque meia dúzia de empresas... Bem, é uma outra conversa que posso levar a longo termo porque acompanhei bem de perto.

A Senadora Heloisa Helena perguntou por que não pegarmos educação e saúde. Tentamos mostrar aqui a complexidade da questão. Não podemos nos limitar apenas ao setor de educação ou ao setor de saúde. O binômio saúde/educação já melhora. E eu acrescentaria: mas se quiséssemos adotar uma agenda mínima, teríamos que definir a agenda. Vamos adotar pelo menos uma agenda mínima. A saúde não pode estar desvinculada do saneamento, da água e da alimentação, para começar a pensar o que estamos falando de saúde e o que estamos falando de educação, porque elas têm que ser mais ampliadas.

Numa avaliação que o IBAM fez do município do Comunidade Solidária, uma pesquisadora disse que chegou de um município e falou: "O que vi lá foi o seguinte: taxa de mortalidade baixíssima, porque as famílias estavam sendo atendidas pelo agente comunitário de saúde; toda criança na escola; a cidade limpa; taxa de desnutrição caindo; e abastecimento de água chegando às residências. Agora, uma pobreza!" Ela até falou: "Tive a impressão de que estava chegando em Cuba; mas, pelo menos, uma pobreza com os mínimos garantidos. É diferente de uma pobreza onde o lixo está nas ruas; onde não tem esgoto; onde não tem água; onde não tem eletricidade; onde está todo mundo fora da escola; onde não se tem acesso ao serviço mínimo de saúde".

Então, acho que é como um exercício de uma agenda mínima, mas tendo clareza que ela tem que estar inserida nas políticas setoriais. É como se pensássemos que o foco é mínimo, mas ele vai crescendo e tem que atingir o conjunto dos setores, porque, senão, é limitado, sim. Agora, acho que dá para trabalhar em cima de uma agenda mínima, até porque, como disse a Senadora Marina, se não tivermos um eixo condutor e não soubermos em cima de que estamos trabalhando, não articulamos nada, nem parceiros nem grupos; é preciso ter muito claro o eixo condutor. E se a Comissão optar por começar pelo mínimo, pelo mais essencial, diria que saúde, no sentido ampliado, e educação, no sentido ampliado, guardadas as ressalvas, que é o básico para sairmos daquelas questões indignas, vamos dizer assim, de vida, poderia ser um começo, mas não esgota a questão e não podemos ter essa ilusão, porque estaríamos diminuindo um problema que não deve ser diminuído.

A Senadora Marina levantou a questão da suplementação de verbas. Obviamente que a gente identifica que, na questão da suplementação de verbas, sobretudo num programa como foi o Amazônia Solidária, nós, do Comunidade Solidária, tivemos um papel muito mais importante de articular as diversas parcerias, de definir o que fazer; mas o seu papel para definir o recurso foi muito mais importante. Ou seja, na hora da definição dos recursos, o problema é

mais muito amplo do que uma solução técnica ou até mesmo uma articulação que possa ser feita.

A proposta do Comunidade Solidária daria conta de equacionar o problema da distribuição da renda? Não. O problema do Comunidade Solidária, eu diria, é que foi pensado para erradicar ou para enfrentar a fome e a miséria, que são coisas diferentes da distribuição de renda. Então, quando chegou do município e me disse que lá estavam equacionadas as ações de saúde, de saneamento, de alimentação, de limpeza urbana, e que a cidade estava limpa, com alguma ocupação, ainda que com baixa remuneração, eu diria que, do âmbito do Comunidade Solidária, o objetivo estava alcançado. Se aquilo redistribui renda? Não. Aí a redistribuição de renda é um outro processo diferente deste. O projeto do Comunidade Solidária, e essa foi a sua proposta, é erradicar a miséria e fome.

Quando a Senadora Marina levanta a questão do público alvo e das metas, este foi inclusive um resultado da avaliação que o IBAM fez em relação ao Comunidade Solidária.

De fato, uma limitação é que os recursos ainda não foram suficientes até mesmo para garantir esses mínimos. Conseguimos avançar muito, articulamos, tivemos melhorias em desenhos, mas não conseguimos universalizar naquelas regiões mais carentes até mesmo esses programas básicos. Então, acho que o DNA está no Orçamento, também, e na articulação.

Sem dúvida, todo o nosso esforço foi de articulação e acho que com muito sucesso. Mas não adianta termos todos articulados, sem termos os recursos. É claro que, com todos articulados, temos muito mais chances de ampliarmos os recursos, sobretudo se articulados com a iniciativa privada, mas não será suficiente uma belíssima rede. Mesmo porque, se você estrutura a rede, se mobiliza as pessoas, e depois os recursos não saem, e nós acompanhamos, isso pode prejudicar todo um esforço de articulação de rede, gerando descrédito. Quando você estrutura uma rede, você deve ter garantias. É preciso que haja um compromisso por parte de todos e que cada um cumpra a sua parte, inclusive a da liberação dos recursos.

Quanto à fragmentação de recursos, que foi usada aqui pela Secretária de Assistência Social, penso que esse é um problema sim! Um pouquinho vai para cá, um pouquinho vai para lá! Há programas com recursos aqui, com recursos lá, com recursos acolá. É um pinga-pinga! De fato, já melhoramos nesse aspecto, mas ainda temos muito a avançar nessa direção.

Superposição e fragmentação traz resultados. Há coisas que resolvemos de uma vez ou não resolvemos. Por exemplo, destinar uma pequena verba de esgoto para um pequeno município pode ser pior,

porque será feita uma obra pela metade e talvez o esgoto seja jogado no rio, já que não há recurso para fazer a obra completa. Amanhã, será preciso o triplo daquele recurso para resolver o problema da poluição local.

Então, há problemas que devem ser resolvidos. Não adianta ficar dando um pouquinho de recurso! Daí há a concentração em alguns eixos, a focalização em alguns pontos. Resolvemos aqui, depois resolvemos lá. Vamos por partes, se não pudermos resolver todos os problemas. Mas a fragmentação de recursos e a superposição na questão do gerenciamento das políticas públicas são, de fato, problemas seriíssimos.

Penso que os recursos devem ser dimensionados. Precisamos analisar os programas, como podemos melhorá-los. Talvez até seja preciso também fazer o orçamento – não sei se o social, porque penso que o social é universal – de combate à pobreza, porque ele é o mais dirigido. Dentro das políticas sociais, ele deverá ser dirigido para aqueles programas. Privilegiar e premiar os mais eficientes e os de maior impacto é um bom caminho, partindo de uma agenda que possa ser considerada uma agenda mínima, que vai sendo ampliada sempre com a perspectiva do maior, para não empobrecermos a questão.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Concedo a palavra a Sônia.

A SRA. SÔNIA ROCHA – Muito obrigada. Queria começar pela questão do crescimento econômico, explicitando um pouco a questão apresentada pela Senadora Marina Silva.

Há consenso no sentido de que crescimento econômico é importante. Ele não é a panacéia: Na década de 70, o forte crescimento econômico reduziu drasticamente a pobreza. Mas fiz questão de enfatizar aqui que se, ao mesmo tempo em que tivemos um crescimento econômico forte, tivesse ocorrido também uma melhoria distributiva – o que não houve; houve um agravamento do distributivo –, os ganhos em termos de redução da pobreza teriam sido muito mais acentuados do que foram. Quando se cresce, é fácil imaginar que pode haver piores distributivas sem que as pessoas percebam, na medida em que todos podem estar ganhando. Mas, às vezes, quem está ganhando mais não são os pobres. Essa questão dá ênfase distributiva é importante por causa disso.

Na década de 70, todos ficaram satisfeitos, porque o aumento do bolo – falamos da teoria do bolo – foi tão forte, que todos ganharam. Mas houve agravamento distributivo sim, e ele não se resolveu sozinho depois.

No período de estagnação da década de 80, houve agravamento distributivo e estagnação do nível de renda. Então, houve progresso em termos de redução da pobreza absoluta, e, ao mesmo tempo, houve agravamento de pobreza pelos mecanismos de inflação e de desigualdade da educação, que não foram resolvidos. Ao contrário, agravaram-se esses problemas, na medida em que, durante toda a década de 80, não houve política educacional que pudesse atuar na direção de reduzir desigualdades.

Na política educacional, gastou-se muito dinheiro. Não faltaram recursos para a educação. De uma certa maneira, houve aumento do número de escolas; as crianças freqüentavam as escolas. Mas, se tivéssemos condições de mensurar, para o mesmo nível de escolarização, a capacitação das pessoas que atingiram aquele nível entre mais pobres e menos pobres, certamente teríamos visto que a escola operou no sentido da desigualdade durante toda a década de 80. O aumento da escolarização não operou no sentido de melhorar o equipamento de cada pessoa para a mobilidade social e redução da pobreza num segundo momento.

A questão de o crescimento econômico não ser solução única se deve ao fato de a desigualdade ser enorme. Se pudessemos fazer uma distribuição de renda com crescimento zero, estaríamos resolvendo o problema da pobreza. Mas é claro também que, sem crescimento ou mudanças estruturais, os ajustes de renda entre grupos ficam muito mais complexos e complicados.

Então, do ponto de vista teórico rigoroso, embora eu possa não ter crescimento nenhum, como distribuir? O problema é como resolver o problema da distribuição de renda. Existem, certamente, coisas em que não se pode mexer, como os direitos adquiridos, que mencionei ainda há pouco, os valores das aposentadorias, enfim, mecanismos diversos incorporados nessa desigualdade. Nisso não se pode mexer.

Se atuarmos via crescimento econômico, acho que há possibilidades de nos voltarmos para o mercado de trabalho – aí voltando exatamente ao ponto que foi tocado. Dei ênfase à pobreza, ao combate à pobreza, com duas vertentes, sendo que uma voltada para o mercado de trabalho. Na verdade, queremos, idealmente, que as pessoas possam se inserir no mercado de trabalho. E hoje as dificuldades que tínhamos antigamente, de pobreza, de marginalização, estão agravadas por uma conjuntura muito adversa. O crescimento que ocorrer agora é naturalmente excludente. É um crescimento que emprega menos pessoas e exclui as pessoas não-qualificadas. Isso é a tendência normal.

Quer dizer, se fizermos políticas puramente de crescimento econômico ou aquelas que maximizem crescimento econômico, certamente vamos ter um efeito distributivo adverso, desfavorável. Isso é automático. Por isso é que não se deve deixar de pensar em crescimento econômico. O crescimento econômico é o motor da economia, é o que leva ao aumento da oferta de produtos e serviços na economia, da qual todos, em algum momento, vão se beneficiar.

Estou chamando a atenção para o fato de que a componente do mercado de trabalho deve ser uma componente central, tanto em áreas metropolitanas como em áreas rurais. Em áreas metropolitanas, o ponto é qualificar rapidamente pessoas, principalmente jovens, para inserção no mercado de trabalho. Havendo crescimento ou não, isso é uma saída evidente para não só melhorar a renda, mas para que essas pessoas não fiquem excluídas. Quer dizer, um jovem desempregado tem características pessoais muito adversas, muito mais do que um desempregado de 50 anos, por exemplo, que já estaria no fim da sua vida produtiva. Implica numa desestruturação do tecido social, que tem efeitos extremamente nefastos, que devem ser combatidos. Por outro lado, às vezes, pequenos investimentos muito dirigidos, mas aí vinculados a mercados locais.

Nesse sentido, penso que o papel do Município e do Estado é importante, porque a criação de empregos fora das grandes metas de políticas de crescimento, que são políticas necessariamente nacionais, está vinculada a iniciativas locais que sejam voltadas para identificar quais são aquelas iniciativas pequenas, que não são aqueles grandes eixos de crescimento local, mas que podem absorver mão-de-obra, evitando a marginalização nesse período de transição, que é muito sério. Estamos num momento de agravamento sério do mercado de trabalho, criando exclusão para pessoas de baixa qualificação. Nesse sentido há um esforço.

Duvido muito que Paes de Barros tenha desprezado a componente crescimento. Ele simplesmente quis enfatizar que o nosso problema não é renda, renda no sentido agregado ou uma medida distributiva perfeita, como renda **per capita**. É um problema distributivo, enfatizando que independe de crescimento resolver o problema. Simplesmente, creio que é consenso de todo mundo que trabalha na questão que, sem crescimento, fica ainda mais difícil alterar positivamente o quadro distributivo, que é muito desfavorável. Esse é um ponto.

O outro ponto é sobre a mulher. Mulher e mulher chefe de família, ou pobreza em domicílios chefiados

por mulheres é uma coisa essencialmente metropolitana, ou urbana, ou moderna. Então, quando se pensa em mulher, em famílias chefiadas por mulheres, pensa-se em áreas pobres do Centro-Sul, em área metropolitana. E aí a mulher tem um papel central, porque ela é chefe de família e as famílias não apresentam o apoio institucional, cultural, da instituição família, que apresentam em áreas mais subdesenvolvidas. No Nordeste, há o apoio de uma família ampliada.

No caso de quanto mais desenvolvida a área, mais o núcleo familiar – núcleo rigorosamente, não é família ampliada, mães, filhos ou casal e filhos – é de pobreza. Nesse sentido, é crucial o apoio da sociedade para resolver as questões básicas de quem fica com as crianças, alimentação e gestão do grupo familiar sem apoio em área urbana.

É importante apoiar a mulher, chefe de família, que apresenta uma situação desfavorável em relação aos pobres em geral, dada a própria estrutura da família. Seria, em áreas modernas, desenvolvidas, essencialmente: melhoria de educação, prestação no mercado de trabalho – como já foi dito – e educação dela e das crianças. Isso é fundamental.

Em áreas subdesenvolvidas, onde a pobreza não está vinculada tão claramente à desigualdade, como no centro-sul – em área metropolitana, há pobres entre os ricos... A pobreza tem outro significado: o significado da pobreza absoluta em si e o da desigualdade terrível. É o caso da criança que vende chicle no sinál.

A marginalização e o contraste riqueza/pobreza não existem em áreas onde todos são pobres, onde a pobreza é generalizada. Nessas áreas o caminho é muito mais vinculado ao fornecimento de serviços públicos básicos de educação e saúde. Não de oferta do benefício, mas da rede de proteção. Não se trata de distribuir coisas, mas de fazer com que as pessoas estejam assistidas de fato pelos serviços públicos básicos. Trata-se de fazer funcionar posto de saúde.

Existe um programa do Ministério da Saúde que visa à distribuição de leite para os Municípios. O Município pede e recebe, com alguns parênteses, com algumas interrupções orçamentárias que, sabemos, ocorrem. Em princípio, é um programa que está disponível a todos os Municípios. Um programa de distribuição de leite como este teria de estar vinculado a um posto de saúde que funcione, que pese a criança – uma parte da população daquela idade porque o acesso ao posto de saúde é universal. Algumas daquelas crianças estarão em situação mais crítica. É necessário que se defina esses grupos de famílias e crianças e que se tenha um acompanhamento especial para elas. Pesagem de criança em posto de saú-

de no Brasil não é feita quase em lugar nenhum. É um procedimento básico, que não necessita de pessoa qualificada. Tais ações básicas são fundamentais e passam por gerenciamento. É difícil, no Rio de Janeiro, introduzir em postos de saúde pesagem de criança. Está começando a ser feita agora com mecanismos de premiação, como a Ana destacou. O posto de saúde que faz controle de peso e apresenta um pequeno relatório de quantas crianças atendeu e qual o ganho de peso no período recebe mais suporte e mais estímulo do que outros que não o fazem. Poderíamos estar desperdiçando o recurso do leite, que está no âmbito desse programa, se distribuíssemos leite para outros postos de saúde que não fazem controle nenhum.

A idéia do gerenciamento, do controle, do acompanhamento dos programas é um desafio. E assim o é em áreas metropolitanas, onde não há problemas de qualificação, de entender do que se trata. Em áreas muito pobres, é muito complicado. Esse é um desafio.

O Comunidade Solidária veio dar um empurrão, introduzir qualificação, métodos, ação integrada, que são fundamentais nas áreas onde não existe nada, em que nada funciona, não se tratando de recursos, mas de saber pedi-los, conseguir usá-los, organizar rotina de atendimento, ações básicas. Falo realmente de ações básicas: uma escola onde se ensine minimamente, onde a criança se sinta assistida, com a qual a família tenha alguma vinculação e onde se sinta útil; um posto de saúde que atenda às necessidades de saúde básicas, evitando os gastos em medicina curativa.

Volto à ênfase que havia dado na focalização. Quando falamos em orçamento de saúde, trata-se de um orçamento enorme, que tem de tudo, coisas muito caras. As ações preventivas e básicas voltadas para o pobre custam uma parcela muito pequena desse bolo total. O mesmo pode se dizer com relação à educação. A focalização do gasto social é dar prioridade às ações bem controladas e bem focalizadas das populações mais carentes, verificando quem está sendo atendido de fato, como o programa está evoluindo e qual é o seu resultado; premiando, como Ana já destacou, as iniciativas que funcionam bem. O desenho do programa em geral é bom. A questão é essencialmente de gestão local descentralizada e se dá de formas muito diversas. Isso depende do gerente, depende da capacidade de gerenciamento. Deve-se evitar, certamente, a interrupção do fluxo de recursos.

Há o PET, um programa muito interessante. Eu acompanhei a implementação na área canavieira de Pernambuco. No início deste ano eles passaram três meses sem pagar; Nos municípios que tinham recur-

sos ou alguma outra maneira de compensar a falta de repasse do recurso federal, o programa continuou. Nos municípios mais pobres, em que as situações já eram precárias, a falta do recurso federal desestruturou completamente o andamento do programa, desestimulando as pessoas que estavam envolvidas no trabalho e desestimulando as famílias a participarem.

Eu acho que esses eram os pontos que queria tocar.

A SRA. PRESIDENTE (Maria Silva) – Concedo a palavra ao Deputado Félix Mendonça.

O SR. FÉLIX MENDONÇA – Nós ouvimos aqui a Dr^a Ana Peliano e a Dr^a Sônia, ambas com grande experiência no setor e com conhecimentos teóricos capazes de fazer com que o Relator possa inserir em seu projeto aquilo que pretendemos, que é um socorro imediato ou mais imediato do que se tem hoje.

Uma grande contribuição que vi aqui foi quando a senhora disse o seguinte: coerência na aplicação dos programas já existentes. Eu acho isso importantíssimo. Não digo que deva haver unificação, mas coerência. Precisamos saber como nós podemos transferir para a pobreza de fato esses grandes programas que temos, que, aliás, são grandes mesmos. Considero o INSS um grande programa. Talvez um dos maiores do mundo. O Loas é um recurso transferido através do INSS; a cesta básica, a merenda escolar, o seguro-desemprego, as frentes de trabalho; enfim, há um elenco de providências que ajudam a pobreza.

Eu perguntaria à senhora quais seriam as outras contribuições que poderíamos inserir nesse projeto que inicialmente é emergencial. Eu tenho certeza que desse projeto vai nascer sem dúvida um grande projeto, com uma visão muito mais ampla do que estamos querendo no projeto inicial, que será um projeto de desenvolvimento do País.

Como eu tenho tempo, vou fazer alguma digressão. Desde que Cabral provocou o primeiro desequilíbrio social em nossa sociedade, no caso Caminha viu... Ele provocou primeiro, como Colombo na América. Eram sociedades diferentes. Ele encontrou aqui as índias. Segundo a descrição de Pero Vaz de Caminha, ele viu aqui índias belas, formosas, inigualáveis, chegou a dizer isso, ou igualáveis às mais belas e formosas do mundo. Isso quer dizer que viviam numa sociedade plena, porque a água era potável, porque havia equilíbrio social, embora ninguém soubesse ler. Isso quer dizer que a qualidade de vida tem uma relação com o meio ambiente e também com a sociedade em que se vive.

Faço essas digressões para chegar a algumas conclusões. Acho que devemos enfocar sempre o

problema populacional. As populações vivem, digamos assim, nesses ambientes construídos na sociedade brasileira, que temos diversificações, desde o índio com tacape, como disse aqui, até as sociedades mais desenvolvidas de São Paulo, Campinas por exemplo.

É nesse contexto que acho que o controle populacional, digo o planejamento populacional, é importante também para vencer a pobreza. Se admitirmos, como Maltus admitiu, que a população crescesse tanto, que consumisse todos os recursos naturais, um dia chegaríamos a não ter nada para alimentar as populações ricas ou pobres. É nesse contexto que acho que o controle populacional, que o planejamento familiar, é um fator importante. E mais, que fator importante, também, é se ter o movimento dessas populações controladas.

Nessa década, aconteceu um fato importantíssimo no Brasil, as populações cresceram menos, o que quer dizer que houve um índice de crescimento bem menor, como também houve a mobilidade populacional para os sete grandes centros acolhedores dessa população.

Defendo aqui, como macro, já que a outra defendi apenas a contribuição para nosso Relator do que acha de imediato, mas acho que isso seja uma coisa importante. Defendo a posição de que possamos equipar centros de desenvolvimento em cidades médias do interior para acolher essas populações e fortalecer essas pequenas comunidades com estruturas importantes, para que a comunidade possa conter essa fluência do campo para a cidade, que é inexorável, aconteceu no mundo inteiro. Os Estados Unidos são só 3% no campo, habitando no campo e 28% trabalhando no campo. Acho isso importantíssimo. Essa é uma coisa que queria inserir no Projeto da Pobreza, que seria a população, seu controle populacional e as movimentações da população.

Uma outra coisa que vejo é que temos sempre herança do Capitão-Mor, quer dizer, tudo vem do Estado, aqui se examina tudo sob o prisma do Estado, o Estado faz tudo, o Estado-mãe, o Estado assistencial. Temos três Orçamentos: o Orçamento fiscal, o Orçamento da Previdência e o Orçamento das estatais; mas deixamos de levar em consideração a sociedade como um todo. Por exemplo, na área de educação, fator importantíssimo para acabarmos com a pobreza, hoje sentimos um direcionamento da atividade particular para esse setor. Na Bahia, só existia uma universidade federal e uma católica, agora surgiram cinco universidades diferentes. Quer dizer, está havendo um trabalho da sociedade como um todo encaminhando-se para isso. O que acho importante. Temos um visão, digamos assim, muito estatal, muito

estatizante. que é própria da nossa cultura, a farinha-do-reino, a batata-do-reino, tudo vinha do reino e até hoje se acha que tudo deve vir do Estado, quando na verdade podemos ter estímulos para que a sociedade, como um todo, possa participar desse desenvolvimento para vencer a pobreza. O desenvolvimento é uma coisa importantíssima.

Uma outra consideração é que temos a visão também de que a riqueza quando flui para determinados setores pode ser fator de influência para que possamos construir novas fábricas, quer dizer, quando se tem o Imposto de Renda da pessoa física acho certo; mas, quando o Imposto de Renda é da empresa, a empresa vai ampliar, ela só pode ampliar na melhoria do trabalho, enfim, essas são coisas que, na visão do Imposto de Renda, esse imposto de renda não é só dizer que vai tirar do Imposto de Renda, dizer que está tirando da empresa, não; Às vezes, quando tiram o Imposto de Renda da empresa estão tirando do desenvolvimento do País, portanto, quando se vence a pobreza através disso.

Sou da opinião de que quanto mais Estado menos desenvolvimento, e quanto mais Estado menos liberdade. E a prova disso é quando se suprimiu toda a iniciativa foi que as grandes estruturas mundiais transformaram-se em grandes fatores estatais, criaram o Estado cesáreo e formaram grandes ditaduras e ditaduras sanguinárias, porque quis obrigar a que o homem fizesse o que o Estado queria e o homem não é isso, sem dúvida.

Por outro lado, não acho também que a ausência total do Estado, ou seja a anarquia como forma de governo, possa também contribuir para isso, porque, na verdade, temos que ter um Estado que tenha a sua formação dirigida para atender, principalmente, o social, orientar a educação, porque muita parte dela pode ser feita pela iniciativa privada, como as indústrias. Enfim, como uma série de fatores que contribuem e incentivam, sendo a inteligência estimulada para que possa avançar.

Não queremos uma sociedade igual, mas uma sociedade justa. Igual é sonho. E sonho é utópico, lugar que não existe, portanto, queremos, sem dúvida, que tenhamos uma realidade em mente para ver as coisas deste País, para que não possamos estar nos iludindo de que o Estado não será isso.

Quero fazer essas considerações, mas quero dizer às duas conferencistas excepcionais que essa contribuição deve ser dada, além dessa da coerência da aplicação dos programas já existentes, outras que possam contribuir para que o nosso relator possa trazer um projeto coerente também para nós.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Senadora Marina Silva, prezadas Ana Peliano e Sônia Rocha, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentá-las pela maneira que, há tanto tempo, têm-se dedicado, e muito seriamente, à questão de como prover dignidade a todas as pessoas no Brasil, erradicando-se a miséria, a fome e provendo direitos à cidadania para todos.

Gostaria de, inicialmente, expressar como acho importante que tenhamos uma visão desses direitos, inter-relacionando-se com a política econômica. A ênfase que os programas com descentralização, maior flexibilidade, sobretudo, responsabilizando-se as prefeituras municipais de estarem administrando os programas, se, de um lado, tem algumas vantagens importantes, principalmente na definição de responsabilidades da autoridade municipal, aquilo que parece ser mais fácil e próximo de administrar; por outro lado, se quisermos ver a questão da erradicação da pobreza para valer, no sentido universal de direitos para todos, acredito que temos que ver isso com uma preocupação nacional, de administração do Governo Federal.

Da mesma maneira que o Governo Federal administra, por exemplo, o Imposto de Renda, assim como todos os brasileiros que ganham acima de determinado patamar têm a responsabilidade de pagar o imposto sobre a renda, poderíamos ter perfeitamente a noção de que todos os brasileiros, universalmente, deveriam ter o direito de partilhar da riqueza da nação, o direito a um mínimo para a sobrevivência.

Se instituímos programas, como tem sido feito apenas em alguns lugares, então, algumas das famílias carentes ou das pessoas relativamente mais pobres terão direitos nos municípios a, b e c, enquanto que aquelas pessoas nos municípios j, h e y não terão tais direitos e são igualmente brasileiros. Então, penso ser importante colocar esse aspecto primeiro. Mas outro aspecto muito importante é a questão relativa às preocupações de ambas, que são as minhas também: como se conseguir trabalho, emprego e renda para todos e quais os instrumentos de política econômica que mais contribuirão para assegurarmos, na medida do possível, o pleno emprego, trabalho para todos, Também para aqueles que, embora não tenham tido a possibilidade de se qualificar tão bem, por lhes terem sido negadas oportunidades educacionais, de profissionalização, de capacitação a um nível que a economia tivesse possibilidade de absorvê-los. Na verdade, sempre há possibilidades de a economia absorver o trabalho das pessoas, e sempre deverá haver oportunidades – e essa deve ser uma respon-

sabilidade – de a economia estar propiciando meios de as pessoas darem de si. Se uma pessoa, por menos qualificada que seja, está com vontade de exercer uma profissão, de dar de si, de realizar um trabalho e se o sistema econômico está negando-lhe essa oportunidade, algo está errado. Avaliar que deveremos, com o propósito de combater a inflação, de conseguir a estabilidade da moeda, de conseguir o equilíbrio das contas externas, de conseguir gerar um superávit primário da ordem de 5% do PIB, negar possibilidades de emprego às pessoas, algo está errado. Será que não seríamos capazes de desenhar um sistema, mesmo com as dificuldades de emprego, mesmo com essa tendência da automatização, da modernização, criando meios de multiplicar as oportunidades, a fim de toda pessoa que queira dar de si consiga um trabalho, um emprego, senão, pelo menos a garantia de uma renda? O que dizem a teoria econômica e a experiência a respeito? A teoria econômica, o conhecimento, a experiência de inúmeros países estão a dizer que isso é possível e, para que isso aconteça, é preciso pensar por que empresas ou pessoas contratam outras pessoas para trabalhar, para realizar algum trabalho. É preciso considerar que, normalmente, as empresas contratam pessoas para trabalhar, para dar de si, recebendo pelo menos o equivalente à sua contribuição em termos do valor adicionado com que contribuem. É possível que, às vezes, esse valor adicionado esteja, dada a falta de capacitação melhor dessas pessoas, proporcionando-lhe uma renda aquém do que seria suficiente para ela sair da condição de miséria. É nessa circunstância, então, que caberia prover um a mais. Isso pode ser na forma de um imposto de renda negativo ou na forma de uma renda básica universal. Essa é a experiência que estão dizendo que daria certo. Os economistas, no mais variado espectro, demonstraram isso, até quando analisaram a questão do salário mínimo, que seria importante prover um imposto de renda negativo como uma forma ainda mais eficaz de se proporcionar emprego e renda às pessoas. Experiências há, nos Estados Unidos, de mais de 20 anos que proporcionaram um crédito fiscal, em outros países também. Desenvolve-se a teoria para, se não se quiser ter o problema do estigma, se não se quiser ter a questão de como administrar o mercado informal, então se poder chegar à questão da renda básica-universal para suplantar esses problemas. E, obviamente, quando aqui ouvimos os estudos do IPEA sobre a questão da focalização, focalizar sobretudo para aqueles mais pobres, poderemos até ter essa preocupação e daí, então, teremos que enfrentar o problema administrativo, primeiro se pagando aos que pouco ou nada têm – e acho que isso deve ser feito. Mas eu já estaria disposto, inclusive, por tudo que

refleti, em se tendo uma sistemática tal, a caminhar para a renda básico-universal. E para isso, naturalmente, teria que se constituir um volume de recursos suficientemente grande, para a todos se pagar. Mas quando se pensa: Ah! mas aí será que se vai distribuir bem a renda, se a todos vai se dar, até ao Antonio Ermírio, ao Roberto Marinho e a outras pessoas que estão do lado mais alto do espectro de rendas? Bem, na medida em que essas pessoas estiverem contribuindo para aquele fundo, depois podem até receber. É claro que elas estarão contribuindo mais e isso não é de todo impossível; trata-se de uma questão de arquitetar e fazer.

Então, acho que sempre que qualquer município esteja a iniciar um programa de renda mínima, de bolsa-escola, sou entusiasta e estou sempre dizendo: faça isso e procure pensar no melhor desenho, e ótimo. Mas acho que para quem está no IPEA, na Coordenação do Conselho do Comunidade Solidária, é obrigação pensar isso muito mais criticamente do que eu mesmo faço.

E uma das questões que eu gostaria de fazer é: Por que é que quando o Governo elaborou a Lei nº 9.533 e formulou que o benefício deveria ser R\$15,00 vezes o número de criança até 14 anos, menos da metade da renda familiar **per capita**, não pensou num desenho que justamente tivesse a preocupação de não apenas estar se estimulando a presença das crianças na escola, a erradicação do trabalho infantil, mas também num desenho que levasse em consideração sempre o estímulo para o progresso das pessoas, de elas estarem procurando trabalho, porque reflexão sobre isso e fórmulas para isso havia. Então, qual é a reflexão que ambas fazem sobre o melhor desenho de um programa de renda mínima, mesmo que associado à educação? Será que não se poderia pensar, como uma recomendação a esta Comissão, mesmo que administrado pelos municípios, no melhor formato e como acelerar isso? Porque, da maneira como está, qual é o impacto efetivo da Lei nº 9.533? Veja que ela foi aprovada em 10 de dezembro de 1997; que vontade política houve? Ali, no Conselho da Comunidade Solidária, onde se discutiu esse assunto, por acaso se recomendou que houvesse pressa na regulamentação, na implementação disso? Passou-se um ano e foi-se postergando. Qual é efetivamente o volume de recursos liberados para este programa? Sabe precisamente quanto era, na semana passada, prezada Ana Peliano? Permita-me chamá-la assim, como uma companheira de reflexão sobre este tema. E 9,7% dos 54 milhões foram liberados até a semana passada, o que corresponde a cerca de R\$ 5 milhões. Mesmo que 77 mil, ou 200 mil, pessoas estejam inscritas, efetivamente ainda vai a "passo de tar-

taruga". E por que não se pode acelerar mais? E, em contraposição, eu aqui faço uma outra pergunta a ambas, então: a mesma política econômica, para este ano, destina, conforme o orçamento, 7,5% do Produto Interno Bruto para pagar os juros reais. Qual é o impacto disso sobre a distribuição da renda? 7,5% é muito mais do que R\$ 52 bilhões, que foi no ano passado. Este ano, 7,5% do PIB é o que está aí previsto. Quem vai receber isso, na sociedade brasileira ou até no exterior? Estão em que faixa de rendimento as pessoas que têm títulos em suas mãos e que vão receber? Qual é o grau de prioridade para pagar 7,5% do PIB aos que receberão juros reais, em contraposição ao Programa de Renda Mínima? E por que não se uniformizar os diversos desenhos de programas de erradicação do trabalho infantil e do Programa de Renda Mínima, e com um desenho que melhor pudesse coordenar os esforços para se conseguir colocar toda criança na escola, erradicação do trabalho infantil, erradicação da pobreza para valer, pleno emprego e maior equidade e melhor distribuição de renda?

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Eu quero também felicitar a importância e o significado das exposições feitas pela Drª Ana Peliano e pela Drª Sônia Rocha. Drª Sônia, conheço as suas obras há muito tempo. E Drª Ana, tenho a alegria e a satisfação de conhecê-la e admirá-la pessoalmente, fruto do seu trabalho e da sua competência.

Creio que foram duas exposições brilhantes. De certa forma, a gente fica se perguntando se essa maneira de fazermos a construção dos debates é a melhor ou se a gente só deveria fazer perguntas para buscar o máximo que a gente podia para o aproveitamento da oportunidade das pessoas que são ouvidas nesta Comissão.

Quando a Drª Sônia falou quanto seria necessário, deu a importância, para equacionar o problema da miséria, eu não consegui entender direito. S. Sª se referiu a que, se fôssemos imaginar o percentual de pessoas que estão na faixa da miséria e fôssemos dar a cada uma delas um percentual para que elas vissem para a faixa da normalidade, seria necessário quanto?

A SRA. SÔNIA ROCHA – 22 milhões.

O SR. PEDRO SIMON – S. Sª conhece o estudo que foi deixado aqui, na Comissão, pelo ex-Governador Cristovam Buarque?

A SRA. SÔNIA ROCHA – Não.

O SR. PEDRO SIMON – Não conhece?

A SRA. SÔNIA ROCHA – Não.

O SR. PEDRO SIMON – Porque o Dr. Cristovam apresentou um trabalho que eu considero da maior importância, em que ele caracteriza o percentual das pessoas que estão na faixa da pobreza e apresenta uma proposta para a elevação social dessa gente. Mas ele o faz de uma forma muito interessante, porque ele apresenta um plano: “nós temos tantas crianças de zero a seis anos que estão completamente fora do atendimento; para se dar a essas pessoas o atendimento que mereciam, é necessário “x”. Temos ainda tantos milhões de crianças que deveriam estar na escola. Para fazer isso, a importância é de “y”. Hoje as crianças têm um período escolar pequeno e incompleto. Toda criança deveria ter um adendo, um incentivo, e para isso é necessária a importância “x”. E assim ele vai colocando os diversos itens necessários dessa fase da pobreza, e chega a uma quantia de R\$34 bilhões. Ele mostra que, com essa quantia, estaríamos, objetivamente, elevando esse grupo social a uma fase concreta. V. Ex^a quando faz essa afirmativa a qual é inter-relativa. Quer dizer, se fôssemos fazer com que esse percentual de pessoas que estão na fase da pobreza absoluta, gastaríamos um certo valor para distribuir dinheiro para cada um.

A diferença de projeto do ex-Governador de Brasília, é que ele faz isso de uma maneira concreta. Para promover a elevação real dessas pessoas. Sabemos, por em todos os estudos que lemos, que de zero a quatro anos é a fase em que a criança desenvolve o seu cérebro. E no Brasil, a rigor, não há nada nesse sentido; nem as escolas completas, com turno integral e todas as refeições, preenchem as necessidades dessas crianças.

O SR. FÉLIX MENDONÇA – Senador, desculpe-me, pois está se iniciando, neste momento, na Câmara, o processo de votação de uma lei que altera o Código Eleitoral...

O SR. PEDRO SIMON – E tem que ser aprovada.

O SR. FÉLIX MENDONÇA – Está sendo aprovada. Tenho de deixar...

O SR. PEDRO SIMON – Mas vai ser aprovada?

O SR. FÉLIX MENDONÇA – Espero que sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Refere-se à iniciativa popular.

O SR. FÉLIX MENDONÇA – Exatamente. Peço desculpas.

O SR. PEDRO SIMON – Não; pelo amor de Deus.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Vamos nos empenhar para votar rápido.

O SR. PEDRO SIMON – Temos de votar até o dia 20. Tem que entrar hoje no Senado e se for possível votar amanhã no Plenário, aquelas urgências que, quando os Líderes querem conseguem.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Já está sendo articulado um pedido de urgência.

O SR. PEDRO SIMON – Esse projeto me chamou muita atenção, porque, pela primeira vez, vi o projeto pronto, acabado. É claro que exige mil debates, discussões e propostas, mas ele apresentou esse seu projeto com uma fórmula que chamou de orçamento social. É muito interessante, porque dentro do Orçamento, nós poderíamos colocar para valer – se é que estamos querendo algo de novo que seja positivo no que tange o combate à miséria –, o Orçamento Social. E haveria até a perspectiva de que o Presidente da República, o Congresso Nacional e entidades representativas da sociedade, que, segundo a nossa Presidente, criariam uma espécie de Conselho Fiscalizador da execução desse Orçamento. Não digo que seja exatamente isso que o Cristovam Buarque apresentou. Ele fez uma proposta, que, se formos analisar, deve ter alterações, indagações, etc,

Com toda sinceridade, se conseguíssemos tirar desta Comissão, aproveitando essa onda de otimismo, onde todos, façamos justiça, estão querendo encontrar soluções – sou Parlamentar há 40 anos e nunca vi uma unanimidade no sentido de querer acertar – penso que essa proposta seria o início de uma discussão em cima de algo concreto e positivo que pudéssemos fazer. O que me assusta é que, no terreno social, o Brasil é recordista mundial de fracasso. Considero muito difícil, andando pelo mundo afora, que tenha outro País com tantas experiências voltadas para o social, tantos projetos, tantas iniciativas com a melhor das intenções e onde praticamente todas não foram a bom termo. Chegamos a criar um banco – o BNH – especificamente para resolver o problema da moradia. Nasceu como uma maravilha, o ovo de Colombo, algo espetacular, que tinha uma verba enorme e, com o qual, o problema da moradia seria resolvido. O que aconteceu foi que entraram as empreiteiras. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, temos praias e praias com casas construídas com verbas do banco de habitação. Não foi para isso que ele foi feito. São casas e casas nas áreas de classe média alta, em que não havia limite para a verba. Podia-se pegar a verba à vontade e fazer o seu palacete, com dinheiro do Banco da Habitação. E aquilo, que era para ser uma maravilha, foi um fracasso, um fiasco total.

Exemplos como este temos às centenas. Por exemplo, aqui, discordei da ilustre Deputada. Eu era

Governador, quando esse projeto de lei foi instituído. No Rio Grande do Sul, ele foi muito bem. Chamou a atenção que os índices de não cumprimento eram quase zero. Era insignificante a utilização fora do terreno. Veio outro Governo e terminou com o plano, não deu em nada.

A Dr^a Peliano deve se lembrar da nossa época no Ministério da Agricultura, em que tivemos duas questões que me parecem importante. Chama-me a atenção que normalmente – antes do Plano Cruzado, era mais ainda – o cidadão da favela compra o arroz e o feijão de que ele precisa 40% mais caro que nós compramos no mercado. É fantástico. Nós vamos ao supermercado e fazemos nosso rancho; o que vende no boteco da favela também vai ao supermercado e compra a preços que compramos; depois, ele coloca o lucro em cima desses preços para vender ao cidadão da favela. Então, lançamos um plano: em vez de vender os bens da Cobal, fizemos a distribuição aos mercadinhos, nos botecos dos bairros mais pobres. Eram vendidos 40% mais baratos que os produtos do supermercado. Era um projeto que podia ter continuado, mas desapareceu, sem mais nem menos, como uma infinidade de projetos como esse, que vêm e vão embora.

Temos visto prefeitos que vêm aqui mostrar projetos excepcionais, positivos e concretos, mas não consigo entender a falta de sensibilidade e a irresponsabilidade de todos nós – aí não dá para dizer que é o fulano ou o beltrano – que não temos encontrado uma metodologia, uma fórmula, por meio da qual diríamos que isso pode ser feito pelos Prefeitos. Então, vamos ver as experiências positivas que foram feitas; vamos chamar os Prefeitos; vamos dar uma orientação.

Eu me lembro de quando eu fui Ministro e o Presidente José Sarney disse algo que eu nunca esqueci: "O que me dói, quando eu assino uma verba voltada para o social, é saber que 10% chegará à base mesmo, ao cidadão que precisa, e o resto fica nas intermediações, nas diversas escalas que são feitas".

Desta vez, creio que há um interesse nesse sentido. Se perdermos essa oportunidade, não sei, sinceramente, qual será a próxima. As análises são perfeitas, mas o medo que tenho é de que cheguemos ao final da Comissão e não tenhamos nem o conceito de pobreza. As divergências são tantas sobre o que é pobre, o que não é, como é, como não é, como vamos limitar, como não vamos limitar, que, daqui a pouco, termina o nosso prazo e as coisas serão feitas nesse sentido.

Creio que – e é essa a proposta que se tem – devíamos aproveitar o momento que estamos vivendo. O Governo ainda tem mais três anos e seis meses, está no início. Temos a oportunidade de fazer uma proposta concreta e objetiva, em que podemos tirar a chance de ser para o Partido tal, para a Oposição, para o Governo, para A, para B ou para C, irmos ao Presidente da República e fazermos um grande entendimento nacional. Vamos fazer todos: PT, PMDB, PSDB, Governo, Oposição. Vamos trabalhar em conjunto para conseguir fazer alguma coisa.

Temos de fazer um esforço nesse sentido, porque, se não fizermos isso, o tempo passa. A Presidente, inclusive, já elaborou, tem mais de cinquenta projetos que estão aí. São todos bons; uns melhores e outros piores. Mas não vai ser por mais um projeto ou por mais alguma coisa que vamos sair da realidade que nos encontramos.

O Brasil é um País incompetente para olhar para o problema social. Ou é a corrupção, ou é a irresponsabilidade, a falta de credibilidade ou é a descontinuidade. Quem chega ao poder no Brasil não entende que o que é bom deve continuar. O máximo que acontece, se algo é bom, é continuar com outro nome, com algumas modificações. Mas manter uma tradição, um plano com a sua cara, manter por 30 anos um projeto, isso não ocorre no Brasil.

Com relação à Dr^a Ana, participei desse projeto que V. S^a presidiu com tanto brilho. V. S^a deve lembrar-se que foi talvez a primeira participação da sociedade com o Governo. Foi algo que nasceu de uma maneira até estranha. No gabinete do Senador Eduardo Suplicy, fui chamado, Líder do Governo, pelo Lula, que tinha uma proposta e pedia para ser enviada ao Ministro da Fazenda. Ali terminava. Bastava entregá-la. Seria mais uma das propostas que Lula, Joaquim, Manoel, Antônio enviam para o Governo – eu mesmo já envie mais de 20! – e que devem estar em alguma gaveta.

Em vez de levar ao Ministro da Fazenda, levei-a ao Presidente, porque a considerei da maior importância, bem como o Presidente. Sua Excelência convocou o Lula e disse que não se tratava de uma conversa de Presidente com Ministro. O Lula levou toda a sua equipe. O então Presidente da República, Itamar Franco, que estava na reunião, montou toda a sua equipe e nasceu o plano.

O lado positivo do plano, na minha opinião, foi entregá-lo à sociedade. O Governo entregou-o a sociedade. E bota dinheiro nisso! Era um plano que despertaria muito interesse político e eleitoral – se alguém quisesse pensar sob esse ângulo. Nem o

Lula nem o Presidente da República pensaram nisso. Foram buscar o Betinho, pessoa que, digamos assim, era uma unanimidade nacional. O Betinho foi buscar o Dom Mauro Morelli* para ser o Secretário executivo. E o projeto foi andando.

Ele nasceu como um plano absolutamente emergencial. A solução não é distribuir esmola, mas há pessoas morrendo de fome. Vamos, portanto, fazer essa distribuição.

A sociedade foi mobilizada. O Banco do Brasil, o Exército, que se colocou à disposição, e as suas guarnições faziam a distribuição. O pessoal do Banco do Brasil fazia o mesmo. Mas o interessante é que foi entregue à sociedade. A não ser as reuniões de Ministros para a distribuição de verba ou coisa que o valha, o Governo não tinha nenhuma participação.

Confesso, Ana, que, na segunda etapa, eu esperava um avanço; um avanço no sentido de se ir mais além da distribuição de desta, como agora o Governo parece começar a fazer. O chamado micro-crédito do chamado Banco do Povo, algo como o que se fez em Bangladesh, em Porto Alegre, que o Governador de Brasília fez aqui; ou seja, fórmulas por intermédio das quais se sairia da linha de dar uma cesta. Em vez disso, o cidadão teria uma chance. Uma pequena cozinha inicial para se fazer doces; uma máquina semi-industrial para costurar malha, algo nesse sentido.

Há um outro ponto – inclusive eu o tenho repetido aqui. Quando estive no México, eu trouxe a idéia do Solidariedade de lá. Algo que imaginávamos poderia ser feito pela sociedade. Governo e sociedade. Sem empreiteiras ou políticos. Um grupo de 15 pessoas que se reúne e apresenta propostas de uma creche, de um micro-hospital, ou sei lá o que for, e o Governo entrasse com a quantia.

Eu não sei porque, mas eu acho que o meu amigo Fernando Henrique Cardoso foi muito tímido nessa parte. Eu não sei. Eu não consigo entender qual é a razão, porque lhe falei várias vezes no gabinete do Itamar, Sua Excelência candidato e, depois, Presidente. Falamos várias, várias vezes e se sentia que esse salto, esse passo adiante seria dado. E, no entanto, criamos problemas, saiu a sociedade, entraram os prefeitos e não demos o avanço que, na minha opinião, sinceramente, eu imaginava que pudesse dar.

Eu só encerro, Sr^a Presidente, querendo fazer uma proposta, para convidar para cá, no futuro, o Dr. Grousman. Ana deve conhecer. Ele tem uma experiência de medicina de família no Rio Grande do Sul que eu considero espetacular. É uma das questões

dentro da proposta e dentro da idéia que se tem para ver. Eu era Governador do Estado quando ele criou, junto ao Hospital Conceição, umas vilas onde a medicina passou a ser comunitária – médico de família. Os médicos, a gente via no posto de saúde, estão credenciados não por cidadão, mas por família. Aqui, a família Pedro Simon: o Pedro Simon, a mulher dele, o filhinho dele. Ali estava feita a coisa e aquele era o meu médico, essa coisa toda.

Olha, ele me levou lá e eu juro que não acreditei. O atendimento é feito a vida inteira. Eu fui ver no Dia das Crianças, ele me levou lá para ver, eu jurei que ele estava “atochando”. Eu jurei que ele tinha selecionado, em Porto Alegre, as crianças mais bonitas e mais gordas, pois parecia um concurso de bebê Johnson. Por quê? Porque o atendimento era feito normalmente. Até aquilo que às vezes a classe média não faz, assim, por despreocupação, ali era seguido absolutamente à risca. E ele tem um estudo que demonstra que se você fizer o atendimento ali na vila, o atendimento de médico de família, se você pegar uma criança e orientar que se você puser água com açúcar resolve o problema; que daqui a pouco termina morrendo, ele dá uma demonstração impressionante de como é fácil resolver a questão diminuindo. Quer dizer, gastando infinitamente menos do que esperando o cara piorar para entrar numa ambulância correndo e já aí não é mais no posto de saúde, e já aí não é mais no médico, mas é numa especialização.

Então, a mim parece que a Comissão deveria fazer isso: debater, analisar. Eu acho, Sr^a Presidente, que à margem dos que nós estamos convocando, nós devíamos convocar pessoas, prefeitos, ex-prefeitos, membros da sociedade, experiências particulares.

Há um caso, lá no Rio Grande do Sul, do Dr. Jorge John Peter, que é espetacular. Ele está criando um serviço voluntário que é emocionante. Quer dizer, é um serviço voluntário onde ele criou um banco de dados. Do lado de cá se inscreve. Eu, se não tivesse sido eleito Senador, ia estar lá. Ia estar lá me inscrevendo: Pedro Simon, advogado, certa experiência, tenho duas horas por dia para me dedicar a cuidar não sei do quê, de creche, sei lá mais o quê. É impressionante o número de pessoas que se inscrevem. E do outro lado, aparecem as pessoas que estão precisando. E uma infinidade de entidades estão mudando, estão sendo alteradas por causa desse tipo de ligação que é feita.

Então, me parece que o que nós temos no Brasil é uma irresponsabilidade coletiva de nós todos, e

nós temos aqui duas pessoas excepcionais que entendem disso, entendem do conteúdo. Eu acho que por mais mal que eu esteja me expressando, por mais falta de competência de eu colocar para fora aquilo que tenho dentro do coração, as senhoras devem estar compreendendo o que eu acho que falta e que nós deveríamos fazer.

Olha, eu fui muito sincero. Se eu abrir a Constituição brasileira e se eu pegar as leis que tem no Brasil, não há País melhor do que o nosso. No papel, não tem alguém que tenha tanta garantia, que tenha tanto plano, que tenha tanta proposta como nós.

Por isso, Sr^a Presidente, temos que fazer diferente! Não tem que ser mais uma proposta apresentada, senão tudo continuará igual. Temos que fazer essa transformação – e o que me deixa com ânimo para fazê-la é a unanimidade nesse sentido, eu sinto essa unanimidade, e ela é plausível. Não estamos querendo tirar terra de ninguém; não estamos querendo tirar fábricas de ninguém. Queremos fazer uma justiça mais racional, e, nesse sentido, há um sentimento praticamente universal.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Nobre Senador, V. Ex^a, hoje, conseguiu superar o nobre Senador Eduardo Suplicy e muito.

O SR. PEDRO SIMON – Nobre Senadora, V. Ex^a, com essa sua pureza, por assim dizer, de Nossa Senhora, quando V. Ex^a falou – e eu, na minha burrice característica – que consegui superar – eu digo que não tenho condição de superar o nobre Senador Eduardo Suplicy –, no conteúdo e no tempo, o Senador – eu não valho nada...

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Concedo a palavra à Dr^a Ana Maria Peliano.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – Sr^a Presidente, respondo o nobre Senador Pedro Simon, no que diz respeito ao último ponto tocado por S. Ex^a onde nos relembrou a história do Consea – inclusive estive aqui conversando com o V. Ex^a, Senador Pedro Simon, naquele interregno ocorrido entre o Lula, o Sr. Itamar e V. Ex^a, que, aliás, estava presente naquela sala quando entregamos o Plano ao Presidente Itamar Franco, Plano que foi elaborado dentro do meu gabinete, no IPEA, juntamente com o Betinho. Portanto, acompanhei esse processo de perto, inclusive aquela roda que hoje apresentei aqui V. Ex^a já havia se impressionado com algo semelhante no momento em que o entregamos.

Ao se criar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Consea, foi quando exatamente nos utili-

zamos daquele processo que a Senadora citou. A partir de todo esse conjunto, selecionamos alguns para trabalharmos nele. Portanto, iniciamos pelos programas de alimentação junto ao Consea. Demos ênfase à reestruturação do Programa de Desnutrição Materno Infantil, à descentralização da merenda, revimos normas do PAT, enfim, reorganizamos aquela multiplicidade de programas. Também vimos a questão do crédito popular, porque foi ainda no âmbito do Consea que se começou a rediscutir a alocação dos recursos do FAT, que, até então, estavam exclusivamente nas mãos do BNDES, que financiava grandes empreendimentos, para começar a financiar os pequenos. Mas não chegou a aplicar nenhum recurso daquele montante definido na época, se não me engano, R\$130 milhões, que seriam repassados do BNDES para o Banco do Brasil e para o BNB dando crédito aos pequenos empreendimentos, hoje, o Projer.

Disse V. Ex^a: “Bom, mas a sociedade civil fez muito mais do que o Governo.” Sem dúvida alguma. A sociedade civil, naquele momento, se mobilizou em um movimento que, creio, não teve **know-how**. – tivemos uma experiência semelhante, mesmo porque mobilizou-se para fazer e não só para reivindicar, e isso foi fundamental. Toda aquela mobilização criou também uma onda de incentivos, trazendo-nos a questão do tema para a agenda política nacional – mas não vamos ter ilusão. Em termos de ação concreta, se olharmos o que a sociedade civil recolheu e distribuiu de alimentos e o que o Governo recolheu e distribuiu, não há comparação: não é zero vírgula zero qualquer coisa do que foi distribuído, sem tirar a importância.

O SR. PEDRO SIMON – Refiro-me à sociedade civil, porque ela ajudou a controlar e a distribuir e não a arrecadar.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – A controlar e a distribuir. Sobretudo no âmbito dos programas de alimentação, eles continuam participando. As comissões municipais paritárias, Governo e sociedade civil, que depois acrescentamos no Comunidade Solidária o vereador de oposição indicado, isso foi uma continuação. Mas aí V. Ex^a tocou na descontinuidade, ponto importantíssimo, pois apenas essa questão daria um grande debate sobre a descontinuidade dos programas. E o que o Comunidade Solidária fez? Ele pegou aqueles programas e os ampliou. Acredito que tivemos um sério problema de comunicação, porque a agenda básica do Comunidade Solidária, ao invés de cinco programas – como era no tempo do Consea – passou para 16, pegando sa-

neamento, habitação e outros programas. Ou seja, começa com alimentação, passa para a saúde, educação e geração de empregos. E para o senhor ter uma idéia, conseguimos levar um média de 10 em pouco mais de 2 anos, porque no primeiro ano eram só 300 municípios, 10 programas por município, naqueles municípios considerados prioritários, que depois vou responder ao Senador Eduardo Suplicy, quando ele pergunta por que alguns municípios. E levamos programa de crédito e de capacitação profissional para mais de 50% dos municípios. Quer dizer, quando se passa a idéia de que o Comunidade Solidária só levou cesta porque a cesta foi o único que chegou lá, um pacote bem grande escrito Comunidade Solidária e às vezes o transporte escolar. Mas quando chega o saneamento, quando chegou a capacitação, quando chegou o crédito, quando chegou o reforço da merenda, quando chegou a saúde do escolar nada disso tinha a marca Comunidade Solidária, então nada disso foi visto e hoje vamos superar a fase assistencial. Superar a fase assistencial? Não. E isto já estava sendo feito desde muitos anos.

O SR. – (fora do microfone)

A SRA. ANA MARIA PELIANO – Foi falho. Falamos bastante, o jornal anunciou algumas coisas mas acho que ainda ficou a marca, infelizmente, da cesta básica, que não era, em hipótese alguma, a marca mais importante nem o programa mais importante. E só para apontar dois dados: a mortalidade infantil caiu mais rapidamente nos municípios de atuação do Comunidade Solidária, que é a média nacional, e o número de matrícula nas escolas, cuja média nacional, o crescimento entre 96 e 98 foi de 6%, nos municípios do comunidade solidária foi 18% e nos municípios do comunidade solidária do Nordeste foi de 27%. Quer dizer que tivemos resultados acima da média nacional em saúde e educação. Não conseguimos muito bem articular os programas de geração de emprego e renda, ainda que os tenhamos levado lá, mas eles chegaram meio desarticulados, até porque capacitação era feita pelo Estado e o crédito, diretamente pelo banco. Então, o que se tentou fazer foi ampliar aquela agenda, e a idéia era que ela fosse ampliada, não só em termos de agenda - hoje entendemos que deveria ser ainda um número maior de programas, por exemplo eletrificação rural, colocado muitas vezes como uma necessidade fundamental, estradas vicinais, que não cabe ao Governo Federal mas era colocada como um problema fundamental, agora não conseguimos foi garantir a universalização da cobertura desses programas. A

questão da participação da sociedade civil, quer dizer, na ponta, no controle ela permaneceu. Acho que o que houve no Brasil foi uma desmobilização de todo o movimento da ação da cidadania e que, sem dúvida nenhuma, Betinho tinha uma força e uma capacidade de comunicação muito grande, mas ainda hoje muitas raízes ficaram e muita coisa continua sendo feita pela Ação da Cidadania, pelas empresas estatais, continua o Comitê das entidades públicas de combate à fome, mas essas coisas não vêm ao conhecimento. Mas acho, como o senhor diz, estamos de novo num momento ímpar, quem sabe, de retomar essa mobilização que, sem dúvida, teve um esfriamento.

O senhor tocou muito bem num outro ponto. O senhor disse que o ex-Governador Cristovam Buarque trouxe aqui um conjunto de programas bem desenhado, mas depois o senhor mesmo diz assim: "E nós já tivemos muitos programas bem desenhados e que foram se desvirtuando". Então, nosso problema não é exatamente.... é muito importante a contribuição, sem dúvida, não conheço ainda o documento do ex-Governador Cristovam, com quem estive outro dia, inclusive ele me disse que estávamos precisando conversar, tenho o maior interesse em conhecer, sem dúvida penso que trará contribuições muito importantes para se desenhar aqui a estratégia do combate à pobreza desta comissão mas não se trata apenas de desenho porque podemos de novo fazer programas muito bem desenhados mas se não pensarmos -- e aí é que digo -- a estratégia e o processo daqui a um ano isso não tem mais nada acontecendo ou totalmente diferente do que foi desenhado no papel porque fazer desenho no papel e colocar na transparência todos nós aqui, se fizermos algum esforço, vamos fazer. Então acho que temos que pensar no sentido de que não se trata apenas de fazer desenho mas de se definirem estratégias. Se olharmos o conjunto de programas que estão no Orçamento, vamos compatibilizar as demandas básicas - ninguém trabalha com pobreza sem trabalhar saúde, a educação, a habitação, a alimentação e a renda. Claro que, dentro disso, há muita coisa. Vamos olhar o que está aí e reanalisar cada um deles. Inclusive, com as sugestões de medidas que chegaram do ex-Governador Cristovam Buarque e que também podem vir de outras experiências para sabermos como poderemos, permanentemente, aprimorar as diretrizes desses programas no âmbito federal, flexibilizando as inovações para os Estados e Municípios, já que não há um desenho que dê conta de toda a complexidade. Também é necessário apoiar esses

novos desenhos. Era o que eu queria deixar claro, pois a nossa força não se trata só de desenhar, mas de pensarmos como o Conselho vai acompanhar, como ele vai discutir a repartição desse orçamento social ou desse orçamento de combate à pobreza. Mas, é isso que devemos localizar, quais as áreas prioritárias. Esses recursos têm que sair e em momento oportuno. É muito mais nesse sentido que quero deixar um recado, ou seja, mais do que o desenho. Quanto à questão da continuidade, V. Ex^a tem toda razão, pois já vimos muitos bons programas, que ainda estavam funcionando bem, e que, assim mesmo, foram interrompidos, além dos que foram destorcidos.

Quero conversar com V. Ex^a, longamente, sobre o que foi a experiência do Comunidade Solidária. O Senador Eduardo Suplicy quase que nos pediu que resolvêssemos o problema do País e, quiçá, do mundo...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas, é o que eu espero da senhora, Dr^a Ana Peliano, e da Dr^a Sônia Rocha, que possam contribuir para que resolvamos o problema do País.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – Resolver o problema de como gerar emprego e garantir renda para todos... Primeiro, há a questão do crescimento, pois, sem ele, é difícil. Temos algumas medidas em que poderemos pensar. Quase tudo já fizemos e já aconteceu. Já vimos que, em determinado momento, na Administração Pública, que se queria definir programas de geração de emprego. O que se fez? Reunimos os diversos Ministérios para saber quais são as áreas de atuação dentro do seu Ministério que, se bem incentivada, têm capacidade de gerar mais emprego. O Ministério do Transporte, por exemplo, que tipo de estrada, que tipo de construção terá um impacto maior na geração do emprego. Assim em todos: habitação, saneamento, infra-estrutura. Se dermos prioridade ao investimento nesses setores, sem dúvida são os setores geradores de emprego. Se vão dar conta de todo o problema, creio que não. Há a questão do crédito do Banco do Povo. Aliás, o Comunidade Solidária apresentou uma proposta nesse sentido, que depois o BNDES incorporou no BNDES Solidário. A equipe que elaborou esse documento está aqui presente. Quando começou o crédito PROGER para os pequenos, um dos problemas era que o crédito não chegava a eles por causa do IOF, que, à época, estava em torno de 18%. Foi a Secretaria Executiva do Comunidade Solidária que conseguiu, junto ao Banco Central, isenção do IOF para os programas de crédito para os mi-

cro e pequenos. Essa preocupação houve. Mas não adianta apenas dar crédito e ficar fazendo pequenos investimentos se eles não conseguem garantia de mercado e assistência técnica. Há o risco de quebrar e a inadimplência acaba sendo alta. Temos que flexibilizar o acesso aos bancos oficiais, que ainda são excessivamente burocráticos, ao exigirem aval de forma muito rígida, inviabilizando o acesso aos pequenos.

Senador Eduardo Suplicy, eu não teria a solução para a geração de emprego. Creio que passa pelo crescimento, passa pelo investimento em setores absorvedores de mão-de-obra, passa pelo crescimento da riqueza do País e pelo crescimento da demanda. E o Imposto de Renda Mínima, como ele poderia ser gerenciado?

O SR. EDUARDO SUPLICY – O Programa de Renda Mínima ou o Imposto de Renda Negativo, que é uma das formas. O que argumento é que um desenho bem feito, que leve em consideração a questão do mercado de trabalho, contribuirá, e muito, para levar a economia ao pleno emprego.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – O Imposto de Renda Negativo tem um pouco... Já discutimos isso várias vezes e ainda não chegamos a um denominador comum de qual seria a melhor forma de operacionalizá-lo, mas ele teria o inconveniente de vir sozinho, quando a renda mínima – a transferência de renda – pode estar associada à bolsa-escola e outras ações...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas mesmo quando associado às oportunidades de educação – não faço objeções quanto a isso –, também pode ter um melhor desenho, com vistas à finalidade de garantia de emprego. A Lei nº 9.533 tem um desenho, cuja avaliação crítica justamente peço à senhora, que deixou de lado esse aspecto.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – Senador, para ser sincera, analisei essa legislação durante a sua elaboração e depois de haver sido aprovada – lembro-me inclusive de um parecer que me foi dado por Luis Fernando. No momento, não me estou lembrando de todas as suas implicações, mas me lembro de que tínhamos críticas, sim, à forma como ela foi aprovada...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sim. Só me lembro das críticas, mas de nenhuma ação em decorrência das críticas.

A SRA. ANA MARIA PELIANO – Mas que também não adiantaram. As críticas eram no sentido do aprimoramento da idéia; éramos favoráveis a

que fosse feito um programa de complementação de renda.

Agora, do Conselho do Comunidade Solidária – o senhor deve se lembrar que dele participaram o prefeito de Campinas, o Cristovam – a idéia que saiu – foi decorrência de uma consulta a diversos segmentos da sociedade – foi no sentido de que esses programas deveriam ser de responsabilidade do município. Essa idéia surgiu dessa ampla consulta: que esses programas são mais bem sucedidos quando desenhados pelos municípios e que caberia ao Governo Federal apoiá-los. Essa foi uma decisão que saiu naquele momento. Inclusive, num determinado momento, eu achei que a bolsa-escola até poderia ser complementada nos municípios do Comunidade Solidária, mas nem isso foi feito.

O critério para a seleção dos municípios foi outro e eu não acompanhei a implantação da bolsa-escola, mas concordo com o senhor que ele está indo muito devagar, que precisaria ganhar mais agilidade. Há, no entanto, diversos fatores intervenientes nessa questão da agilidade, até mesmo a contrapartida dos municípios – nos municípios mais pobres fica inviável.

Nós conseguimos que os municípios do Comunidade Solidária não dessem contrapartida aos programas da agenda básica. Como nós queríamos levar programas aos municípios mais pobres – aos quais esses municípios não têm acesso exatamente porque não podem dar contrapartida –, essa contrapartida foi liberada para os municípios mais pobres, para aqueles programas da agenda básica.

Não para a renda mínima, porque a renda mínima não tem nada a ver com... Quer dizer, ele foi para outro grupo de municípios, não para a renda mínima. Para aqueles dezesseis programas da agenda básica é que houve esse esforço de garantia.

E o Senador pergunta: por que levar para alguns municípios e não para outros?

Em princípio, a maior parte dos programas que faziam parte dessa agenda mínima já estavam, em tese, universalizados. Portanto, não estávamos tirando recursos de outros. O que estávamos era fazendo um esforço para que, de fato, eles chegassem aos municípios mais pobres, e chegassem de uma forma diferenciada, porque senão eles também não teriam acesso aos programas que deveriam ser universais.

Quando dizemos “atende alguns, mas não atende a todos”, deve-se ter em mente que essa é uma consequência, exclusivamente, de uma incapacidade, uma limitação orçamentária. Como não

tínhamos recursos para atender a todos, mesmo que a gente desse um pouquinho para cada município, não estaríamos atendendo a toda a população carente, porque população carente é população carente.

Então a idéia era a seguinte: se nós temos que estruturar uma rede para fazer uma ação conjunta e convergente, temos que trabalhar com base em uma agenda de trabalho e um espaço geográfico. Caso contrário, todo mundo vai participar do programa, mas será um pingo em cada lugar.

A idéia de determinar um espaço geográfico ou um grupo específico, como foi a questão dos seringueiros, surgiu da necessidade de se ter um eixo mais claro – aonde queremos chegar, com que programas queremos chegar – para melhor estruturar essa rede.

É claro que a nossa proposta era gradativamente ampliar o número de municípios abrangidos e, à medida em que alguns problemas fossem sendo resolvidos, passaríamos para outros municípios.

Essa era a idéia da questão de selecionar os municípios, mas era de ampliar e de ir ampliando gradativamente em função da disponibilidade dos recursos.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Com a palavra a Sr^a Sônia.

A SRA. SÔNIA ROCHA – O Senador Pedro Simon começou falando das questões do desenho dos programas, impressionado com... Ouvei a explanação do ex-Governador do Distrito Federal, no fórum do Prof. Veloso. Não conhecia a exposição por escrito que é realmente muito interessante na medida em que ele coloca os pingos nos is. Mas isso implica alguma definição a **priori**. Quando estou falando – e não quis dar ênfase dizendo isso, pois é um número estatístico –, não quer dizer que tem algo concreto por trás, tão concreto quanto o do ex-Governador Cristovam Buarque.

A questão era a seguinte: por trás daquilo há uma linha de pobreza. Em qualquer programa voltado para os pobres tem que ser usado algum critério. Posso até dizer: em tal área a renda é uma coisa tão informal, tão irregular que não vou usá-la como critério de seleção, mas vou usar números de crianças na família, acesso à eletricidade ou a subnutrição, ou seja, algum critério é necessário para estabelecer uma população alvo. E aí volta aquela questão da fiscalização, ou seja, a questão de ter desenhos bons, claramente definidos em termos de seus objetivos, para atender uma população alvo, implica em alguns critérios. E esses critérios têm uma distância

entre o que é definido **a priori**. Quando se está fazendo desenhos ou fazendo simulações, necessariamente deve-se usar dados estatísticos. Quantas crianças existem nas famílias abaixo de tal nível de renda? Ou quantas crianças hoje não vão à escola? Quando passo para o mundo real, há uma complicação, porque se estou distribuindo benefício, qualquer que seja, quanto mais valorizado for esse benefício, maior a clientela que vai se apresentar como um candidato em potencial de um programa.

Essa teia de seleção e acompanhamento é uma coisa muito complicada de fazer, muito difícil. Então, às vezes, um programa com excelente desenho, por incapacidade de gerenciamento e acompanhamento, perde-se ao longo do tempo. Aliás, no momento em que se estava implementando um programa, como no caso do PETI, que é o Programa Erradicação ao Trabalho Infantil, o Ministério da Previdência e Assistência Social resolveu ir lá, qualificar as pessoas e estabelecer parâmetros de cadastramento, etc. Uma vez em que o programa está funcionando, não é possível, em um País como o Brasil, ficar presente no município. Quer dizer, imagina-se aí que se chegou a uma autonomia, virou cidade Cruzeiro, deixa o programa. Às vezes as coisas continuam, às vezes são interrompidas por mudança de Governo, por repasse de verbas federais. Aí sim considero ser uma questão mais drástica e mais séria, pois ocorrem em lugares muito subdesenvolvidos, muito pobres, em que toda a população é pobre e as práticas clientelistas estão muito presentes ainda. Fica, então, muito difícil gerenciar e manter o funcionamento dos programas.

Sei que não estou ajudando em termos de dizer qual é o resultado, mas quero dizer que ainda é necessário definir os pacotes como o Governador Cristovam Buarque fez. Ele estava pensando em que especificamente? Em colocar todas as crianças abaixo de um certo nível de renda na escola em todo o País, crianças e famílias com uma renda **per capita**, não sei exatamente o que ele usou, mas digamos que foi meio salário-mínimo **per capita**, como é o programa de renda mínima desenhado pelo Governo Federal? Por exemplo, há um certo número de crianças em um território total. Nesse caso, quanto custa a escola, quanto custa a jornada complementar, que é disso que ele estava falando, ou seja, dar a merenda e à jornada complementar? Mas estamos focalizando claramente uma população bem definida. Se também quero fazer o atendimento dessa população em postos de saúde, odontologia, posso estimar quanto

custa o atendimento no posto de saúde ou odontologia para essas crianças também.

No entanto, tenho que definir clientelas de maneira muito inequívoca em algum momento. Definição de clientela de maneira inequívoca em um País diverso como o Brasil, isso quer dizer que tem que haver uma conciliação entre o que se define em nível federal, para ajuda federal, e o que está de acordo com as necessidades diferenciadas de populações em Municípios muito pobres, mediamente pobres e com problemáticas diferentes. Então, a passagem entre o recurso federal, ou o fundo, ou o que for, para necessidades locais específicas, tem de ser feita com um planejamento local. O que é fundamental na minha área? A que recursos federais vou recorrer?

Na prática, o que acontece é o seguinte: todos os Municípios recorrem a todos os recursos federais disponíveis para todos os Municípios. Por exemplo, recursos de "leite é saúde", no Ministério da Saúde. Entretanto, essa prática está sendo eficaz em todos os níveis? Como isso se dá? Há todos os tipos de experiências, dependendo da capacidade de gerenciamento local.

Em cada uma dessas linhas é importante enfatizar a capacitação e o gerenciamento de administração pública, criar continuidade, garantir que as pessoas se qualifiquem, para tratar de programas sociais como o recurso público que tem que ser cuidado e bem direcionado. Esse seria um ponto.

Uma das questões é que, muitas vezes, o desenho não incorpora a idéia de gerenciamento. Então, um bom desenho, uma boa concepção não significa que haverá boa execução, continuidade da execução e avaliação para escolher entre os programas que estão funcionando correta e adequadamente e aqueles que não funcionam. Quando os programas não funcionam bem, há má focalização e desperdício dos recursos públicos. Na verdade, está-se perdendo a oportunidade de alimentar, com recursos, os programas que funcionam melhor.

Quero dizer também, sem ter nenhuma procuração por parte do IPEA, que, cada vez que pensamos no desenho de um programa, implica uma simulação em cima de dados estatísticos, necessariamente. Tenho certeza de que o IPEA está à disposição desta Comissão para orientá-los quanto aos gastos: se for feita essa definição de cortes, se forem usados esses critérios, quais seriam as implicações em termos de custos? Tenho certeza de que o IPEA tem todo o interesse de apoiar, no que for necessário, esta Comissão.

Quanto à questão do Senador Eduardo Suplicy sobre o trabalho para todos. "Trabalho para todos" deixa-nos assustados. Não vejo possibilidade alguma de haver trabalho para todos. E não acho que eu seja pessimista. "Trabalho para todos" é uma meta inalcançável e a dicotomia entre o assistencialismo e a política ativa de mercado de trabalho é justamente para dar conta da impossibilidade de inserir todos, ao mesmo tempo, no mercado de trabalho. Há uma população que está excluída definitivamente - é doloroso dizer - e para isto existem políticas assistenciais: para dar suporte àquelas pessoas que não teriam condições de se inserir. Não estou falando somente dos idosos ou dos portadores de deficiência. Certo tipo de característica, de carência muito acentuada, para uma certa faixa etária, implica em exclusão no mercado de trabalho definitivamente. As políticas assistenciais, num bom sentido, existem para dar suporte a essa população.

Por outro lado, em termos de inserção no mercado de trabalho, a ênfase é os jovens até a faixa de 30 anos. É nesse período que políticas bem focalizadas, de treinamento e qualificação, dão os melhores frutos; é quando se usa recursos e se obtém melhores resultados. É nessa clientela, que serão os adultos e os velhos de amanhã, que temos que centrar as baterias. Além, naturalmente, da educação primária básica, com melhoria de qualidade.

Tal medida não exclui possibilidades limitadas de iniciativas que geram empregos, como aquelas vinculadas à construção civil. Sabe-se que qualquer programa habitacional implica em melhoria de emprego para a mão-de-obra não qualificada. Mas essas possibilidades são cada vez mais remotas, porque todos os investimentos tendem a usar tecnologias. Quer dizer, o crescimento não perturbado fará opções por tecnologias poupadoras de mão-de-obra intensivas de capital que estão, naturalmente, excluindo a mão-de-obra menos qualificada. Por isso, dou ênfase à iniciativa local, ou seja, a prefeitura tem de analisar as possibilidades que ela tem para minimizar um problema social. O problema de emprego, para certo tipo de trabalhador excluído, é essencialmente um problema social local - e aí é quase caso a caso -, inserido a outras políticas ou não no âmbito local.

Eram esses dois pontos que queria destacar. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) - Dado o adiantado da hora, e daqui a pouco teremos também o início da sessão do Senado, agradeço à Dr^a Ana

Maria Peliano e à Dr^a Sônia Rocha a contribuição que deram a esta Comissão.

Apenas lembro aos Srs. Senadores que, no dia 23, teremos uma outra audiência com o economista Paul Singer, da USP, e com o Dr. Rodolfo Hoffmann, da Unicamp. Eles estarão aqui às 14 horas.

Agradecemos à Dr^a Ana Peliano e à Dr^a Sônia Rocha a participação. Com certeza, as contribuições dadas serão muito importantes para a consolidação do nosso relatório, bem como para o debate que, no momento, já começa a ocorrer no seio da sociedade, que também está se articulando em torno dessa unanimidade, como muito bem analisou o Senador Pedro Simon. Devemos buscar algumas ações que possam combater a pobreza.

Indago às duas palestrantes se gostariam de fazer algumas considerações finais.

A SRA. ANA MARIA PELIANO - Agradeço, mais uma vez, o convite para participar desta Comissão, o que foi uma satisfação muito grande.

O Senador Pedro Simon fez uma proposta que considero interessante: que, em algum momento, pudéssemos chamar pessoas que não fizessem exploração: só perguntassem. Talvez fosse interessante que, no momento em que já tivessem uma proposta, submetêssemos algumas pessoas aqui dizendo, e que lhes fosse perguntado sobre essa proposta feita.

Estaremos disponíveis no IPEA para ajudar naquilo que for preciso e com o que pudermos contribuir. Mais uma vez, cumprimento esta Comissão pelo trabalho que vem sendo realizado, desejando muito sucesso, porque o País precisa do sucesso de todos nós.

A SRA. SÔNIA ROCHA - Quero, mais uma vez, agradecer o convite.

Coloco-me à disposição para dar o suporte que for necessário à Comissão. O IPEA também está ao inteiro dispor desta Comissão.

Muito obrigada. E sucesso.

O SR. PEDRO SIMON - Sr^a Presidente, proponho que V. Ex^a, que precisa, a Senadora e as duas palestrantes alcemem.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) - Agradeço a V. Ex^a a preocupação. Poderíamos até ter um almoço patrocinado pelo nosso querido Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Com o maior prazer.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) - Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h36min.)

PARLAMENTO BRASILEIRO
Em 31/10/99
Delegado do Senado

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.195, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 015875/99-7,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANA MARIA LEONARDI**, matrícula 30190, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do PPB.

Senado Federal, 13 de outubro de 1999



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLICAÇÃO
EM 13/10/99
Dist. de Brasília

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.196, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e de acordo com o que consta no Processo nº 015975/99-1,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990. **MARIA DJAIR DE FARIA LOYO**, matrícula nº 30426, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Carlos Wilson.

Senado Federal, 13 de outubro de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PROL. Q. F. 52
13/10/99
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.197, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado, n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. n.º 015974/99-5,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA DJAIR DE FARIA LOYO**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPS.

Senado Federal, em 13 de outubro de 1999

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLICADO
Em 13 out 0 99

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.198, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado, n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. n.º 015876/99-3,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA MARIA LEONARDI**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Hartung.

Senado Federal, em

13 de outubro de 1999

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

13
13/10/99
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.199, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado, n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. n.º 015976/99-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELIANE COSTA RODRIGUES**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Carlos Wilson.

Senado Federal, em

13 de outubro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

13/10/99

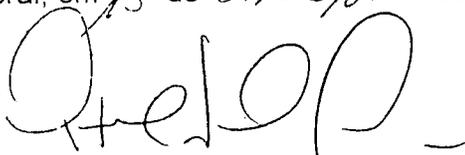
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.200, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997,

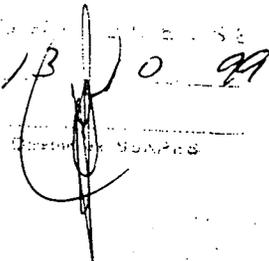
RESOLVE:

Tornar sem efeito o Ato nº 1668, de 29 de setembro de 1998, que designou o servidor **JOSÉ SALO REIMAN**, matr. 497, como Chefe do Serviço de Operação da Rede e Suporte a Problemas, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, durante os afastamentos e impedimentos de seu titular.

Senado Federal, em 13 de outubro de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

13/10/99



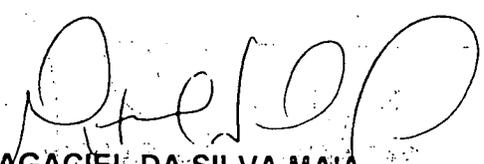
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.201, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997,

RESOLVE:

Designar o servidor **SUSSUMU ERNESTO YAMADA**, matr. 554, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do PRODASEN, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Operação da Rede e Gerência de Problemas, símbolo FC-7, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, durante os afastamentos e impedimentos do seu titular.

Senado Federal, 13 de outubro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

P. D. B. L. O. U. E. S. E.
Em 13/10/99**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.202, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997,

RESOLVE:

Designar o servidor **JOÃO ROBERTO DA CUNHA**, matr. 567, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do **PRODASEN**, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Suporte a Ambiente Computacional de Grande Porte, da Divisão de Suporte Técnico e Operações, símbolo FC-7, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - **PRODASEN**, durante os afastamentos e impedimentos do seu titular, a partir de 1º de outubro de 1999.

Senado Federal, 13 de outubro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLICAÇÃO SE
RECEBIDA
13/10/99
SECRETARIA DE
CONTAS

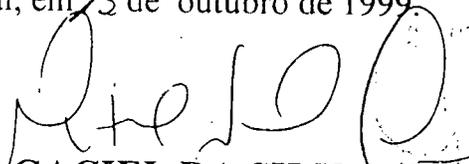
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.203, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997,

RESOLVE:

Designar o servidor **EUZÉBIO DALVI**, matr. 486, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do **PRODASEN**, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Administração de Equipamentos e Instalações, da Divisão de Suporte Técnico e Operações, símbolo FC-7, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - **PRODASEN**, durante os afastamentos e impedimentos do seu titular, a partir de 1º de outubro de 1999.

Senado Federal, em 13 de outubro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PROJ. Nº 1310/99
Em 13/10/99
O Diretor-Geral

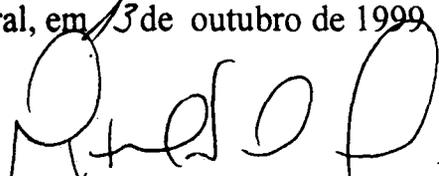
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.204, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997,

RESOLVE:

Designar o servidor **JOSÉ CARLOS PEDROSA BETÔNICO**, matr. 073, ocupante do cargo de Técnico de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do **PRODASEN**, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Produção, da Divisão de Suporte Técnico e Operações, símbolo FC-7, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - **PRODASEN**, durante os afastamentos e impedimentos do seu titular, a partir de 1º de outubro de 1999.

Senado Federal, em 13 de outubro de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PRODASEN
13/10/99
[Handwritten signature]

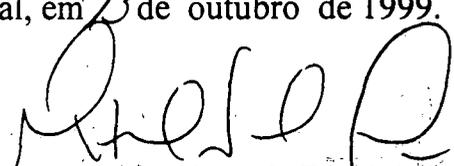
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.205, DE 1999

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997;

RESOLVE:

Tornar sem efeito, a partir de 1º de outubro, a designação do servidor **JOSÉ FERNANDES MATOS DA COSTA**, matr. 039, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do **PRODASEN**, para substituir o Chefe do Serviço de Suporte a Ambiente Computacional de Grande Porte, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - **PRODASEN**, formalizada através do Ato nº 113/96.

Senado Federal, em 13 de outubro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

P. S. QUE. S.S.
13/10/99

DEPT. SENAFES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.206, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997,

RESOLVE:

Dispensar a servidora **IVANA PEREIRA PERES**, matr. 3342, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Wellington Roberto, e lotá-la no PRODASEN, com efeito a partir do dia 08 de outubro de 1999.

Senado Federal, 13 de outubro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PROL.QUE. 52

Em 13/10/99

PROL.QUE. 52

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.207, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997,

RESOLVE:

Designar a servidora **IVANA PEREIRA PERES**, matr. 3342, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, símbolo FC-6, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, com efeito a partir do dia 08 de outubro de 1999.

Senado Federal, 13 de outubro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

- CAE** - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
- CAS** - JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
- CCJ** - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- CE** - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
- CFC** - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
- CI** - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
- CRE** - MARCOS SANTOS PARFENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente : (Vago)
Vice-Presidente: (Vago)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluce Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

1. Geraldo Althoffl.
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

- 1 José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

Bloco de Oposição

1. Lauro Campos
2. Heloisa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(assinatura)
~~30/06/1999~~

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE					
Presidente: NEY SUASSUNA					
Vice-Presidente: BELLO PARGA					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ROMERO JUCA	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
PAULO HARTUNG (1)	ES	1129/7020	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137
(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE - PPS (*)	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199
PPB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTAVIO	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB, em 21/9/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBAO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TAVOLA (1)	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
PAULO HARTUNG (2)	ES	1129/7020	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096
ROMERO JUCA	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE - PPS (*)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNADES AMORIM	RO	2251/2257

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB em 17.8.1999

(2) Desfilou-se do PSDB, em 21.9.1999.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608 3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de 1999.

Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jracc@senado.gov.br

Atualizada em: 05/10/1999

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
(*) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

PRESIDENTE: SENADOR LUIZ ESTEVÃO
VICE-PRESIDENTE:

	PMDB	
LUIZ ESTEVÃO		DF-4064/65
MARLUCE PINTO		RR-1301/4062
	PFL	
JUVÊNCIO DA FONSECA		MS-1128/1228
DJALMA BESSA		BA-2211/17
	PSDB	
ANTERO PAES DE BARROS		MT-1248/1348
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)		
SEBASTIÃO ROCHA		AP-2241/47
	PPB	
LEOMAR QUINTANILHA		TO-2071/77

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA (1)	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIAO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS (*)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

Atualizado em 05/10/1999

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212//2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA (1)	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. PAULO HARTUNG (2)	ES	1129/7020
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTAVIO	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

(2) Desfilou-se do PSDB em 21/9/1999.

(3) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Lideranças Partidárias.
Horário regimental. Quintas-feiras às 14:00 horas

Assinatura 05/10/1999

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

AMIR LANDO
GERSON CAMATA
PEDRO SIMON

PMDB
RO-3130/32
ES-3203/04
RS-3230/32

DJALMA BESSA
ROMEU TUMA

PFL
BA-2211/17
SP-2051/57

ÁLVARO DIAS
ARTUR DA TÁVOLA (1)

PSDB
PR-3206/07
RJ-2431/37

(*) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)

GERALDO CÂNDIDO - PT
EMILIA FERNANDES - PDT

RJ-2171/77
RS-2331/37

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB em 17.8.1999.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM 17/8/1999

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES)

TITULARES

		PMDB
JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	
		PFL
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	
		PSDB
TEOTÔNIO VILELA	AL- 4093/95	
	(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)	
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ- 4229/30	
		PPB
LUIZ OTAVIO	PA-3050/4393	

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 29/06/99

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE FINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEAO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TAVOLA (1)	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRÚDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCA	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIAO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10 1999.

(1) Desfilou-se do PSDB em 17/8 1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9 1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares
Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas

Sala nº 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (Cossão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	212 125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCA	RR	21* 2117	4. VAGO		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	40* 1096	5. PAULO HARTUNG (1)	ES	1129/7020

(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSE EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (*)	PE	21C1/216:	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(*) PPS retira-se do Bloco, em 01/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB, em 01/10/1999.

Reuniões: Quintas-feiras de 7.00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354.4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e F. J. Parente

Horário regimental: Terças-feiras às 14.00 horas

Sala nº 13 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Assinatura em 06/10/1999

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	11301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEAO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNADES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (1)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CANDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)**

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA - 51ª LEGISLATURA

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSE SARNEY

MESA DIRETORA								
CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX	
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621	
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311.1207	223.6191	
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311.4206	323.5470	
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	.960	318 5960	318 2960	

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	** 03	311.3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311.2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSE JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311.2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARQUEZAM	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	NARCIO RODRIGUES	MG	431	318 5431	318 2431
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CAMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e_mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETARIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

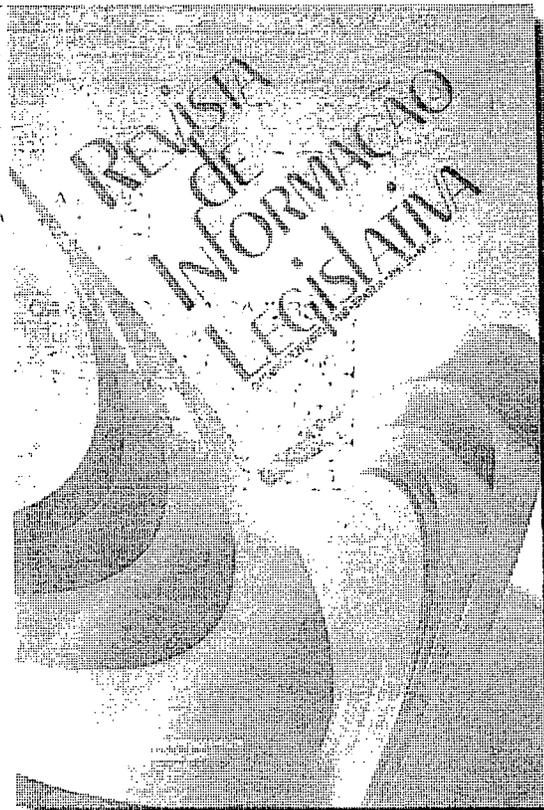
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



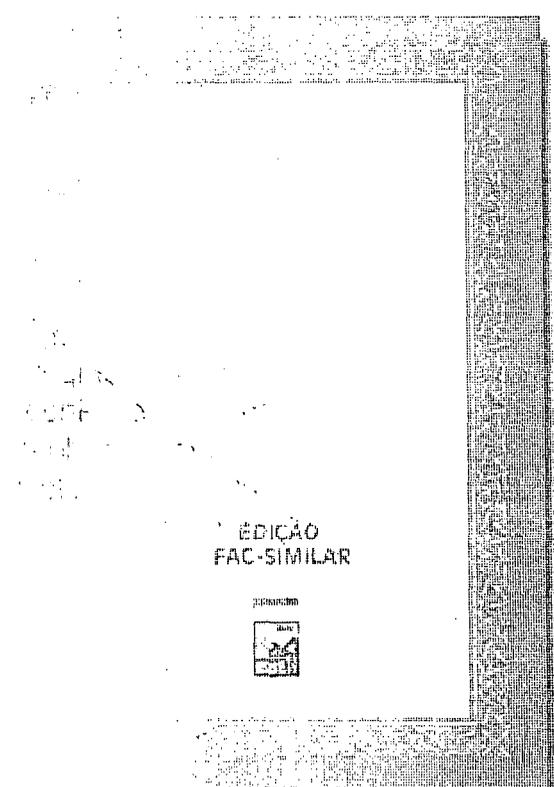
SENADO FEDERAL
 Secretaria Especial de Editoração e Publicações
 Subsecretaria de Edições Técnicas

Da Propaganda à Presidência

Coleção Memória Brasileira

Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando historicamente e analiticamente, o surgimento do partido político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa obra, faça a publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência 3602-1, do Banco do Brasil, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexando lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante ORIGINAL do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Livro da Profecia

Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seeecat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome: _____			
Endereço: _____			
Cidade: _____		CEP: _____	UF: _____
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



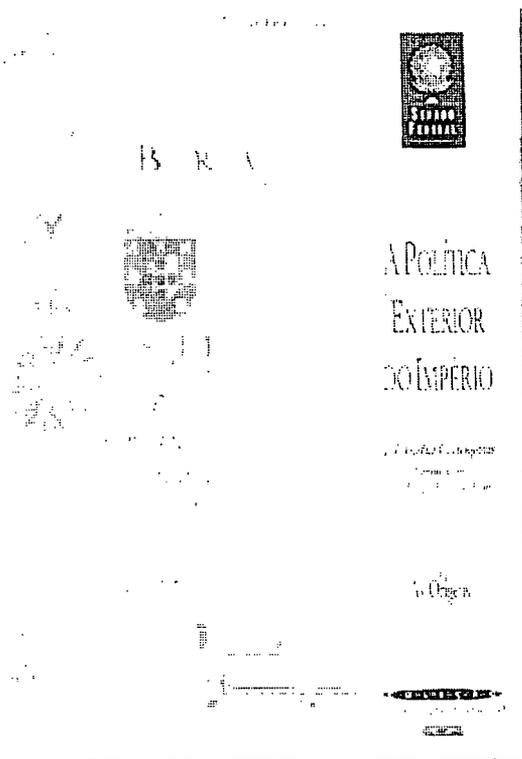
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

A Política Exterior do Império

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Edição fac-similar, em três volumes. Obra clássica da história diplomática brasileira que apresenta um panorama e uma análise das relações internacionais do país no século XIX. De autoria de J. Pandiá Calógeras.

Preço (três volumes): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



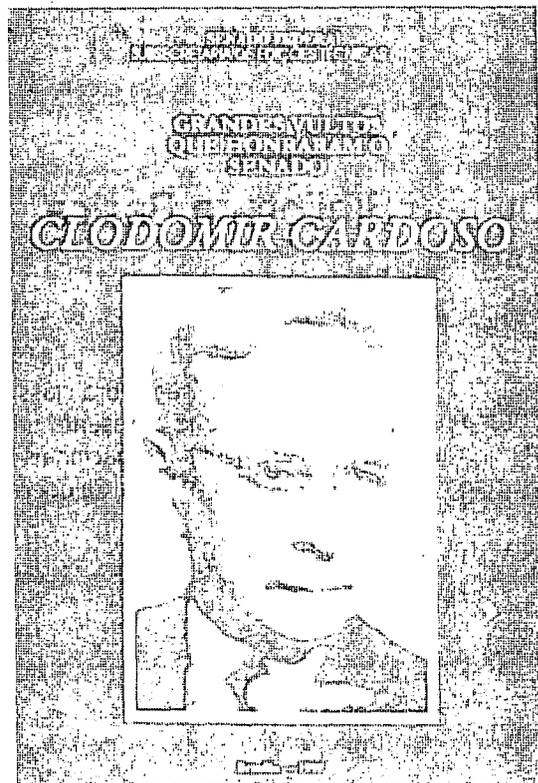
SENADO FEDERAL
 Secretaria Especial de Editoração e Publicações
 Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

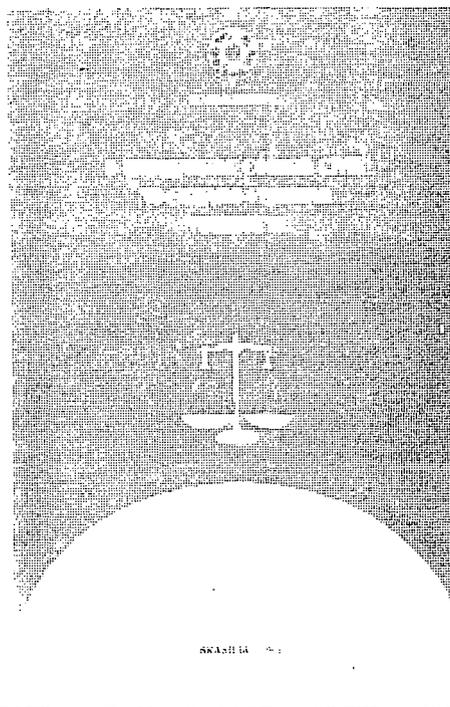


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Projeto do Código Civil no Senado Federal

Projeto de Lei do Código Civil, em dois volumes. No primeiro, textos elaborados e revistos, os pareceres do Relator-Geral e os dados da discussão e votação da matéria no Plenário. No segundo volume encontram-se as contribuições dos juristas ao trabalho legislativo.

Preço (dois volumes): R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 200 PÁGINAS